

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Hober Alves Lopes

**A FORMAÇÃO DO CAMPO FILOSÓFICO E HISTÓRICO NO FINAL DO SÉCULO XIX
E A HISTORIOGRAFIA FILOSÓFICA INGLESA: MIND REVIEW (1883-1922)**

Orientador: Cristiano Pereira Alencar Arrais

**Goiânia
2015**

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: ☒ **Dissertação** ☐ **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Hober Alves Lopes		
E-mail:	hober_lopes@hotmail.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? ☒ Sim ☐ Não			
Vínculo empregatício do autor	bolsista		
Agência de fomento:	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior	Sigla:	CAPES
País:	Brasil	UF:	GO
		CNPJ:	00889834/0001-08
Título:	A formação do campo filosófico e histórico no final do século XIX e a historiografia filosófica inglesa: Mind Review (1883-1922)		
Palavras-chave:	Campo, Filosofia, História, Historiografia filosófica, Historiografia profissional, Historiografia "Amadora"		
Título em outra língua:			
Palavras-chave em outra língua:	Field, Philosophy, History, Philosophical Historiography, professional Historiography, "amateus" Historiography.		
Área de concentração:	Culturas, Fronteiras e Identidades. Linha de Pesquisa: Ideias, Saberes e Escritas da (e na) História).		
Data defesa: (dd/mm/aaaa)			
Programa de Pós-Graduação:	Programa de Pós-Graduação em História - PPGH		
Orientador (a):	Cristiano Pereira Alencar Arrais		
E-mail:	cparraais@gmail.com		
Co-orientador a):*			
E-mail:			

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento ☐ SIM ☒ NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura do (a) autor (a)

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Hober Alves Lopes

**A FORMAÇÃO DO CAMPO FILOSÓFICO E HISTÓRICO NO FINAL DO SÉCULO XIX
E A HISTORIOGRAFIA FILOSÓFICA INGLESA: MIND REVIEW (1883-1922)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em História (Área de concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades. Linha de Pesquisa: Ideias, Saberes e Escritas da (e na) História).

Orientador: Cristiano Pereira Alencar Arrais

**Goiânia
2015**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob orientação do Sibi/UFG.

Lopes, Hober Alves

A Formação do campo filosófico e histórico no final do século XIX e a historiografia filosófica: Mind Review (1883-1922) [manuscrito] / Hober Alves Lopes. - 2015.

clxxxix, 189 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Pereira Alencar Arrais.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH) , Programa de Pós-Graduação em História, Goiânia, 2015. Bibliografia. Inclui gráfico.

1. Campo. 2. Filosofia. 3. História. 4. Historiografia filosófica. 5. Historiografia profissional. I. Arrais, Dr. Cristiano Pereira Alencar, orient. II. Título.

Hober Alves Lopes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Goiás, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em História (Área de concentração: Culturas, Fronteiras e Identidades. Linha de Pesquisa: Ideias, Saberes e Escritas da (e na) História).
Aprovada em ____ de ____ de 2015, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Professor Dr. Cristiano Pereira Alencar Arrais (UFG)
Presidente da Banca

Professor Dr. Júlio César Bentivoglio (UFES)
Examinador

Professor Dr. Carlos Berbet Oiti Júnior (UFG)
Examinador

Professor Dr. Luíz Sérgio Duarte da Silva (UFG)
Suplente

Goiânia, ____ de _____ de 2015.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Euzélia Lopes Ferreira Luiz (comumente chamada de dona Zélia) que com grande força, amor e determinação juntamente com meu pai José Alves Luiz nos criou e educou. Se a vida lhes foi injusta e dura ao ponto de lhes negar as condições mais elementares e imeditas que um indivíduo poderia necessitar; que esse trabalho possa servir de “expição” às manzelas de uma sociedade desigual, elitista e injusta. Aos meus irmãos Zanatha, Halana, Daniel e Roni que sempre estiveram presentes em minha existência, essa repleta de intempéries e incertezas pelas quais tivemos que passar e superar. Sem vocês isso tudo não teria sentido e certamente não teria chegado até aqui, muito obrigado.

À minha avó Francisca que marcou minha vida da maneira mais maravilhosa e com o qual tive a oportunidade de vivenciar vários momentos felizes. A meu tio Nelson Sena Júnior (em memória) com a qual aprender a ginga do bom malandro para driblar as veleidades desse devir. Aos meus familiares como um todo, especialmente: meu tio Onilton com o qual nos auxiliou em momentos de penúria; meu primo Carlos de Brasília e família.

Aos meus professores da graduação com a qual tive a oportunidade de aprender o ofício de historiador, hoje com receio e incerteza ao contemplar um cenário tão insidioso no campo da educação.

Aos grandes amigos que fiz desde a graduação: Márcio Cruzeiro (obrigado pelo artigo sobre Collingwood e Bradley), Marcello, Camila, Leandro Pádua, Renato Gomes, Weniskley, Clayton, Leonardo, entre outros. Aos amigos que conquistei no mestrado – como também a mulher que compartilho dessa breve existência – e que foram importantes no desenvolvimento desse trabalho, como também nos momentos de descontração e lazer sempre cheio de boa prosa: Dom Sergito (obrigado pelo auxílio e pelas longas conversas sobre nossas pesquisas), Guilherme Talarico, Manuel Gustavo, João Ertóstenes Dougras (obrigado pela prontidão em nos receber várias vezes na sua casa em Uruaçu), Victor Crete, Mariana Carrijo, Janaína de Paula, Kamyla Maia, Adérito Schineider.

À Elisa Caetano, agradeço especialmente, com você aprender que a vida é muito mais do que um simples caminhar. Obrigado pelo amor dedicado a mim, pelo companheirismo de sempre. Te amo minha pequena Lili. De fato, sem você essa jornada não teria sido tão gratificante e maravilhosa. Agradeço também a Myrna (minha sogra), que me recebeu de braços abertos em seu meio familiar, sou muito grato por isso. Aos meus cunhados Juliana e Vinícius e aos meus concunhados Diego e Mannu, cujos os momentos que experienciamos juntos foram sempre

gratificates.

Aos amigos da Revista de Teoria da História. Vida longa a esse projeto importante realizado por todos os envolvidos.

Aos meus amigos de modo geral, especialmente à Brunelli José (em memória) e Leandro A. Oliveira.

Ao professor Dr. Carlos Oiti pelas “polêmicas” e divertidas “Quartas sem lei”, sempre cheias de boa conversa e risadas homéricas. Agradeço por fazer parte de minha formação acadêmica cujo o interesse pelo ramo da teoria da história surgiu rapidamente. Obrigado por compor minha banca de qualificação e defesa da dissertação.

Ao professor Eugênio Rezende de Carvalho pelo aprendizado de suas disciplinas ministradas tanto na graduação quanto na pós-graduação; por ter contribuído para o exame de qualificação da dissertação. Obrigado!

Ao professor Dr. Júlio Bentivóglia (UFES) por se prestar à leitura e arguição desse trabalho e por compor a minha banca de defesa. Obrigado!

Ao professor e orientador Dr. Cristiano Arrais por depositar em mim a confiança de empreender esse trabalho que vêm sendo realizado desde a minha graduação. Agradeço por ter contribuído pela minha formação acadêmica e pelo meu amadurecimento enquanto pesquisador em história. Obrigado pela leitura e por ter acreditado nesse trabalho. Foi uma jornada difícil chegar até aqui.

Por fim, ao Programa de Pós-graduação em História (técnicos administrativos e professores, que hoje se encontram em greve dado aos grandes cortes efetuados na educação), especialmente ao servidor Marco Aurélio e a servidora Daiane. À Capes por ter financiado minha formação no curso de Mestrado e possibilitado a conclusão desse trabalho.

À minha querida e estimada Elisa.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo investigar tanto a estruturação do *campo* filosófico inglês do final do século XIX a partir da *Mind Review* – a primeira revista de filosofia e psicologia – com o intuito de compor um quadro da história da filosofia através da análise de seus artigos quanto estabelecer aquilo que denominamos de historiografia filosófica. Para isso, trabalhamos com duas temporalidades distintas: a primeira corresponde à formação do *campo* filosófico sendo analisado qualitativamente os seus artigos entre os anos de 1876-1922; a segunda, diz respeito ao estabelecimento de uma historiografia filosófica estruturada entre os anos de 1883-1922 – que será contraposta com a historiografia “amadora” e com a historiografia profissional. É no último quartel do século XIX que observamos o surgimento de vários *campos* de conhecimento, tais como o da filosofia e o da história. É na mediação entre esses dois *campos* que essa pesquisa está sendo processada. O que se pretende é justamente verificar qual foi a contribuição da filosofia inglesa nas discussões sobre tópicos de metodologia e epistemologia da história, e assim, verificar como foi processado tais discussões em ambos os domínios.

Palavras-chaves: Campo, Filosofia, História, Historiografia Filosófica, Historiografia Profissional, Historiografia “Amadora”.

ABSTRACT

This work aims to investigate as the structure of the philosophical *field* English of late nineteenth century from the *Mind Review* – the first magazine of philosophy and psychology – in order to compose a picture of the history of philosophy through analysis yours articles as to establishing that we call philosophical historiography. For this, we work with two different temporality: the first corresponds to the formation of philosophical *field* being analyzed qualitatively your articles between the years 1876-1922; the second concerns to the establishment of a philosophical historiography structured between the years 1883-1922 – it will be counterposed with “amateus” historiography and professional historiography. It is in the later quater of the nineteenth century we observe the emergence of various *fields* of knowledge, such as philosophy and history. It is the imediation between these two *fields* that this research is being processed. The aim is to precisely verify what was the contribution of English philosophy in discussions about topics of methodology and epistemology of history, and so, see how it was processed such discussions in both areas.

Keywords: Field, Philosophy, History, Philosophical Historiography, Professional Historiography, “Amateus” Historiography.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Campos da Filosofia na <i>Mind Review</i> 1876-1891	45
Gráfico 2: História da Filosofia na <i>Mind Review</i> 1876-1891	51
Gráfico 3: Artigos publicados por alguns filósofos na <i>Mind Review</i> 1876-1891	55
Gráfico 4: Campos da Filosofia na <i>Mind Review</i> 1892-1922	59
Gráfico 5: História da Filosofia na <i>Mind Review</i> 1892-1922	63
Gráfico 6: Artigos publicados por alguns filósofos na <i>Mind Review</i> 1892-1922	65

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I - <i>MIND REVIEW</i> 1876-1922: A COMPOSIÇÃO DO CAMPO FILOSÓFICO	22
1.1 Desdobramentos do campo filosófico e histórico inglês no século XIX: <i>Mind Review</i> e <i>English Historical Review</i> .	22
1.2 <i>Mind</i> a Quarterly Review of Psychology and Philosophy 1876-1922.	27
1.3 A primeira fase editorial da <i>Mind Review</i> 1876-1891: George Croom Robertson e o “despertar” filosófico inglês.	36
1.4 A segunda fase editorial da <i>Mind Review</i> 1892-1920: George Frederick Stout.	56
CAPÍTULO II – A COMPOSIÇÃO DO CAMPO HISTORIOGRÁFICO INGLÊS NO FINAL DO SÉCULO XIX E A DISCUSSÃO DO MÉTODO HISTÓRICO NA FILOSOFIA	68
2.1 A consolidação do conhecimento histórico inglês no século XIX	68
2.2 As dimensões do historismo do século XIX: as Escolas Históricas Alemãs e a emergente historiografia inglesa	72
2.3 A historiografia “amadora” (dileteante): Thomas Carlyle, Thomas Macaulay e o positivismo de Henry Thomas Buckle	80
2.4 A historiografia profissional inglesa no final do século XIX	93
2.5 As duas faces do método histórico na filosofia inglesa: William Ritchie Sorley e Henry Sidgwick	102
CAPÍTULO III – A HISTORIOGRAFIA FILOSÓFICA INGLESA E O ESTATUTO EPISTEMOLÓGICO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO	124
3.1 A historiografia filosófica inglesa do último quartel do século XIX	124
3.2 A história crítica de F. H. Bradley	126
3.3 A Racionalidade da História no pensamento filosófico de David George Ritchie	137
3.4 A Ciência da História de John Murray A. MacDonald	147
3.5 A Questão do estatuto científico do conhecimento histórico: Collingwood, A. E. Taylor e F. C. S. Schiller.	159
CONCLUSÃO	182
FONTES	185
BIBLIOGRAFIA	185

INTRODUÇÃO

Este trabalho é o desdobramento de minha pesquisa monográfica realizada em 2011. Nela mapeamos a *Mind Review*, o primeiro periódico inglês de psicologia e filosofia. Desde a sua fundação em 1876 até o ano de 1922. A proposta centrava-se em mapear o *campo* do conhecimento filosófico e sua relação com o *campo* da história. O intuito era perceber quem e quais vertentes filosóficas estavam a discutir alguns tópicos sistemáticos do conhecimento histórico: epistemologia, método histórico, racionalidade da história e seu caráter científico. Naquele momento, conseguimos observar os indícios que nos possibilitarão afirmar neste trabalho quais foram os filósofos que dirimiram suas preocupações ao campo da história e quais escolas estavam vinculados. O que ora apresentamos é o desdobramento dessa pesquisa inicial.

Se naquele primeiro momento nosso objetivo centrava-se especificamente na *Mind Review* como principal fonte para que pudéssemos estabelecer um quadro sintético da história da filosofia inglesa, neste trabalho ampliaremos nosso material a fim de alcançarmos um dos objetivos centrais desse trabalho: a constituição de uma historiografia filosófica ou histórico-filosófica inglesa no final do século XIX. Para isso, utilizaremos tanto os arquivos da *Mind* quanto de outras fontes que viabilize nosso intento.

A *Mind* nos servirá para alcançar esse primeiro objetivo como também para compor outra leitura da história da filosofia; não aquela das “grandes obras” e dos “grandes autores” em torno de seus sistemas filosóficos, mas, em torno de inúmeros outros autores até então poucos conhecidos à época, como também para a própria história da filosofia inglesa. Ao mudar o suporte, outras possibilidades se apresentam. Nesse mapeamento inicial conseguimos visualizar pelo menos cinco vertentes filosóficas inseridos na *Mind Review*: 1) a longa tradição do empirismo inglês, 2) o emergente idealismo britânico, 3) a filosofia naturalista-evolucionista, 4) o novo realismo (filosofia analítica) e, 5) o pragmatismo inglês. Duas destas correntes filosóficas terão nossa atenção dado os objetivos estabelecidos neste trabalho e a relação que elas estabeleceram com o pensamento histórico, a saber: o empirismo moderno e o idealismo britânico.

Desse modo, foi a partir da *Mind Review* que conseguimos perceber em qual lugar e quem eram os principais filósofos que estavam a “dialogar” com o pensamento histórico. Nessa medida, para alcançar um desses objetivos adicionaremos outras fontes de pesquisa: dois artigos do livro *Essays in Philosophical Criticism* (1883); *The Historical Method* e *The*

Rationality of History dos filósofos idealistas William Ritchie Sorley e David George Ritchie, respectivamente – ambos escreveram na *Mind*². Assim, nosso material de pesquisa centra-se tanto nos artigos da revista *Mind* – para estabelecer uma nova leitura da história da filosofia – quanto nos artigos dos autores citados que nos possibilitarão compor um quadro sintético de uma historiografia filosófica inscrita no final do século XIX. Como o leitor perceberá, os artigos da *Mind* por si só não foram suficientes para contemplarmos nosso objetivo. Desse modo, de um lado, a partir da *Mind*, tentamos construir um quadro sintético dos principais problemas instaurados no *campo* da filosofia inglesa; de outro, após estabelecer isso, tivemos condições de observar quem na filosofia estava discutindo os problemas pertencentes ao *campo* da história, que por sua vez, nos possibilitaram fixar um quadro a qual chamamos de o “terceiro momento historiográfico” inglês ou simplesmente de historiografia filosófica.

Diante disso, estabelecemos um recorte espacial que contemplasse nossa proposta de pesquisa: 1883-1922. Se de um lado, computados a formação do *campo* filosófico a partir da fundação da *Mind* nos idos de 1876, de outro, conseguimos visualizar uma movimentação na filosofia acerca do conhecimento histórico que cristaliza no ano de 1883, fruto da cursão idealista na filosofia inglesa. Desse modo, compreendemos que o ano de 1883 foi um momento inaugural para essa vertente filosófica em discutir os problemas do conhecimento histórico que em grande parte não estava inserida no interior da *Mind*. De outro lado, o fechamento de nosso recorte acontecerá no interior dessa mesma revista no ano de 1922. Como dito, a *Mind* nos serviu como porta de acesso tanto para compor parte do *campo* filosófico inglês quanto para identificar os principais debates filosóficos em torno da história. Assim, o ano de 1922 é imponente pois, cristaliza um momento de debate sobre a epistemologia da história promovida pelos filósofos Robin George Collingwood (1889-1943) – que mais tarde se tornaria uma figura importante dentro do campo da teoria da história inglesa –, E. A. Taylor e F. C. S. Schiller.

Neste sentido, nosso problema emerge a partir de uma pergunta que nos servirá de fio condutor ao longo dessa pesquisa. Onde foram discutidos os problemas de metodologia e teoria da história no final do século XIX inglês? Para responder essa indagação, tivemos que buscar no campo da filosofia algumas respostas visto que, não encontramos nada de substancial dentro da historiografia profissional que pudesse nos dar subsídio a tal problemática (COLLINGWOOD, 1989; SILVA, 2013).

² Artigos de Sorley na *Mind*: *Jewish Mediaeval Philosophy and Spinoza*, v. 5, n. 19, 1880; *The Philosophy of Herbert of Cherbury*, v. 3, n. 12, 1894. Artigos de Ritchie na *Mind*: *On Plato's Phaedo*, v. 11, n. 43, 1886; *Origin and Validity*, v. 13, n. 49, 1888; *The One and the Many*, v. 7, n. 28, 1898 new series; *Philosophy and the Study of Philosophers*, v. 08, n. 29, 1899, new series.

Assim, os objetivos deste trabalho constituem-se em dois grandes blocos que se relacionam. 1) na composição do *campo* filosófico inglês do último quartel do século XIX a partir da *Mind Review*; 2) na composição de um quadro sintético do panorama da historiografia inglesa *fin de siècle*, em três fases: a) com a historiografia “amadora” e diletante, b) com a historiografia profissional, estabelecida em torno da *English Historical Review*, e por fim, c), com o que caracterizamos de historiografia filosófica – mediada tanto pelos textos inscritos na revista *Mind* quanto a partir dos artigos inscritos no livro *Essays in Philosophical Criticism* (1883). Nosso interesse maior centra-se na constituição da historiografia filosófica. O intento é perceber como essa vertente contribuiu para o domínio do conhecimento histórico inglês.

Desse modo, primeiramente mapeamos o quadro da filosofia inglesa a partir da *Mind* para que tivéssemos condições de verificar o local de onde estava partindo tais discussões em torno do domínio do conhecimento histórico. Como o leitor perceberá a maior parte dos materiais disponíveis para compor tal trabalho não se encontram traduzidos. Nosso esforço também preenche uma lacuna nos estudos históricos acerca de parte da história da historiografia inglesa e boa parte da discussão filosófica em torno dela inscrita no final do século XIX.

Como se perceberá as maiores contribuições para os tópicos em metodologia e em matéria de teoria do conhecimento histórico foram direcionadas pelos filósofos idealistas. Tal vertente contribuiu e direcionou suas elucubrações ao campo da história. Diferentemente do empirismo que ao lado do positivismo inglês tentou subsumir a história em uma ciência positiva e indutiva com vistas a encontrar leis gerais; o idealismo, ao contrário disso, colocou o pensamento histórico no centro do seu projeto filosófico.

O primeiro filósofo idealista que tratou do método histórico foi Francis Herbert Bradley (1846-1924) no livro *The Presuppositions of Critical History* de 1874 – foi um dos epígonos do movimento em Oxford juntamente com Thomas Hill Green (1836-1882). Quase dez anos depois tivemos outra discussão sobre metodologia com a promulgação do idealismo escocês com a publicação do livro *Essays in Philosophical Criticism* (1883) editada por Andrew Seth e R. B. Haldane. Nesta obra destacaremos os artigos de Sorley sobre *The Historical Method* e de Ritchie sobre *The Rationality of History*. Dentro da *Mind* destacamos o artigo do filósofo político John Murray A. MacDonald (1854-1939), *The Science of History* (1885). Por fim, fechando nosso recorte temporal (1883-1922) – ainda dentro da *Mind* – temos os artigos de Collingwood, A. E. Taylor e F. C. S. Schiller; todos reunidos em torno de

uma questão epistemológica: Are history and science different kinds of knowledge?

É neste sentido que elencamos uma breve história desse movimento filosófico. Sem dúvidas, das poucas contribuições da filosofia inglesa no final do século XIX, o idealismo representou um impulso de alguns tópicos sobre o conhecimento histórico.

A história desse movimento filosófico pode ser rastreada desde a década de 1840, em Oxford com o filósofo Benjamin Jowett (1817-1893) reconhecido como “o Master do Green’s College” (KENNY, 2009, p. 66); como também a partir da literatura, através de traduções dos principais nomes do romantismo alemão, especialmente Goethe. Neste sentido, a figura de Thomas Carlyle – um dos principais representantes da historiografia diletante – é fundante neste processo. Outros autores como Mander (2011), apesar de não fixar uma data precisa do movimento aponta que a partir da obra de James Hutchison Stirling (1820-1909) *The Secret of Hegel*, houve a cristalização do movimento. Não queremos aqui estabelecer um marco inicial, certo é que a partir da segunda metade do século XIX esse movimento se fortaleceu.

A consolidação desse movimento se efetivou com grande força no último quartel daquele século. Mander destaca que o idealismo se fixou em três centros hegemônicos dentro das universidades inglesas: Oxford, Glasgow e Edimburgo – a Universidade de Oxford foi o seu epicentro.

Mander aponta que o movimento conhecido como idealismo britânico possuiu um ponto de unidade, uma comum afiliação – apesar da heterogeneidade de posições –, não em Berkeley, mas, em Platão, Kant e Hegel. Para entender esta “unidade” formativa o autor faz um rastreamento localizando um panorama espacial e intelectual dos principais autores desta corrente. Como dito, Oxford foi a vanguarda do movimento, nesta universidade passaram grandes nomes:

Green esteve no Colégio Balliol em Oxford, de 1855 a 1882, primeiro como aluno, depois como tutor, Bosanquet (1860-70), Nettleship (1864-92), e Wallace (1865-7) foram todos alunos de Green no Balliol; Nettleship permaneceu como bolsista, enquanto Bosanquet foi para a University College e Wallace para Merton College. Ao mesmo tempo em que F. H. Bradley embora um estudante no University College (1865-9) certamente assistiu suas palestras antes de receber uma bolsa de estudo no Merton como um colega de Wallace³ (MANDER, 2011, p. 7-8).

Os principais filósofos do idealismo oxfordiano foram sem dúvida, Green e Bradley. O primeiro foi um crítico ferrenho tanto do empirismo quanto do positivismo inglês. Outro

³ “Green was at Balliol College, Oxford, from 1855 to 1882, first as a student then as a tutor. Bosanquet (1860–70), Nettleship (1864–92), and Wallace (1865–7) were all students of Green’s at Balliol; Nettleship remaining as a Fellow, while Bosanquet went on to University College and Wallace to Merton College. At the same time F.H. Bradley, though a student at University College (1865–9), certainly attended his lectures, before taking up a fellowship at Merton as a colleague of Wallace”.

centro importante do movimento idealista encontrava-se nas universidades escocesas. Assim, as cidades de Glasgow e Edinburgh foram também centros formativos de grande importância para o movimento idealista. Na primeira, temos Edward Caird (coeditor na revista *Mind*) e John Caird. O primeiro ocupou a cadeira de filosofia moral, o segundo a cadeira de teologia. Em Endinburgh, tivemos a figura dos filósofos David George Ritchie e William Ritchie Sorley, Richard Burdon Haldane e Andrew Seth Pringle-Pattison (coeditor na revista *Mind*). Deste grupo de intelectuais quase todos escreveram na *Mind* – entendida por nós como um *locus* eminente do debate filosófico inglês.

David Boucher e Andrew Vicent em *British Idealism and Political Theory* (2000) nos dá o mapa do “florescimento e declínio” deste importante movimento filosófico:

O Idealismo Britânico começou a estabelecer suas raízes na Escócia e em Oxford durante a metade do século XIX e rapidamente tornou-se uma filosofia dominante através da influência pessoal e dos trabalhos de tais expoentes como: Fraser Campbell, Edward Caird, T. H. Green, F. H. Bradley, Bernard Bosanquet, Henry Jones, Andrew Seth Pringle-Pattison, D. G. Ritchie, J. S. Mackenzie, William Wallace, W. R. Sorley, J. M. E. McTaggart e John Watson, até a virada do século quando suas doutrinas fundamentais foram desafiadas por filósofos como John Cook Wilson, George Edward Moore e Bertrand Russell. A partir deste momento, a marcha do idealismo foi prejudicada e já pelo fim da Primeira Guerra Mundial ela foi parcialmente retirada. Entretanto, o Idealismo foi gerenciado através da influência pessoal e de seu professorado que permeou todo o mundo de língua inglesa com suas doutrinas. Até depois da morte de seus principais expoentes em meados da década de 1920 – Bradley, Bosanquet, Jones e McTaggart – o Idealismo continuou a dominar o professorado e foi capaz de incluir em suas aptas categorias novos convertidos tais como R. G. Collingwood em Orfoxd que publicou *Speculum Mentis* e Michael Oakeshott em Cambridge que publicou *Experiência e seus modos*⁴ (2000, p. 02).

De um lado, Oxford representou núcleo do movimento idealista, de outro, com a publicação do livro *Essays in Philosophical Criticism* em 1883 visualizamos a consolidação e ampliação do idealismo escocês⁵. Essa obra editada por Andrew Seth e R. B. Haldane foi o

⁴ “British Idealism began to establish its roots in Scotland and Oxford during the middle of the nineteenth century and rapidly became the dominant philosophy, through the writings and personal influence of such exponents as Fraser Campbell, Edward Caird, T. H. Green, F. H. Bradley, Bernard Bosanquet, Henry Jones, Andrew Seth Pringle-Pattison, D. G. Ritchie, J. S. Mackenzie, William Wallace, W. R. Sorley, J. M. E. McTaggart and John Watson, until the turn of the century when its fundamental doctrines were challenged by philosophers such as John Cook Wilson, G. E. Moore and Bertrand Russell. From this time, the march of Idealism was hindered, and by the end of the First World War it was in partial retreat. However, the British Idealists managed through their teaching and personal influence to permeate the whole English-speaking world with their doctrines. Even after the death of its leading exponents in the mid 1920s – Bradley, Bosanquet, Jones and McTaggart – Idealism continued to dominate the professoriate and was able to count in its ranks able young converts such as R. G. Collingwood in Oxford, who published *Speculum Mentis* in 1924, and Michael Oakeshott in Cambridge, who published *Experience and Its Modes* in 1933”.

⁵ Os ensaios seguem na respectiva ordem: *Preface*, Edward Caird; *Philosophy as Criticism of Categories*, Andrew Seth; *The Relation of Philosophy to Science*, R. B. Haldane; *Logic as the Science of Knowledge*, Bernard

resultado comum desses filósofos até então pouco conhecidos no cenário filosófico inglês. Tal obra havia sido dedicada a um de seus mais importantes expoentes: Thomas Hill Green. O empreendimento foi concebido como um esforço coletivo – como um compêndio ou como uma antologia de vários autores e de temas relevantes para o movimento. Foi o esforço individual e intelectual de cada um desses filósofos à problemas e interesses específicos.

Existia uma filiação comum que orientavam tais filósofos e que foi explicitado de forma clara na introdução daquela obra⁶. A conexão inicial estava centrada nos pressupostos filosóficos tanto de Kant como de Hegel. Desse modo, podemos então afirmar em conformidade tanto com Metz (1938, p. 253-4) quanto com David Boucher & Andrew Vicent (2012, p. 10) em algo como uma “homogeneidade formativa” por parte desses filósofos. Certo é que o idealismo britânico é amplo e profundo, numa caracterização rápida e sintética podemos afirmar duas posturas filosóficas em seu interior: o idealismo absoluto e o idealismo pessoal ou personalista (*idealism personal*).

Neste sentido, é a partir disso que sustentamos a hipótese de que no final daquele século as discussões filosóficas que versaram sobre o domínio do conhecimento histórico foram na maior parte direcionadas pelo idealismo britânico. Se de um lado, constatamos a força do empirismo e sua longa tradição no pensamento inglês, de outro, não será nessa vertente que o conhecimento histórico se afirmará. Asseveramos também que foi a partir da historiografia filosófica de cunho idealista e não propriamente da historiografia profissional que adveio grande parte dos esforços em discutir tópicos de metodologia e alguns pontos de teoria do conhecimento histórico.

Desse modo, no **Capítulo I**, pretendemos expor a constituição do *campo* filosófico inglês no final do século XIX a partir da *Mind Review*, fazendo assim, outra leitura da história da filosofia através desse suporte. O objetivo será mostrar como se efetivou a profissionalização do conhecimento filosófico – num paralelo imediato com a profissionalização do conhecimento histórico. Desse modo, apresentaremos como se deu a formação desse periódico, as principais figuras que estavam por detrás desse projeto e as filiações filosóficas de seus editores. Em seguida, destacaremos as principais discussões encontradas, mostrando quantitativamente os principais temas abordados no *campo* da

Bosanquet; *The Historical Method*, William Ritchie Sorley; *The Rationality of History*, David George Ritchie; *The Philosophy of Art*, William Patton Ker; *The Social Organism*, Henry Jones; *The Struggle For Existence*, James Bonar; *Pessimism and the Religious Consciousness*, Thomas Buchanan Kilpatrick.

⁶ “The writes of this volume agree in believing that the line of investigation which philosophy must follow, or in which it may be expected to make most importante contributions to the intelectual life of man, is that which was opened up by Kant, and for the successful prosecution of which no one has done so much as Hegel [...]” (CAIRD, 1883, p. 02).

filosofia.

Nesse capítulo, é central o conceito de *campo*⁷ estabelecido por Pierre Bourdieu (1983). É a partir dele que a *Mind* está sendo pensada, como um dos elementos fundamentais na constituição da dinâmica do jogo social, bem como no estabelecimento de uma *práxis* reguladora. Essa última resulta daquilo que Bourdieu mensurou na exposição feita na Ecole Normale Supérieure em 1976 para um grupo de filólogos e historiadores da literatura:

Um *habitus* de filólogo [**filósofo; historiador**] é ao mesmo tempo um “ofício”, um capital de técnicas, de referências, um conjunto de “crenças”, como a propensão a dar tanta importância às notas quanto ao texto, propriedades que se atêm à história (nacional e internacional) da disciplina, à sua posição (intermediária) na hierarquia das disciplinas, e que são ao mesmo tempo a condição de funcionamento do campo e o produto deste funcionamento (mas não integralmente: um campo pode se contentar em acolher e em consagrar um certo tipo de *habitus* já mais ou menos integralmente construído) (1983, p. 90 [**grifo nosso**]).

Acreditamos que pensar o periódico na sua dinâmica, significaria compreender as práticas, as regras, as nuances, bem como, as divergências, os antagonismos, os confrontos e os interesses próprios de cada *campo*. É isso que afirma Bourdieu:

A estrutura do campo é um estado de relação de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores. Esta estrutura, que está na origem das estratégias destinadas a transformá-la, também está sempre em jogo: as lutas cujo espaço é o campo têm por objeto o monopólio da violência legítima (autoridade específica) que é característica do campo considerado, isto é, em definitivo, a conservação ou a subversão da estrutura da distribuição do capital específico [...] (1983, p. 90).

Pensar o periódico dessa maneira e dispô-lo em sua dimensão orgânica nos possibilitará outra abordagem dos problemas instaurados na filosofia inglesa. Isso permitirá acessar outros extratos das discussões filosóficas e assim, compor outro quadro da história da filosofia. A crítica que se faz é que uma história da filosofia centrada nesse tipo tradicional perde de vista o alcance imediato da procesualidade de muitas discussões que não pode ser visualizada numa história que ainda privilegia os “grandes clássicos” em detrimento dos “autores menores”. Ora, há de se pensar qual o critério para a composição de uma história da filosofia fora dos eixos dos “grandes autores”. A via do periódico nos permite acessar a dinâmica prática da lógica do *campo*, que em grande medida colide, conseqüentemente, com a criteriosa seleção dos cânones da erudição que compõe o panteão da erudição da história da

⁷ Na sociologia do conhecimento de Bourdieu a noção de *campo* se apresenta como um conceito fundamental, uma das ferramentas para a compreensão da dimensão lógica de seu funcionamento interno. Assim, um *campo* constitui-se minimamente em três eixos: 1) a constituição de um *corpus* intelectual; 2) de um *locus* institucional (cátedras em filosofia, periódicos científicos, etc.); 3) uma *práxis* reguladora para o jogo de interesses em disputa.

filosofia ocidental.

Assim, no **Capítulo II**, procuramos mapear a consolidação do *campo* da história estabelecendo os dois primeiros momentos do fazer historiográfico inglês do final do século XIX: a historiografia “amadora” e a historiografia profissional. Para isso, apontaremos os principais historiadores envolvidos nessa árdua tarefa. Assim, iremos expor as nuances desses dois momentos do fazer historiográfico inglês de modo a comparar a especificidade de cada uma delas para em seguida, estabelecer possíveis relações com aquilo que denominamos de historiografia filosófica – que será desenvolvida no **Capítulo III**. Com isso, queremos mostrar também que as principais discussões sobre metodologia e epistemologia da história não foram direcionadas pelos historiadores profissionais e que em boa medida foram discutidas pelos filósofos idealistas. Isso nos possibilitará perceber que as preocupações desses profissionais em história estavam voltadas para a afirmação do Estado-Nação, em discutir a história político-militar e história eclesiástica (SILVA, 2013). Isso também nos permitirá compreender em quais pontos tais historiografias se aproximam e no que se distanciam. Neste mesmo capítulo após estabelecermos os dois primeiros momentos da historiografia inglesa, apontaremos também as discussões promovidas no *campo* da filosofia acerca do método histórico, em torno dos filósofos William Ritchie Sorley e Henry Sidgwick. Afirmaremos que as discussões teóricas desse saber não ganharam dimensão no pensamento dos principais historiadores profissionais.

Portanto, ficará perceptível que se de fato houve uma continuidade entre o primeiro e o segundo momento daquela historiografia, entre a historiografia “amadora” e a profissional, isso não ficará evidente com relação à historiografia filosófica.

No **Capítulo III**, entraremos em contato com o terceiro momento do fazer historiográfico inglês. Nele iremos compor a estrutura dessa historiografia filosófica: os principais problemas, os limites dessa abordagem, assim como, seus principais expoentes. Repousa nesse capítulo todo o nosso esforço de evidenciar que, apesar de outras discussões promovidas no próprio interior do campo histórico havia outros problemas lançado pelo pensamento filosófico sobre a dimensão de tal conhecimento, especificamente em dois tópicos essenciais: o estatuto metodológico e epistemológico desse saber. Como o leitor perceberá tais discussões não alçaram um ponto de inflexão na historiografia profissional tal como ocorreu na historiografia filosófica.

Nesse sentido, nosso intento será mostrar que, a partir da contribuição dada inicialmente pelo filósofo idealista Herbert Francis Bradley (1846-1924) em *The*

Pressupositions of Critical History (1874) encontraremos o primeiro esforço em filosofia de discutir o método histórico. Em 1883, depararemos com uma discussão bem mais elaborada e sofisticada acerca do método histórico desenvolvida pelo filósofo idealista William Ritchie Sorley (1855-1935) – abordado no último tópico do **Capítulo II**. Nos *Essays in Philosophical Criticism* temos outro artigo que será analisado neste trabalho sobre *The Rationality of History* discutida pelo filósofo neohegeliano David George Ritchie (1853-1903). Esse artigo de Ritchie se relaciona indiretamente com outro texto que será também analisado por nós escrito pelo filósofo político John Murray A. MacDonald (1854-1939) publicado na *Mind* em 1885 sob o título *The Science of History*. Tanto a *Racionalidade* quanto *A Ciência da História* carregam consigo algum em comum: estabelecem em torno dos pressupostos de uma filosofia da história⁸, uma filosofia da história idealista, neohegeliana.

Por fim, analizaremos uma discussão epistemológica promovida pelos filósofos R. G. Collingwood, E. A. Taylor e F. C. S. Schiller. Tal problemática se efetuou a partir de uma pergunta orientadora: Are history and science different kinds of knowledge? Todos os partícipes abordaram tal temática em um simpósio realizado pela *Mind Association* e pela *Aristotelian Society*, “realizada em Manchester, em 14 de julho de 1922” (ARRAIS, 2013, p. 318).

Desse modo, elencaremos a figura de Collingwood como o elo que reaproxima a historiografia filosófica do século XIX com os pressupostos da teoria da história no século XX. Foi ele que primeiro tentou estabelecer uma relação imediata com o pensamento filosófico de Hebert Francis Bradley em torno do conhecimento histórico.

⁸ Compreendemos o termo a partir da concepção de Löwith (1991) e Walsh (1978). Para o primeiro, apesar de apontar o filósofo iluminista Voltaire com “inventor” do termo, podemos identificar a materialização desse conceito antes mesmo de sua fabricação moderna, remetendo assim para uma “sociedade” da antiguidade – que não a helênica. A “filosofia da história se inicia com a fé hebraica e cristã numa realização e termina com a secularização do seu esquema escatológico” (LÖWITH, 1991, p. 15-6). Ao segundo, para além dessa constatação, podemos identificar ao menos duas acepções desse estudo – tradicionalmente concebido como “um assunto metafísico”. Uma filosofia da história do tipo especulativo e outra do tipo crítico (WALSH, 1978, p. 15). A primeira compreendida como um estudo tipicamente metafísico em sua fase teológica; perpassando pela sua contrapartida moderna ela assumiu um caráter secularizante: da providência divina ao prognóstico humano de progresso. A segunda, entendida como o que comumente hoje compreendemos por teoria da história, estabelecida em torno do campo da epistemologia. Como veremos, a filosofia da história idealista no cenário inglês, estabeleceu-se numa complementação de um lado, em torno de Hegel de outro, em torno de Green.

CAPÍTULO I

MIND REVIEW 1876-1922: A COMPOSIÇÃO DO CAMPO FILOSÓFICO

1.1 Desdobramentos do *campo* filosófico e histórico inglês no século XIX: *Mind Review* e *English Historical Review*

“Ser filósofo é dominar o que tem que ser
dominado na história da filosofia para saber agir
como filósofo num campo filosófico”

Pierre Bourdieu
Questões de sociologia

A ideia central que guia este capítulo assenta-se na preocupação de compor um quadro da procesualidade de uma história da filosofia inglesa do final do século XIX. No entanto, diferentemente do que é visto dentro desse domínio que ainda privilegia os grandes cânones do conhecimento, esse estudo tem por pretensão traçar o acúmulo filosófico produzido neste período. De modo transversal, a história da filosofia pode ser rastreada a partir de outro suporte: o periódico. A *Mind Review*, assim como outros periódicos científicos – *Historische Zeitschrift*, *The English Historical Review*, *Revue Historique*, *Revue de Synthèse Historique* – inscritos na segunda metade do século XIX, são sintomáticos de um mesmo momento histórico: a afirmação e estruturação de vários *campos* de conhecimento. Temos uma pretensão ao fazer essa cursão: construir um quadro sintético da história da filosofia. Em paralelo, procuramos rastrear de onde adveio a contribuição filosófica acerca do conhecimento histórico – que naquele momento também estava em vias de se constituir.

Assim, a inscrição dessa epígrafe coaduna com uma de nossas preocupações neste trabalho. O que era a filosofia inglesa no final do século XIX, quais eram as forças e as vertentes filosóficas mais eminentes? Pretendemos responder essa pergunta por intermédio da *Mind Review*. Antes, porém, é necessário perscrutar o nosso objeto de estudo. As inquirições que serão lançadas buscam compreender o escopo de sua natureza e formato, ensejando compreendê-lo em meio a sua própria multiplicidade temático-filosófica.

Inserindo-se na própria inquirição fundamental da prática historiadora, que na busca

pela compreensão de seu objeto investe na arguição de sua natureza para assim, inseri-lo em algum ramo investigativo da história é que estamos a pensar. É pelo caráter da fonte que conduzimos a nossa abordagem histórica. É imprescindível ao historiador indagar acerca disso em sua pesquisa. O “imperativo” se faz necessário, pois possibilita um deslocamento que torna possível a sua análise.

A *Mind Review*, desse modo, está sendo pensada por nós a partir de uma subdisciplina, ou mesmo de um *domínio*⁹ do campo histórico: a *História das Ideias*¹⁰. A importância deste enquadramento dimensiona o trânsito de nossa análise, suas implicações, problemas e possíveis respostas.

Feito isso cabe indagar. O que é um periódico? Qual a metodologia a ser empregada neste tipo de análise? Qual é a sua relevância na composição do *campo* filosófico? Seria possível compor uma história da filosofia a partir desse suporte? Tentar responder a tais perguntas nos ajudará a compor a práxis de um *campo*, e assim compreender a própria dinâmica que se insere: a de um *habitus*¹¹.

Nossa abordagem tende a pensar o periódico não de maneira isolada, própria e autônoma, antes, o concebe na amplitude própria de seu *campo*, para assim inseri-lo na composição de seu próprio jogo. É mediante a sua inserção dentro da dinâmica filosófica inglesa *fin de siècle* que nos possibilitará compreender aquilo que Bourdieu chama de *campo*.

Um campo, e também o campo científico, se define entre outras coisas através da definição dos objetos de disputas e dos interesses específicos que são irreduzíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios de outros campos [...] e que não são percebidos por quem não foi formado para entrar neste campo (cada categoria de interesses implica na indiferença em relação a outros interesses, a outros investimentos, destinados assim a serem percebidos como absurdos, insensatos, ou nobres, desinteressados). Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc (BOURDIEU, 1983, p. 89-90).

Para compor as nuances desse jogo, pensamos em conceber as forças por detrás

⁹ Ver: BARROS, José D'Assunção. História das ideias: em torno de um domínio historiográfico. *Locus revista de história*, Juiz de Fora, Vol. 13, No. 1, p. 199-209, 2007.

¹⁰ Conhecemos pelo menos duas tendências em história das ideias anglo-americana: a primeira delas estabelecida por Arthur Lovejoy, sistematizado pelas *ideias unidades* e por seu caráter de estudos interdisciplinares, inicialmente de forma institucional a partir de 1923 com a criação do Clube de História das ideias na Universidade Johns Hopkins, posteriormente culminando em revista em 1940 (PALTÍ, 2005, p. 64-5); em segundo, temos a partir de 1960 uma renovação metodológica promovida pela “Escola de Cambridge” nas figuras de Quentin Skinner, John Pocock e John Dunn. Nossa reflexão teórica é canalizada pela segunda vertente, particularmente nos escritos teórico-metodológico de Skinner.

¹¹ “[...] O *habitus*, sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores, é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins aos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidas para este fim” (BOURDIEU, 1983, p. 94).

dessa dinâmica, no intuito de perceber se isso teve alguma relevância no interior da revista. Como ficará evidente, boa parte da caracterização do periódico centra-se na figura do editor. A análise da *Mind Review* será conduzida – pelo recorte estabelecido – em dois momentos: duas fases editoriais. A primeira, com George Croom Robertson (1842-1892); a segunda com George Frederick Stout (1860-1944).

Como veremos, houve certa lamúria tanto entre os filósofos quanto entre os historiadores acerca da constituição de um *campo* estruturado de conhecimento. Enquanto outras potências econômicas como a Alemanha (BENTIVOGLIO, 2010a; 2011) e a França (BORGES, 2006) já haviam estabelecido seus respectivos *campos* de conhecimento – em relação à história; a Grã-Bretanha (SILVA, 2013) não esteve à frente disso, foi tardia na composição de uma classe estruturada de intelectuais, tanto no *campo* da história como no da filosofia.

O primeiro editor da *Mind* – revista de psicologia e filosofia com publicação trimestral – como dito, foi Robertson (1876-1891). No prefácio que abriu o primeiro número da revista, em 1876, constatamos o que afirmamos no parágrafo acima.

Que tal revista deveria ter existido não é até então dificilmente surpreendente. A investigação inglesa esteve extensamente ligada nos objetos da mente **[filosofia da mente]** tem-se, até muito recentemente sido distinguida do pensamento filosófico de outros países pelo o que pode ser chamado de seu caráter não profissional. Exceto na Escócia (e mesmo lá Hume não foi um professor) poucos pensadores britânicos foram professores públicos em filosofia para os negócios de suas vidas. Bacon, Hobbes, Locke, Berkeley, Hume, Hartley, e os Mills **[James Mill e John Stuart Mill]** fizeram seus trabalhos do início, ou ao fim, ou nas pausas de suas próprias vidas, de outro modo ativas, e endereçada para a maior parte da inteligência comum de seu tempo [...] ¹² (ROBERTSON, 1876, p. 01 **[grifo nosso]**).

Nessa citação entramos em contato com a tradição intelectual inglesa, todos da linhagem empirista, começando pelo seu fundador, o filósofo Francis Bacon (1561-1626) até a sua partícula moderna estabelecida por Jeremy Bentham, James e John Stuart Mill. Robertson lamenta o fato de que nenhum destes ter sido um filósofo profissional – mesmo na Escócia onde já havia cátedras em filosofia e uma escola filosófica, reconhecida como o iluminismo escocês. A *Mind* neste sentido foi o epicentro da discussão filosófica, era o *locus* do debate, da discussão ensaística. Dentro da composição do *campo*, o periódico científico –

¹² “That no such journal should hitherto have existed is hardly surprising. Long as English inquiry has been turned on the things of mind, it has, till quite lately, been distinguished from the philosophical thought of other countries by what may be called its unprofessional character. Except in Scotland (and even there Hume was not a professor) few British thinkers have been public teachers with philosophy for the business of their lives. Bacon, Hobbes, Locke, Berkeley, Hume, Hartley, the Mills did their philosophical work at the beginning or at the end or in the pauses of lives otherwise active, and addressed for the most part the common intelligence of their time [...]”.

como era tido – tem um papel fundamental na regulação do *campo*.

Em paralelo ao surgimento de periódicos científicos no cenário inglês ocorre também o estabelecimento de associações no ramo da filosofia. No caso da *Mind* esse processo ocorreu em 1900 com a criação da *Mind Association*. Outras associações foram promulgadas com o intuito de fomentar ainda mais o campo, como foi o caso da *Aristotelian Association* fundada em 1880. Tal diagnóstico corresponde a uma consolidação das instituições de ensino superior, o que possibilitou a ampliação do ensino, assim como o surgimento de novas cátedras, embora, tais condições estivessem em vias de consolidação, percebemos que tal intento antes resultou da atividade de uma “classe intelectual” específica.

Tal como ocorreu no campo da filosofia com a ausência de um *corpus* minimamente consolidado capaz de estruturar as unidades desse saber, ocorreu o mesmo no *campo* do conhecimento histórico. O primeiro periódico em história surgiu dez anos após a criação da *Mind*, e a sua composição estrutural segue praticamente o mesmo modelo daquela. A *English Historical Review* surgiu em 1887 e a mesma dificuldade foi verificada (SILVA, 2013). A autonomia desses *campos* de conhecimento adveio muito do esforço individual de alguns intelectuais. De acordo com Leonardo de Jesus Silva:

a *EHR*, tem seu primeiro número publicado em janeiro de 1886, pela editora Longmans, tendo como editor o Professor de História Eclesiástica de Cambridge, Mandell Creighton (1843-1901). Segundo alguns autores, como Doris Goldstein (1986), vinte anos de discussões e tentativas frustradas de criar um jornal histórico teriam precedido esse primeiro número. Como na tentativa de James Bryce e A. W. Ward entre 1867 e 1870 com a editora Macmillan, tendo como provável editor o historiador Richard Green. Entre seus principais fundadores estão além de James Bryce, Adolphus Ward e Mandell Creighton, Frederic York Powell, Reginald L. Poole e Lord Acton [...] (SILVA, 2013, p. 52).

Era inconcebível para uma potência do nível da Grã-Bretanha não possuir um *corpus* intelectual minimamente formado, isso nos vários campos de conhecimento. Neste caso, é importante lembrar que estamos diante de um processo de profissionalização, especificamente, no caso da filosofia e da história. No caso da segunda, esse fenômeno já havia ocorrido na França e na Alemanha, tendo esta última fornecido o modelo epistemológico para o pensamento histórico inglês e estadunidense.

Prova disso foi a publicação do artigo do historiador Lord Acton (*German Schools of History*) que abre o primeiro número da *EHR* trazendo assim, um balanço da historiografia alemã. Desse modo, o último quartel do século XIX é efetivamente o momento de certificação e nascimento de uma série de ciências, assim como, a afirmação da história frente às demais ciências sociais e humanas. Essa é a prerrogativa lançada por Iggers:

No pós 1848 na Alemanha, e no pós 1870 na maioria dos países europeus, nos Estados Unidos e no Japão – e bem mais tarde na Grã Bretanha e na Holanda – os estudos históricos iniciaram sua profissionalização. O modelo seguido era geralmente o alemão: nos Estados Unidos com a introdução do programa de Ph.D. na *Johns Hopkins University* em 1872, na França já em 1868 com a fundação da *Ecole Pratique des Hautes Etudes* em Paris com seu foco na pesquisa. [...] Periódicos foram fundados para propagar os novos métodos da pesquisa científica (*scientific scholarship*). Assim a fundação da *Historische Zeitschrift* (1859) foi seguida pela *Revue Historique* (1876), a *Revista Storica Italiana* (1884), a *English Historical Review* (1886), a *American Historical Review* (1895) e periódicos similares em outros países. Significativamente o primeiro número da *English Historical Review* é aberto com um artigo de Lord Acton sobre “As Escolas Alemãs de História” (IGGERS, 1997, p. 27-28 apud SILVA, 2013, p. 52-3).

Iggers foi categórico ao afirmar que a profissionalização em história no cenário inglês do século XIX só começou a alçar projeções a partir da segunda metade daquele século. Isso porque os principais historiadores não estavam vinculados a nenhuma das cátedras de história e/ou não foram influenciadas pelo seu rigor. Tais historiadores se encontravam num liame entre a prática de uma historiografia “amadora” e uma dita “profissional”.

Na Grã-Bretanha e na Itália a história acadêmica teve um papel menos importante [até meados do século XIX]. Nenhum dos historiadores britânicos importantes era acadêmico. Os dois mais eminentes eram Thomas Macaulay e Thomas Carlyle (1795-1881), ambos imensamente populares e pouco afetados pelo rigor acadêmico-científico. Carlyle chegou a introduzir um personagem ficcional, o Professor Dryasdust, que representava a tradição erudita. Enquanto Macaulay expressou fé no progresso humano manifestado na ascensão da liberdade inglesa. Carlyle olhou o mundo moderno com desdém. Viu na Revolução Francesa como uma catástrofe, admirava os grandes heróis autoritários da história, mas também, como um crítico da sociedade industrial, expressou sua simpatia para com as massas empobrecidas e seu escárnio para com as classes dirigentes. Em contraste com o otimismo complacente de Macaulay, foi um crítico conservador da cultura e da sociedade de seu tempo (apud LOPES, p. 261).

Pensar essa transição entre uma historiografia “amadora” (dileitante) e uma historiografia profissional – esta última mapeada por Silva (2013) em torno do periódico *English Historical Review* – é fundamental, pois é desse encontro entre uma tradição histórica calcada e próxima da literatura e uma estabelecida a partir do estatuto do método histórico que emergirá uma historiografia dita “profissional”.

Desse modo, “o longo século XIX” apontado por Hobsbawm foi crucial para a consolidação da história enquanto disciplina autônoma diante dos demais domínios do conhecimento, mas esse processo foi marcado por não pouca celeuma entre historiadores, filósofos, sociólogos e literatos, etc. Duas questões devem ser consideradas na “era épica da construção da moderna ciência da história”, Jurandir Malerba as mensura:

Primeiramente, sua transformação numa disciplina acadêmica, codificada a partir de cátedras universitárias, criada desde a primeira metade do século XIX a partir da Alemanha. Em segundo lugar, o “século da história” é marcado pelo incandescente processo de criação dos Estados nacionais na Europa; a definição de suas fronteiras e povos, a invenção de identidades a partir da ideia de nação, demandou como jamais o conhecimento da história, gestada sob a égide da ciência moderna, mãe do século. Nunca antes ou depois houve semelhante clamor social pelo campo da história, nem tamanho poder no espectro social os historiadores (2010, p. 8).

O periódico científico tal qual a *Mind* e a *English Historical Review* são o resultado imediato da profissionalização de um domínio, constitui-se como o lugar de divulgação das pesquisas monográficas em andamento é a exposição argumentativa em torno de um estudo, ensaístico, inacabado, aberto ao debate e a crítica. Ambas tinham a preocupação de seu público alvo. O periódico consequentemente se faz como uma “ponte” erigida e direcionada para esses dois setores: o público especializado, primordialmente; e o público letrado em geral. No caso da história, conforme Silva (2013, p. 58), o público alvo era os estudantes profissionais em história e o leitor geral – embora fosse o primeiro grupo o interesse principal.

A construção e a demanda por tal conhecimento foi expresso por Malerba como um diagnóstico de um momento histórico específico que também reivindicava a elevação de seu estatuto. A confirmação e a criação de periódicos científicos foram os resultados imediatos da estruturação dos *campos*. Esse processo aconteceu tardiamente na Grã-Bretanha – é o que confirma a nota de prefácio da *English Historical Review*.

Tem amplamente sido uma matéria de observação e lamento que na Inglaterra, sendo o único entre os grandes países da Europa, onde não existe qualquer órgão periódico dedicado ao estudo da história. Embora o número de pessoas engajadas nesse estudo seja amplo e em constante crescimento; entretanto, o trabalho feito é tanto minucioso na qualidade quanto aquele dos alemães, é provavelmente maior em quantidade do que os dos franceses ou italianos; embora as escolas históricas mais promissoras tenham sido desenvolvidas tardiamente em nossas universidades, os historiadores ingleses ainda não possui como aqueles de outros países, associações em um estabelecimento de alguma academia ou outra organização, nem fundaram nenhum jornal para promover seu objetivo comum (PREFÁCIO, 1886, p. 1 apud SILVA, 2013, p. 58).

Foi a partir desta consolidação mais efetiva que se pôde pensar a estruturação do *campo*. Desse modo, o século XIX abre-se como uma prerrogativa fundamental na estruturação de vários campos do saber, estabelecendo os requisitos mínimos de sua consubstanciação: um *corpus* intelectual, um *locus* institucional e uma *práxis* reguladora.

1.2 *Mind* a *Quarterly Review of Psychology and Philosophy* 1876-1922

Fundada em 1876 a partir de um projeto inaugural que esteve a princípio vinculado a

uma iniciativa singular cujo epicentro pode ser apontado e atribuído a figura de Alexander Bain¹³. O periódico foi o primeiro a se dedicar ao campo da Psicologia e da Filosofia servindo de grande auxílio na ampliação e fortalecimento destes dois campos do conhecimento. Alguns comentadores de Bain atribuem ao seu espírito público, bem como, ao seu entusiasmo, o processo de instauração da revista *Mind* (SORLEY, 1926; METZ, 1938; QUINTON, 1976).

A *Mind* teve seu primeiro número lançado em Janeiro de 1876 pela Editora William and Norgate, tendo publicações tanto em Londres como em Edinburgh. Inicialmente, ela era vendida por três Schillings cada edição. Seu primeiro editor George Croom Robertson (1842-1892) foi professor de Filosofia da Mente e Lógica na University College em Londres, cargo que assumiu em 1866 deixando o posto vinte seis anos depois quando da sua morte. Robertson era o editor responsável pela revista e permaneceu no cargo até 1891. Após a sua morte, George Frederick Stout (1860-1944) assumiu o processo de editoração juntamente com outros membros do comitê da revista, permaneceu no cargo entre os anos de 1892 a 1920. Stout quando assumiu a edição cria uma nova série. A necessidade de uma *New Serie* conferiria um “novo começo sob uma nova editoração” (PREFATORY REMARKS, 1892, p. 1).

O surgimento de periódicos tais como a *Mind* e a *English Historical Review* nos idos da segunda metade do século XIX nos permite confirmar conforme apontado anteriormente, o processo de consolidação de uma série de *campos* do conhecimento. A criação de revistas especializadas surge num momento crucial de ambos os lados – tanto da filosofia quanto da história – com a afirmação e o efetivo reconhecido de tais matérias como disciplinas autônomas.

A *Mind* neste sentido representa um esforço duplo tanto no campo da filosofia quanto o da psicologia. O nosso interesse repousa no primeiro de onde subtraímos o subsídio necessário para nossa pesquisa, ou seja, aqueles artigos que, sobretudo, estavam relacionados

¹³ O filósofo escocês Alexander Bain (1818-1903) apesar de ser pouco conhecido no cenário filosófico do século XIX foi de fundamental importância para o que viria a ser a “*Scottish philosophy*” daquele mesmo século, figurando ao lado de filósofos como William Hamilton, James Frederick Ferrier, Edward Caird and Andrew Seth Pringle-Pattison. Bain foi professor régio de Lógica da Universidade de Aberdeen de 1860 à 1880. Suas principais influências repousaram nos filósofos Thomas Reid (1710-1796) e William Hamilton (1788-1856). De outro, sua simpatia com John Stuart Mill (1806-1873) o levou para uma direção marcadamente empirista. Segundo Metz (1938), Bain é mais conhecido pelos trabalhos desenvolvidos no campo da psicologia. Entre suas obras estão: *The Senses and the Intellect* 1855; *The Emotions and the Will* 1859; *On the Study of Character: Including an Estimate of Phrenology* 1861; *Mental and Moral Science* 1868; *Logic* 1870; *Mind and Body: The Theories of Their Relation* 1872; *Education as a Science* 1879; *Practical Essays* 1884; *Dissertations on Leading Philosophical Topics* 1903 (neste livro estão reunidos todos os artigos de Bain publicados na revista *Mind*) e *Autobiography* publicado postumamente em 1904 (METZ, 1938, p. 74-77). Ver o verbete *Scottish Philosophy in the 19th Century* na Stanford Encyclopedia of Philosophy. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/scottish-19th/#AleBai181190>> Acesso: 05/01/2015.

aos problemas teóricos da história: em relação ao seu método, sua validade, seu estatuto epistemológico e científico.

A *Mind* diferentemente de outras revistas como é o caso da *English Historical Review* – para ficarmos apenas no âmbito inglês – possuía uma diferença notável, começando pela periodicidade de suas publicações. Ela manteve a periodicidade trimestral ao longo de toda a sua existência, publicando quatro números por ano. Já a primeira revista de história inglesa possuía edições quadrimestrais. A *Mind* também manteve as discussões sobre psicologia em sua pauta até o ano de 1973. Em 1974 já sob a editoração de David Walter Hamlyn (1972-1984) ocorreu uma mudança significativa em sua estrutura. Hamlyn optou por retirar as discussões sobre psicologia, mantendo-se assim, exclusivamente no campo da filosofia.

Inicialmente a estrutura da *Mind* era composta por quatro seções maiores: 1) *artigos*, 2) *observações críticas*, 3) *relatórios* e, 4) *notas*, distribuídas em *livros recentemente publicados* (*New Books*) e *notícias*. Na primeira parte, ficavam os artigos que ocupavam a maior extensão da revista; nas *observações críticas* encontramos algo parecido como uma resenha crítica de obras recém-lançadas tanto no âmbito inglês como em outros idiomas, relacionados aos problemas de psicologia e de filosofia.

No primeiro número, por exemplo, temos cinco resenhas críticas: a primeira efetuada por Robert Flint (1838-1910) do livro do filósofo alemão Franz Brentano (1838-1917) *Psychologie vom Empirischen Standpunkte*; a segunda crítica foi efetuada por George Henry Lewes da obra *Fisiologia dei Centri Nervosi Encefalici* dos atores italianos Filippo Lussana (1820-1897) e Alessio Lemoigne (s/d); a terceira, da obra de J. Hughlings Jackson (1835-1911) *Clinical and Physiological Researches on the Nervous System: On the Localisation of Movements in the Brain*, realizado pelo editor; a penúltima desta seção traz em seu bojo uma resenha da obra do filósofo naturalista-evolucionista¹⁴ Herbert Spencer (1820-1903) de seu livro *Principles of Sociology* efetuada pelo idealizador da revista *Mind*, o

¹⁴ Tal termo resulta da própria caracterização efetuada por Metz na sua obra *A Hundred Years of British Philosophy*. Do qual divide em escolas as variações filosóficas emergentes do século XIX e início do XX. Dentre outros nomes podemos citar os mais conhecidos: Charles Darwin (1809-1882) que dentre outros, possui um artigo publicado na revista *Mind: A Biographical Sketch of an Infant* Vol. 02 No. 07 (Jul., 1877); Thomas Henry Huxley (1825-1895) um dos grandes defensores do darwinismo; Francis Galton (1822-1911) primo de Darwin, conhecido por ter cunhado o conceito de eugenia, de grosso modo, uma tese “cientificista” da afirmação da superioridade racial. O mesmo teve alguns de seus artigos publicados na revista em questão, são eles: *Statistics of Mental Imagery* Vol. 05, No. 19 (Jul., 1880); *Mental Tests and Measurements* Vol. 14, No. 59 (Jul., 1890) publicado em conjunto com James McKeen Cattell (1860-1944) um psicólogo americano; por fim, *Discontinuity in Evolution* New Series Vol. 03, No. 11 (Jul., 1894); George Henry Lewes (1817-1878) que teve também alguns de seus artigos publicados na *Mind*, entre eles estão: *What is Sensation?* Vol. 01, No. 02 (Apr., 1876) e *Consciousness and Unconsciousness* Vol. 02, No. 06 (Apr., 1877).

filósofo Alexander Bain; por fim, temos a crítica do livro do economista irlandês John Elliott Cairnes (1823-1875) *Logical Method of Political Economy* efetuada novamente pelo editor da revista.

Na terceira seção temos a parte dos *relatórios*. Nela encontramos dois tipos de notificações ou mesmo relatórios de pesquisa acerca de periódicos/revistas, nacionais e internacionais, bem como de monografias relacionadas aos objetos de estudo da revista *Mind*. Nesta primeira edição contamos com três relatórios: um sobre trabalhos monográficos de fisiologia; um segundo relacionado às revistas de filosofia na Alemanha; um terceiro, concernente à psicologia na Holanda. Tais conteúdos não eram fixos e mantinham uma certa rotatividade temática. O primeiro relatório foi efetuado pelo fisiologista John Gray McKendrick (1841-1926) e contemplou três estudos monográficos sobre o tema: *Rate of Current in Sensory Nerve*; *Hereditary Transmission of Injuries to the Nervous System* e *The Accommodation of the Ear for musical tones of different Pitch*. O Segundo relatório trazia informações das principais revistas de filosofia da Alemanha e foi realizado pelo filósofo Robert Flint. O mesmo nos dá notícia de quatro periódicos de maior importância e circulação na Alemanha, entre eles: *Zeitschrift für Philosophie und Philosophische Kritik* a mais antiga revista de filosofia alemã fundada por Immanuel Hermann Fichte em 1837 com publicações em Halle; *Zeitschrift für Völkerpsychologie und Sprachwissenschaft*, uma revista de psicologia e linguística fundada em 1859 por Moritz Lazarus e Steinthal Heyman com publicações em Berlin; a revista *Die neue Zeit* tendo como editor Hermann Freiherrn Von Leonhardi com publicações em Praga; por fim, a revista *Philosophische Monatshefte* tendo como editor Dr. E. Bratushceck com publicações em Leipzig (REPORTS, 1876, p. 136-43). O terceiro relatório é de autoria do historiador Thomas Martin Lindsay (1843-1914) conhecido pelos trabalhos desenvolvidos sobre a história da Igreja cujo os principais obras podem ser citados: *Luther and the German Reformation* de 1900; *A History of the Reformation in Europe* em dois volumes publicado respectivamente em 1906-7. Lindsay também é lembrado por ter feito algumas contribuições para a Encyclopaedia Britannica, bem como, para o projeto da Cambridge Modern History elaborado por Lord Acton (SILVA, 2013). Em seu relatório que tem por título a *Psychology in Holland* o autor nos dá notícias de alguns estudos no campo a partir da obra *Zielkunde* do Professor van der Wijck fazendo um cotejamento necessário com os trabalhos desenvolvidos na Grã-Bretanha.

Na seção de *notas* temos um relato mais simples e rápido de alguns temas candentes à época. Diferentemente da seção anterior dos relatórios cuja extensão é maior e repousa

sobre uma temática em especial com um teor mais aprofundado, na seção de *notas* temos algumas discussões breves sobre tópicos pontuais. Exemplificando melhor essa seção, encontramos três breves textos. O primeiro versando sobre um experimento de psicologia de autoria do próprio editor. O segundo de Alexander Bain tratando de um ponto específico: *George Henry Lewes on the Postulates of Experience*. Encaminha de maneira sucinta uma problemática sintética dos problemas da experiência em especial, da uniformidade da natureza. O último, de autoria do próprio editor versa sobre Lógica e os elementos da Geometria.

Na seção dos *New Books* encontramos resenhas sucintas de livros recentemente publicados tanto os de língua inglesa como estrangeira. Neste primeiro número da revista *Mind* temos dez resenhas. A primeira feita por Alexander Bain a cerca do livro publicado postumamente de seu amigo George Grote *Fragments on Ethical Subjects* de 1876. Os demais todos de autoria de W. C. Coupland, tendo dois livros de autores ingleses e o restante todos sem exceção de autores alemães. Dos autores ingleses temos uma terceira edição do livro de Alexander Bain *The Emotion and Will* pela editora Longmans de 1875; e a publicação do livro de Thomas Hughes *The Economy of Thought* pela editora Hodder and Stoughton de 1875. Dos autores alemães citarei apenas os nomes: Dr. Wilhelm Volkmann Ritter von Volkmar, Karl Fortlage, Dr. Hermann Ulrici, Fritz Schultze, Friedrich Paulsen, Wilhelm Tobias e G. J. Gerhardt. Todos os autores citados tiveram suas obras lançadas no ano de 1875.

Na última seção temos o bloco de notícias, que contém informações das mais variadas, mas que não deixa de ser menos importante. Temos notícias neste primeiro número da *Mind*, por exemplo, que o professor Wilhelm Wundt (1832-1920) fundador do primeiro laboratório de psicologia experimental em Leipzig (1879) iria publicar uma recente pesquisa na revista sob o título: *Reflex Action and the Mechanics of Central Innervation* (Vol. 01, No. 02, 1876). O mesmo não só apenas publica este artigo no número seguinte da *Mind* como também um outro: *Philosophy in Germany* (Vol. 02, No. 08, Oct., 1877). Dentre outras notícias encontramos uma nota sobre a nomeação de Henry Sidgwick (1838-1900) como professor de Filosofia Moral e Política no Trinity College, em Cambridge. E outra sobre a tradução do livro de Herbert Spencer *First Principles* para o alemão em 1874 por Dr. B. Vetter.

A disposição estrutural da revista se manteve mais ou menos assim ao longo da primeira fase editorial. Na década de 1880, por exemplo, observamos algumas reformulações,

mas que em síntese, no que tange a sua composição, permaneceu quase na mesma linha. Temos apenas algumas modificações pontuais. Temos a seção de *artigos, notas e discussões, observações críticas, livros recentemente publicados (New Books)* e um pequeno espaço para os *conteúdos variados (Miscellaneous)*. Não encontramos, por exemplo, a parte dos *relatórios* do qual versavam sobre outros periódicos estrangeiros como também de pesquisas monográficas. Essa não terá uma frequência mais pontual ao longo dessa primeira fase. Até o ano de 1891 a revista se manteve quase da mesma forma no que se refere a sua disposição estrutural. Em síntese, não ocorreu mudanças significativas em relação a composição da revista. Houve apenas uma oscilação na parte dos *relatórios* que seria retomado com periodicidade com a *New Series*.

Com a *Nova Série* não encontramos nenhuma alteração profunda na estrutura da revista. Ela se manteve na mesma perspectiva conduzida pelo seu antigo editor, e foi novamente afirmado pelo seu novo editor George Frederick Stout no prefácio da nova série. Ou seja, deveria manter o seu aspecto confessional de catolicidade bem como de imparcialidade (num sentido de “partidarismo” filosófico). As mudanças ocorridas nesta segunda fase editorial são mínimas em termos estruturais; são destacadas da seguinte maneira: 1) manter a periodicidade de todos os artigos mais importantes dos periódicos estrangeiros (essa parte era conduzida na primeira fase editorial na seção de relatórios mas que não se manteve de maneira mais efetiva e com periodicidade); e 2) manter os “relatórios de especialistas dos trabalhos em curso em seus diversos departamentos” (PREFATORY REMARKS, 1892, p. 01).

Nesta segunda fase da revista – diferentemente da anterior – temos algumas alterações significativas. A primeira delas é que Stout não edita a revista sozinho. Cooperando juntamente neste processo temos a figura de Henry Sidgwick¹⁵, e do primeiro filósofo idealista a compor o quadro editorial da revista: William Wallace¹⁶, seguido por Dr.

¹⁵ Henry Sidgwick (1838-1900) foi um dos filósofos mais influentes na era vitoriana, especificamente no campo da ética. Um de seus trabalhos mais vigorosos – para muitos sua obra-prima – foi *The method of Ethics* publicado originalmente em 1874 tendo mais seis reimpressões ao longo dos anos. Seguiu a mesma linhagem da tradição clássica da escola utilitarista-empirista – aquela de Jeremy Bentham, James e John Stuart Mill – cujo princípio canalizador estava contido nesta máxima: “the greatest happiness of the greatest number”. Sua trajetória acadêmica é descrita por Metz: “1859 Fellow of Trinity College, Cambridge; at first Classical Lecturer; in 1869 became Lecturer in Moral Philosophy; 1883, Professor of Moral Philosophy in the University of Cambridge. A founder and first President of the Society for Psychical Research (1882)” (1938, p. 83). Dentre suas principais obras podemos destacar: *The Ethics of Conformity and Subscription* 1870; *Utilitarianism* 1873; *The Principles of Political Economy* 1883; *The Elements of Politics* 1891e *Practical Ethics, A Collection of Addresses and Essays* 1898. Além de trabalhos publicados postumamente pela sua esposa Eleanor Sidgwick, possui também artigos publicados em periódicos especializados. Consultar também o verbete *Henry Sidgwick* na Stanford Encyclopedia of philosophy. Disponível em: < <http://plato.stanford.edu/entries/sidgwick/> > acesso: 20/01/2015.

¹⁶ William Wallace (1844-1897) foi um filósofo escocês que esteve bastante ligado com a tradição filosófica

John Venn¹⁷ e James Ward¹⁸. Esta equipe editorial permanecerá inalterada até 1894.

Em 1895 temos outras mudanças significativas. Se de um lado, quase não houve qualquer alteração na formatação e disposição estrutural da revista, de outro, houve uma série de ampliações nesta segunda fase editorial. Naquele ano, por exemplo, apareceram na revista *Mind* mais um escritório da editora Williams and Norgate em sua capa principal indicando assim que a mesma estaria sendo distribuída também em Oxford, antes apenas em Londres e Edinburgh. Houve também o ingresso de um novo membro no comitê editorial, o psicólogo Edward Bradford Titchener¹⁹ que seria o representante editorial das correspondências estadunidense, onde lecionava como professor de psicologia na Universidade de Cornell em Ithaca, Nova York. Em 1897 temos o ingresso do segundo filósofo idealista Edward Caird²⁰ no

germânica. Estudando principalmente as obras de Kant, Fichte, Herder e mais especificamente, as de Hegel. Wallace tornou-se o sucessor de Thomas Hill Green, ocupando a cadeira de Filosofia Moral em Oxford em 1882. Além de ter grande conhecimento da filosofia germânica, ainda dominava os filósofos clássicos, bem como, a tradição filosófica britânica. Suas principais obras são: *Kant* 1882; *Life of Schopenhauer* 1890; *The Logical of Hegel* 1892; *Prolegomena to the Study of Hegel's Philosophy: And Especially of His Logic* 1894; *Lectures and Essays on Natural Theology and Ethics* (1898) e *Epicureanism* 1902. Além de traduzir alguns dos trabalhos de Hegel. Disponível em: < <http://www.giffordlectures.org/lecturers/william-wallace> > Acesso: 20/01/2015.

¹⁷ John Venn (1834-1923) foi um matemático, lógico e filósofo inglês vinculado ao movimento empirista, conhecido por suas contribuições no campo da lógica, especificamente, a lógica simbólica (também chamada de lógica matemática), na teoria da probabilidade e no campo da filosofia da ciência. Entre suas principais obras estão: *Logic of Change* 1866; *Symbolic Logic* 1881 e *The Principles of Empirical or inductive Logic* 1889. (METZ, 1938, p. 717). Além de uma série de artigos publicados na revista *Mind*. Ver também o verbete *John Venn* na Encyclopaedia Britannica. Disponível em: <<http://global.britannica.com/EBchecked/topic/625445/John-Venn>> Acesso: 20/01/15.

¹⁸ James Ward (1843-1925) igualmente a outros filósofos do século XIX direcionou suas preocupações entre os campos da filosofia e da psicologia. Após concluir os estudos secundários, o mesmo tentou a carreira eclesiástica ingressando em 1863 para o Spring Hill College com o objetivo de ser tornar um ministro calvinista mas que não leva a cabo tal intento. Em meio a crise religiosa viaja rumo a Alemanha para a cidade de Göttingen onde participou das conferências de um dos filósofos mais influentes da época, Rudolf Hermann Lotze. Tal incursão foi de grande importância para sua formação. Após o seu retorno Ward tenta retomar suas convicções religiosas tornando-se ministro da Emmanuel Congregation Chapel. No entanto, após o clímax de sua crise espiritual o mesmo decide-se abandonar por completo tal projeto. Em 1873 foi contemplado com uma bolsa de estudos em Ciências Morais no Trinity College dando assim propulsão a sua carreira acadêmica. Em 1875, ganhou um bolsa de estudo com sua dissertação intitulada *The Relation of Physiology to Psychology* sendo parcialmente publicada na revista *Mind* sob o título *Psychological Principles* em três partes. Começou a lecionar em 1878 e em 1897 obteve a cadeira de Filosofia Mental e Lógica em Cambridge. Tal cadeira havia sido disputada também pelo matemático e filósofo John Venn. Consultar verbete *James Ward* na Stanford Encyclopedia of Philosophy. Disponível em: < <http://plato.stanford.edu/entries/james-ward/> > Acesso: 20/01/2015.

¹⁹ Edward Bradford Titchener (1867-1927) foi um psicólogo britânico e seguidor do filósofo e psicólogo alemão Wilhelm Wundt cuja a influência foi extremamente norteadora nos trabalhos de psicologia no pensamento inglês, reverberando assim, uma forte marca nos desenvolvimentos deste campo no interior da revista *Mind*. Titchener após concluir seus estudos em Oxford (1885-1890) viaja para Leipzig para realizar seu programa de doutoramento aos cuidados de Wundt. No período em que esteve em Oxford Titchener traduziu para o inglês o primeiro volume do livro de Wundt, *Principles of Physiological Psychology*. Após concluir seu programa de estudo consegue um cargo na Universidade de Cornell. Torna-se coeditor da revista *Mind* sendo o principal correspondente da revista em solo estadunidense. Apesar de sua perspectiva em psicologia seguir os delineamentos principais de Wundt, não se manteve fixo a ele, desenvolvendo assim uma linha própria de ordem estruturalista. Disponível em < <http://plato.stanford.edu/entries/mental-imagery/edward-titchener.html> > Acesso: 20/01/15.

²⁰ Edward Caird (1835-1908) foi um dos grandes pioneiros do movimento filosófico idealista em paralelo e após Thomas Hill Green (1836-1882), um dos grandes fomentadores desta escola. Em 1866 Green foi apontado como

comitê editorial substituindo o então professor William Wallace. John Venn permaneceu como coeditor até o ano de 1898, quando deixou o cargo. Em 1899 temos os seguintes membros: Stout como editor; Sidgwick, Caird, Ward e Titchener como coeditores.

Outra característica marcante desta segunda fase ocorre em 1900 em paralelo com a morte de Henry Sidgwick que desde 1891 assumiu as responsabilidades financeiras da revista sendo seu “patrono”, tal como fez Alexander Bain ao longo de toda a primeira fase editorial, cujo custo inicial daqueles anos de publicação somou a cifra de 3.000 Libras (SORLEY, 1926, p. 409). O ano de 1900 foi bastante expressivo para o desenvolvimento da *Mind*. O primeiro fato de grande relevância foi a criação de um órgão: a *Mind Association*. Como foi observado, tal revista emergiu de um projeto praticamente privado. No período em que Robertson editava a revista, Alexander Bain fornece todo o subsídio financeiro. Quando do ingresso de Stout como editor (1892), Henry Sidgwick assume a função outrora de Bain sendo o seu principal fiador.

A criação da *Mind Association* em 1900 possibilitou uma nova condição para a revista. Emergiu assim todo um processo de capitalização de recursos através da assinatura anual da revista. Tal processo começou a ser realizado em 1882 e ampliado com o advento da associação. A capa principal do primeiro número daquela edição trazia as cifras: doze shillings para aqueles que moravam na Grã-Bretanha e Irlanda; para os países como Estados Unidos, França, Alemanha e todos os demais, o preço cobrado era de quatorze Shillings incluído os serviços de postagem. Em 1902 foi publicada uma lista da estrutura administrativa da entidade, assim como de seus membros. Consta também a notícia da realização do primeiro encontro anual da associação que ocorreu no dia dois de Novembro de 1901 no

tutor no Balliol Hall em Oxford, assumindo posteriormente, o cargo de professor de Filosofia Moral em 1878. Entre seus alunos estavam: Bernard Bosanquet, F. H. Bradley, R. L. Nettleship e Henry Scott Holland, que posteriormente daria continuidade ao movimento. Desse modo, temos a influência de Green em Oxford, de outro, a presença de Caird em Glasgow nomeado professor de Filosofia Moral em 1866. Esses seriam os dois principais centros mais vigorosos do movimento idealista. Caird permaneceu em Glasgow vinte e sete anos formando assim uma geração de jovens hegelianos. Antes desta longa estadia em Glasgow foi membro e tutor do Merton College de 1864-6. Retomou para Oxford de onde tudo começou em 1893 para substituir o professor Benjamin Jowett (1817-1893) como Master do Balliol, e assim, preencher a lacuna deixada pela morte prematura de Green. Entre suas principais obras estão: *A Critical Account of the Philosophy of Kant* 1877 (posteriormente revisada em dois volumes em 1889 sob o título *The Critical Philosophy of Kant*); *Hegel* 1883; *The Social Philosophy and Religion of Comte* 1885; *Essays on Literature and Philosophy* 1892, em dois volumes; *The Evolution of Religion* 1893, em dois volumes; *The Evolution of Theology in the Greek Philosophers* 1904, em dois volumes – esta obra foi composta a partir de suas palestras (Gifford Lectures) – e traduzido para o alemão em 1909. Sobre Caird ver: METZ, Rudolf. **A Hundred Years of British philosophy**. Trad. J. W. Harvey et al. Londres: George Allen & Unwin Ltd. 1938, pp 286-293. Sobre o segundo ver verbete Thomas Hill Green na Stanford Encyclopedia of Philosophy. Disponível em < <http://plato.stanford.edu/entries/green/> > Acesso: 20/01/15.

Balliol College, em Oxford²¹. A organização da instituição se dava da seguinte maneira: *presidente*, *vice-presidente*, *tesoureiro*, *secretário* e *fiadores*. O cargo de presidente não era fixo variando anualmente entre os principais intelectuais vinculados à *Mind*. Os demais cargos não tinham essa rotatividade. Na publicação desse documento temos como presidente o professor James Ward; como vice-presidente temos: A. S. Pringle-Pattison, J. Sully, B. Bosanquet, E. Caird, S. H. Hodgson e H. Rashdall. Como tesoureiro F. C. S. Schiller. H. Sturt como secretário, por fim, temos a parte dos fiadores: A. J. Balfour, R. B. Haldane, H. Wilde e a esposa de Henry Sidgwick, Eleanor Mildred Sidgwick. Neste documento também, encontramos uma dedicatória à memória de Alexander Bain e Henry Sidgwick como membros honorários da associação em reconhecimento ao auxílio prestado à *Mind*.

Em 1900 temos a indicação de que a revista poderia estar sendo distribuída na cidade de Nova York, onde havia surgido um escritório da editora responsável pela publicação, conforme consta na capa principal daquele número. Há também um aumento no preço da revista passando de três para quatro shillings. No ano seguinte a *Mind Association* assume a edição juntamente com a Williams and Norgate. Tal parceria acabou se rompendo no ano de 1907 quando a editora Macmillan assumiu o processo de edição juntamente com a *Mind Association*.

Em 1901 ingressa no comitê editorial o filósofo idealista Andrew Seth Pringle-Pattison²². Assim, além do primeiro temos os seguintes membros: Stout como editor, E. B. Titchener (representante da *Mind* nos Estados Unidos), Edward Caird e James Ward. Essa

²¹ *Mind*, New Series, Vol. 11, No. 41 (Jan., 1902), pp. 141-14.

²² O idealismo britânico conforme apontam os seus principais comentadores (METZ, 1938; MANDER, 2000; ROCKMORE, 2005; BOUCHER, VINCENT, 2001 e 2012), não pode ser tomado *in totum*. Se de um lado observamos uma unidade formativa em relação às suas principais influências – centrada, sobretudo em Platão, Kant e Hegel –, de outro, não podemos aglomerá-los de forma homogênea, pois apesar dessa filiação “comum”, em tal movimento repousa uma heterogeneidade que pode ser disposta da seguinte maneira: *neo-hegelianos*; *idealistas absolutos*; *pluralismo* e os *idealistas individuais* ou *personalistas* (the personal idealists). Neste último grupo é que se encaixa o professor Pringle-Pattison (1856-1931) comumente identificado como um dos mais importantes da segunda geração. Pertencente a geração de filósofos escoceses, iniciou seus estudos em Edinburgh complementando-o posteriormente na Alemanha quando foi contemplado por uma bolsa de estudos. Ao retornar torna-se assistente do professor Campbell Fraser em Edinburgh de 1880-83 iniciando assim sua carreira acadêmica. Permaneceu na Universidade de Cardiff de 1883-87 como professor de filosofia. Passou uma estadia na Universidade de St. Andrews como professor de Lógica e Metafísica (1887-91). Novamente na Escócia permanece em sua Universidade natal em Edinburgh onde permaneceu de 1891-1919. Dentre suas principais obras podemos destacar: *The Development from Kant to Hegel* 1882; Em 1883 publica um capítulo (*Philosophy as Criticism of the Categories*) no livro *Essays in Philosophical Criticism* o qual foi editado em conjunto com seu amigo Richard Burdon Haldane (1856-1928) em memória à Thomas Hill Green. Segue as demais obras de Pringle-Pattison: *Scottish Philosophy: A Comparison of the Scottish and German Answers to Hume* 1885; *Hegelianism and Personality* 1887; *Two Lectures on Theism* 1897; *Man's Place in the Cosmos and other Essays* 1897; *The Philosophical Radicals and Other Essays* 1907; *The Idea of God in the Light of Recent Philosophy* 1917; *The Idea of Immortality* 1922; *Studies in the Philosophy of Religion* 1930. Ver também o verbete *Scottish Philosophy in the 19th Century* na Stanford Encyclopedia of Philosophy. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/scottish-19th/#Scolde>> Acesso: 20/01/15.

ordem seguiu até 1908 quando da morte de Caird. É imprescindível notar que a segunda fase editorial teve uma presença maior de filósofos idealistas como é caso de Pringle-Pattison e Caird, dois nomes fortes dentro do movimento. Em 1911 o nome de David Morrison é acrescentado a lista. Após o ingresso deste último, a equipe permaneceu a mesma e sem alterações até o ano de 1920. Em 1921 assume como editor o filósofo George Edward Moore²³. Este permaneceu como editor até o ano de 1947. Em 1922 a ano do fechamento do nosso recorte temporal da revista, temos juntamente com Moore em cooperação editorial Pringle-Pattison, Charlie Dunbar Broad (1887-1971) e Frederic Charles Bartlett (1886-1969).

1.3 A primeira fase editorial da *Mind Review* 1876-1891: George Croom Robertson e o “despertar” filosófico inglês

A história do primeiro periódico inglês de psicologia e filosofia, sem dúvida, coincide com um momento importante dentro do cenário intelectual inglês do último quartel do século XIX, a saber: a efetivação de uma prática e a consolidação de um *campo*. Conceber a história deste periódico nos possibilitará pensar a prática de um *campo* bem como, seus problemas. Fundado em 1876, a *Mind Review* manteve-se de forma ativa no desenvolvimento dos debates em psicologia e filosofia, promovendo e possibilitando um lugar de discussões na produção de cada um desses *campos*. Pensar a instauração de tal periódico nos possibilita lançar luz sobre as condições do pensamento filosófico e, em última instância, suas implicações.

A *Mind* foi estabelecida através de um projeto privado promovido por alguns intelectuais, seu primeiro editor foi o professor de filosofia da mente e lógica George Croom Robertson, cuja a cátedra assumiu em 1866 na University College em Londres, na época com vinte e quatro anos, deixando o posto em 1892 ano de sua morte (QUINTON, 1976). Robertson foi pupilo e amigo de Alexander Bain que havia sido professor de lógica na Universidade de Aberdeen, permanecendo no cargo de 1860 à 1880. Dessa relação depreende o processo de consolidação do periódico mencionado. Em 1845 havia assumido na Universidade de Anderson em Glasgow a cadeira de filosofia natural e matemática, abandonado a função no ano seguinte para dedicar ao seu trabalho intelectual. Pouco tempo

²³ George Edward Moore (1873-1958) foi um dos importantes filósofos da primeira metade do século XX do Trinity College em Cambridge ao lado de Bertrand Russel (1872-1970) e Ludwig Wittgenstein (1889-1951). O trio fez de Cambridge o principal centro do movimento analítico em filosofia. Consultar verbete George Edward Moore na Stanford Encyclopedia of Philosophy. Disponível em: < <http://plato.stanford.edu/entries/moore/>> Acesso: 20/01/2015.

depois Bain muda-se para Londres para trabalhar como jornalista. Nesse entretempo, conhece o filósofo John Stuart Mill com quem estabelecerá uma duradoura amizade, como também, George Grote (1794-1871) – um importante historiador em estudos clássicos que seria posteriormente de fundamental importância para o estabelecimento de Robertson como catedrático em filosofia da mente e lógica na University College, Londres.

Alexander Bain foi seu principal mentor cujo espírito público em prol dos avanços nos estudos em psicologia e filosofia se fez necessário. Forneceu não apenas o subsídio financeiro, como também, seu suporte intelectual. É importante dar nota de suas principais influências para assim, dimensionar suas posições teóricas e pensar se de alguma forma tal implicação pode ser aferida em contraste com a editoração de Robertson. Desse modo, encaminharemos essa discussão neste sentido, com vistas a perscrutar possíveis relações, oposições filosóficas e, assim, cotejá-las com o próprio desdobramento interno do periódico.

Sem sombra de dúvidas, Bain foi o intelectual que promoveu a criação da *Mind*, dando todo o subsídio necessário. Suas contribuições não ficaram apenas restritas a isto, tanto Sorley (1926, p. 409) como Quinton (1976, p. 06) apontaram que nos dezesseis anos de sua existência (1876-1891) a mesma teve um custo de 3.000 libras e que havia sido subsidiado pelo filósofo escocês. Desse modo, Bain financiou toda primeira fase editorial que ficou ao cabo de seu pupilo e amigo. A implicação dessa conjunção de forças resultou na afirmação de uma abordagem filosófica específica que tendeu a reafirmação da filosofia empirista. Entretanto, tal via se deveu pelo próprio estrato da tradição filosófica de seu tempo, e em favor de uma em especial: a *tradição escocesa*.

A constatação promulgada por alguns historiadores da filosofia de que os filósofos do século XIX – em sua grande maioria – foram de certo modo elididos de sua própria história, demonstra certo tipo de história da filosofia que ainda privilegia os “grandes autores” e seus sistemas filosóficos em detrimento de “autores menos”. Partindo de alguns dos pressupostos metodológicos de Skinner e que tentaremos montar outro quadro da história da filosofia, a partir do suporte ensaístico dos artigos da *Mind Review*.

Temos dois exemplos dentro da história da filosofia que pode elucidar isso. Assim, grande parte da história da filosofia tem dado mais evidência aos ditos “grandes autores” deixando à margem uma gama de filósofos “menores” fundamentais para a compreensão do *campo* filosófico inglês do final do século XIX.

A referência que se faz desse fato corresponde em primeiro lugar à tradição neo-hegeliana ou mesmo, comumente referenciada como *British Idealism*. Segundo alguns autores

como Mander (2011) e Rockmore (2005), a história dessa escola filosófica foi fortemente marcada pelo ostracismo. Esse ataque foi dirigido principalmente pela filosofia analítica. Bertrand Russel é apontado como um dos responsáveis por uma “memória evanescente” desta tradição filosófica, particularmente, em uma de suas obras sobre a história da filosofia: *A History of Western Philosophy* (1945) (ROCKMORE, 2005, p. 33). Essa discussão será ampliada quando formos tratar diretamente dessa escola filosófica.

Em segundo lugar, há um processo semelhante em relação a tradição filosófica escocesa do século XIX:

Enquanto os filósofos do século XVIII são extensamente estudados, os filósofos que trabalharam nas universidades escocesas no século XIX são geralmente negligenciados e em muitos casos praticamente desconhecidos. Francis Hutcheson, David Hume e Thomas Reid são nomes conhecidos a quase todos os filósofos; William Hamilton, James Frederick Ferrier, Alexander Bain, Edward Caird e Andrew Seth são poucos conhecidos. No entanto, é no século XIX que algo chamado de “filosofia escocesa” veio à consciência e ganhou um lugar de honra na academia internacional de seu dia. [...] foi apenas com a virada do século XX que sua estrela caiu e foi surpreendentemente rápido²⁴²⁵.

Alexander Bain e George Croom Robertson estão no rol desses autores como também os filósofos idealistas: Edward Caird, Andrew Seth, William R. Sorley, David George Ritchie, entre outros. Os primeiros representaram em certa medida – e com suas devidas particularidades – a afirmação do empirismo “moderno” em contraposição de sua partícula clássica. Em relação a isso, Metz pontua que:

Em qualquer caso temos aqui não uma escola o qual foi inventado por historiadores da filosofia, mas, a real existência de uma básica ideia singular e uma atitude de pensamento, no qual, apesar da grande diversidade, apesar de questões laterais e de caminhos, oferece para nossa visão o que é essencialmente um conjunto unitário. A linha filosófica que se estende de Bacon, Hobbes à Locke, Berkeley e Hume, e daí para Bentham, Mill e Spencer, implica um complexo de princípios coerentes e harmoniosos que assumem uma aparência diferente de acordo com o ponto de vista a partir do qual eles são vistos, mas sempre permanece em relação à mesma totalidade. Se quisermos encontrar termos adequados para esta totalidade em seus principais aspectos, devemos escolher o empirismo ou o positivismo para mostrar sua posição filosófica geral: sensacionalismo ou fenomenalismo em relação a sua teoria do conhecimento, associativismo em relação a sua psicologia, hedonismo, eudemonismo ou utilitarismo em relação a sua ética,

²⁴ Consultar o verbete *Scottish Philosophy in the 19th Century*. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/scottish-19th/#AleBai181190>>. Acesso: 15/09/2014.

²⁵ “While the Scottish philosophers of the 18th century are studied extensively, the philosophers who worked in the Scotlands's universities during the 19th century are generally neglected, and in many cases virtually unknown. Francis Hutcheson, David Hume and Thomas Reid and are names familiar to almost all philosophers; Sir William Hamilton, James Frederick Ferrier, Alexander Bain, Edward Caird and Andrew Seth to very few. Yet it is in the 19th century that something called “Scottish philosophy” came to consciousness, and gained an honored place in the international academy of its day. [...] It was only with the turn of the 20th century that its star fell, and did so surprisingly rapidly”.

ceticismo ou agnosticismo em relação a sua metafísica, deísmo ou indiferentismo (ocasionalmente também ateísmo) em relação a religião, liberalismo em relação a política²⁶ (METZ, 1938, p. 47).

Esse breviário sobre a base filosófica do empirismo nos possibilita compreender melhor os filósofos vinculados a ela e seus desdobramentos efetivos no interior da *Mind Review*. Entretanto, apesar de possuir uma unidade formativa, houve conforme nos aponta Metz uma ruptura processada no interior do empirismo lançado pela escola escocesa, reformulando alguns de seus princípios elementares. Desse modo, podemos compreendê-lo em duas secções: sua partícula clássica e sua renovação moderna.

[...] A ruptura da continuidade ocorre apenas aonde o empirismo clássico é dividido de sua contraparte moderna e se renova em uma forma modificada. A interrupção é historicamente marcada pelo contra-ataque o qual foi feito por Reid e pela Escola Escocesa contra Hume; as novas ideias recebidas são representada pela filosofia de Bentham²⁷ (METZ, 1938 p, 48).

Para além das rivalidades próprias do empirismo, esta vertente ultrapassou as linhas fronteiriças do *campo* filosófico rumo à outros ramos do conhecimento, influenciando grande parte da cultura de sua época: literatura, política, reformas jurídicas, sociais e educacionais. John Stuart Mill – um dos principais utilitaristas da filosofia contemporânea – atuou, por exemplo, na *House of Commons* em 1865 em prol do sufrágio feminino, pela ingresso das mulheres na esfera social e cultura, entre outras questões. Metz assevera a importância e a contribuição deste movimento no cenário intelectual inglês do oitocentos:

Em conformidade com sua importância, o empirismo moderno como exemplificado em seus principais trabalhos, de Bentham ao mais jovem Mill mostra-se como um movimento intelectual de alta posição e de influência muito poderosa. Ele não só formou a espinha dorsal e a força motriz do avanço específico na filosofia, mas, como nenhum outro movimento do dia difundiu sua influência nas esferas da literatura, da cultura, política, lei, reforma social e educacional, dominou e informou-os com seu espírito estampando seu caráter sobre eles. Ele cresceu não tanto a partir dos armários de estudantes ou de salas de aulas, mas das necessidades difíceis da vida e da instável luta diária pela sobrevivência. Não foi apenas a preocupação de cientista ou especialistas, e sim, ao contrário, da filosofia

²⁶ “[...] In any case we have here not a school which has been invented by historians of philosophy, but the real existence of a single basic idea and attitude of thought, which in spite of great diversity, in spite of side-issues and by-paths, offers to our view what is essentially a unitary whole. The philosophic line which stretches from Bacon and Hobbes to Locke, Berkeley, and Hume, and thence to Bentham, Mill, and Spencer, implies a complex of coherent and harmonious principles which take on a different appearance according to the standpoint from which they are viewed, but always stand in relation to the same totality. If we wish to find suitable terms for this totality in its main aspects, we must choose empiricism or positivism to show its general philosophic position, sensationalism or phenomenalism in relation to its theory of knowledge, associationism in relation to its psychology, hedonism, eudaemonism, or utilitarianism in relation to its ethics, scepticism or agnosticism in relation to its metaphysics, deism or indifferentism (occasionally also atheism) in relation to religion, liberalism in relation to politics”.

²⁷ “[...] The break of continuity occurs just where the classical empiricism is divided from its modern counterpart and is renewed in a changed form. The interruption is marked historically by the counter-attack which was made by Reid and the against Hume; the new incoming ideas are represented by Bentham's philosophy”.

escocesa e outras escolas do século, principalmente limitadas aos círculos acadêmicos e eruditos. Isto foi demonstrado externamente pelo fato de que seus principais representantes não eram titulares de cátedras ou de outros cargos acadêmicos, mas estavam em sua maioria envolvidos em profissões práticas. [...] O que é único neste contexto, abre-se para a filosofia um caminho de influência sobre a política, a lei, o Parlamento, a legislação e educação. Ele fez uma contribuição positiva para a solução de questões sociais, econômicas e judiciais candentes, e outras questões práticas. Em tudo isso ele foi um verdadeiro sucessor do período iluminista, totalmente avesso ao ideal científico da pura contemplação e inteiramente ao serviço da prática mesmo quando se trabalha teoricamente. É pragmático por completo mesmo que ele não tenha descoberto a fórmula para a sua característica essencial²⁸ (METZ, 1938, p. 50).

A eminência por experiência no seu estrito sentido foi a marca do empirismo moderno, vinculado ao nome Jeremy Bentham, James e John Stuart Mill. Assim, podemos estender seus pressupostos e inseri-los no desdobramento da profissionalização do *corpus* e do *campo* filosófico, e assim, constatar que seus problemas serviram de pano de fundo, coadunado e reverberado nas linhas gerais da *Mind Review*. Para isso, uma vez mais mobilizamos a fala de Metz:

[...] Essa fase posterior do movimento empirista torna-se pela primeira vez faminta por experiência no verdadeiro sentido da palavra. Ele coleta ansiosamente uma multidão de novos materiais, organiza e classifica, metodiza e sistematiza, em suma, tenta apreender e lidar com eles filosoficamente. Mas quando a filosofia se entrega nesta medida a experiência ela corre o risco de ser dominada por ela, em vez de dominá-la. Assim, torna-se cada vez mais forçado a distanciar dos problemas centrais e seus principais interesses são desviados para questões periféricas. Isto é visualizado no enfraquecimento do impulso propriamente especulativo, na renúncia do sistema construtivo, numa atitude negativa para com os problemas da metafísica, na transformação da teoria do conhecimento em psicologia e da lógica em metodologia e na primazia da ação. Desse modo, o empirismo moderno é um movimento que é extenso em vez de intenso, amplo em vez de profundo. Embora, esta seja uma desvantagem sobre o todo, em certo sentido é uma vantagem [...] ²⁹

²⁸ “In accordance with its historical importance, modern empiricism as exemplified in its chief works from Bentham to the younger Mill shows itself to be an intellectual movement of high rank and very powerful influence. It not only formed the back-bone and driving force of the specific advance in philosophy, but like no other movement of the day it diffused its influence into the spheres of literature, culture, politics, law, social reform, and education, dominated and informed them with its spirit, and stamped its character upon them. It grew up not so much from the closets of students or from lecture-rooms as from the hard necessities of life and the fluctuating daily struggle for existence. It was not merely the concern of scientists or specialists and so, unlike the Scottish philosophy and other schools of the century, limited mainly to academic and learned circles. This was shown externally by the fact that its chief representatives were not holders of professorships or other academic posts but were mostly engaged in practical professions. [...] What is almost unique in this connection, it opens for philosophy a path of influence upon politics, law, Parliament, legislation, and education. It makes a positive contribution to the solution of urgent social, economic, penological, and other practical questions. In all this it is a true successor of the age of enlightenment wholly averse to the scientific ideal of pure contemplation, and entirely in the service of practice even when it works theoretically. It is pragmatic through and through, even though it has not discovered the philosophic formula for its essential character”.

²⁹ “[...] This later phase of the empirical movement becomes for the first time hungry for experience in the true sense of the word. It collects eagerly masses of new material, arranges and classifies, methodizes and systematizes; in short, tries to apprehend and deal with them philosophically. But when philosophy surrenders itself in this measure to experience, it runs the risk of being mastered by it, instead of mastering it. Thus it becomes ever more forced away from the central problems, and its main interests are deflected to outlying matters. This is shown in a slackening of the properly speculative impulse, in renunciation of constructive

(METZ, 1938, p. 50-1).

Essa síntese nos possibilita adentrar melhor nas questões filosóficas propriamente do empirismo em sua versão “moderna” e num segundo momento, perceber suas nuances no interior de nosso periódico de pesquisa no que tange a sua primeira fase editorial. E em seguida, fazer um contraponto necessário com a segunda fase editorial (*New Series*) para verificar se houve ou não o mesmo direcionamento filosófico constatado na primeira fase.

Desse modo, em relação ao filósofo e editor da *Mind*, ele estava num primeiro momento vinculado com essa tradição filosófica escocesa via Alexander Bain, segundo, pela sua própria experiência profissional como professor de filosofia da mente e lógica, tanto quanto pelo seu percurso por outras universidades europeias: Alemanha e França³⁰. Na primeira, em relação ao estudo de psicologia, esteve vinculado ao professor Wilhelm Wundt, fundador do primeiro laboratório de psicologia experimental em Leipzig (1879) que, fundamentalmente, estava ligado ao método das ciências naturais.

Somando alguns dos pressupostos de tais filósofos percebemos suas vinculações: “[...] Em alguns desses ensaios, Bain toma Reid e Hamilton como seu ponto inicial, e amplamente segue os mesmos métodos. Mas sua simpatia com Mill e as inclinações anti-metafísicas levou-o a empurrá-lo para uma direção fortemente empírica”^{31,32}. No caso de Robertson, segundo Sorley (1926, p. 410), “Ele foi pupilo de Bain e concordou em geral com seu tipo de filosofia; mas ele tinha um amplo conhecimento e simpatia com diferentes linhas do pensamento científico e especulativo”³³.

É sob tais pressupostos que a *Mind Review* foi estabelecida. Temos de um lado, Alexander Bain como o patrono desse projeto – contribuindo financeira e intelectualmente –, de outro, temos Robertson seu pupilo e amigo, como também, seu primeiro editor. Tais vinculações são indicadores preciosos dos tom filosófico do periódico. Entretanto, vale ressaltar que Robertson possuía outros vínculos filósofos – podemos assim dizer – que o

system, in a negative attitude to the problems of metaphysics, in the transformation of theory of knowledge into psychology, and of logic into methodology and in the primacy of action. Thus modern empiricism is a movement which is extensive rather than intensive; broad rather than deep. Although this is a disadvantage upon the whole, in one sense it is an advantage [...]”.

³⁰ “A thinker who was much stronger and less enslaved by tradition was the Scotsman George Croom Robertson (1842-92), a pupil and colleague of Bain in Aberdeen, who had studied in Berlin (under Trendelenburg and Du Bois-Reymond), in Gottingen (under Lotze), and in Paris, and who from 1867 to his death held the philosophical professorship at University College London, of which he was the first occupant [...]” (METZ, 1938, p. 78).

³¹ Consultar o verbete *Scottish Philosophy in the 19th Century*. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/scottish-19th/#AleBai181190>>. Acesso: 31/08/2014.

³² “[...] In several of these essays, Bain takes Reid and Hamilton as his starting point and, broadly, follows the same methods. But, his sympathy with Mill and anti-metaphysical inclinations led him to push them in a much more strongly empirical direction [...]”.

³³ “[...] He was a pupil of Bain's and in general agreement with his type of philosophy; but he had a wide knowledge of and sympathy with different lines of thought, scientific and speculative [...]”.

possibilitava olhar o *campo* filosófico como um todo, na tentativa visceral de sua promoção *in totum*, não ensejava apenas uma partícula filosófica em especial, mas todo o *campo*, em sua totalidade, em suas ramificações.

Robertson fez um bom serviço no estabelecimento e incentivando o estudo filosófico nas universidades, foi uma das principais forças filosóficas de sua época, um caráter o qual ele estabeleceu como co-fundador e por muitos anos editor da *Mind*, de longe, o órgão filosófico mais importante do mundo de língua inglesa, sua fundação em 1876 deveu à iniciativa de Bain, e pode-se dizer ainda que foi conduzida no espírito de seu primeiro editor. Naquele tempo ele [o periódico] serviu ao propósito como um lugar de encontro para as mais variadas escolas do pensamento. Preparado por seu treinamento com Bain, Robertson que não estava inclinado a escrever livros, dedicou-se principalmente a psicologia, mas não a empreendeu tanto quanto um tratamento extenso do completo campo dos fenômenos físicos (como Bain fez) a partir de uma exame extenso de problemas separados. Teve a vantagem de uma mente analítica avançada, uma grande presente à crítica, habilitando-o a produzir obras-primas de análise psicológica, tais como: percepção, memória, processo de pensamento, volição, etc., que em parte foi muito além de seu professor [...]³⁴ (METZ, 1938, p. 78-9 **[grifo nosso]**).

Embora Robertson permanecesse sob influência dos pressupostos gerais do empirismo, não se permitiu ficar enclausurado a ele, estando “[...] sempre ansioso para ampliar seu horizonte intelectual e para aprofundar o seu conhecimento de filosofia”³⁵ (METZ, 1938, p. 79), possuindo, inclusive, um amplo conhecimento e simpatia por diferentes linhas do pensamento científico e especulativo (SORLEY, 1926, p. 410).

[...] Sua carreira e sua posição lhe havia dado uma ampla familiaridade com os movimentos contemporâneos de pensamento e com os homens que a conduziam, ele foi capaz de se cercar com um corpo representativo de contribuidores, mas também decidiu que a *Mind* deveria ser uma revista modelo para a exatidão, bem como, para trabalhos de qualidades, e isso como ele sabia, exigia que o editor mantivesse um olhar atento sobre todas as fases de sua produção [...]³⁶ (SORLEY, 1926, p. 410).

Robertson, para todos os efeitos, não dirimiu suas elucubrações a uma instância filosófica específica, embora vinculado ao empirismo moderno ele possuía um “conhecimento

³⁴ “Robertson did good service in establishing and encouraging philosophic study at the universities and was one of the chief philosophic forces of his day, a character which he established as co-founder and for many years editor of *Mind*, by far the most important philosophical organ of the English-speaking world, which owed its foundation in 1876 to the initiative of Bain, and, one may say, is still conducted in the spirit of its first editor. At that time it served the purpose of a meeting-place for the most varied schools of thought. Prepared by his training with Bain, Robertson, who was disinclined to write books, devoted himself mainly to psychology; but undertook not so much an extensive treatment of the whole field of psychic phenomena (as Bain did), as an intensive examination of separate, problems. Here he had the advantage of a keen analytic mind and a great gift for criticism, enabling him to produce masterpieces of psychological analysis, such as those on perception, memory, thought-process, volition, etc., which in part went far beyond his teacher [...]”.

³⁵ “[...] always eager to enlarge his mental horizon and to deepen his knowledge of philosophy”.

³⁶ “[...] His career and his position had given him a wide acquaintance with contemporary movements of thought and with the men who led them, and he was able to surround himself with a representative body of contributors; but he also decided that *MIND* must be a model journal for accuracy and business-like qualities, and this, as he knew, required that the editor should keep a watchful eye over every stage of its production [...]”.

abrangente e aprofundado” da composição do campo filosófico, ou seja, minimamente “dominava” a história de seu objeto: a história da filosofia. Operando desse modo, somado o pano de fundo histórico de sua própria disciplina, ainda estava familiarizado com boa parte do pensamento alemão, especialmente Kant (METZ, 1938, p. 79). Como editor da *Mind*, se empenhou na promoção do *campo* filosófico por meio do periódico.

Ele estava penetrado com a convicção de que a filosofia empirista inglesa precisava ser reavivada com o profundo conhecimento adicional da *Crítica da Razão* de Kant, e seu próprio trabalho, especialmente em relação à teoria do conhecimento, se manteve principalmente nesta direção. Ele não tinha nenhuma aversão à metafísica e no final de sua vida fez uma tentativa interessante a partir da base do empirismo para chegar a uma cosmologia relacionada com o monadismo de Leibniz, embora diferindo dele em muitos pontos³⁷ (METZ, 1938, p. 79).

Robertson balanceou a dose empirista do mentor da *Mind* tanto nas questões de psicologia³⁸ como nas de filosofia. Mesmo Bain sendo o idealizador do projeto da *Mind*, Robertson por sua vez, possuía autonomia suficiente para articular suas próprias ideias e assim dar o seu tom à revista. Quinton comenta isso remetendo ao prefácio dos escritos póstumos de Robertson (*Philosophical Remains of G. C. Robertson*) escrita por Bain. Em primeiro lugar, foi ele quem escolheu o nome da revista, “foi sua inspiração feliz”. Segundo Quinton (1976, p. 06), “Esse título incorporou não apenas a concepção de filosofia sugerida pelo título da cadeira de Croom Robertson, mas sua própria visão do assunto. Para ele, a psicologia era preliminarmente adequada e desejável à filosofia”³⁹.

Essa foi a principal crítica direcionada a Robertson na editoração do periódico, a de tentar reduzir a epistemologia em psicologia. Tal intento é comentado por Quinton quando do

³⁷ “He was penetrated with the conviction that the English empirical philosophy needed to be revived with the added deep insight of Kant's Critique of Reason, and his own work, especially in regard to theory of knowledge, went mainly in that direction. He had no aversion to metaphysics, and towards the end of his life made an interesting attempt, starting from the basis of empiricism, to reach a cosmology related to Leibniz's monadism though differing from it in many points”.

³⁸ The true continuer of the psychology of Mill and Bain was not Robertson but James Sully (1842-1923), his successor at University College, London (1892-1903). Sully was not so much a philosopher as a scientific and diligent empirical investigator and observer, and like Bain, whom he closely resembled [...] (METZ, 1938, p. 79). Entretanto, apesar de Metz constatar isso, Robertson expressa seu desejo pela cientificidade em psicologia – esse cientificidade estava relacionada com aquela vinculada à Herman von Helmholtz e Wilhelm Wundt e com o primeiro instituto de psicologia experimental do mundo, fundado em 1879 na cidade de Leipzig – e promulga isso na prefácio da *Mind*: “[...] Philosophical thought in England has for the most part been based on psychology, when not wholly merged in it; and psychology, pursued as a positive science, ought to yield a continuous harvest of results, coherent among themselves and standing in relation with other results garnered in the scientific field [...]” (ROBERTSON, 1876, p. 03). Sorley também é enfático no que tange ao ponto científico procurado por Robertson nos estudos de psicologia. “[...] But what the Editor regretted was that there had been so little to record of results obtained by psychological research. Psychological laboratories had been established in Germany, beginning with that at Leipsic in 1879; but as yet none existed in this country. Croom Robertson had an eager interest in this experimental work, as is shown by the (perhaps excessive) enthusiasm with which not long afterwards he greeted the first publications of Münsterberg” (1926, p. 411-12).

³⁹ “That title embodied not merely the conception of philosophy suggested by the title of Croom Robertson's chair but his own view of the subject. For him psychology was a proper and desirable preliminary to philosophy”

discurso de Robertson a palestra inaugural à cadeira de filosofia da mente e lógica em 1866:

O início real e natural é uma investigação rigorosa dos fenômenos da mente. Se toda a Filosofia pudesse essencialmente ser Filosofia da Mente, porque ela nada vê, exceto em relação expressa ao Pensamento; a questão sobre a natureza mais íntima da ação mental deve, certamente ser tomada em primeiro lugar [...] A Psicologia então é, e deve continuar a ser por um longo tempo, o único verdadeiro ponto de partida da filosofia [...] ⁴⁰ (ROBERTSON, 1885, p. 03 apud QUINTON, 1976, p. 06).

Essa noção e, conseqüentemente, a relação entre filosofia e psicologia, promulgada por Robertson, manteve-se como primordial na condução editorial da revista. Para o editor do periódico,

[...] Os idealizadores da nova revista tiveram pouca dúvida quanto à forma que ela deveria assumir. Entretanto, profundamente impressionado com a necessidade de um órgão de que deveria deixar o âmbito do pensamento filosófico em geral mais livre, eles não estavam preparados para serem responsáveis por uma publicação que exibisse apenas ou principalmente as diferenças especulativas de pensadores individuais ⁴¹ (ROBERTSON, 1876, p. 03).

Apesar da particularidade do pensamento de Robertson para com os estudos filosóficos e por extensão aos de psicologia, havia uma preocupação maior no estabelecimento e fortalecimento tanto do *campo* da filosofia quando da psicologia, entendida como “ciência positiva”. Robertson irá reivindicar para sua concepção de filosofia a tradição empirista, muito embora resgatando a parte que tratava acerca da filosofia da mente – que se tornaria naquele século um subcampo dentro do pensamento filosófico inglês. Para justificar essa filiação de ideias aponta para sua tradição: o “pensamento filosófico na Inglaterra tem na maior parte sido baseado na psicologia” (PREFATORY WORDS, 1986, p. 3).

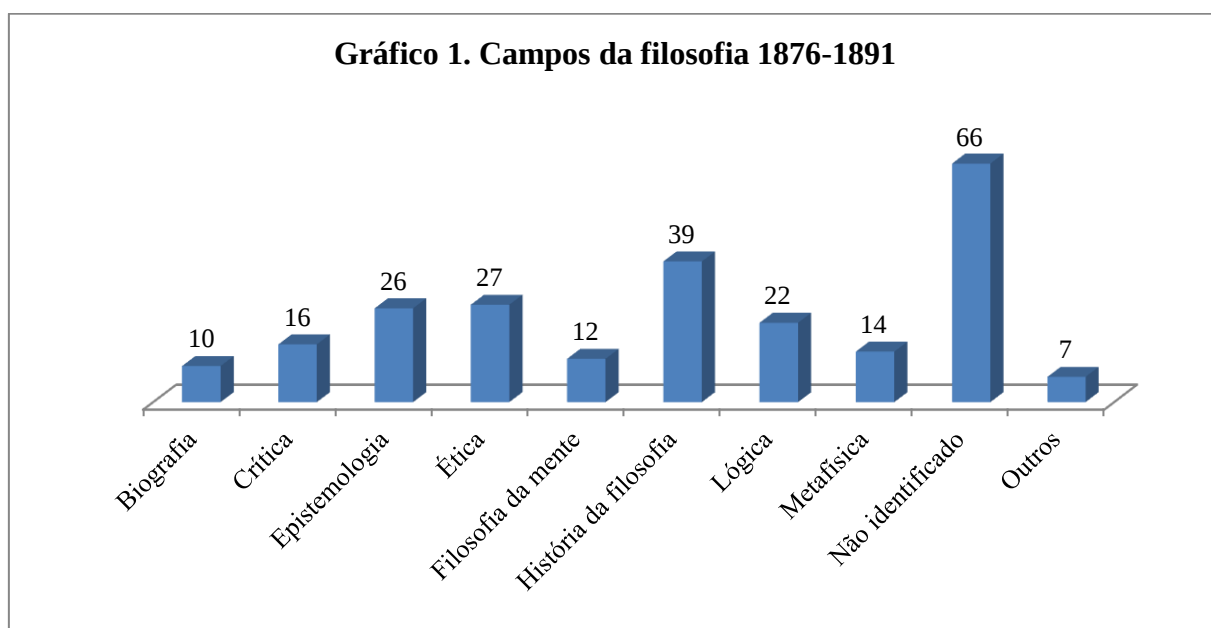
Sorley evidencia o desapontamento de Robertson – enquanto editor da *Mind* – em dois pontos: o primeiro relaciona-se com a sua própria especialidade enquanto professor de filosofia da mente e lógica, ou seja, que o pensamento filosófico inglês esteve em grande medida imbricado com questões da mente (psicologia), o critério para tal empreendimento deveria ser balizado pelos aspectos então em voga de ciência, ou melhor, “perseguida como uma ciência positiva”; o segundo correlaciona com o primeiro por sua extensão: foi o intento de perscrutar as investigações em psicologia num nível científico, muito embora, o mesmo não tenha sido alcançado.

⁴⁰ “The real and natural beginning is a rigorous investigation of the phenomena of mind. If all Philosophy must be essentially Philosophy of the Mind, because it views nothing except in express relation to Thought, the question as to the innermost nature of mental action must surely be taken first [...] Psychology then is, and must still be for a long time to come, the only true point of departure in philosophy [...]”.

⁴¹ “[...] the projectors of the new journal had little doubt as to the form it should assume. However deeply impressed with the need for an organ that should leave the freest scope to general philosophical thinking, they were not prepared to be responsible for a publication that would display only or chiefly the speculative differences of individual thinkers”.

É sob tal cenário intelectual que a *Mind* se afirma enquanto um *locus* profícuo de discussão, na promoção e ampliação de certa tradição filosófica que por muito tempo esteve voltada às questões da mente que, posteriormente seria conduzida pela filosofia da mente (num tratamento filosófico) e pela psicologia enquanto uma instância científica. Assim, a filosofia na concepção de Robertson deveria estar subjacente aos problemas de psicologia, e é a partir desta concepção que advém também as críticas em sua direção ao tentar reduzir a epistemologia em psicologia.

Na análise quantitativa dos artigos coletados apontaremos indicadores da dinâmica da publicação da *Mind Review* e, conseqüentemente, de sua identidade editorial nesta primeira fase (1876-1892) conduzida por Robertson. Para isso, utilizaremos da abordagem realizada por Júlio Bentivoglio (2011) no exame do periódico alemão *Historische Zeitschrift*. As variáveis resultam, evidentemente, do conteúdo da nossa fonte de pesquisa.



Fonte: *Mind Review* (1876-1891). Disponível em: www.archive.org

No Gráfico 1, procuramos mapear o aspecto geral do *campo* filosófico do primeiro período editorial, e assim, tentar perceber por uma análise filtrada as nuances entre os dois períodos editores – em Robertson e George Frederick Stout – e as variações filosóficas propriamente ditas, ou seja, os subcampos estruturados em torno dessa disciplina. Com isso, pretende-se também verificar quais as correntes filosóficas que foram mais predominantes neste período. Desse modo, optamos em excluir os artigos relacionados à psicologia, pois para todos os efeitos, não temos a pretensão de dar conta desse campo. Nosso interesse se volta

para as questões de filosofia com vistas a dar ênfase nas discussões em história efetuada pelo debate filosófico dentro e fora da *Mind*. Assim, foram catalogados neste primeiro momento editorial 297 artigos, destes, 58 estavam direcionados ao campo da psicologia e não foi contabilizado por nós neste gráfico. Os 239 artigos restantes estão distribuídos nas variáveis elencadas no Gráfico 1.

Nos dados do gráfico temos minimamente os principais ramos da filosofia desenhada na segunda metade do século XIX e as principais temáticas estabelecidas na *Mind*. A justificativa para tais elementos estava relacionada exclusivamente ao conteúdo dos artigos dos quais foi possível elencar tais variáveis. Desse modo, conseguimos estabelecer pelo menos seis subcampos em filosofia: *Epistemologia*, *Ética*, *Filosofia da Mente*, *História da Filosofia*, *Lógica* e *Metafísica*. E quatro temáticas estabelecidas por nós, novamente, mediante o contato com a fonte de pesquisa. São elas: *Biografia*, *Crítica*, *Não identificado* e *Outros*.

A segunda maior parte dos artigos selecionados estavam direcionados à história da filosofia (16,31%, com 39 artigos), seguido pelos estudos em ética (11,29, com 27 artigos). Em seguida, temos os de epistemologia, num total de 26 artigos correspondendo a 10,87%. Em quarto lugar, temos o campo da lógica com 22 artigos preenchendo 9,20% do total. Na sequência, o gênero da crítica como uma instância temática com 16 artigos (6,69%). Em quinto lugar, os artigos que versavam sobre metafísica com 14 artigos (5,85%). Assim, têm o campo da filosofia da mente 12 artigos preenchendo 5,02% do total. Na parte de biografia foram contabilizados apenas 10 artigos que corresponderam a 4,18%. Por fim, temos a menor seção (outros) com 2,92% (7 artigos) e a maior seção (não identificados) que ocuparam a maior parte dos artigos (66 de um total de 239, com 27,61%).

No campo da história da filosofia, visualizamos uma série de artigos direcionados principalmente a autores contemporâneos – que será mais adiante comentado num gráfico próprio e com maior detalhe. Neste momento irei dar notas dos principais filósofos de cada área e seus principais artigos.

No campo da ética – o segundo de maior porcentagem que ficou atrás apenas do campo da história da filosofia – temos uma série de artigos que em sua grande maioria esteve vinculado aos pressupostos do utilitarismo, a principal corrente filosófica no campo da ética. O primeiro a abrir a série deste ramo foi o filósofo e idealizador da *Mind* Alexander Bain com seu artigo *Mr. Sidgwick's Methods of Ethics* (Vol. 01, No. 02, 1876). Publica um segundo artigo nesta mesma temática: *On Some Points in Ethics* (Vol. 08, No. 29, Jan., 1883). O segundo artigo que apareceu na revista sobre o tema foi elaborado pelo teólogo e filósofo

Robert Flint (1838-1910)⁴² no artigo *Associationism and the Origin of Moral Ideas* (Vol. 01, No. 03, 1876).

Assim, nesta seção o autor que mais publicou foi o filósofo empirista Henry Sidgwick – vinculado ao utilitarismo de Jeremy Bentham, James e John Stuart Mill. Entre seus artigos estão: *Hedonism and Ultimate Good* (Vol. 02, No. 05, 1877); *Mr. Spencer's Ethical System* (Vol. 05, No. 18, 1880); *Green's Ethics* (Vol. 09, No. 34, 1884); por fim, *Idiopsychological Ethics* (Vol. 12, No. 45, 1887).

Temos também dois artigos do filósofo utilitarista e historiador das universidades medievais Hastings Rashdall (1858-1924), comumente conhecido por formular a teoria do *ideal utilitarianism* e também por dedicar seu principal trabalho (*The Theory of Good and Evil* 1907) a dois de seus professores: T. H. Green e Henry Sidgwick. Entre seus artigos estão: *Professor Sidgwick's Utilitarianism* (Vol. 10, No. 38, 1885); *Dr. Martineau and the Theory of Vocation* (Vol. 13, No. 50, 1888).

A maior parte dos filósofos que publicaram na revista sobre ética, estava em grande medida vinculada ao utilitarismo muito em voga mesmo depois da morte de John Stuart Mill. Temos a presença também de William Wallace um dos filósofos idealista que posteriormente faria parte do corpo editorial da revista como coeditor na gestão de Stout. Nessa seção publicou o artigo *Ethics and Sociology* (Vol. 07, No. 30, 1883).

Em terceiro lugar, temos o subcampo da epistemologia que ocupou um espaço importante no ramo da filosofia ficando atrás apenas da seção de história da filosofia e ética. O primeiro a abrir esta seção foi um filósofo que trabalhou de maneira autônoma e independente, comumente identificado entres os filósofos “amadores” ou “não profissionais”, pelo simples fato de não ter exercido nenhuma atividade acadêmica. Shadworth Hollway Hodgson (1832-1912) não obstante a isso, manteve-se de maneira efetiva e atuante no campo filosófico, publicou intensamente no interior da *Mind* e estava inserido no círculo intelectual britânico. Foi o fundador e primeiro presidente da *Aristotelian Society* entre os anos de 1880 à 1894. Um dos seus principais trabalhos conforme nos aponta Metz (1938, p. 479-80) foi *The Metaphysic of Experience* 1898, publicado em quatro volumes. Além de outras obras menores

⁴² Foi professor de filosofia moral e economia política na Universidade de St. Andrews entre 1864-76. Dentre suas obras encontramos uma em especial sobre filosofia da história publicada em 1874 sob o título: *Philosophy of History in France and Germany*. Neste obra o autor percorre praticamente todos os filósofos que dirigiram seus esforços dentre do campo da filosofia da história. Em França: Bodin, Bossuet, Montesquieu, Turgot, Voltaire, Saint Simon, Charles Fourier, Guizot, Auguste Comte, Michelet, etc. Na Alemanha: Leibntz, Iselin, Wegelin, Schlözer, Von Müller, Lessing, Herder, Kant, Schiller, Fichte, Schelling, Frederick Schlegel, Krause, Hegel, entre outros. Para um maior aprofundamente – não destes filósofos mas –, das escolas históricas que se processaram ao longo do século XIX ver BENTIVOGLIO (2011).

e vários artigos publicados no periódico acima mencionado. Entre seus artigos estão: *Philosophy and Science* (Vol. 01, No. 01, 1876) onde o mesmo estabelece os paralelos imediatos e suas relações entre a filosofia e o pensamento científico. Essa discussão é seguida com mais dois artigos na mesma ordem do primeiro (Vol. 01, No. 02, 1876; Vol. 01, No. 03, 1876). Além desses, o autor publicou outro sobre a mesma temática: *On the Conditions of a True Philosophy* (Vol. 13, No. 50, 1888).

Na sequência, temos uma série de artigos de Alexander Bain discutindo os pressupostos da educação como uma instância científica, necessária e fundamental ao conhecimento. São quatro artigos que levam o mesmo nome: *Education as a Science* (Vol. 02, No. 05, 1877; Vol. 02, No. 07, 1877; Vol. 03, No. 11, 1878, e por fim, Vol. 03, No. 12, 1878).

Posteriormente, temos uma série de artigos de um dos principais filósofos e pioneiros do Idealismo Britânico. Thomas Hill Green (1836-1882) comumente identificado como a primeira geração de filósofos idealista, figurou ao lado de James Hutchison Stirling⁴³ e Richard Lewis Nettleship (METZ, 1938). Nesta série publicou três artigos sob o mesmo título: *Can there be a Natural Science of Man?* (Vol. 07, No. 25, 1882; Vol. 07, No. 26, 1882; Vol. Vol. 07, No. 27, 1882) que abriu cada número da *Mind* nos respectivos números. Temos também um artigo do filósofo John Dewey: *Knowledge as Idealisation* (Vol. 12, No. 47, 1887); e outro do filósofo idealista Bernard Bosanquet (1848-1923): *The Philosophical Importance of a True Theory of Identity* (Vol. 13, No. 51, 1888).

Em seguida temos o ramo da lógica ocupando o quarto lugar das principais discussões em filosofia. Sem dúvidas, o principal nome de destaque desta seção repousa sobre a figura de John Venn o filósofo-matemático vinculado ao empirismo que mais debateu o campo da lógica nesta primeira fase editorial. Além de ter sido um intelectual ativo dentro desse subcampo, foi por alguns anos coeditor juntamente com Stout na segunda fase editorial. Escreveu quatro artigos nessa seção: *Consistency and Real Inference* (Vol. 01, No. 01, 1876); *Boole's Logical System* (Vol. 01, No. 04, 1876); *The Use of Hypotheses* (Vol. 03, No. 09, 1878); *The Difficulties of Material Logic* (Vol. 04, No. 13, 1879); *On the Forms of Logical Proposition* (Vol. 05, No. 19, 1880).

O segundo artigo dessa seção foi escrito por Robertson (editor da primeira fase da *Mind*) sob o título: *Mr. Jevons's Formal Logic* (Vol. 01, No. 02, 1876). Na sequência temos um artigo do filósofo e lógico Carveth Read (1848-1931). Conforme nos aponta Metz (1938,

⁴³ Stirling é apontada muitas vezes como o primeiro a trazer a tona parte do pensamento hegeliano aos filósofos ingleses com a publicação do livro *The Secret Hegel* em 1865, identificado como um dos marcos do movimento (MANDER, 2011; BOUCHER, VICENT, 2000; METZ, 1938).

p. 90), Read em suas primeiras obras (*Theory in Logic* de 1878; *Logic: Deductive and Inductive* 1898) lidou inteiramente com o ramo da lógica, transitando dentro dos esquadros do empirismo moderno na esteira de Mill, Bain, Spencer e Venn. Publicou na *Mind* o artigo *On Some Principles of Logic* (Vol. 02, No. 07, 1877). Outro filósofo de peso dentro do ramo da lógica foi Alfred Sidgwick (1850-1943) primo do filósofo Henry Sidgwick. Seus trabalhos⁴⁴ ficaram centrados estritamente no ramo da lógica. Ele de igual modo a Hodgson, estão no rol daqueles filósofos ditos “não profissionais”. Publicou três artigos nesta seção: *The Negative Character of Logic* (Vol. 03, No. 11, 1878); *The Localisation of Fallacy* (Vol. 07, No. 25, 1882) e, *Propositions with a View to Proof* (Vol. 08, No. 29, 1883). Por fim, temos a figura de Hugh McColl, um lógico-matemático de grande envergadura dentro da lógica e bastante ativo na *Mind*. Dele é o artigo: *Symbolical Reasoning* (Vol. 05, No. 17, 1880) – que se estenderia em mais outros sete artigos, embora, na segunda fase editorial.

Temos também duas mulheres que escreveram nesta seção. A primeira delas foi Sophie Bryant (1850-1922). Foi uma das primeiras a ingressar em um curso superior após a Universidade de Londres abrir o acesso livre às mulheres em 1878. Formou-se em ciência moral e mental como também em matemática. Seu primeiro artigo na revista foi publicado no ano de 1888, sob o título: *On the Nature and Functions of a Complete Symbolic Language* (Vol. 13, No. 50). A segunda foi a estadunidense Christine Ladd Franklin (1847-1930). Atuou no campo da lógica, matemática e psicologia. No primeiro ramo publicou o artigo *Some Proposed Reforms in Common Logic* (Vol. 15, No. 57, 1890).

Por fim, dentro do esquadro deste campo temos dois artigos do escritor Leslie Stephen (1832-1904), que atuou também no campo da filosofia e da história. Foi pai da escritora Virginia Woolf. No campo da filosofia sua obra de maior peso foi *The Science of Ethics*, publicada em 1882 que em grande medida instituiu as ideias morais sob a fundamentação da filosofia evolucionista (METZ, 1938, p. 135). No campo da história, sua obra principal foi *History of English Thought in the 18th Century* publicada em dois volumes: 1876 e 1881, respectivamente. Tal obra, segundo nos afirma Metz, teve de um lado, a influência do pensamento positivista do historiador Henry Thomas Buckle (1821-1862), de outro, foi levado pelas ideias do evolucionismo tão em voga na segunda metade do século XIX (1938, p. 83). Publicou dois artigos sobre lógica sob o mesmo título: *On Some Kinds of Necessary Truth* (Vol. 14, No. 53, 1889; Vol. 14, No. 54, 1889).

⁴⁴ Entre suas obras estão: *Fallacies: a view of logic from the practical side* 1883, *Distinction and the Criticism of Beliefs* 1892; *The Process of Argument* 1893; *The Use of Words in Reasoning* 1901; *The Application of Logic* 1910; por fim, *Elementary Logic* 1914 (METZ, 1938, p. 478).

Seguindo a sequência temos as discussões em torno da metafísica. O primeiro a abrir a seção foi o filósofo W. G. Davies com o artigo *The Veracity of Consciousness* (Vol. 02, No. 05, 1877). O segundo artigo dessa série foi escrito por J. G. Macvicar: *The So-Called Antinomy of Reason* (Vol. 02, No. 06, 1877). Na sequência temos um artigo do filósofo americano Josiah Royce, sob o título: *Mind and Reality* (Vol. 07, No. 25, 1882). Contribuindo também nessa seção, temos o filósofo Swadworth H. Hodgson com o artigo, *The Metaphysical Method in Philosophy* (Vol. 09, No. 33, 1884). Neste mesmo número apareceu também um artigo de um dos patronos da revista *Mind*, o filósofo Arthur James Balfour: *Green's Metaphysics of Knowledge*. Por fim, um artigo do filósofo idealista Francis Herbert Bradley: *Reality and Thought* (Vol. 13, No. 51, 1888).

Ocupando o último lugar das discussões filosóficas temos o ramo da filosofia da mente. Tal ramo de investigação havia sido estabelecido pela tradição empirista que remonta desde David Hume a diante. O próprio editor da *Mind* havia dado o nome da revista em acordo com tal tradição filosófica. Vale notar que o próprio Robertson ocupava a cadeira de filosofia da mente e lógica na Universidade de Londres. Por vezes, tal ramo é identificado como uma filosofia psicológica ou psicologia filosófica, vinculado também aos assuntos de metafísica. Suas discussões centravam-se na natureza dos fenômenos mentais em geral, indagando o papel da consciência, do pensamento e sua natureza, das sensações, da percepção (neste caso ligado mais a psicologia experimental), raciocínio, emoções, crença, memória, etc., como também nas relações entre o corpo e a mente⁴⁵.

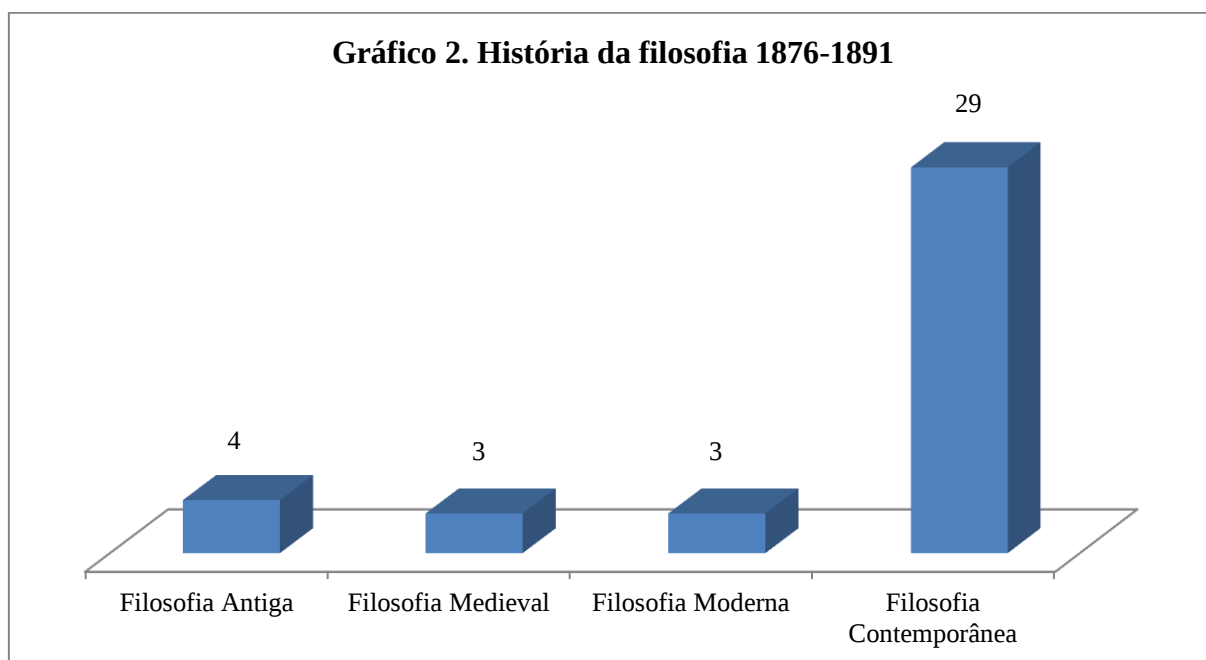
Dois comentários adicionais devem ser acrescentados, particularmente sobre o recorte *biografia, crítica e outros*. Na primeira seção temos algo curioso que nos chamou a atenção, nela nos deparamos com uma série de biografias a cerca de dois filósofos empiristas. O principal comentador dessa série foi o fundador do referido periódico, o filósofo Alexander Bain. Nesta seção ele escreveu três artigos biográficos sobre James Mill (*The Early Life of James Mill*, Vol. 01, No. 01, 1876; *The Life of James Mill*, Vol. 01, No. 04, 1876; Vol. 08, 1877) e quatro sobre o seu amigo e “mentor” John Stuart Mill (Vol. 04, No. 14, 1879; Vol. 04, No. 05, 1879; Vol. 04, No. 16, 1879, e por fim, Vol. 05, No. 17, 1880). Temos também um ensaio biográfico escrito pelo filósofo Thomas Whittaker (1856-1935) sobre *Giordano Bruno* (Vol. 09, No. 34, 1884).

A seção *crítica* foi elencada devido aos próprios embates estabelecidos no interior da revista, versa sobre as discussões entre os filósofos, comentários críticos tanto de obras

⁴⁵ Consultar o verbete philosophy of mind no Dictionary of Philosophy of Mind. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/minddict/philosophy-of-mind>> Acesso: 02/02/2015.

quanto do pensamento de algum filósofo, como também de réplicas a artigos publicados no interior da revista.

Na seção *outros*, elencamos setes artigos que não se acomodavam dentro das demais temáticas e dos subcampos estabelecidos. Nela encontramos, por exemplo, trabalhos discutindo questões de sociologia como o artigo do antropólogo britânico Edward Burnett Tylor (*Mr. Spencer's Principles of Sociology*, Vol. 02, No. 06, 1877), considerado como um dos fundadores da antropologia cultural. Seu principal trabalho (*Primitive Culture* de 1871) estava em grande medida embasado na tese do evolucionismo⁴⁶. Mais dois artigos no ramo da filologia, o primeiro de autoria de J. Earl (*The History of the Word "Mind"*, Vol. 06, No. 23, 1881), o segundo do historiador Charles Francis Keary (1848-1917) especialista em história escandinava e mitologia (*The Homeric Words for "Soul"* Vol. 06, No. 24, 1881). E dois artigos inscritos no campo da história: filosofia da história e metodologia, respectivamente. O primeiro de autoria do político britânico J. Murray Macdonald (*The Science of History* Vol. 10, No. 39, 1885), que será analisado por nós no **Capítulo III**. O Segundo de Henry Sidgwick, *The Historical Method* (Vol. 11, No. 42, 1886) que também será analisado no **Capítulo II**.



Fonte: *Mind Review* (1876-1891). Disponível em: www.archive.org

⁴⁶ Disponível em: < <http://global.britannica.com/EBchecked/topic/611503/Sir-Edward-Burnett-Tylor>> Acesso: 02/02/2015.

No Gráfico 2 temos o ramo da história da filosofia e a disposição dos artigos foi acomodada numa divisão temporal tradicional. O objetivo desse gráfico foi evidenciar quais os principais filósofos que estavam sendo discutidos no interior da *Mind*. Essa seção ocupou as principais discussões no Gráfico 1, preenchendo nada menos do que 16,31% do total com 39 artigos. A evidência da figura acima demonstra que as discussões nesta temática ficaram primordialmente centradas na filosofia contemporânea, cobrindo assim, um percentual de 74,35% com 29 artigos. Em seguida temos 4 artigos que versaram sobre filosofia antiga (10,25%). Por fim, temos a mesma quantidade de artigos (três) na seção de filosofia medieval e moderna com 7,69%, respectivamente.

Seguindo cronologicamente essa seção na parte da história da filosofia antiga, deparamos com o artigo *Marcus Aurelius and the Stoic Philosophy* (Vol. 04, No. 13, 1879) do jurista Frederick Pollock (1845-1937) apontado como um dos principais historiadores do direito inglês⁴⁷. Na sequência, temos dois artigos de Alfred W. Benn (1843-195): *The Relation of Greek Philosophy to Modern Thought* (Vol.07, No. 25 1882; Vol. 07, No. 26, 1882). Por fim, um artigo do filósofo idealista David George Ritchie (1853-1903), discutindo um dos diálogos mais célebres de Platão: *On Plato's Phaedo* (Vol. 11, No. 43, 1886).

Na história da filosofia medieval – de igual modo da moderna – temos apenas três artigos. O primeiro a abrir esta seção foi o filósofo idealista William Ritchie Sorley (1855-1935) com o artigo, *Jewish Mediaeval Philosophy and Spinoza* (Vol. 05, No. 19 1880). O segundo de autoria de Karl Pearson: *Meister Eckehart, the Mystic* (Vol. 11, No. 41, 1886). E por último, um artigo de Francis Winterton: *Philosophy among the Jesuits* (Vol. 12, No. 46, 1887).

A história da filosofia moderna também não teve grande destaque nas discussões efetuadas no interior da revista *Mind*. Quem abriu novamente esta seção foi o jurista Frederick Pollock, com o artigo: *Notes on the Philosophy of Spinoza* (Vol. 03, No. 10, 1878). Seguido de Karl Pearson: *Maimonides and Spinoza* (Vol. 08, No. 31, 1883). O último artigo desta seção ficou a cargo de Hugh W. Orange: *Berkeley as a Moral Philosopher* (Vol. 15, No. 60, 1890).

Por fim, temos a parte da história da filosofia contemporânea ocupando massivamente a maior parte das discussões. Nesta seção, há uma série de artigos trazendo um panorama geral do que estava acontecendo e sendo produzindo nas principais universidades britânicas, bem como, em outros países, tais como: França, Alemanha, Estados Unidos,

⁴⁷ Disponível em:< <http://oll.libertyfund.org/people/sir-frederick-pollock>> Acesso: 02/02/2015.

Holanda e Itália. Tal empreendimento, em trazer a tona o desenvolvimento do *campo* filosófico ocidental sem soma de dúvidas foi um atributo da editoração de Robertson⁴⁸.

O primeiro que abriu esta seção foi Mark Pattison (1813-1884), padre e reitor do Lincoln College em Oxford, com o artigo *Philosophy at Oxford* (Vol. 01, No. 01, 1876). Nele o autor faz um balanço dos principais filósofos que influenciaram o pensamento na universidade de Oxford. O segundo dessa série foi levado a cabo por Henry Sidgwick: *Philosophy at Cambridge* (Vol. 01, No. 02, 1876). Na sequência temos um artigo do filósofo e astrônomo irlandês William Henry Stanley Monck (1839-1915): *Philosophy at Dublin* (Vol. 01, No. 03, 1876). George Croom Robertson contribuiu trazendo um artigo sobre a filosofia em Londres: *Philosophy in London* (Vol. 01, No. 04, 1876). Em seguida, temos dois artigos do filósofo escocês John Veitch (1829-1894): *Philosophy in the Scottish Universities* (Vol. 02, No. 05, 1877; Vo. 02, No. 06, 1877). Assim, tais artigos contemplam em grande medida os principais centros do pensamento filosófico nas Ilhas Britânicas.

Após trazer o panorama geral do campo filosófico nas principais universidades inglesas, o editor prossegue o projeto contemplando àqueles países já citados. A execução de tal empreendimento é confirmada pelo próprio Robertson quando o primeiro artigo estrangeiro é publicado⁴⁹. A autoria é do psicólogo francês Th. Ribot (1839-1916): *Philosophy in France* (Vol. 02, No. 07, 1877). O segundo artigo desta série foi escrito pelo alemão Wilhelm Maximilian Wundt (1832-1920): *Philosophy in Germany* (Vol.02, No. 08, 1877). O autor era comumente conhecido por suas contribuições no campo da psicologia experimental, famoso por ter criado o Instituto Experimental de Psicologia da Universidade de Leipzig, em 1879. Os artigos desta série haviam sido encomendados pelo próprio editor e Wundt confirma isso já no início de seu trabalho:

Não foi sem hesitação que eu concordei ao pedido do Editor da MIND para dar conta do estado atual da filosofia na Alemanha, e eu o fiz tão somente na esperança de que o leitor não seria de esperar que eu fornecesse qualquer coisa como uma revisão completa de nossa mais recente literatura filosófica. Tudo que eu tentarei é uma breve descrição das principais correntes que compõem o presente movimento filosófico na Alemanha [...] ⁵⁰ (WUNDT,

⁴⁸ [...] In such circumstances, the institution of a journal that should aim at giving expression to all new philosophical ideas and at making English readers acquainted with the progress of philosophical thought in other countries, cannot be regarded as inopportune. The time, at all events, has come for gauging the extent and depth of the interest professed in philosophy (PREFATORY WORDS, 1876, p. 02).

⁴⁹ "The series of articles on the state of Philosophical Study at the various academic centres, continued from the first No. of Mind, may now be said to have exhausted the interest of the subject so far as this country is concerned; and there is here submitted the first of a second series of (more comprehensive) articles dealing with the present state of Philosophy in foreign countries, written in each case by some prominent native authority [...]" *Mind*, Vol. 2, No. 7 (Jul., 1877), p. 366.

⁵⁰ "It was not without hesitation that I agreed, at the request of the Editor of MIND, to give an account of the present state of philosophy in Germany, and I did so only in the hope that the reader would not expect from me

1877, p. 493).

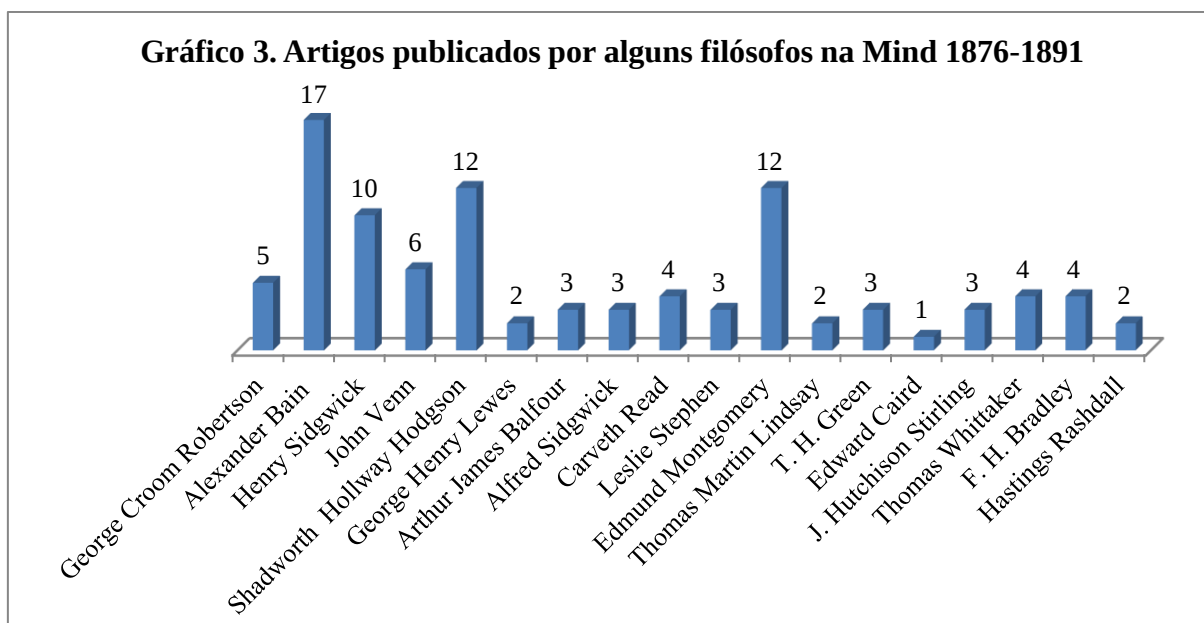
Robertson deveras estava imbuído em promover o campo filosófico ao tentar dar uma composição estrutural do estado atual daquele ramo, não apenas na Grã-Bretanha como também em outros países. Na sequência temos o artigo do filósofo holandês Jan Pieter Nicolaas Land (1834-1897): *Philosophy in the Dutch Universities* (Vol. 03, No. 09, 1878). Em seguida, o artigo: *Philosophy in Italy* (Vol. 03, No. 12, 1878) do filósofo Giacomo Barzellotti (1844-1917). Por último, o artigo: *Philosophy in the United States* (Vol. 04, No. 13, 1879), escrito pelo psicólogo americano G. Stanley Hall (1844-1924).

Do que resta desta seção, ainda temos uma série de artigos que em grande medida estava relacionados principalmente com os filósofos alemães. Entre os mais citados nesta primeira fase editorial estão Kant e Hegel. No entanto, temos também um artigo do filósofo Robert adamson sobre a *Schopenhauer's Philosophy* (Vol. 01, No. 04, 1876). Um artigo do historiador Thomas Martin Lindsay: *Recent Hegelian Contributions to English Philosophy* (Vol. 02, No. 08, 1877). Dois artigos de Swadworth H. Hodgson sobre a *M. Renouvier's Philosophy* (Vol. 06, No. 21, 1881; Vol. 06, No. 22, 1881). Todos os demais artigos em sua grande maioria foram escritos por filósofos idealistas. O primeiro destes foi escrito por Andrew Seth Pringle-Pattison: *Hegel: An Exposition and Criticism* (Vol. 06, No. 24, 1881). Seguido de três artigos de um dos principais expoentes do movimento, James Hutchison Stirling. O primeiro, *The Question of Idealism in Kant* (Vol. 08, No. 32, 1883). Os dois seguintes sobre o embate entre Kant e Hume: *Kant Has Not Answered Hume* (Vol. 09, No. 36, 1884; Vol. 10, No. 37, 1885). Outro sobre um dos filósofos idealista mais importante no cenário inglês Thomas Hill Green, escrito por Edward Caird, quando de sua morte: *Professor Green's Last Work* (Vol. 08, No. 32, 1883). Por fim, um artigo escrito pelo filósofo Samuel Alexander: *Hegel's Conception of Nature* (Vol. 11, No. 44, 1886).

Mander (2011) entende que a filosofia inglesa do último quartel do século XIX foi predominantemente idealista: métodos, conceitos e o próprio estudo da história da disciplina. Reconhecemos a importância do idealismo britânico como uma das principais correntes filosóficas daquele período, porém não a única. Como foi visto a longa tradição empirista ainda era a tônica de boa parte dos filósofos ingleses. Esse processo foi marcado pelo acirramento de tais escolas. O idealismo faz a crítica à tradição empírica para se efetivar, tal como acontecerá na virada daquele século, quando o alvo se tornará o próprio idealismo. As expressões filosóficas que farão essa crítica também estão em busca de validade e

anything like a complete review of our latest philosophical literature. All I shall attempt is a short description of the principal currents composing the present philosophical movement in Germany [...]”.

reconhecimento, para isso é imprescindível criticar a tradição. Assim, o idealismo britânico enfrentará críticas tanto do novo realismo (no século XX compreendido como filosofia analítica) como do pragmatismo inglês na figura de Schiller. Veremos no gráfico a seguir que as proporções filosóficas no cenário inglês estavam em constante disputa.



Fonte: *Mind Review* (1876-1891). Disponível em: www.archive.org

Como era de se esperar a maior parte dos artigos publicados na primeira fase da revista estavam centrados em filósofos empiristas. O principal motivo disso está associado a concepção de filosofia cravada no cerne da *Mind* – fortemente marcada pelo movimento empirista que em grande parte promoveu as discussões em filosofia ao longo de quase todo o século XIX. Se de um lado, podemos visualizar a emergência de um embate com essa longa tradição da filosofia empirista com o advento do idealismo britânico que começou alçar asas de maneira mais efetiva a partir da década de 1870, de outro, tal ressonância ainda não estava inscrita no interior das principais publicações da *Mind*, e isso pode ser visualizado como demonstra o gráfico acima. Os principais autores, sem dúvidas, estavam vinculados a tal escola, que para todos os efeitos, possuía uma longa tradição dentro do pensamento filosófico inglês.

Desse modo, Alexander Bain (o mentor da *Mind*) – como pode ser depreendido pelo gráfico acima – foi o filósofo que mais publicou no interior da revista neste primeiro período editorial (17 artigos, 17,70%). Seguido pelos filósofos Hodgson e Montgomery com 12 artigos cada (12,5%). O filósofo Henry Sidgwick aparece com o terceiro maior número de

artigos, 10 no total (10,41%). Na sequência, o lógico John Venn com 6 artigos (6,25%), seguido por Robertson com 5 artigos publicados ocupando 5,20% do total. Do emergente movimento idealista, os que mais publicaram nesta primeira fase editorial foram Stirling e Bradley com 4 artigos (4,16%), respectivamente. Outros três artigos de um dos epígonos do idealismo britânico Thomas Hill Green (3,12%) e um artigo de Edward Caird. Somando todos os artigos publicados pelos principais filósofos idealistas (10 no total, 10,41%), temos uma participação ainda incipiente em relação aos filósofos de orientação empirista que ocuparam o centro das discussões no interior da revista nesta primeira fase editorial. Nesta seção temos também a participação de dois historiadores: Hastings Rashdall e Thomas Martin Lindsay. Ambos publicaram dois artigos, mas nenhum sobre o campo da história propriamente.

Essa tendência pode ser verificada em virtude de a escola empirista ter sobremaneira dirigido as principais discussões no campo da filosofia, tanto dentro como fora da revista *Mind*. Nesse momento, além dessa longa tradição emerge a filosofia idealista, calçado em grande parte no idealismo alemão. Essas são duas principais forças filosóficas em disputa.

1.4 A segunda fase editorial da *Mind Review*: George Frederick Stout 1892-1920

George Frederick Stout (1860-1944) de igual modo a outros pensadores do século XIX, como o próprio editor da primeira fase editorial estavam numa zona fronteira – se assim podemos dizer – entre a filosofia e a psicologia. No caso de Stout, estava ligado mais a segunda do que a primeira de onde demandou seus principais trabalhos⁵¹ ficando comumente conhecido pelas suas contribuições neste campo. Apesar de ter direcionado sua força intelectual neste ramo do conhecimento, não a fez na mesma linha levantada pelo empirismo levado a cabo por John Stuart Mill, Herbert Spencer e Alexander Bain. Essa corrente que havia dominado o pensamento inglês desde o século XVIII e caminhou com grande força no século XIX. Neste sentido, a primeira ruptura assumida por Stout foi levantar a crítica contra o associativismo em psicologia assumido pela filosofia empirista. Segundo nos informa Metz o ramo da psicologia no pensamento inglês foi predominantemente empirista:

O desenvolvimento da psicologia britânica segue mais ou menos um curso retilíneo a partir de seu início até perto do fim do século XIX. Ela procedeu em uma linha paralela à tradição filosófica empirista – ou melhor, ela está

⁵¹ Dentre suas obras temos: *Analytic Psychology* publicado em dois volumes, 1896; *A Manual of Psychology* 1898; Um artigo (*Erro*) publicado no livro *Personal Idealismo* editado por Henry Sturt, apontado por Metz como o “recente manifesto do movimento pragmático em filosofia” (1938, p. 754); *The Groundwork of Psychology* 1903; *Mind and Matter* 1931 e uma série de artigos publicados em revistas especializadas reunidos posteriormente no livro *Studies in Philosophy and Psychology* 1930.

intrelaçada com essa e em grande medida coincide com ela. Visto do lado filosófico é denominadamente empírica e do ponto de vista da psicologia é associativista. A associação-psicológica e atomístico-mecânico, como expresso nos sistemas clássicos dos séculos XVII e XVIII foi continuado no XIX particularmente pelos dois Mill [James e Stuart] e enriquecida por Darwin e Spencer com um novo tom – a evolução – e conduzido a conclusão por Bain e Sully, os últimos remanescentes do movimento⁵² (METZ, 1938, p. 747).

A ruptura seguida por Stout foi primeiramente lançada por James Ward (1843-1925) e afirmada por William James (1842-1910) com a obra dos *Principles of Psychology* publicada em 1890. Essa nova roupagem trilhada por eles estava em conexão com certas correntes filosóficas (no pragmatismo e no pensamento de Bergson). Tal vinculação filosófica forneceu os subsídios necessários para uma renovação no campo da psicologia como também, possibilitou um franco diálogo e discussões mais acirradas entre as principais correntes filosóficas desta segunda fase editorial da *Mind* (METZ, 1938, p. 748).

Stout, apesar de ter se dedicado ao campo da psicologia estava em estreita ligação com o campo da filosofia que fomentou em grande medida sua experiência profissional. Foi primeiramente, professor de ciências morais em Cambridge, na Universidade de Aberdeen foi professor de psicologia comparativa, leitor de filosofia mental em Oxford e de 1903 à 1936 assumiu a cadeira de lógica e metafísica na Universidade de St. Andrews (METZ, 1938, p. 748-49). Em relação ao seu pensamento:

Com Stout temos um “encontro” do pragmático, realista e de motivos idealistas; o primeiro domina um estágio relativamente inicial de seu pensamento e cada vez mais se afasta para o pano de fundo; sua posição psicológica e epistemológica, bem como seu método de investigação, pode ser chamado de realista, enquanto o idealismo caracteriza certas consequências extraídas de sua posição e do contexto geral de sua doutrina como um todo⁵³ (METZ, 1938, p. 749).

Essa maior flexibilidade possibilitou um “encontro dos extremos” em filosofia, muito embora Stout estivesse mais afastado da escola idealista – principalmente a de cunho hegeliano – do que James Ward. Para Passmore (1976, p. 28), o que “[...] Stout acima de tudo fez, pode-se dizer, foi presidir a dissolução do idealismo absoluto. É difícil para nós agora

⁵² “The development of British Psychology follows a more or less straight course from its first beginnings down to near the end of the XIXth Century. It proceeded on a line parallel to the empiricist philosophical tradition – or, better, it is interwoven with this and to a great extent coincides with it. What seen from the philosophical side is termed empiricism is from the standpoint of psychology associationism. The mechanical-atomistic association-psychology, as expressed in the classical systems of the XVIIth and XVIIIth Centuries was continued in the XIXth particularly by the two Mills, enriched by Darwin and Spencer with a new strain – the evolutionary – and brought to a conclusion by Bain and Sully, the latest stragglers of the movement”.

⁵³ “In Stout we have a “meeting” of pragmatist, realist and idealist motives; the first dominates a comparatively early stage of his thought and more and more recedes into the background; his psychological and epistemological position, as well as his method of investigation, may be called realist, while Idealism characterizes certain consequences drawn from his position and the general background of his doctrine as a whole”.

perceber como o Idealismo Absoluto era poderoso quando a *Mind* começou sua nova série”⁵⁴.

No que tange ao período em que ficou como editor da *Mind* (1892-1920) ele introduziu uma nova série ficando claro assim a desvinculação com a editoração anterior que estava sob a vigência de George Croom Robertson. A necessidade de uma *New Serie* conferiria um “novo começo sob uma nova editoração”.

Em relação à estruturação da revista não houve mudanças consideráveis. Apenas duas ênfases anunciadas por Stout no prefácio da nova série da revista. A primeira delas correspondendo ao esforço que já estava sendo feito na gestão de Robertson, que consistia em dar notícias dos principais artigos mais importantes dos periódicos estrangeiros. Entretanto, tal periodicidade estava ocorrendo de maneira intermitente. O primeiro objetivo de Stout, neste sentido, era dar regularidade a este tipo de procedimento dando notícias do que estava acontecendo nas principais revistas de filosofia e psicologia do continente europeu, principalmente: Alemanha, França, Itália, bem como, nos Estados Unidos. O segundo objetivo do novo editor era também dar regularidade as reportagens por parte de especialistas em seus diversos departamentos de conhecimento, tanto na filosofia quanto na psicologia. Um terceiro ponto que pode ser destacado, e que é enfatizado por Stout – que leva a marca de Robertson – está relacionado ao seu caráter católico e, sobretudo de imparcialidade o qual endossa aos seus leitores. Um quarto elemento que desdobra dessa intenção de imparcialidade é também alocado: não haveria nenhuma predileção por qualquer escola em especial assim como, para nenhum departamento de filosofia ou psicologia (PREFATORY REMARKS, 1892, p. 1).

Tais objetivos elencados no prefácio da nova série da *Mind* não resultam em algo extravagante para o único periódico filosófico existente de língua inglesa, tal como enfatizou Stout. De outro lado, o mesmo chama a atenção de seus leitores para que as páginas da *Mind* sejam preenchidas de trabalhos genuínos em detrimento de “produções diletantes”. Por fim, endossa que para tal empreendimento ter êxito necessitaria da

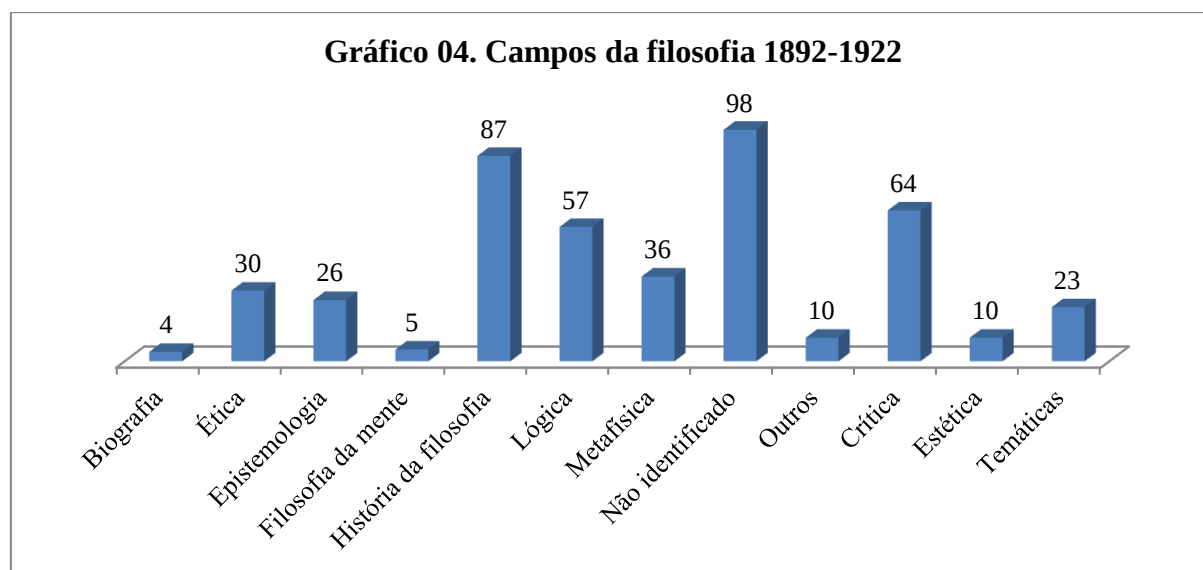
[...] saudável simpatia e a assistência dos estudantes profissionais de filosofia, que têm agora, esperamos, alcançado um tal degrau de compreensão mútua quanto a tornar a cooperação mais fácil e a discussão mais frutífera do que poderia ser quando a *Mind* iniciou – um resultado para o qual a *Mind* em si tem, em grande medida contribuído⁵⁵ (PREFATORY REMARKS, 1892, p. 2).

⁵⁴ “[...] Stout above all did, one might say, was to preside over the dissolution of Absolute Idealism. It is hard for us now to realise how powerful Absolute Idealism was when *Mind* began its new series”.

⁵⁵ “[...] the hearty sympathy and assistance of professional students of philosophy, who have now, we hope, reached such a degree of mutual understanding as to render co-operation more easy and discussion more fruitful than they could be when *Mind* was first started – a result to which *Mind* itself has in large measure contributed”.

Conforme Passmore, as principais características editoriais da *Mind* seriam mantidas, como por exemplo, seu caráter “imparcial”⁵⁶. Há outros aspectos importantes a ser destacados, como um staff maior de estudantes profissionais de filosofia, bem como, a intensificação da interface com notícias mais específicas dos principais artigos de periódicos estrangeiros e relatórios de especialistas em seus diversos campos. Mudanças pontuais que em síntese não alteraram a composição estrutural do periódico. O que podemos inferir nessa “nova” etapa – é que em paralelo com ela houve de fato uma nova conjuntura – corresponde em nada menos que o oposto da crítica do qual fez Robertson no prefácio de sua primeira edição nos idos de 1876, a saber: do caráter não profissional do *campo* filosófico. Nessa segunda etapa podemos afirmar que os esforços do primeiro editor foram assim contemplados, no que diz respeito a estruturação e profissionalização desse saber.

Da mesma forma que fizemos com a primeira fase editorial da *Mind* apontando os principais artigos discutidos e abordados em seus respectivos ramos filosóficos, faremos do mesmo modo com o segundo momento editorial da revista.



Fonte: *Mind Review* (1892-1922). Disponível em: www.archive.org

No Gráfico 04 procurou-se mapear o segundo período editorial (1892-1920) sob a regência de Stout, ultrapassando dois anos de sua gestão devido o nosso recorte temporal. Desse modo, apontarei os principais autores dentro de cada campo da filosofia e suas principais contribuições. Nesta segunda etapa foram mapeados 536 artigos, destes 86 estavam

⁵⁶ Conforme posto por Robertson, esse caráter de “imparcialidade” diz respeito ao processo de submissão de artigos no interior da revista. É uma postura seguida também por Stout. Apesar de suas vinculações, a *Mind* não representaria qualquer escola filosófica.

direcionados explicitamente ao campo da psicologia não sendo computado por nós, restando assim um total de 450 artigos, distribuídos nas variáveis do gráfico.

Nos dados do gráfico temos minimamente os principais ramos da filosofia desenhada desde a última década do XIX e nas duas primeiras subseqüente do século XX. Nesta segunda fase – diferente da primeira – temos o surgimento de artigos direcionados ao campo da *estética* e o acréscimo de uma seção estabelecida por nós como *temáticas*. Os demais campos estão distribuídos da mesma forma que o Gráfico 1.

Semelhante o Gráfico 1, a seção de *Não identificados* ocupou o maior espaço dos artigos desta segunda fase (98 artigos, 21,77%). O primeiro ramo da filosofia que mais se destacou nesta – como na fase anterior – foi o campo da *história da filosofia* com 87 artigos (19,33%). A seção de *crítica* ocupou o segundo lugar com 64 artigos (14,22%). Em seguida, temos o ramo da *lógica* com 57 artigos (12,66%). Em quarto lugar, temos a *metafísica* preenchendo 8% com 36 artigos do total. As discussões no campo da ética vêm em seguida com 30 artigos (6,66%). Na sequência temos o campo da *epistemologia* com 26 artigos (5,77%), seguido da seção de *temáticas* com 23 artigos (5,11%). Ocupando as menores parcelas temos o ramo da *estética* e a seção *outros* com 10 artigos (2,22%), respectivamente. Seguido do campo filosofia da mente com 5 artigos e a seção de *biografia* com 4 artigos.

O campo da história da filosofia será em seguida comentado com um gráfico específico. Em segundo lugar temos o campo da lógica. Aqui apontarei os principais autores que publicaram neste campo e seus respectivos trabalhos. Assim, um dos que mais contribuíram nesse ramo foi com toda certeza o lógico matemático Hugh McColl (1831-1909). Publicou nessa etapa 9 artigos, sete deles sob o título *Symbolic Reasoning* (o primeiro dessa série de 8 artigos apareceu em 1880 no volume 17 da primeira fase, finalizando no ano de 1906). Publicou dois artigos sob o título: *Linguistic Misunderstandings* (*New Series*, Vol. 19, No. 74, 1910; Vol. 19, No. 75, 1910).

Na sequência temos a presença do filósofo e lógico Alfred Sidgwick com 4 artigos publicados: *Notes on Reform in Logic* (*New Series*, Vol. 02, No. 06, 1893); *Context and Meaning* (*New Series*, Vol. 04, No. 15, 1895); *Applied Axioms* (*New Series*, Vol. 14, No. 53, 1905); *Statements and Meaning* (*New Series*, Vol. 30, No. 119, 1921). C. D. Broad aparece como o terceiro filósofo que mais publicou com 3 artigos. Primeiro com: *A General Notation for the Logic of Relations* (*New Series*, Vol. 27, No. 107, 1918); dois artigos sob o título: *On the Relation between Induction and Probability* (*New Series*, Vol. 27, No. 108, 1918; Vol. 29, No. 113, 1920).

Com dois artigos cada temos, de um lado, o filósofo matemático Bertran Russell (1872-1970) e sua contemporânea na Universidade de Cambridge, a filósofa Emily Elizabeth Constance Jones (1848-1922). Do primeiro, temos: *On the Relations of Number and Quantity* (New Series, Vol. 06, No. 23, 1897); *On the Notion of Order* (New Series, Vol. 10, No. 37, 1901). Da segunda, temos: *On the Nature of Logical Judgment* (New Series, Vol. 02, No. 08, 1893); *The Paradox of Logical Inference* (New Series, Vol. 07, No. 26, 1898). Esses foram os principais filósofos que contribuíram para o campo da lógica.

No campo da metafísica quem mais atuou foi o filósofo idealista Francis Herbert Bradley (1846-1924), seguido por outro filósofo idealista: John Stuart Mackenzie (1860-1935). Do segundo temos: *Mr. Bradley's View of the Self* (New Series, Vol. 03, No. 11, 1894); *The Infinite and the Perfect* (New Series, Vol. 13, No. 51, 1904); *The Meaning of Reality* (New Series, Vol. 23, No. 89, 1914). Bradley escreveu 14 artigos nesta seção dos quais se destacam: *On the Supposed Uselessness of the Soul* (New Series, Vol. 04, No. 14, 1895); três artigos sob o título: *The Definition of Will* (New Series, Vol. 11, No. 41, 1902; Vol. 12, No. 46, 1903; Vol. 13, No. 49, 1904); por fim, *On Floating Ideas and the Imaginary* (New Series, Vol. 15, No. 60, 1906).

Nesta segunda fase editorial o subcampo da ética foi descentralizado. Diferente da primeira fase que foi predominantemente empirista, tanto em autores quanto em quantidade numérica. Publicando nesta seção, temos nomes como Bernard Bosanquet (*Hedonism Among Idealists* (New Series, Vol. 12, No. 46, 1903; Vol. 12, No. 47, 1903); S. Alexander (*The Idea of Value* (New Series, Vol. 01, No. 01, 1892); Henry Sturt (*The Doctrine of the Summum Bonum: A Criticism* (New Series, Vol. 09, No. 35, 1900); James Seth (*The Ethical System of Henry Sidgwick* (New Series, Vol. 10, No. 38, 1901). Entre outros representantes deste campo temos, dois artigos de R. M. MacIver: *The Ethical Significance of the Idea Theory* (New Series, Vol. 18, No. 72, 1909; Vol. 21, No. 82, 1912); um artigo do fundador da *Mind*, o filósofo Alexander Bain: *Ethics from a Purely Practical Standpoint* (New Series, Vol. 05, No. 19, 1896) e outro artigo do filósofo e historiador Hastings Rashdall: *Can There Be a Sum of Pleasures?* (New Series, Vol. 08, No. 31, 1899), entre outros.

Publicando no campo da epistemologia temos primeiramente, W. Caldwell com o artigo *The Epistemology of Ed. V. Hartmann* (New Series, Vol. 02, No. 06, 1893); dois artigos de H. Jones: *Idealism and Epistemology* (New Series, Vol. 02, No. 07, 1893; Vol. 02, No. 08, 1893); um artigo de J. H. Muirhead: *The Goal of Knowledge* (New Series, Vol. 06, No. 24, 1897); um artigo do filósofo idealista Harold H. Joachim: *"Absolute" and "Relative" Truth*

(*New Series*, Vol. 14, No. 53, 1905); dois artigos do filósofo F. C. S. Schiller: *The Ambiguity of Truth* (*New Series*, Vol. 15, No. 58, 1906); o outro foi fruto de um simpósio temático debatido também pelos filósofos R. G. Collingwood e A. E. Taylor: *Are History and Science Different Kinds of Knowledge?* (*New Series*, Vol. 31, No. 124, 1922) – tais artigos serão analisados no **Capítulo III**. Um artigo do filósofo John Dewey: *The Experimental Theory of Knowledge* (*New Series*, Vol. 15, No. 59, 1906). E dois artigos de James Ward: *Sense-Knowledge* (*New Series*, Vol. 28, No. 111, 1919; Vol. 28, No. 112, 1919).

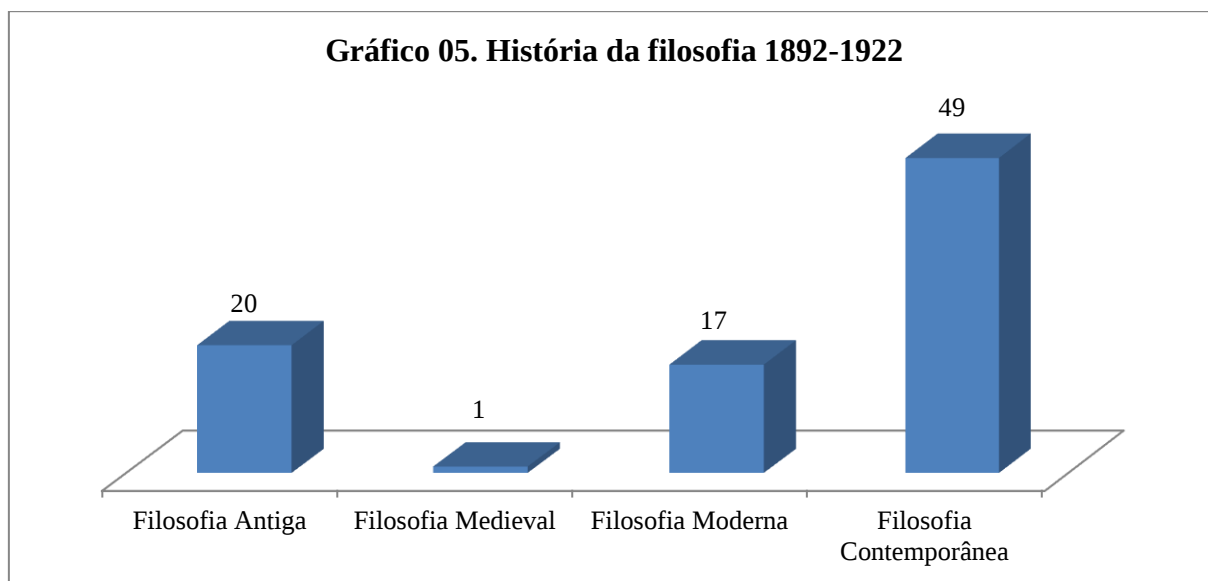
Foi criada também uma seção que pudesse abarcar e reunir uma série de artigos que abordavam temáticas diversas e específicas, tais como: *temporalidade*, *metodologia*, *linguagem*, *evolucionismo*. Foi a partir desta constatação que criamos a seção *temáticas*. As questões sobre temporalidade ocupou grande parte das discussões totalizando 14 artigos. Entre os principais autores encontramos o filósofo empirista Henry Sidgwick: *A Dialogue on Time and Common Sense* (*New Series*, Vol. 03, No. 12, 1894); J. L. McIntyre: *Time and the Succession of Events* (*New Series*, Vol. 04, No. 15, 1895); Henry Rutgers Marshall: *The Time Quality* (*New Series*, Vol. 16, No. 61, 1907); dois artigos do filósofo J. Ellis McTaggart: *The Unreality of Time* (*New Series*, Vol. 17, No. 68, 1908; *The Relation of Time and Eternity* (*New Series*, Vol. 18, No. 71, 1909); J. S. Mackenzie: *Notes on the Problem of Time* (*New Series*, Vol. 21, No. 83, 1912); entre outros.

Na temática de metodologia encontramos seis artigos, o primeiro do filósofo Henry Laurie: *Methods of Inductive Inquiry* (*New Series*, Vol. 02, No. 07, 1893); três artigos do filósofo E. B. McGilvary: *The Dialectical Method* (*New Series*, Vol. 07, No. 25, 1898; Vol. 07, No. 26, 1898; Vol. 07, No. 27, 1898); um de S. Alexander: *The Method of Metaphysics: and the Categories* (*New Series*, Vol. 21, No. 81, 1912); por fim, o artigo: *The Metaphysical Method of Herbart* (*New Series*, Vol. 22, No. 85, 1913) do filósofo George H. Langley. Ainda dentro dessa seção encontramos dois artigos versando sobre linguagem e outros dois sobre o evolucionismo.

O subcampo da estética ocupou a menor parcela dentro das discussões da *Mind*. O principal filósofo dessa seção foi Henry Rutgers Marshall com quatro artigos publicados. Dois trabalhos sob o título: *The Field of Aesthetics Psychologically Considered* (*New Series*, Vol. 01, No. 03, 1892; Vol. 01, No. 04, 1892); um outro sobre a *Hedonic Aesthetics* (*New Series*, Vol. 02, No. 05, 1893), por fim: *Some Modern Aestheticians* (*New Series*, Vol. 29, No. 116, 1920). Um artigo do filósofo Bernard Bosanquet: *On the Nature of Aesthetic Emotion* (*New Series*, Vol. 03, No. 10, 1894); por fim, um artigo de E. H. Donkin: *Suggestions on*

Aesthetic (New Series, Vol. 06, No. 24, 1897).

Do que resta do gráfico 4 temos, a seção *outros* com dez artigos reunidos sobre filosofia da religião, filosofia política, filosofia da história, sobre sociologia e educação. Por fim, temos a seção sobre filosofia da mente e de biografia que juntas somaram apenas nove artigos. Na seção biografia temos um artigo sobre o primeiro editor da *Mind* escrito por Alexander Bain e outro sobre o filósofo Henry Sidgwick, escrito por Leslie Stephen.



Fonte: *Mind Review* (1892-1922). Disponível em: www.archive.org

O objetivo desse gráfico foi apontar o que estabelecemos no Gráfico 1, ou seja, um quadro da história da filosofia, agora na segunda fase editorial da *Mind*. Semelhante o Gráfico 1, o ramo que foi mais evidenciado nesta seção foi o da história da filosofia contemporânea (49 artigos, 56,32%). Seguido pela história da filosofia antiga (20 artigos, 22,98%). Ocupando o terceiro lugar das discussões temos o ramo da filosofia moderna (17 artigos, 19,50%). Por fim, com apenas um artigos o ramo da filosofia medieval.

Seguindo cronologicamente essa seção apontaremos os principais autores e textos publicados no interior de cada variável. Na filosofia antiga tivemos um aumento significativo em relação ao Gráfico 2 da primeira fase editorial. Nesta, o autor que mais publicou foi o filósofo idealista A. E. Taylor, primeiro com uma série de três artigos sob o título: *On the Interpretation of Plato's Parmenides* (New Series, Vol. 05, No. 19, 1896; Vol. 05, No. 20, 1896; Vol. 06, No. 21, 1897); seguido por *On the First Part of Plato's Parmenides* (New Series, Vol. 12, No. 45, 1903). Na sequência temos o filósofo P. S. Burrell com uma série de três artigos sob o título: *The Plot of Plato's Republic* (New Series, Vol. 25, No. 97, 1916; Vol. 25, No. 98, 1916; Vol. 25, No. 99, 1916). O filósofo F. C. S. Schiller publicou dois artigos

nesta seção: *On the Conception of 'ENE'PFEIA 'AKINHσI'Aσ* (New Series, Vol. 09 No. 36, 1900); *The Humanism of Protagoras* (New Series, Vol. 20, No. 78, 1911).

O subcampo da história da filosofia medieval ficou estagnado tanto nesta segunda fase editorial quanto na primeira. Nesta última, conforme o Gráfico 2 tiveram apenas três artigos. Nesta fase, apenas um artigo de autoria de C. Delisle Burns sobre a filosofia de *William of Ockham* (New Series, Vol. 25, No. 100, 1916).

Subcampo da filosofia moderna teve um aumento significativo também em relação a primeira fase editorial da *Mind*. O primeiro artigo foi escrito pelo filósofo idealista W. R. Sorley: *The Philosophy of Herbert of Cherbury* (New Series, Vol. 03, No. 12, 1894); seguido por Boyce Gibson que publicou uma série de dois artigos sob o título: *The Regulae of Descartes* (New Series, Vol. 07, No. 26, 1898; Vol. 07, No. 27, 1898). Na sequência temos Norman Smith, com uma série de dois artigos sob o título: *The Naturalism of Hume* (New Series, Vol. 14, No. 54, 1905; Vol. 14, No. 55, 1905). Um artigo de Norman Wilde: *Mandeville's Place in English Thought* (New Series, Vol. 07, No. 26, 1898) e outro de autoria de Robert Latta: *On the Relation Between the Philosophy of Spinoza and That of Leibniz* (New Series, Vol. 08, No. 31, 1899); entre outros.

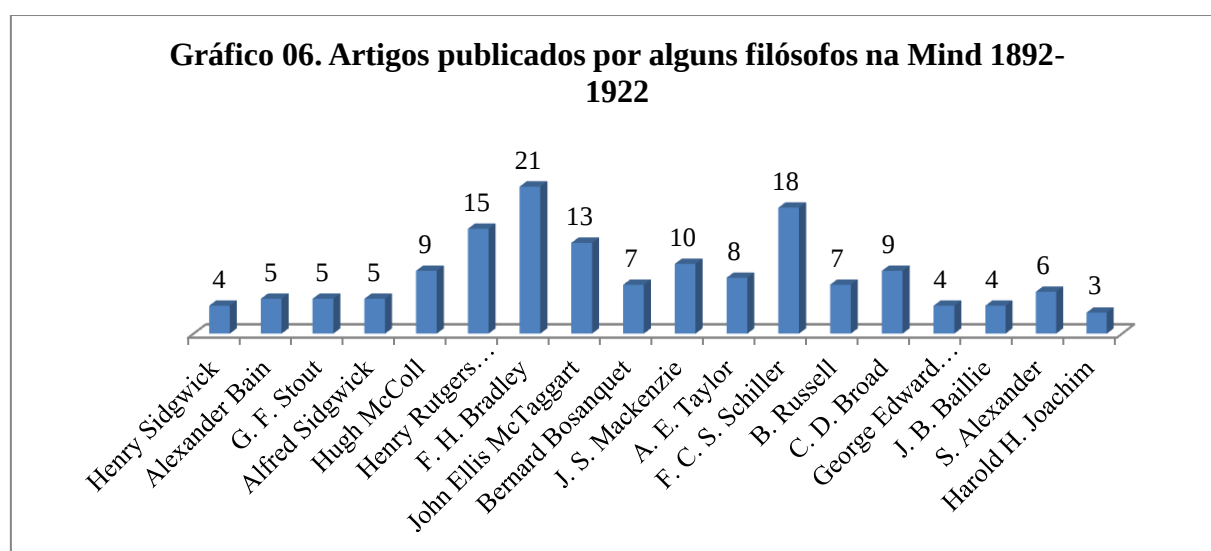
Por fim, temos o campo mais atuante dessa seção: a história da filosofia contemporânea. Tanto na primeira quanto na segunda fase editorial da revista os principais artigos foram massivamente direcionados aos filósofos alemães. Entre os mais listados estão primeiramente Hegel, Lotze e Kant. Temos também artigos sobre Schopenhauer e Nietzsche, respectivamente. O filósofo mais atuante dessa seção foi o idealista J. Ellis McTaggart com dez artigos, todos em torno da figura de Hegel. Os primeiros dois sobre *The Changes of Method in Hegel's Dialectic* (New Series, Vol. 01, No. 01, 1892; Vol. 01, No. 02, 1892); uma série de dois artigos sobre *Time and the Hegelian Dialectic* (New Series, Vol. 02, No. 08, 1893; Vol. 03, No. 10, 1894); outra série de três artigos sob o título: *Hegel's Treatment of the Categories of the Subjective Notion* (New Series, Vol. 06, No. 22, 1897; Vol. 06, No. 23, 1897; Vol. 08, No. 29, 1899); um série de dois artigos sobre *Hegel's Treatment of the Categories of Quality* (New Series, Vol. 11, No. 44, 1902; Vol. 13, No. 50, 1904); e um sobre *Hegel's Treatment of the Categories of the Idea* (New Series, Vol. 09, No. 34, 1900). Temos também um artigo de J. S. Mackenzie versando sobre o filósofo em questão: *The Hegelian Point of View* (New Series, Vol. 11, No. 41, 1902). Na mesma esteira temos um artigo escrito por Bernard Muscio: *The Hegelian Dialectic* (New Series, Vol. 23, No. 92, 1914).

Em seguida temos uma série de três artigos sobre o filósofo Rudolf Hermann Lotze

escrito por E. E. Thomas sob o título: *Lotze's Relation to Idealism* (New Series, Vol. 24, No. 94, 1915; Vol. 24, No. 95, 1915; Vol. 24, No. 96, 1915). Uma série de dois artigos ainda sobre o filósofo em questão escrito por A. Eastwood: *Lotze's Antithesis Between Thought and Things* (New Series, Vol. 01, No. 03, 1892; Vol. 01, No. 04, 1892).

Temos dois artigos escritos pelo também historiador Arthur O. Lovejoy, o primeiro sobre os antecedentes da filosofia de Bergson e outro intitulado *Kant's Antithesis of Dogmatism and Criticism* (New Series, Vol. 15, No. 58, 1906). Um artigo escrito por H. Sidgwick: *The Philosophy of T. H. Green* (New Series, Vol. 10, No. 37, 1901); uma série de dois artigos escrito por Norman Smith sob o título: *Avenarius' Philosophy of Pure Experience* (New Series, Vol. 15, No. 57, 1906; Vol. 15, No. 58, 1906). Apenas um artigo sobre Nietzsche e Schopenhauer. O primeiro escrito por Julius Goldstein: *The Keynote to the Work of Nietzsche* (New Series, Vol. 11, No. 42, 1902); o segundo escrito por Bertram M. Laing: *Schopenhauer and Individuality* (New Series, Vol. 26, No. 102, 1917).

Desse modo, podemos afirmar sem dúvidas que a maior parte das discussões sobre a história da filosofia se concentrou em autores contemporâneos, a partir da filosofia alemã, feita em sua grande maioria por filósofos idealistas. Por fim, com o último gráfico visualizaremos os principais autores que publicaram nesta segunda fase editorial e seus respectivos vínculos filosóficos.



Fonte: *Mind Review* (1892-1922). Disponível em: www.archive.org

Nesta seção diferentemente do Gráfico 3, temos sem dúvidas uma participação contundente dos principais filósofos idealistas. E um declínio vertiginoso da filosofia empirista. Conforme o gráfico, os principais autores dessa seção foram Francis Herbert

Bradley (21 artigos, 13,72%) e Ferdinand Canning Scott Schiller (18 artigos, 11,74%). Os principais embates dessa segunda fase foram centrados na figura de ambos os filósofos. Passmore, enfatiza o mesmo:

Como editor então, a vida de Stout estava longe de ser fácil. Shiller e Bradley foram, em termos numéricos, seus colaboradores mais valiosos. Se considerarmos uma trilogia, temos primeiramente, Bradley que publicou na *Mind* de Stout cerca de vinte e um artigos e seis notas de discussão; Schiller dezesesseis artigos e nada menos do que vinte e três notas de discussão, algumas delas bastante longas – para não mencionar seus vinte e seis comentários altamente polêmicos. Sem dúvidas havia outros autores quase tão diligentes. Aquele extraordinário americano H. Rutgers Marshall – formado em psicologia e arquitetura, havia se dedicado ao ramo da estética – é o concorrente mais próximo; Bernard Bosanquet e J. S. Mackenzie não ficaram muito atrás. Mas a disputa de gladiadores entre Bradley e Schiller cedeu à *Mind* seu tom peculiar⁵⁷ (1976, p. 19-20).

Em seguida, temos o filósofo e psicólogo americano Marshall com quinze artigos publicados. Em termos comparativos, os principais filósofos empiristas da primeira fase editorial já não eram o epicentro dessa segunda, em grande medida foi dominada pela filosofia idealista. Entre os representantes da primeira, temos ainda o nome de Alexander Bain, Henry Sidgwick e Alfred Sidgwick que juntos não representaram 10% do total (14 artigos, 9,15%).

A constatação de que o segundo momento editorial foi dominado pela filosofia idealista nos importa, pois para todos os efeitos, as principais discussões acerca do *campo* da história advieram do idealismo britânico – como veremos nos **Capítulos II e III**.

Resta afirmar que tal revista foi o parâmetro de acesso ao debate filosófico instaurado no cenário intelectual inglês do último quartel do século XIX, sem ela não teríamos condições de identificar a amplitude do debate filosófico daquele período. Observamos pelo menos quatro correntes filosóficas em seu interior ao longo de nosso recorte temporal: a longa tradição da filosofia empirista, o emergente idealismo britânico, a cristalização do realismo filosófico, e por fim, na virada do século, a promulgação da filosofia analítica. O pragmatismo inglês também está inserido neste baluarte filosófico. Apesar de sido fomentado por filósofos estadunidense tais como, Charles Sanders Peirce, John Dewey e William James. Na Inglaterra tal acepção foi levado a cabo por filósofos como Ferdinand Canning Scott Schiller, Alfred Sidgwick (primo de Henry Sidgwick) e Henry Sturt – Schiller foi quem estabeleceu um forte

⁵⁷ “As an editor, then, Stout's life was far from being an easy one. Schiller and Bradley were, in numerical terms, his most valued contributors. If we count a trilogy as three, Bradley published in Stout's *Mind* some twenty-one articles and six discussion notes, Schiller sixteen articles and no less than twenty-three discussion notes, some of them quite lengthy – not to mention his twenty-six highly polemical reviews. No doubt there were other authors almost as industrious. That extraordinary American architect, psychologist, aesthician H. Rutgers Marshall is the nearest competitor; Bernard Bosanquet and J. S. Mackenzie are not far behind. But the gladiatorial contest between Bradley and Schiller lent *Mind* its peculiar tone”.

entrevista filosófica e crítico contra os pressupostos do idealismo absoluto de T. H. Bradley, grandemente reverberado no interior na revista, de modo mais contundente no segundo momento editorial da *Mind*.

De grosso modo, podemos apontar que as contribuições filosóficas para o *campo* da história efetuadas no último quartel do século XIX foram direcionadas pelo movimento idealista. A filosofia empirista pouca contribuição forneceu aos problemas históricos, na verdade, criou um embargo ao querer submeter à história ao pensamento científico pautado pelo princípio da causalidade e por seu ordenamento através de leis gerais subtraídas a partir do método indutivo – queriam torná-la uma “ciência” positiva.

O destaque dado ao idealismo britânico resulta de sua importância dentro do *campo* da história. Conseguimos identificar nessa vertente filosófica uma preocupação pelo trato histórico, colocando-o no centro da estrutura de seu projeto filosófico. A história ocupou um papel central no idealismo britânico ao ponto de possibilitarmos apontar um quadro sintético dos principais filósofos idealistas que tangenciaram problemas caro ao conhecimento histórico. A relevância dada justifica-se como possibilidade de compreensão para aquilo que caracterizaremos no **Capítulo III** como historiografia filosófica.

CAPÍTULO II

A COMPOSIÇÃO DO CAMPO HISTORIOGRÁFICO INGLÊS NO SÉCULO XIX E A DISCUSSÃO DO MÉTODO HISTÓRICO NA FILOSOFIA

2.1 – A consolidação do conhecimento histórico inglês no século XIX

A racionalização do conhecimento histórico europeu obteve um amplo espectro de maneira profunda e de modo sistemático ao longo de todo o século XIX, fazendo deste “o século da história”, não por acaso, tal epíteto antes de tudo constitui-se de um lado a partir de uma demanda histórica: a criação dos *Estados nacionais*. De outro lado, a história começa a profissionalizar-se como um *campo* de saber autônomo, com suas regras metodológicas, com reflexões epistêmicas próprias.

Fez-se um processo duplo: primeiro, a construção histórica da nação, pela busca das origens; como também, a profissionalização e a cientificação do conhecimento histórico. Não era apenas necessário conhecer a “realidade” passada, pura e simplesmente, o que estava sendo gestado era um *campo*, e como tal tinha como função também transmitir suas descobertas e resultados (PROUST, 2012; MALERBA, 2010; 2013; MARTINS, 2010).

Mas o que faz do século XIX “o século da história”? François Dosse ao fazer um panorama da disciplina e dos historiadores emergentes daquele período endossa dois pontos:

Há muito tempo se estabeleceu que o século XIX foi o século da história. Essa afirmação banal encobre, no entanto, duas realidades diferentes e complementares. De um lado, esse é o século da história no sentido da profissionalização da prática histórica que se dota, por toda a Europa, de um programa para seu ensino, de regras metodológicas, e que rompe com a literatura para voar com asas próprias. Esse nascimento da história como disciplina se confunde com a grande confiança na marcha progressiva das ciências. Os novos historiadores profissionais desejam participar dessa marcha ativamente, ainda que ao preço de certo cientificismo. De outro lado, foi também o século da história, pois o historiador foi encarregado pela sociedade de enunciar o tempo laicizado, de narrar o *telos*, de afirmar a direção para a qual se dirige a humanidade. Esse magistério do futuro, essa missão profética atribuída à história é então fortemente vivida como a passagem da religião à disciplina histórica (DOSSE, 2010, p. 15).

A importância do século XIX para os estudos históricos é contundente, e é neste mesmo período que nos depararemos com dois grandes paradigmas: o positivismo Comteano,

fruto tardio do pensamento da ilustração; e em contrapartida, o movimento alemão do historicismo/historismo⁵⁸. Outro ponto de igual modo importante na fundamentação deste conhecimento pode ser aludido ao surgimento do conceito moderno de “história” fundamentado na distinção entre *Historie* e *Geschichte*, que perpassa peculiarmente: do primeiro, entendido como o relato de diversas narrativas sobre o passado para o segundo, entendido como “uma série de ações acometidas ou sofridas”, ou seja, há o condensamento de um coletivo singular, na terminologia de Koselleck.

Em primeiro lugar, realiza-se no espaço da língua alemã, um deslocamento lexical que esvazia o sentido do velho topos, ou que, ao menos, acelera o esvaziamento de seu sentido. A palavra estrangeira que o léxico nacional tomou de empréstimo, “Historie”, que designando especialmente as ciências históricas, foi sendo visivelmente preterida em favor da palavra “Geschichte”. O abandono do termo “Historie” e o subsequente emprego de “Geschichte” completou-se por volta de 1750 com uma veemência que pode ser estatisticamente comprovada. “Geschichte” significou originalmente o acontecimento em si ou, respectivamente, uma série de ações cometidas ou sofridas. A expressão alude antes ao acontecimento em si do que a seu relato [...] (KOSELLECK, 2006, p. 48).

É neste mesmo momento também que visualizamos a passagem de uma concepção de história que perpassou desde Heródoto como *mestra da vida* para aquilo que o historiador francês François Hartog (2013) chama de *regime de historicidade moderno*. A primazia do passado cede e dá lugar para a projeção futura, uma aceleração temporal conflituosa culminada pela Revolução Francesa que estabeleceu uma fenda profunda entre o *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativa*, entre passado e futuro.

É dentro desse quadro mais amplo que a história enquanto disciplina autônoma se afirmará desde a codificação de regras, práticas e de um *modus operandi* próprio, sobretudo, com a emergência das cátedras em história que começam a ser expandir de modo mais contundente na Europa a partir da segunda metade do século XIX. Um pouco antes, na dianteira desse processo estava a atual Alemanha (naquele momento, apenas um território fragmentado e desagregado, que viria a ser unificada por Bismarck), de onde adveio “um sem número” de contribuições e de grandes historiadores que ultrapassa o culto erigido sob a

⁵⁸ Arno Wehling (1994, p. 37) faz um apanhado sobre o tema, pontuando o caráter polissêmico do termo. Caracteriza a temática do historicismo/historicismo em três momentos distintos: historicismo filosófico, romântico e cientificista, possuindo suas particularidades, estende desde o século XVIII até a Primeira Guerra Mundial. Desse modo, pontua genericamente que no plano epistemológico trata-se “de uma ruptura com o padrão newtoniano, pois recusam-se tanto as categorias totalizadoras (a “humanidade”, a “história universal”) como a dinâmica mecanicista – as leis”. Apesar das querelas existentes entre os termos historicismo e historicismo, Falcon (2002) utiliza o segundo como uma convecção profissional, visto que tal termo guarda em si não apenas possui uma polissemia como também uma insuficiência linguística no que tange a sua tradução do germânico (historismus) para o português (historicismo). Não entraremos nesta seara e tal qual Iggers utilizaremos o termo historicismo.

figura de Leopold Ranke:

Ranke tornou-se um desses territórios minados da história da historiografia. Sobre ele sempre se fala e escreve, dele pouco (ou, o que é mais comum, nada) se lê. Informações a seu respeito e impressões sobre seus livros são obtidas de segunda, terceira mão. Às vezes, quase sempre, suas célebres frases são evocadas e submetidas a interpretações desconectadas seja do contexto propriamente textual, seja do histórico. Temos aí um conjunto de condições privilegiadas para o surgimento do que temos chamado de mitos historiográficos (DA MATA, 2010, p. 187).

A ênfase em Ranke como o epicentro da historiografia moderna, é um fato desmedido, o que em outras palavras encobre outro detalhe importante: a variedade das escolas históricas oriundas do historicismo alemão, que de grosso modo, tem uma importante fundante ao longo do processo de racionalização do pensamento histórico (BENTIVOGLIO, 2010a; 2011; BAINGO, 2009; MAXIMO, 2010). De outro lado, é inquestionável a amplitude de suas inúmeras obras, das quais tiveram forte impacto na orientação e fundamentação de outras historiografias nacionais, como foi no caso inglês, do qual vemos estampada nas primeiras páginas da *English Historical Review* um longo artigo escrito por Lord Acton versando sobre as *Escolas Histórias Alemãs – German Schools of History* (SILVA, 2013).

Neste sentido, o que será apontado neste preâmbulo é justamente parte da história da historiografia inglesa do século XIX de maneira geral. Apesar de nosso objeto de estudo possuir um caráter evidentemente filosófico, não obstante a isso, tal historiografia – aqui classificada por nós como filosófica – não deixou de discutir tópicos em metodologia e epistemologia, problemas que a historiografia moderna profissional inglesa não resolveu. O culto pela evidência empírica nesta historiografia foi predominante e tais matérias não foram debatidas.

Na tentativa de ampliar o debate a cerca da história da historiografia, pretendemos apontar de modo restrito e localizado o pensamento histórico inglês ao longo do século XIX perpassando os historiadores de maior relevo. O objetivo não é adensar nesta discussão, mas sim, enfatizar e problematizar alguns pontos dessa historiografia e assim fazer um cotejamento entre o que estava sendo discutido no *campo* da história e relacionar com as discussões formuladas pela filosofia.

Desse modo, identificamos três momentos do fazer historiográfico inglês ao longo do século XIX. Assim, a historiografia vitoriana foi erigida por nós em três fases distintas:

- a) a *historiografia “amadora”* ou *diletante* identificada nas disputas por legitimidade entre os *whigs* e os *tories*, tal historiografia também apresenta outros traços como alguns elementos do movimento romântico alemão – este que foi precedido por um outro movimento conhecido como *Sturm und Drang*

(Tempestade e Ímpeto), que emerge de modo paralelo ao movimento iluminista, mas que é ao mesmo tempo uma crítica ao paradigma da razão, do modelo monológico do conhecimento, e que foi representado por autores como Goethe e Schiller. Desse modo, pauta uma escrita histórica que sequer tem problemas em assumir a estética literária no construto narrativo do passado e não foi nem um pouco afetada pelo rigor academicista instaurado a partir da década de 1870;

- b) a *historiografia moderna profissional*, compreendida aqui como o marco fundador da disciplina histórica, que requereu para si a tarefa de tornar-se um saber científico – não que outras tentativas não houvesse sido almejada anteriormente, como foi o caso de Henry Thomas Buckle que tentou colocar os fatos da história numa tessitura positivista-cientificista (comteana), causalística (dada a ideia de movimento em física, de causa e efeito) e progressiva (no sentido de que o desenvolvimento da história da humanidade tende para o melhor, para o progresso, para a liberdade) – metódico e fidedigno com a “realidade passada”;
- c) por fim, e não menos importante temos o que caracterizamos como uma *historiografia filosófica ou histórico-filosófica* que ao seu modo também se insere dentro do debate dos problemas do *campo* da história, embora o faça ao seu modo.

Assim, o que se pretende também é relacionar – se possível – essas fases historiográficas, a fim de compor um quadro sintético mais amplo das discussões em torno do pensamento histórico inglês no século XIX. Em outras palavras, podemos então dizer que há um “campo compartilhado” que aglutina em torno de si estes três momentos? Estamos diante de uma ponte de diálogo ou de uma divergência? Para responder a tais questionamentos precisamos adentrar nessa seara frutífera que reuniu em si uma sorte de outros partícipes, pois como sabemos a história

Nasceu dessa forma, entre filósofos, sociólogos e historiadores, uma forma de religião da história à qual se atribuíam funções quase profética, persuadidos, à época, de que se participava de uma temporalidade contendo uma direção endógena, que ia além da vontade dos agentes históricos. A história se transsubstanciava assim na narrativa da marcha dos seres humanos em direção ao melhor, ao progresso, a uma sociedade do bem-estar para além das provações vividas. Essa história do século XIX nasceu também dos impactos do Século das Luzes, da ascendência do reino da razão entre filósofos como Kant, Hegel e Marx, que veem na história a realização, o desdobramento mesmo da racionalidade vivenciada nessa época [...] (DOSSE, 2010, p. 15-6).

Dosse continua apontando outros elementos que foram fundantes ao pensamento histórico:

Mas o século XIX não cabe inteiramente nesse face a face entre história e literatura, nem na vontade dos historiadores de usar da narrativa e de pensar sua relação pessoal com a história, ainda que afirmem a especificidade de sua abordagem. A originalidade dessa história também está ligada ao lugar dada a uma segunda fonte que alimenta e marca igualmente o discurso histórico: a filosofia [...] (DOSSE, 2010, p. 20).

É neste “terceiro” momento do fazer historiográfico inglês que estamos interessados, pois como visualizamos acima, o laborioso caminho ao qual a história passou até se firmar como um *campo* autônomo foi marcado pela discussão em vários domínios de saber, tais como a filosofia, a literatura, a sociologia; assim como disciplinas auxiliares: a filologia, a hermenêutica, a diplomacia, etc.

Desse modo, podemos indagar e pensar como foi efetuada a passagem de uma historiografia até então “amadora” instaurada no começo do século XIX, para um segundo momento do fazer historiográfico inglês, compreendido aqui como a *historiografia profissional*, ao mesmo tempo moderna, científica e imparcial, que recusava a ser uma espécie inferior de conhecimento científico, como também recusa de certo modo os artifícios oriundos da literatura para a composição de sua narrativa histórica – elemento que foi crucial na tessitura da escrita histórica desenvolvida pela historiografia anterior. E dentre essas, qual foi a relação que se estabeleceu com as discussões que estavam sendo colocadas pela filosofia?

2.2 – As dimensões do historicismo do século XIX: as Escolas Históricas Alemãs e a emergente historiografia inglesa

A dimensão do que foi o movimento do historicismo perpassa de modo mais contundente ao longo de todo o século XIX. A importância do Romantismo é essencial para a compreensão deste movimento. Nele se estabeleceu a crítica ao Iluminismo, ao universo da razão, a uma inteligibilidade racional (cientificista, cosmopolita universalista, baseada no modelo galilaico-newtoniano) a favor de inteligibilidade histórica. Para Falcon é no começo do século XIX que o historicismo ficou mais evidente, expresso em três tendências: o hegelianismo, a historiografia romântica e a “escola histórica alemã” (2002, p. 34).

Para autores como Iggers e Cassirer a importância do historicismo para os estudos históricos foi imprescindível, nele se inscreveu

[...] a invenção da história como objeto específico para o conhecimento que define princípios e métodos de abordagem do passado, um movimento intelectual que se expande às demais Ciências Humanas, distinguindo-as das Ciências da Natureza, a necessidade da história para a compreensão dos fenômenos humanos vistos que tudo pode ser inscrito na temporalidade e, por fim, a de que o passado persiste no presente (BENTIVOGLIO, 2007, p.

68).

Para André Roberto Cremonezi, “por historicismo entende-se o período pós-idealista em que surge a proposição, por parte dos historiadores, de que a História, e não mais a Filosofia, deve ocupar o papel preeminente no processo de formação (*Bildung*)” (2006, p. 79). Evidentemente, que a complexidade de tal movimento demandaria por si só um estudo, dado as suas dimensões. O que nos importa aqui é justamente dar um apanhado geral deste momento fecundo para o conhecimento histórico alemão e como tal historiografia teve ampla aceitação em outros países como, por exemplo, na Inglaterra.

A importância desse movimento se reverbera em outras historiografias como algo sintomático, do que havia de mais novo e moderno dentre os debates históricos, alcançando a dimensão filosófica também. Neste caso específico, a historiografia inglesa de modo geral estabeleceu-se tendo como fano de fundo tal sustentáculo, entretanto, de modo “unilateral” centrado na figura “histórica” de Leopold von Ranke – certo é, tal espectro transcende e ultrapassa em muito as contribuições deste, e de maneira geral podemos destacar outros partícipes desta “*tempestade e ímpeto*” que foi o historicismo/histocismo, tais como: Gervinus, Humboldt, Mommsen, Droysen e Ditley, para ficarmos apenas com os principais nomes. A importância desmedida dada a Ranke apenas reforça aquilo que Da Mata (2010) chama de “mito historiográfico”.

Há vários debates que situa este movimento num embate “linguístico-conceitual”, digamos assim, centrado nas diferenciações entre “historicismo” e “historismo” tais como Meinecke (1982), Wheling (1994) e Falcon (2002). Este último parte da acepção levantada por Iggers de que o ideal seria evitar o termo “historicismo” dado os vários sentidos e “não raro contraditórias significações”. Mas afinal, para além desse debate conceitual em torno desta dimensão cultural e intelectual que foi o historismo; o que este movimento caracterizou e possibilitou ao conhecimento histórico?

Primeiramente precisamos compreender as estruturas de tal empreendimento. Para Meinecke, “a medula do historicismo fundamenta-se na substituição de uma perspectiva generalizante das forças humanas históricas por uma consideração individualizadora” (apud FALCON, 2002, p. 25). Para Falcon “[...] às diferenças entre “historicismo” e “historismo” do ponto de vista de sua adequação ao objeto que constituiria o seu referente: a crítica de razão histórica, a historicidade do saber, como características epistemológicas da escola histórica alemã [...]” (2002, p. 24). Há em outros termos, uma revolução filosófica e histórica que supera a seu modo tanto o Iluminismo, enquanto crítica da razão filosófica em prol de uma razão histórica, ultrapassando seus limites e colocando o histórico e o devir temporal como

sustentáculos centrais deste movimento: tudo se dá historicamente e necessita ser apreendido em sua historicidade. Iggers resume isso da seguinte maneira: “*Storicismo* no uso científico da palavra é a afirmação de que a vida e a realidade são históricas, nada mais que histórica [...] Mas o verdadeiro *storicismo* critica e supera o racionalismo abstrato do iluminismo na medida em que é mais profundamente racionalista que este” (apud FALCON, 2002, p. 24-5).

A dimensão e o impacto do historicismo é fundante no processo de cientificização do conhecimento histórico, o que em outros termos é: a fundamentação epistemológica e metodológica deste saber. Desse modo, temos dois autores emblemáticos que figuraram dentro deste movimento de igual modo, importantes, são eles: o historiador Johan Gustav Droysen (1808-1884) e o filósofo (historiador, pedagogo e psicólogo) Wilhelm Dilthey (1833-1911), os quais foram uns dos responsáveis por tal sistematização. Ao primeiro, é atribuída a fundamentação do método histórico de maneira mais contundente e organizada, tomando e pontuando todos os passos da pesquisa histórica, perpassando desde o ato da coleta, organização, classificação e crítica das fontes (heurística, crítica e interpretação), até a sua composição e exposição narrativa. Jörn Rüsen (2001) na sua *matriz disciplinar* apontou a dimensão e o impacto de Droysen na estruturação do moderno método histórico. Ao segundo, importava fazer uma distinção radical entre natureza e história, os fundamentos da primeira não serviriam como parâmetro e nem poderia balizar o estatuto e o funcionamento interno da história. Para isso estabeleceu uma epistemologia própria numa caracterização que ficou conhecida como: *ciências do espírito* e *ciências da natureza*, (ciências nomológicas e ideográficas), ou seja, explicamos a natureza e compreendemos o que é histórico. Isso abriu um fosso entre o mundo dos fenômenos humanos e o mundo da natureza.

José Carlos Reis em *A especificidade lógica da história* (2002) nos trás a mesma tônica ao caracterizar a amplitude e dimensão epistêmica e ontológica do historicismo.

Os historicistas alemães, dos séculos XIX e XX, procuraram estabelecer as condições específicas do conhecimento histórico. Defendiam ainda para a história a condição de ciência, mas apresentaram um outro sentido para “ciência”, oposto àquele dos neopositivistas. Para os historicistas, não há unidade do método da ciência, mas dualidade. Para eles, não se pode tratar natureza e história com os mesmos métodos. Eles defendem a diferença entre as ciências nomotéticas e as ideográficas, entre ciências naturais e ciências do espírito. O grupo historicista era heterogêneo e sustentava posições díspares. Para uns, a diferença entre natureza e história era ontológica: a natureza, uma realidade material, exterior, repetitiva, determinista, objetiva, submetida a leis; a história, uma realidade “espiritual”, interior, humana, subjetiva, inovadora, aberta, sem leis. Para outros, a diferença entre natureza e história era epistemológica, não implicando na dualidade do ser. As ciências naturais seriam generalizantes, não avaliadoras, ao contrário das ciências do espírito, que seriam

individualizantes e avaliadoras [...] (2002, p. 65).

A consolidação do historismo/historicismo abre várias frentes ou escolas históricas no território alemão, como também o estabelecimento de periódicos científicos de histórias. A importância de Humboldt neste processo é imprescindível, foi um dos responsáveis pela estruturação de um novo programa educacional que consistiu na refundação da Universidade de Berlim com a criação de cursos de história nas principais universidades alemãs (BENTIVOGLIO, 2011, p. 84). De outro lado, a primeira revista onde reuniu os principais historiadores profissionais no território alemão foi o periódico *Historische Zeitschrift*, fundada em 1859 por um dos pupilos de Ranke, o historiador Heinrich von Sybel.

A Historische Zeitschrift é uma das primeiras revistas científicas de história e um modelo para muitas que surgiram depois. Sua importância para o surgimento da história científica, na Alemanha, pode ser avaliada por meio do conjunto de artigos publicados durante a segunda metade do século XIX, cuja análise permite conferir uma fisionomia mais geral da historiografia alemã no período [...] (BENTIVOGLIO, 2011, p. 82).

Bentivoglio analisou a referida revista entre os anos de 1859 a 1900 e constatou pelo menos três gerações de historiadores vinculados a ela ou que contribuíram a sua medida com a publicação de artigos científicos.

[...] A primeira é a de Ranke, Gervinus e Droysen, a segunda é dos historiadores que estudaram com os membros da primeira geração – tal como Georg Waitz, Heinrich von Sybel, Theodor Mommsen, Maximilian Duncker, Ludwig Häusser, dentre outros – e, por fim, a última é a geração de Heinrich von Treitschke, Friedrich Meinecke, Wilhelm Oncken, Kurt Wachsmuth e outros. Esta representa o arrefecimento da hegemonia historiográfica exercida pelas duas primeiras gerações e foi marcada pela crise do historicismo e pela emergência de reações às formas predominantes da escrita da história do século XIX, que eram, majoritariamente, devotadas ao político. Nesse sentido, cumpre destacar, sobretudo, o surgimento da Escola de Leipzig, capitaneada por Karl Lamprecht, e sua ênfase sociocultural que se dissemina a partir da publicação de sua *História da Alemanha* a partir de 1891, a qual causou forte impacto sob a comunidade germânica de historiadores. De qualquer modo, a longevidade de Ranke, sua influência junto aos historiadores alemães e a adoção de um modelo teórico-metodológico e de princípios fundamentados tanto em sua obra, quanto em preceitos de Humboldt, de Niebuhr e de Gervinus puderam constituir um “espírito” de coesão entre aquelas três gerações, conferindo, assim, uma “imagem” de identidade para aquela historiografia como um todo [...] (2011, p. 86).

Neste artigo, o autor expõe mais de uma geração de historiadores que se perpassou ao longo daquele periódico, uma contribuição neste sentido na Grã-Bretanha iria acontecer somente após três décadas com a fundação do periódico *The English Historical Review*, em 1886. Algumas figuras foram importantes na constituição desse periódico histórico (o primeiro de língua inglesa), entre elas o historiador Lord Acton que corresponde em seu termo o elo de transição entre – e ao mesmo tempo de certo distanciamento – aquela historiografia

“amadora” e a historiografia profissional, cujo fundamento teórico e paradigmático advinha destes historiadores vinculados a *Historische Zeitschrift*. Além dele, podemos citar o primeiro editor da revista, o professor de História Eclesiásticas de Cambridge Mandell Creighton (1843-1901). Houve, entretanto, outras tentativas para estabelecer um periódico científico em história, tal empreendimento havia sido lançado pelo historiador James Bryce (1838-1922) e A. W. Ward entre 1867 e 1870 “com a editora Macmillan, tendo como possível editor Richard Green”, no entanto, não obtiveram êxito. Seus principais fundadores foram – além dos nomes de Acton e Creighton – James Bryce, Adolphus Ward, Frederick York Powell e Reginald L. Poole (SILVA, 2013, p. 52).

Enquanto Gooch (1913) nos aponta que houve de fato uma escola histórica inglesa centrada na Universidade de Oxford, que leva o título do décimo oitavo capítulo (*The Oxford School*) de seu livro. Demonstra que ao mesmo tempo em que os livros de escritores como Macaulay, Carlyle e Froude estavam sendo vendidos de modo abundante no cenário inglês, “os métodos mais precisos do trabalho **[histórico]** começaram a ser aplicados” (GOUGH, 1913, p. 341 **[grifo nosso]**). Implica dizer que ao certo como nos afirma Iggers (apud LOPES, 2010, 18), Macaulay e Carlyle não foram nem um pouco afetados pelo rigor “acadêmico-científico” e que essa transição não foi tão conflituosa assim, dado ao grande prestígio que os mesmos exerciam na sociedade vitoriana. Em contraponto a isso, na Alemanha a abundância de Escolas Históricas era algo evidente e disseminado.

Em linhas gerais, pode-se dizer que Berlim, Göttingen, Bonn e Heidelberg eram, sem dúvida, os centros mais expressivos de onde provinham os colaboradores da *HZ* e onde os historiadores mais importantes atuaram. Curiosamente, foi naquelas universidades em que se localizaram os marcos teóricos decisivos para a autonomização da história como um novo domínio do saber. Ou seja, atuando naqueles centros, estiveram os mestres da ciência histórica nascente: Barthold Niebuhr, Wilhelm von Humboldt, Ranke e Droysen [...] (BENTIVOGLIO, 2011, p. 86-7).

Enquanto toda uma geração de historiadores profissionais já havia sido consolidada no território alemão, Gooch nos aponta que esse processo iria ser efetuado no solo inglês ao modo apropriado da crítica histórica com os estudos do medievalista William Stubbs (1825-1901) (GOUGH, 2013, p. 340-1), bem como, em torno dos historiadores ligados à Escola Histórica de Oxford: Edward Freeman, Richard Green, Samuel Gardiner, Mandell Creighton, James Froude e John Seeley (SILVA, 2013, p. 95). Todos influenciados em grande medida pelos clássicos alemães e pelo seu método histórico. Podemos pensar assim, numa transnacionalização do método histórico: um cânone a ser seguido. Outra tentativa sistemática ocorreu no final do século XIX na França com Langlois e Seignobos com a obra *L'introduction aux études historiques*, publicado em 1898 – uma versão revisada da tradição

historicista.

Podemos notar alguns elementos subjacentes e comuns entre estas duas revistas: o caráter nacionalista; uma abordagem histórica centrada nas instituições modernas: o Estado e a Igreja.

[...] despeito da complexidade do nacionalismo, não só na Alemanha, mas também, em vários Estados, durante o século XIX, e da importância que a história da pátria assumiu em diferentes lugares na Europa e nas Américas, nada era mais natural do que a predominância de estudos sobre o passado político das nações. De qualquer modo, a história alemã, na *Historische Zeitschrift*, não poderia ser reputada como mais nacionalista do que a francesa, a inglesa ou a brasileira no mesmo período (BENTIVOGLIO, 2011, p. 88-9).

Em trabalhos recentes acerca do surgimento de algumas revistas históricas – tanto na França quanto na Inglaterra – Clayton Perreira Borges (2013) e Leonardo de Jesus Silva (2013) analisaram respectivamente a *Revue Historique* e *Revue de Synthèse Historique*, *English Historical Review*, e encontraram a mesma semelhança com a revista alemã; ao mapearem tais periódicos conseguiram apontar um eixo comum subjacente às mesmas, cujas temáticas correspondem as que elencamos acima (BORGES, 2013, p. 55, 57; SILVA, 2013, p. 61, 63).

Bentivoglio ao caracterizar a historiografia alemã do século XIX, aponta que antes mesmo do surgimento das Escolas Históricas, houve ao menos três centros de estudos que as antecederam e que se constituíram como estudos auxiliares ao domínio da história. Uma centrada nos estudos renascentistas, a partir de 1790, sobre a Itália dos séculos XV e XVI; “A escola romântica de Goethe, de Fichte, de Schiller e de Novalis, cuja referência inicial foi a Universidade de Iena e que preconizava estudos literários, mas também de mitos e de lendas relacionados ao passado alemão”; e a escola histórico-filológica de Wolf, de Böckh e de Müller. “Surgida, na Universidade de Göttingen, tal escola dedicou-se aos estudos clássicos, sobretudo, à história da Grécia, mas também se consagrou ao estudo da antiguidade germânica” (2011, p. 92). Entretanto, o mesmo deixa claro que tais centros não correspondiam exatamente ao que ficou caracterizado como Escolas Históricas.

Além de apontar e mapear a historiografia alemã do século XIX a partir da *Historische Zeitschrift*, desde a sua fundação em 1859 até o fim daquele século dando mostras quantitativas de suas principais temáticas e objetos, ele também nos oferece a amplitude do cenário historiográfico alemão e aponta para nada menos do que seis Escolas Históricas neste interim, das quais destacaremos: a) a escola rankeana; b) a escola histórico-jurídica; c) a escola histórica prussiana; d) a escola histórico-política; e) a escola sociocultural; por fim, f) a escola histórico-econômica.

A primeira escola histórica estava centrada na grande e controversa figura de Ranke, atribuído por muitos como o pai da história científica moderna. Foi uma das primeiras e estava assentada nas preleções de Ranke do que ficou conhecida como *Seminar*. Nas palavras de Bentivoglio:

A escola rankeana, a maior e a que teve maior número de adeptos, foi constituída em torno do famoso seminário (*Seminar*) de Leopold von Ranke, na Universidade de Berlim, a partir 1833. Desse seminário, fizeram parte Wilhelm Giesebrecht, Georg Waitz e Heinrich von Sybel, que eram os discípulos mais considerados por Rank e que se tornaram disseminadores das concepções do mestre. Os estudos dessa escola estavam voltados para a história moderna e para a história universal. [...] Os rankeanos publicaram o conjunto mais numeroso de artigos, o que confirma essa escola como a mais importante do período. Ela só perderia sua força com a morte de seu grande mentor, em 1886. Privilegiavam o estudo da história política e a consulta das fontes originais de arquivos (2011, p.93).

Ao seu modo a história alemã vai se departamentalizando, constituindo-se em grandes eixos, especificando as suas formas de atuação, assim como, ampliando o espectro dos estudos históricos de modo geral, na segunda escola histórica funda-se nos primórdios na institucionalidade jurídica “voltada para os estudos clássicos, sobretudo, para a história romana”.

A escola histórico-jurídica, de Niebuhr, de Savigny e de Mommsen, também era sediada na Universidade de Berlim, mas tinha muitos representantes em Bonn. Tal escola era voltada para os estudos clássicos, sobretudo, para a história romana, com destaque particular para a história do direito e das formas jurídicas no passado e no presente, inicialmente, romanas e, em seguida, teutônicas. Encontravam-se, vinculados a essa escola, discípulos de Mommsen como Friedrich Bluhme e Heinrich Nissen [...] (2011, p. 93).

A terceira escola diz respeito a escola histórica prussiana, que figura ao lado do *Seminar* de Ranke como uma das mais importantes cujos seus partícipes são de grande envergadura, historiadores da segunda geração.

A escola histórica prussiana, cuja existência vinculou-se mais à Academia de Ciências da Baviera, à *Historische Zeitschrift* e aos cursos oferecidos por seus membros, em diferentes centros, como Kiel, Göttingen, Heidelberg, Berlim e Munique do que, especificamente, a uma universidade. Tal escola ocupa o segundo lugar em quantidade de produção, na *HZ*, vindo, logo após, os rankeanos. Devotava-se mais à história contemporânea, em especial, a eventos ligados, direta e indiretamente, à história da Prússia. [...] O mentor espiritual dessa escola foi Friedrich Dahlmann – que já havia falecido quando a *HZ* foi criada – e seus expoentes foram Johann Droysen, Ludwig Häusser e Max Duncker. Contudo, ela era integrada ainda por Sybel, por Friedrich Hermann, por Ludwig Aegidi, por Rudolf Haym e por Heinrich von Treitschke. Nem todos eram prussianos, Treitschke, por exemplo, era da Saxônia [...] (BENTIVOGLIO, 2011, p. 93-4).

As questões políticas sem dúvida foi o marco que regeu a historiografia científica do século XIX como um todo, apesar de ser a principal modalidade discursiva e praxiológica do

exercício do historiador imbuído do moderno método de crítica documental, houve em torno dessa temática uma outra escola histórica.

A escola histórico-política, de Freiburg e de Heidelberg, era composta por Schlosser – que, apesar de ter morrido em 1866, não publicou na *HZ* –, Rotteck, Welcker e Gervinus. Devotada aos estudos de filologia, de direito e de história, essa escola era marcada por uma inclinação moralista, eminentemente, política e criticava e se opunha a Ranke. Gervinus deixou o grupo em 1845 e se juntou a Droysen, a Häusser e a Sybel na Escola Histórica Prussiana. Rotteck era uma espécie de guru da história no sul da Alemanha. Eles tiveram seus próprios periódicos, como, por exemplo, o *Der Freisinnige* e o *Staatslexikon*. [...] O grupo não teve muitos seguidores no período e perdeu sua força com a ascensão da Escola Prussiana a partir de 1848 (BENTIVOGLIO, 2011, p. 94).

Entretanto, houve de fato um esgotamento desta temática ora centrado no Estado, ora nos parâmetros religiosos em prol de uma amplitude capaz de abarcar estudos relacionados à sociedade e a cultura, se de um lado, a história fundou-se cientificamente ao lado do processo de afirmação dos estados modernos, de outro, tal esgotamento temático exigiu outra necessidade histórica que também ao seu modo reivindicou explorar outras áreas do domínio humano. A guinada para os estudos socioculturais emergiu desta crise próprio do historismo e foi capitaneada por Karl Lamprecht.

A escola sociocultural, de Karl Lamprecht, na Universidade de Leipzig, surgiu, no final do século XIX, mas só influenciou a historiografia alemã no início do século XX (SCHORN-SCHÜTTE, 1994). Sua emergência, de certo modo, coincidiu com o esmorecimento das outras escolas e a morte de seus principais expoentes e representou uma reação à hegemonia dos estudos históricos, em Berlim, ainda marcados pelo método de Ranke. Opunha-se à história política tradicional e reivindicava estudos voltados para a sociedade e a cultura [...] (BENTIVOGLIO, 2011, p. 94).

Por fim, teremos outra escola histórica cujos os estudos voltaram-se para a questão econômica. Foi grandemente influenciada pelo o historismo, o qual marcou os estudos em economia, pautado por uma perspectiva historicizante comum ao ambiente cultural alemão. Tal escola nos será de grande valia quando formos dialogar com o artigo do filósofo empirista Henry Sidgwick (*The Historical Method*).

A escola histórico-econômica, de Gustav Schmoller era sediada primeiro, em Tübingen e, depois, em Estrasburgo. Tal escola não publicava, exatamente, na *HZ*, pois tinha sua própria revista de história social e econômica, que foi criada em 1893, a *Vierteljahrschrift für Sozial und Wirtschaftsgeschichte*. Seus seguidores insurgiram-se contra o que chamaram de “imperialismo da história política” (BURKE 1989, pp. 12-13) Roscher, Knies e Hildebrand, anteriores a Schmoller, podem ser vistos como precursores da chamada escola historicista de economia, mas foi a criação da revista que disseminou melhor as ideias do grupo (BENTIVOGLIO, 2011, p. 94-5).

A amplitude das escolas histórias alemãs foi o marca da profissionalização do conhecimento histórico que se expandiu para países como a Inglaterra e França, o que nos faz

afirmar uma transnacionalização do moderno método crítico histórico.

2.3 – A historiografia “amadora”: Thomas Carlyle, Thomas Macaulay e o positivismo de Henry Thomas Buckle

A composição dos estudos históricos na Grã-Bretanha aconteceu de modo tardio em relação aos demais centros do pensamento histórico. E por mais que haja menção a nomes de grande envergadura que iniciaram esse processo ainda no século XVIII, tais como Edward Gibbon (1737-1794) famoso pela sua *História do Declínio e Queda do Império Romano*, publicado em seis volumes (1776-1778); David Hume (1711-1776), também conhecido por ter direcionado suas elucubrações ao reino da história com a publicação da monumental *História da Grã-Bretanha*, que percorreria um traçado “desde a invasão de Júlio César até a Revolução Gloriosa de 1688” (GOOCH, 1913) e que seria superada de igual modo com a publicação da *History of England* de Thomas Macaulay, o primeiro volume foi lançado em 1848, o último publicado postumamente em 1861 (GONCALVES, 2010, p. 211-16); e por fim, William Robertson (1721-1793) clérigo historiador escocês⁵⁹. Entretanto, um dos pupilos de Lord Acton, o historiador George Peabody Gooch (1913, p. 282), aponta que tal historiografia estava pautada grandiloquentemente nos parâmetros do Iluminismo – Macaulay se encontra na contraposição – e que de maneira geral permaneceria de modo incipiente e limitado naquele século, o que de grosso modo, passaria por uma repaginação no século seguinte com a influência do romantismo alemão, com a historiografia “amadora” e, em seguida, perpassando por uma reverberação do historicismo para a historiografia profissional inglesa, cujo o destaque foi Leopold von Ranke.

A historiografia “amadora”, tida como diletante, estabeleceu-se ao longo da primeira metade do século XIX uma fecunda relação com a literatura; os artifícios da retórica, da poética e da imaginação, fizeram-se elementos essenciais na composição do enredo de sua narrativa. Muito se falou a cerca desses elementos estéticos na narrativa histórica como sendo indesejáveis e que deveria ser evitado da história científica moderna, pois, para todos os efeitos, qualquer aproximação com a literatura para a historiografia profissional corresponderia em afirmar o que com veemência a história científica queria negar, ou seja, o

⁵⁹ “[...] foi um dos primeiros a abordar a história como uma ciência empírica. Sua *History of Scotland during the reigns of Queen Mary and King James VI* (1759) consiste numa história factual e pragmática e foi aclamada por autores como Edmund Burke, David Hume e outros. Foi reitor da Uniservidade de Edinburgo (1762) e historiógrafo real (1764). Entre suas obras destacam-se *The history of the reign of Charles V* (3v., 1796) e *History of the discovery and settlement of America* (1777)” (MALERBA, 2010, p. 198).

caráter ficcional de suas narrativas. A literatura criava um efeito de realidade que não tinha um compromisso fidedigno com a verdade – mestra e guia do conhecimento científico – o que era justamente o âmago desta história moderna e que estava a profissionalizar-se. Alcançar a verdade significaria ao mesmo tempo, afirmar o que havia de científico e correto, fidedigno de uma realidade histórica passada alcançada pelo método rigoroso da crítica histórica, o que em contraponto, não seria alcançado com os elementos oriundos da literatura. Assim, a primeira característica que pode ser apreendida entre estas duas instâncias do fazer historiográfico é o liame tênue entre história e literatura, entre um conhecimento verdadeiro e científico em detrimento de uma narrativa histórico-literária.

De outro lado, essa mesma historiografia diletante teve uma inflexão e buscou tratar a história de modo científico, a partir de outros modos que até então teve grande influência naquele século com as obras de Auguste Comte, assim como, do pensamento newtoniano pautada na lei de causa e efeito. Desse modo, essa mesma historiografia “amadora” por assim dizer, pode ser compreendida em dois momentos: de um lado, com Thomas Carlyle (1795-1881) e Thomas Babington Macaulay (1800-1859) percebemos uma escrita da história fundada nos parâmetros da literatura e do romantismo alemão; de outro, com Henry Thomas Buckle (1822-1862) observamos uma tentativa positivista em estabelecer a história como um saber científico, mediante o método indutivo com o intuito de formular leis universais ao mundo dos fenômenos humanos.

O pensamento histórico europeu do século XIX viu-se numa encruzilhada bastante ampla, o que nos faz apontar para um “campo compartilhado”. Entretanto, esse partilhamento comum fez da história um lugar de trânsito entre literatos, filósofos, sociólogos, “cientistas políticos” entre outros. Tais cursões foram frutíferas em alguns pontos. A ausência de uma reflexão mais contundente sobre o fazer historiográfico – em outros termos a tentativa de responder à pergunta sobre *o que faz o historiador quando faz história* – pode ser apontado como um dos elementos decisivos para a formatação teórica do conhecimento histórico. No caso inglês, essa discussão viria acontecer de maneira efetiva apenas no século XX. Entretanto, houve alguns prenúncios dessa discussão ainda no século XIX, tanto na história quanto na filosofia.

Foi nesse campo “minado” com amplas frentes em disputas que a historiografia inglesa se firmou. Dentre estas estruturas de pensamentos podemos destacar a longa tradição da filosofia empirista ampliada pelo espectro positivista de Comte – na filosofia inglesa teve seguidores como John Stuart Mill e Herbert Spencer, na história Henry Thomas Buckle. Outro

elemento fundamental na historiografia vitoriana diz respeito às posições político-partidárias que abririam flancos na batalha pelo domínio da interpretação da história da nação; representada pelos partidários *Whigs* (correspondente a ala de parlamentares da vertente liberal) e pelos *Tories* (ala conservadora do parlamento). Outra característica fundante na escrita da história inglesa foi o fator religioso que sofreu uma forte oposição com a *teoria da evolução* a partir da publicação do livro do naturalista Charles Darwin (*Sobre as Origens das Espécies*, 1859).

Esse primeiro momento do fazer historiográfico inglês, do qual identificamos e que expressa ao seu modo um tipo de escrita histórica voltada para arte literária, utilizando de sua dimensão estética, valorizando ao seu modo a imaginação artística na tessitura de sua narrativa contrasta ao seu modo, ao que caracterizamos como “historiografia profissional”, sinônimo de cientificidade, objetividade e imparcialidade. De outro modo, ela também representa uma luta visceral sobre o tema da interpretação histórica, perpetrada com êxito pela historiografia *whig* – um tipo de escrita que via a história de maneira linear, progressiva, que atém para uma perspectiva voltada à glorificação do presente, que toma o passado de acordo com seus fins e propósito (SILVA, 2013, p. 38). Primeiramente representado pelo historiador Henry Hallam (1777-1859) culminado na magnitude de Macaulay. É o que afirma Gooch:

Se Hallam foi o primeiro expoente oficial da história filosófica Whig, Macaulay foi o seu mais popular e eloquente interprete. [...] Juntos eles moldaram a maneira de pensar o mundo, até que Ranke e Gardiner elevasse o século XVII acima da contenda de Whig e Tory⁶⁰ (1913, p. 294).

A dimensão do século XIX é frutífera no que tange ao seu aspecto político, um modo de pensar indissociável inscrito naqueles espíritos eruditos. Há uma concepção comum que perpassa tanto a historiografia “amadora”/whig quanto a historiografia profissional: a instrumentalização política do conhecimento histórico. O que ao seu modo expressa um tipo delimitado, porém, importante para a cristalização de uma “consciência histórica”.

Dentro desse conjunto é que elencamos a figura de Thomas Carlyle como representativo desta historiografia “amadora”, em duas instâncias: dada a sua importância e por ter contribuído com um modo próprio de refletir as questões em história, como também por estar nesta fronteira “tênue” entre a história e a literatura, entre a carreira literária e a de historiador.

Um dos seus primeiros escritos que versou sobre o caráter do pensamento histórico foi *Sobre a História*, publicado originalmente em 1830 na *Frazer's Magazine*. A figura de

⁶⁰ “If Hallam was the first authoritative exponent of Whig historical philosophy, Macaulay was its most popular and most eloquent interpreter. [...] Together they shaped the opinion of the world till Ranke and Gardiner lifted the seventeenth century high above the strife of Whig and Tory”.

Thomas Carlyle não só é emblemática como de grande envergadura dentro do pensamento erudito inglês. Foi um dos primeiros a introduzir a literatura romântica alemã para o inglês, traduzindo em 1824 uma das obras de Goethe: *Wilhelm Meister's apprenticeship*. “Desde 1824, dedicou-se exclusivamente ao ofício de escritor, dirigindo sua atenção para o estudo da literatura alemã, particularmente para a obra de Goethe” (MALERBA, 2010, p. 192).

Sua ideia sobre o que é esse novo domínio em construção é fundamental para nós e expressa de modo contundente seu pensamento sobre o que é história. Rosemary Jann em seu livro *The Art and Science of Victorian Historian* de 1985, abre sua introdução com a seguinte passagem de Carlyle:

Poesia, Teologia, Política, Física têm seus seguidores e adversários; cada pequena corporação suportando uma guerra ofensiva ou defensiva por seu próprio domínio específico; enquanto que o domínio da História é como um armazém livre onde todos esses beligerantes se encontram em paz e se abastecem; e o sentimentalista, o utilitário, o cético e o teólogo, em uma só voz nos advertem: estudem a história, pois ela é “a Filosofia ensinada pela experiência” (CARLYLE apud JANN, 1985, p. XI)⁶¹.

Carlyle situado nesta zona fronteira do pensamento histórico entre a história e a literatura, aponta algo de fundamental que naquele momento ainda estava numa via de construção e que atingiria sua maior expressão com a historiografia profissional, ou seja, a delimitação do *campo*. Diferentemente de outros ramos do conhecimento, a história era vista como em construção. Tal como nos é apresentado por Carlyle, a história representou naquele momento um lugar comum, ou mesmo um *Free Emporium*, para utilizarmos a concepção do historiador inglês. Outro ponto de acesso desse fragmento é uma concepção comum de que é história naquele momento ainda para alguns, possuía um caráter pedagógico, de ensinar “através da experiência”, demonstrando assim uma concepção da história como *mestra da vida*, que ensina servindo de modelo para orientar as carências de sentido no tempo. Ao que parece Carlyle não compartilhava dessa concepção:

[...] Em verdade, se a história é a filosofia ensinando pela experiência, o escritor preparado para compor a história é até aqui um homem desconhecido. A própria experiência requeria todo o conhecimento para registrá-la – fosse a toda a sabedoria necessária para tal filosofia como a interpretasse, para ser tida gratuitamente [...] (MALERBA, 2010, p. 202-3).

Carlyle expressou a dimensão estética da literatura com grande requinte na narrativa histórica. Para ele o passado não deveria ser apenas narrado de maneira fria e crua, de modo imparcial, movida por uma objetividade “eunuca”, antes, esse passado deveria ser recriado,

⁶¹ “Poetry, Divinity, Politics, Physics, have each their adherents and adversaries; each little guild supporting a defensive and offensive war for its own specific domain; while the domain of History is as a where all these beligerents peaceably meet and furnish themselves; and Sentimentalist and Utilitarian, Sceptic and Theologian, with one voice advise us: Examine History, for it is “Philosophy teaching by Experience””.

composto de emoção com uma linguagem dramática e efusiva.

Não obstante, Carlyle também se opunha ao raciocínio analítico e ao tratamento científico das questões sociais tais como praticados pelos economistas políticos racionalistas; advogava, em seu lugar, uma abordagem mais emocional e intuitiva dos pensadores alemães dos séculos XVIII e XIX, tais como Richter e Goethe [...] (MALERBA, 2010, p. 194).

A historiografia efetuada por Carlyle trouxe outra incumbência, diferentemente daquela promovida pelo período Iluminista, propondo assim, “uma mistura peculiar entre o histórico e o literário, o biográfico e o heroico, o figural e o literal, o histórico e o mítico: uma prosa épica-moderna, enfim” (LOPES, 2010, p. 18).

Sua perspectiva épica sobre os fatos históricos juntamente com a aproximação com o pensamento romântico alemão possibilitou um outro trato com o histórico que emerge na história puramente factual, ele idealiza o herói para possibilitar um sentido que permita o acesso ao geral, ao universal. [...] Uma das tipologias do herói na história de Carlyle, o herói-rei, é atribuída ao regicida e republicano Oliver Cromwell. Carlyle sustenta tal argumento em uma época em que a história de Cromwell é basicamente formulada por historiadores realista. Ou seja, Carlyle humaniza a figura de Cromwell para as abordagens posteriores (LOPES, 2010, p. 21).

A história como “a essência de inúmeras biografias” representa um caráter particularizante que não perde ao mesmo tempo uma dimensão do todo. Outro dado importante neste tipo de história está na descentralização do personagem central que fundamentou a historiografia profissional, ou seja, o Estado e as institucionalidades – quer àquelas laico-seculares, quer àquelas religiosas. A figura do herói é muito mais representativa e viva para Carlyle na tessitura de sua narrativa do que os elementos acima citados, ou seja, há a prelavência pelo o indivíduo.

O ato de narrar ou contar história para Carlyle aparece como uma atividade inata ao homem “Um talento para a história pode-se dizer que nasça conosco, como uma de nossas principais heranças. Num certo sentido, todos os homens são historiadores” (2010, p. 197). Essa afirmativa logo é ampliada pelo autor nos possibilitando um sentido maior: “A história, que jaz na raiz de todas as ciências, é também o primeiro produto distinto da natureza espiritual dos homens; sua mais antiga expressão daquilo que podemos chamar pensamento [...]” (CARLYLE, 2010, p. 197). A narrativa é vista como um elemento importante, intrínseco ao homem, e no pensamento de Carlyle ela assume formas e contornos mais elaborados, cuja a importância é imprescindível ao homem.

[...] Portanto, porque nós nada fazemos senão ordenar a história, nós pouco dizemos, senão a narramos: não só isso, mas ainda mais, num sentido estrito, o que é todo conhecimento senão experiência registrada e um produto da história; de que, por conseguinte, razão e fé, não menos que ação e paixão, são elementos fundamentais? (CARLYLE, 2010, p. 197).

Carlyle concebe na sua narrativa tanto a razão quanto a fé, entretanto, não menos que

a paixão e a emoção. Esta passagem abre uma fenda que seria visualizada mais tarde como fundamental e que perpassaria todos os ramos do conhecimento com o tratamento mais científico da história. Não é a toa que o século XIX foi cunhado como “o século da história”. Todas as coisas se processam no tempo e possui assim uma historicidade própria. Essa percepção foi amplamente evidenciada em quase todos os ramos do conhecimento, especialmente àqueles ligados as ciências humanas: filosofia, literatura, direito, economia, sociologia, etc.,.

Outro ponto elencado por Carlyle e que para nós é importante, diz respeito a reconstrução histórica e que corresponde a concatenação e crítica de que faz sobre a ideia de que a história é uma filosofia que ensina pela experiência, pois ademais, tal empreendimento requereria um conhecimento amplo do todo de um compendio da história humana, o que para a ela seria impossível dado aos fragmentos com os quais lida, dos quais impõe limites a tal representação historiadora.

[...] Melhor seria que os meros historiadores mundanos baixassem suas pretensões, mais apropriada para a onisciência do que para a ciência humana; e, visando alcançar apenas alguma imagem das coisas vividas, cuja imagem mesma será, na melhor das hipóteses, uma aproximação pobre, deixassem o inescrutável sentido delas como um segredo admitido; ou, no máximo, em reverente fê, muito diferente daquele ensino de filosofia, interrompessem seus misteriosos vestígios, cujo caminho espreita-se na grande profundidade do tempo, que a história de fato revela, mas que apenas toda a história, na eternidade, claramente revelará (CARLYLE, 2010, p. 203).

Carlyle também fez severas críticas a historiografia até então efetuada naquele momento, que grosso modo, versava na sua grande maioria em torna de batalhas e de fatos militares, o que na sua visão representava uma limitação da atividade do historiador mediante uma multiplicidade de objetos até então pouco explorada.

[...] Parece ter chegado o tempo em que muito disso pode ser corrigido; e aquele que não vê nenhum mundo senão o das cortes e casernas; e escreve somente sobre como soldados foram treinados e baleados, e como um ministro expulsou o outro, e então guiou, ou ao menos seguiu, algo que ele denomina o timão do governo, mas seria antes a torneira dos impostos, por meio da qual, em vez de guiar, ele pode esvaziar, e quanto mais astutamente mais próximo do abrigo — passará por um jornalista mais ou menos instrutivo, mas não poderá mais ser chamado de historiador (CARLYLE, 2010, p. 205).

Por fim, termina seu ensaio *Sobre a História*, chamando a atenção para que os historiadores não percam a dimensão do todo em prol das partes, e assevera pelo menos um limite: que a história fique cada vez mais longe das filosofias da história – teleológicas ou não.

[...] assim a História se empenha correndo caminho após caminho, pelo

impassível, em diversas direções e interseções, para assegurar para nós algum vislumbre do todo; em cuja diligência, se cada historiador olhar bem ao redor de seu caminho, seguindo-o com o *olho*, e não, como é mais comum, com o *nariz*, ela pode por fim provar-se não completamente malsucedida. Rogando apenas que a ampliada divisão do trabalho não agrave aqui, nem em lugar algum, nossas já fortes tendências mecânicas, de modo que na destreza manual por partes nós venhamos a perder todo domínio sobre o conjunto, e na esperança de que qualquer filosofia da história fique mais distante do que nunca — desejemo-la todos sempre grande e maior sucesso (CARLYLE, 2010, p. 209).

Thomas Macaulay figura ao lado de Carlyle como os dois historiadores ingleses mais conhecidos do século XIX. Ambos assumiram cargos administrativos de grande relevância: o primeiro foi reitor da Universidade Glasgow, assim como exerceu cargos no legislativo; o segundo foi reitor na Universidade de Edimburgo em 1866 (MALERBA, 2010, p. 195). Eram “cargos sem obrigações administrativas que frequentemente é atribuído aos estudiosos de fama literária ou política” (GONÇALVES, 2010, p. 212).

Se de um lado, Carlyle dividiu seu ofício e paixão pela história juntamente com as prerrogativas da arte literária de maneira concomitante; de outro, Macaulay o irá fazer em outra dimensão: dividirá seu tempo entre a carreira literária e o ofício legislativo juntamente com a arte historiográfica.

O grande prestígio alcançado por Macaulay aclamado como “um dos historiadores britânicos mais respeitados do século XIX”, relaciona-se com a devoção empenhada em suas tarefas. Uma das atividades que desenvolveu com grande mestria foi seu trabalho como escritor, que lhe rendeu novos horizontes dentro da sociedade, “Macaulay entrou na política pela porta da escrita. Ao passo que seus ensaios tornaram possível que seu nome fosse votado para a Câmara dos Comuns, a baixa câmara britânica, seus discursos o destacaram entre os parlamentares” (GONÇALVES, 2010, p. 212). Sua estética discursiva não foi menos efusiva nas narrativas históricas, seu convencimento consistia na grandeza de sua eloquência, vorazmente farta de exemplos e notas, “pois sua arte narrativa evocava a qualidade cênica e dramática para os eventos históricos” (GONÇALVES, 2010, p. 213). Sua projeção começou com a publicação de ensaios literários e históricos em revistas especializadas como a *Edinburgh Review* e desemboca em sua grande obra, *History of England from the accession of James Second* produzida em cinco volumes (1848-1861), sendo que o último foi publicado após sua morte por uma de suas irmãs.

Em termos políticos, advogou pela causa *whig*, “foi um porta-voz das classes médias liberais”. Sua história também é marcada pela dualidade maniqueísta dos *tories* e *whigs*, protagonizando este último como a ala responsável de articulador o processo histórico do

sucesso britânico pela exclusão do catolicismo. Liberais e protestantes de um lado e católicos conservadores do outro, como historiador não escapou do partidarismo, fez sua escolha, posicionou a pena e escreveu com todas as letras o sucesso dos *whigs*. Macaulay foi precursor junto com o historiador Henry Hallam do modelo *whig* de interpretação da história. Conforme Gonçalves:

Os cinco volumes de sua grande obra, *History of England*, garantiram que seu modelo progressista de interpretação o colocasse como um dos fundadores da chamada “interpretação *whig* da história”, que é, em outras palavras, uma historiografia que apresentava o passado inevitavelmente progressista rumo à liberdade e à ilustração, o qual culminaria nas formas modernas da democracia liberal e na monarquia constitucional. Macaulay foi precursor de um modelo de interpretação histórica *whig* em que é comum o enaltecimento da ascensão do governo constitucional, das liberdades pessoais e do progresso científico (2010, p. 214-5).

Se de um lado, podemos apontar para três momentos do fazer historiográfico inglês no século XIX, primeiramente com os *dilettantes amadores* – que, sobretudo, não foram afetados pelo rigor academicista, mas que estavam inscritos dentro da polêmica entre os *tories* e *whigs*; segundo com os *historiadores profissionais* – que “deu-se com o que se pode chamar de fundamentação metódica-documental, basilar para a disciplina “acadêmica” contemporânea, produzida pelos tratadistas do século XIX e da primeira década do século XX” (MARTINS, 2010, p. 11); por fim, com a aquilo que denominamos como *historiografia filosófica* e que será desenvolvido com mais ênfase no **Capítulo III**; certo é que a zona de conflito se deu nas duas primeiras etapas historiográficas da qual Macaulay participou ativamente.

Um trecho do artigo de Macaulay⁶² pode sintetizar a disputa em torno do domínio da interpretação historiográfica entre os partidários dos *tories* e *whigs*: “A prática de distorcer a narrativa para conformá-la à teoria não é um vício tão desfavorável quanto pode parecer à primeira vista aos interesses da ciência política [...]” (MACAULAY, 2010, p. 241). As acomodações dos fatos pela interpretação do historiador não é entendido por Macaulay como um problema. Para ele “Nenhum evento passado possui qualquer importância intrínseca. O conhecimento dele é valioso apenas na medida em que nos leva a fazer justas ponderações com respeito ao futuro” (2010, p. 243). Assim, na concepção de Macaulay o historiador pode ao seu modo “minimizar tanto quanto possível os fatos que lhe convêm” para compor o sentido de sua narrativa.

Outro historiador de grande envergadura e que exerceu forte influência na

⁶² *History* foi um artigo “publicado originalmente na *Edinburgh Review* (n. 47, p. 331-367), em resenha ao livro *The romance of history England* (London, 1828), do literário inglês Henry Neele (1798-1828)” (GONÇALVES, 2010, p. 216).

historiografia inglesa foi Ranke, o qual estabeleceu – ao seu modo – a mesma discussão levantada a cabo por Macaulay, em seu texto *Sobre o Caráter da Ciência Histórica* (BENTIVOGLIO, 2010b), assim como em seu texto, *O Conceito de História Universal* (DA MATA, 2010). O mesmo distingue a história de todas as demais ciências, por ser também uma arte, o conhecimento histórico perpassa essas duas dimensões, ela é ao seu modo “uma ciência ao coletar, buscar, investigar; ela é uma arte porque recria e retrata aquilo que encontrou e reconheceu. Outras ciências satisfazem-se simplesmente registrando o que foi encontrado; a história requer a habilidade para recriar” (RANKE, 2010, p. 141). Portanto, para ambos, arte e ciência devem ao seu modo caminhar de mãos dadas, pautando-se pela evidência empírica, mediada pela “habilidade da recriação” e/ou pela “imaginação”.

Desse modo, “Enquanto ciência, ela se aproxima da Filosofia; enquanto arte, da poesia. A diferença está no fato de que Filosofia e poesia, de maneira análoga, se movimentam no plano das ideias, enquanto a História não tem como prescindir do plano real” (RANKE, 2010, p. 202). Por fim, Ranke manifesta sua insatisfação quanto à unidimensionalidade do caráter histórico:

Nos tempos modernos, nos casos de dúvida, tem-se lidado somente com os elementos de realidade ou então insistido na ciência como único princípio. Tem-se ido tão longe ao ponto de fazer a história diluir-se como uma parte da filosofia. De qualquer modo, como foi dito, a história precisa ser ciência e arte ao mesmo tempo. A história nunca é uma sem a outra (RANKE, 2010, p. 142).

Essa passagem de Ranke encerra em si mesma e dirige críticas ao tipo de historiador que vê apenas um lado dessa dimensão dupla do fazer historiográfico – de modo colateral – à historiografia profissional inglesa, do qual a ciência histórica se fez a partir do método histórico, bem como, da exclusão do caráter artístico-literário de suas narrativas e das especulações da filosofia; em prol de um realismo ingênuo pautado no âmbito das fontes.

Macaulay assevera o lugar da imaginação poética em sua concepção histórica, e ao seu modo, não está preocupado com um estatuto de cientificidade dessa matéria, antes, “pode-se colocar como uma regra geral, apesar de sujeita e ressalvas e exceções consideráveis, que a história começa como romance e termina como ensaio” (MACAULAY, 2010, p. 217). Definitivamente, a história para ele não é uma ciência e sim uma arte, e enquanto tal deve possuir todos os elementos para tal.

O historiador e escritor inglês nos chama a atenção para outro problema fundamental para o estatuto científico da história, ou seja, seu caráter fático e propedêutico dessa matéria: a concepção de verdade. E ele o faz numa mediação com a arte. A verdade histórica para Macaulay, analogicamente se assemelha a um desenho e como tal apresenta-se como uma

cópia distinto por assim dizer do objeto “original”. A “pintura histórica” de um fato, tanto como a pintura de uma “fidalga formosa”, por mais autêntica que seja não consegue capturar a totalidade de suas dimensões. “[...] O mesmo poderia ser dito da história. Não pode ser perfeitamente e absolutamente verdade: pois, para ser perfeitamente e absolutamente verdade, conviria registrar *toda* a mais insignificante particularidade” (MACAULAY, 2010, p. 223). Finaliza essa discussão dizendo que: “nenhuma pintura, então, e nenhuma história podem nos oferecer a verdade completa: mas as melhores pinturas e as melhores histórias são aquelas que exibem tais partes da verdade como produto realizado mais próximo do todo” (2010, p. 224).

A conclusão do texto de Carlyle (2010, p. 205) se aproxima e muito da de Macaulay escrita dois anos antes, em 1828; na tentativa de superação das tradicionais narrativas que estavam amiúde centradas em batalhas, conflitos militares e questões bélicas, de cortes e das instituições, de maneira “profética” asseverou:

Aquele que deseja compreender essas coisas corretamente não deve limitar suas observações a palacetes e dias solenes. Ele deve ver os homens comuns tal qual aparecem em seus negócios habituais e em seus prazeres cotidianos. Ele deve se misturar nas multidões dos mercados e das cafeterias. Deve obter acesso ao convívio à mesa e ao lar doméstico. Deve tolerar as expressões vulgares. Não deve evitar nem mesmo explorar os recessos da miséria. Aquele que deseja entender a condição da espécie humana nas épocas anteriores deve adotar o mesmo princípio. Se ocupar-se apenas dos negócios públicos, das guerras, congressos e debates, seus estudos serão tão inúteis quanto as viagens daqueles imperiais, reis e serenos soberanos [...] (MACAULAY, 2010, p. 245).

Por fim, dentro dessa primeira tríade, elencaremos a figura de Henry Thomas Buckle (1821-1862). Diferentemente dos dois autores, veremos que o intento deste autor busca alçar outro patamar ao conhecimento histórico, baseando-se numa concepção positivista. Assim, “Na historiografia, será, sobretudo a partir de meados do século XIX, com as obras de Taine (1828-1893), Renan (1823-1892) e Buckle, que o Positivismo se afirmará” (BARROS, 2011, p. 97).

Francisco Falcon (2002) aponta que o século XIX abrigou e foi solo comum para três momentos distintos dentro da historiografia moderna, baseado pelo primado da objetividade e racionalidade, entre elas estão: “a discursiva-explicativa, a hermenêutica e compreensiva, e materialista dialética”. Expressas sinteticamente em: positivismo, historicismo, e marxismo. A escrita de Buckle corresponde e está inscrita na primeira, associado ao empirismo cientificista. Para Falcon tal vertente admite-se por ter:

[...] o seu discurso nomológico e explicativo referido ao paradigma galilaico-newtoniano, cada vez mais evolucionista na segunda metade do século XIX. Tratava-se, em resumo, de aplicar ao conhecimento histórico os mesmos princípios e métodos já demonstrados como eficazes no campo das “ciências

naturais”, ou da matéria. Assim, acreditava-se então, o conhecimento preciso, rigoroso, dos fatos e seu encadeamento em sequências narrativas cronologicamente rigorosas e verdadeiras, em termos objetivos, propiciariam a explicação causal dos acontecimentos e fariam avançar o conhecimento em direção ao estabelecimento das leis gerais ou universais que regem a História [...] (2002, p. 29).

Podemos dizer que o cenário do século XIX em termos de ideias estava assentado em dois debates principais: o positivismo francês e o historicismo alemão. Se escritores tais como Macaulay e Carlyle figuraram nesta segunda acepção vinculado ao romantismo alemão, certo é, que Buckle esteve vinculado ao primeiro, na tentativa de fazer da história uma ciência positivista, regida pelo princípio de causalidade oriundo da física newtoniana, bem como, organizá-la através de leis, tais como os preceitos das ciências naturais.

Podemos desse modo, apontar para dois grandes sistemas de pensamento que se estabelece de modo concomitantemente ao longo do século XVIII: de um lado, o Iluminismo cuja a pretensão repousava em “o que encontrar na história” em termos de uma busca por uniformidades dispostas em leis ou generalizações. De igual modo, “Esta busca também seria a dos Positivistas no século seguinte”; de outro lado, e em contraposição ao pensamento ilustrado, emergiu o romantismo alemão que mais tarde culminaria no historicismo do XIX, do qual, “Essencialmente, buscavam na história as singularidades, as diversidades, a especificidade de cada sociedade ou processo histórico. Sua perspectiva historiográfica, em uma palavra, seria “particularizante”, e não “universalizante” (BARROS, 2011, p. 54). Buckle encontra-se na esteira do primeiro paradigma, em prol do primado de leis universais aplicáveis ao mundo dos fenômenos humanos.

José de Assunção Barros delimita os principais traços das duas perspectivas, apontado que:

A oposição fundamental entre Positivismo e Historicismo dá-se em torno de três aspectos fundamentais: a dicotomia Objetividade/Subjetividade no que se refere à possibilidade ou não de a História chegar a Leis Gerais válidas para todas as sociedades humanas; o padrão metodológico mais adequado à história (de acordo com o modelo das ciências naturais, ou um padrão específico para as ciências humanas); e a posição do historiador face ao conhecimento que produz (neutro, imerso na própria subjetividade, engajado na transformação social) (2011, p. 64-5).

Ao passo que expormos parte do pensamento de Buckle, ficará mais evidente sua vinculação ao modelo positivista, que dentre outros, teve grande aceitação por parte de alguns filósofos, tais como: Hebert Spencer e John Stuart Mill. Sua história diferenciava e muito dos historiadores contemporâneos de sua época, regida por leis universais, na busca proeminente do *télos* histórico; “para Buckle, significava a descoberta, por investigação indutiva, de uniformidades causais a determinar a vida e a evolução sociais” (GARDINER, 1995, p. 131).

Buckle está no rol dos eruditos chamados de “historiadores filósofos”.

Esse tipo de historiografia é comumente caracterizado como positivista baseada nos “fatos” “estabelecidos mediante os documentos, indutivista, narrativista, por certo, mas também sujeita a um “método”” (MARTINS, 2010, p. 12).

Como historiador, o autodidatismo de Buckle não conferiu um *status* menor em termos de erudição em relação a maioria de seus contemporâneos. Ao contrário, em sua obra *History of Civilization in England*, “cujos únicos dois volumes foram publicados em 1857 e 1861, respectivamente” ele nos apresenta “nada menos que 14 páginas, com mais de mil títulos listados; o segundo volume é precedido de outra lista não menos impressionante” (ARAÚJO, 2010, p. 218).

Para tal, a história deveria estabelecer-se mediante a observação, para ele isso seria a primazia do conhecimento histórico, que naquele momento a seu ver estava estagnada na descoberta e no registro de fatos insignificantes, que impossibilitavam o bom desenvolvimento de seu trabalho, que de grosso modo, estava pautado em estabelecer generalizações. Mas para que isso fosse possível os fatos da história deveriam estar estabelecidos, é o que nos diz:

Em outras grandes áreas do conhecimento, a observação precedeu o descobrimento; primeiro os fatos têm sido registrados e então suas leis, encontradas. Mas no estudo de história do homem, fatos importantes são negligenciados, e fatos sem importância, guardados. A consequência disso é que quem agora tentar generalizar os fenômenos históricos precisará coletar os fatos, ao mesmo tempo em que conduz a generalização. Ele não encontra nada pronto para seu uso. Precisa ser o pedreiro bem como o arquiteto; precisa não apenas projetar o edifício, mas da mesma forma escavar a pedra. A necessidade de executar essa dupla tarefa impõe ao filósofo fardo tão enorme que os limites de uma vida inteira são inferiores à tarefa (BUCKLE, 2010, p. 239).

Apesar de seu parâmetro teórico ser totalmente oposto da grande maioria dos historiadores ingleses de seu tempo, ele trás algo em comum que nos chama a atenção, e de igual modo foi também alvo de severas críticas tanto de Macaulay quanto de Carlyle, ou seja, de uma historiografia balizada apenas em eventos militares e dos aspectos mais banais do mundo da corte.

[...] a vasta maioria dos historiadores enche suas obras com os mais banais e miseráveis detalhes: anedotas pessoais de reis e cortes; intermináveis relatórios do que foi dito por um ministro e o que foi pensado por outro; e, o que é pior, longas descrições de campanhas, batalhas e sítios, muito interessantes para os envolvidos, mas para nós profundamente inúteis, pois não fornecem novas verdades nem os meios pelos quais novas verdades possam ser descobertas. Esse é o real impedimento que agora bloqueia o nosso avanço (BUCKLE, 2010, p. 238-9).

Tal historiografia lhe aparece como infrutífera para seus fins: a possibilidade de

generalizações objetivadas por leis gerais na busca pelo “progresso da civilização”. A ideia de estabelecer uma ciência exata ao mundo dos fenômenos humanos é a máxima deste historiador, para o qual não há problema nenhum nem mesmo qualquer distinção entre os fenômenos da natureza e o universo humano. Isso é expresso da seguinte maneira: “[...] Na verdade, quando consideramos o incessante contato entre o homem e o mundo exterior, é certo que deverá haver uma íntima conexão entre as ações humanas e as leis físicas [...]” (BUCKLE, 2010, p. 232). Há uma concepção comum subjacente a tal perspectiva do qual existe uma justaposição dos fenômenos físicos ao mundo histórico, de tal modo que autoriza a aplicação desta à história. Em contraponto, o historicismo irá rechaçar tal perspectiva reducionista, estabelecendo os parâmetros necessários ao conhecimento histórico, diferenciando-o em suas proporções das ciências naturais.

A justaposição neste esquadro possibilitou uma explicação da história mediante leis gerais, de igual modo àquelas encontradas nas “ciências físicas”, pautada também pela noção de causalidade, pressupondo assim, para além de um determinismo, uma noção de equidade e equivalência com as ciências da natureza, o que em outras palavras, corresponde dizer de uma imutabilidade da natureza humana da qual poderia ser extraída a partir de outras ciências, que não a história. Para Barros, a estrutura que permitiu chegar nestas conclusões já estava sendo gestada desde o período iluminista:

Os Positivistas contam de fato com toda uma fortuna crítica que inclui as já clássicas discussões iluministas em torno de questões que lhes seriam caras: a possibilidade de um conhecimento humano inteiramente *objetivo*; a construção de uma história *universal*, comum a toda a humanidade; a possibilidade de amparar um conhecimento científico sobre as sociedades humanas com base na ideia de *imparcialidade* do sujeito que produz o conhecimento. Estes princípios, no que apresentam de mais essencial, sustentam-se sobre a noção de que haveria uma “natureza imutável do Homem”. São estes fundamentos, que já vinham sendo discutidos há muito pelo pensamento ilustrado, que o Positivismo tomaria para si, emprestando-lhes uma nova coloração [...] (BARROS, 2011, p. 66).

Na Inglaterra do século XIX, tal pretensão por cientificidade nos moldes apresentados por Buckle se expressou também em figuras como Spencer, e especificamente em Mill, do qual asseverou elogios a composição historiográfica de Buckle:

Operou-se desde essa altura uma enorme transformação brilhantemente promovida pelo trabalho notável de Buckle que, com energia peculiar, lançou este importante princípio, juntamente com muitos exemplos frisantes, para a arena da discussão pública num combate a ser disputado por certo tipo de lutadores [...].

Entre os factores que impedem os espíritos reflectidos de universalmente reconhecerem a sujeição dos factos históricos a leis científicas, o mais fundamental continua a ser aquele que se baseia na doutrina do Livre Arbítrio ou, por outras palavras, na negação de que a lei do invariável

Princípio da Causalidade se aplica com verdade à vontade humana [...] (MILL apud GARDINER, 1995, p, 119).

A batalha pelo domínio do conhecimento histórico estava lançada e somente garantia mais força com o advento da historiografia profissional, que traria consigo as principais concepções da historiografia moderna alemã calcado no movimento do historicismo/historicismo.

2.4 – A historiografia profissional inglesa no final do século XIX.

Neste tópico iremos dar notas da composição desta historiografia profissional, modernizante que aspira por cientificidade evidenciado pelo trabalho de Silva (2013). Desde já elencaremos um importante historiador que figura e transita entre aquele primeiro tipo de historiografia *amadora-whig* e a emergente historiografia profissional; partilhamos da ideia de que Lord Acton é o elo dessa transição e um dos mentores intelectuais na composição dos parâmetros desse novo momento da escrita histórica inglesa. Opera-se nesta transição a abrangência de uma concepção de história que antes assumi uma postura analítico-explicativa dos fatos, carregada de notas e indicações arquivísticas, e, sobretudo, calcada no método histórico; afasta-se assim daquela historiografia descritiva e narrativa, estilística e dramática da “história literária” cristalizada nos escritos de Carlyle e Macaulay.

Herbert Butterfield em seu trabalho *The Whig Interpretation of History* (1931) é um dos primeiros a colocar em pauta e fazer a caracterização e divisão entre uma historiografia “amadora” e uma profissional segundo nos informa Hugo Ricardo Merlo (2012). O problema elencado pela obra de Butterfield “é precisamente desenhar a linha que separava a antiga geração de historiadores, da qual Acton era um dos últimos e maiores representantes, da geração da história “modernizada” que se fazia naquele momento [...]” (MERLO, 2012, p. 04). Segundo ainda como nos informa o autor, “existe o estabelecimento agora claro da oposição crescente, desde a última década do século anterior entre uma historiografia *whig*, não profissionalizada e uma historiografia *metódica, empirista, profissional e modernizante* [...]” (MERLO, 2012, p. 03).

Essa historiografia profissional emerge tendo como pressuposto a ideia de que o objeto dos historiadores deveria estar centrado em *instituições* devido sua extensão e permanência temporal em detrimento ao homem comum, restrito e inscrito na condição de sua própria temporalidade, em síntese, breve e passageira. Desse modo, temos eixos temáticos que direcionam a escrita histórica inglesa: as instituições político-religiosas e as pautas que

decorrem destas (história da igreja, história política e militar). É isso que demonstrou Silva (2013) ao mapear os anos iniciais da profissionalização do conhecimento histórico a partir do primeiro periódico inglês de história: *The English Historical Review*. Sua análise se estende desde o início de sua publicação (1886) perpassando o final do século XIX até 1902 (ano da morte de Lord Acton). Este recorte específico é sintomático, para todos os efeitos, Lord Acton representa um ponto de inflexão bem como uma desinência que separa um tipo de historiografia erudita e romântica daquela moderna, profissional e científica, embora haja alguns pontos de continuidade por parte da historiografia profissional.

As concepções destes historiadores modernos estavam assentadas e se aproximaram dos resultados imediatos do historismo alemão e da escola histórica de Leopold von Ranke, tido como o “pai da história científica moderna”. O prefácio da *EHR* nos dá um direcionamento da concepção daquela historiografia emergente e profissional, das bases de seu pensamento e da “unidade formativa” que os direcionavam. Quem escreveu tal prefácio foi o historiador James Bryce (1838-1922) – que havia tentado anteriormente junto com outros historiadores lançar um periódico científico em história antes da promulgação da *EHR* (SILVA, 2013, p. 52) –, que de modo geral levantou três questões importantes, a saber: 1) em relação à concepção de história daquele grupo que promovia a revista; 2) sobre o partidarismo político e eclesiástico; por fim, 3) uma questão de recepção, ou seja, para quem seria dirigida tal historiografia. Nas palavras de Bryce esses princípios ficariam mais evidentes com a publicação dos artigos.

Os princípios pelos quais são guiados os promovedores da REVISTA HISTÓRICA e os métodos pelos quais eles buscam aplicar tais princípios serão mais visíveis a partir dos conteúdos das primeiras questões⁶³ (PREFATORY NOTE, 1886, p. 02).

Bryce questiona qual seria o âmbito e o alcance desse periódico para os estudos históricos em relação às suas áreas temáticas. Tal revista estaria centrada em torno de quais temas? Ela lidaria apenas com a dimensão do político, ou com o desenvolvimento dos vários ramos do pensamento humano, como por exemplo, a história da religião e da igreja, da linguagem e literatura, da arte, do pensamento metafísico e das ciências da natureza? (PREFATORY NOTE, 1886, p. 02). No entanto, para responder esses questionamentos e a dimensão desse enfoque Bryce necessita primeiramente lapidar o escopo desse domínio.

Há um horizonte comum e subjacente entre as historiografias europeias (alemã, francesa e inglesa) em torno das questões do Estado, da história política e da história

⁶³ “The principles by which the promoters of the HISTORICAL REVIEW are guided, and the methods whereby they seek to apply those principles, will best appear from the contents of the first few issues [...]”.

eclesiástica, que ao seu modo reverbera também na *EHR* de modo bastante contundente (SILVA, 2013; BENTIVOGLIO, 2011; BORGES, 2013).

Bryce delimita duas ideias recorrentes sobre a história na historiografia vitoriana: a primeira estava voltada às questões políticas centradas na figura do Estado, teve um papel primordial na investigação histórica em detrimento da análise do homem comum; um dos proponentes deste tipo de historiografia foi o historiador Edward Freeman (1823-1892), célebre por sua concepção de história, nestes termos: “*história é o passado político e a política é a história presente*” (SILVA, 2013, 63-4); a segunda é identificada por Bryce tendo uma longa data que remonta a autores que perpassa desde Heródoto, leva em seu bojo uma ideia de história como “*um quadro de todo o passado humano*”. O historiador inglês mensura críticas a ambas. Para ele a primeira seria estreita e limitada ao fixar apenas o horizonte político como instância principal, a segunda perspectiva historiográfica lhe aparece ao mesmo tempo “*ampla e vaga*”, imprecisa por não delimitar “*a província da história com a fronteira de outros campos de conhecimento*”. O autor procura delinear uma concepção mais precisa que supere ao mesmo tempo as duas perspectivas anteriores.

[...] Parece melhor considerar a história como o registro da ação humana e do pensamento apenas na sua direta influência sobre uma ação. O âmbito dos Estados e dos princípios políticos serem, portanto, a parte principal de sua matéria, porque os atos das nações têm sido mais importantes do que os atos dos homens comuns. Mas quando a história encontra indivíduos que como Sócrates, São Paulo, Erasmus ou Charles Darwin, que profundamente influenciam outros homens a partir do seu estado puramente único, ela [a história] está preocupada com eles como fonte de tais influências não menos do que com a figura do legislador ou de um general [...] ⁶⁴ (PREFATORY NOTE, 1886, p. 03).

Nesta passagem torna-se sintomática a perspectiva do autor em relação ao que é história e seus objetos de estudos: “*registro da ação humana e do pensamento quando este influenciar diretamente as ações destes*”. Fica claramente expressa a referência ao historicismo: “A metodologia, como consequência, é, agora, individualizante, centrada nos únicos indivíduos históricos “*reais*” – o eu individual e as entidades orgânicas que são os povos e as nações. Enfim, como métodos de investigação e abordagem, a compreensão empática e a interpretação hermenêutica” (FALCON, 2002, p. 34).

Como afirmado acima, a historiografia europeia do século XIX centrou-se tanto na

⁶⁴ “[...] It seems better to regard history as the record of human action, and of thought only in its direct influence upon action. States and politics will therefore be the chief part of its subject, because the acts of nations and of the individuals who have played a great part in the affairs of nations have usually been more important than the acts of private citizens. But when history finds a private citizen who, like Sócrates or St. Paul or Erasmus or Charles Darwin, profoundly influences other men from his purely private station, she is concerned with him as the source of such influence no less than with a legislator or a general [...]”.

figura do Estado quanto nas instituições religiosas, e a historiografia inglesa reverbera os traços fundantes do Estado-nação e das instituições religiosas. Um detalhe nessa passagem nos é significativa. Apesar de pontuar que um periódico científico em história não deveria está submetido apenas ao reino do político e do religioso, intencionalmente ou não, as referências elencadas por ele situa nestas áreas. Sócrates foi um filósofo grego considerado como o grande “divisor de águas” na filosofia clássica ao descentrar e dirimir suas elucubrações para a instância ético-política diferentemente de seus predecessores preocupados e centrados na formulação de doutrinas sobre a realidade natural. De outro, aponta para pensadores que estão no liame religioso como São Paulo e Eramus. Por fim, Darwin que expressa à crítica ao fomento divino do ato criacional com a teoria da evolução. Desse modo, fica visível que o fundo político e religioso são imperativos dessa historiografia oitocentista como bem salientou Silva (2013).

Isso nos faz reafirmar a ideia de que o aspecto político e religioso foram centrais na consubstanciação da moderna história científica. No caso inglês, estas foram as principais áreas de discussão conforme a análise quantitativa dos artigos no interior da *English Historical Review* efetuada por Silva (2013) entre os anos de 1886 à 1902.

Em relação ao segundo ponto correspondente ao partidarismo político e eclesiástico, Bryce lança a ideia de “imparcialidade” que emana de um “espírito científico” e que tal periódico não estaria vinculado a nenhuma escola específica nem a nenhum conjunto de ideias individuais (PREFATORY NOTE, 1886, p. 06). Tais controvérsias em torno de quaisquer partidarismos seriam indesejadas e não alcançariam espaço na referida revista, pois o “objetivo da história é descobrir e estabelecer fatos” a partir deste “espírito científico”, que reivindica ao seu modo uma ideia de imparcialidade e neutralidade do historiador em prol da veracidade narrativa, da verdade dos fatos como evidência empírica, demonstrando assim um apego ao trato material da fonte como a própria materialização da “realidade passada” elevada ao estatuto de prova.

O terceiro tópico faz referência ao público alvo daquele periódico, seria direcionado tanto ao setor especializado (acadêmicos e estudantes profissionais em história) quanto ao público letrado em geral (PREFATORY NOTE, 1886, p. 05). Evidentemente, seu interesse estaria centrado no primeiro grupo. Certo é que havia um público leitor que estava familiarizado com outro tipo de estética narrativa oriunda da historiografia dileitante ao mesmo tempo estilística e imaginativa, emotiva e dramática, que aguçava e criava “quadros para a imaginação” e que sobretudo, não foram afetadas pelo rigor acadêmico e pelo trato

crítico com as fontes, tais quais as obras de Carlyle e Macaylay. Apesar dessa historiografia se estabelecer ao fazer a críticas da anterior, havia uma preocupação mínima com a escrita histórica, essa não deveria ser monótona – dado o grande alcance daquele tipo de narrativa romântica.

[...] Distantes dos que asseguram que a verdade histórica é monótona, acreditamos que a história monótona é geralmente um tipo de história ruim e que devemos valorizar aqueles que contribuem amplamente e que podem apresentar suas pesquisas em uma forma lúdica e efetiva. Mais do que em outros países, há um público na Inglaterra e na América [EUA] que sem possuir um exato conhecimento da história, cordialmente aprecia e deseja fixa-la no caminho da compreensão e de seu processo crítico [...] ⁶⁵ (PREFATORY NOTE, 1886, p. 5).

Esses são alguns dos elementos formativos que compõe o novo formato historiográfico inglês, comumente entendido como profissional e científica. Em resumo, havia a preocupação em estabelecer os fatos históricos a partir de uma perspectiva de neutralidade e imparcialidade do historiador fundamentada no método histórico-crítico; o estabelecimento da verdade histórica a partir desse cânon possibilitaria a alcunha de cientificidade ao conhecimento histórico de outro, quase não se fala no parâmetro teórico desse conhecimento, a prática historiográfica se resumiria então no ato de estabelecer os fatos históricos da nação – especificamente àqueles voltados para o aspecto político, militar e religioso (SILVA, 2013).

O primeiro editor da *English Historical Review* foi professor de História Eclesiástica em Cambridge, como também bispo em Londres. Mandell Creighton (1843-1901) foi um historiador que dirigiu seus estudos sobre o papado renascentista, foi o primeiro a ocupar a referida cadeira em Cambridge e esteve à frente da revista até o ano de 1891 ⁶⁶ deixando o cargo nas mãos Samuel Rawson Gardiner (1829-1902) e Reginald Lane Poole (1852-1939) (SILVA, 2013, p. 59). Ambos dirigiram suas pesquisas à história moderna. O primeiro foi um grande historiador do século XVII inglês, o segundo direcionou seus estudos sobre o período moderno em geral.

A divisão por temáticas ou pela divisão periódica – história antiga, medieval, moderna e contemporânea – não era tão consistente e delimitada assim. As cátedras inglesas em história bem como a disposição das matérias que compõe essa nova disciplina acadêmica não possuía tal sistematização, embora houvesse alguns especialistas em cada uma dessas áreas, pro exemplo, John H. Round e Frederic W. Maitland dirigiram suas pesquisas ao

⁶⁵ “[...] So far from holding that true history is dull, we believe that dull history is usually bad history, and shall value those contributors most highly who can present their researches in a lucid and effective form. More than in any other countries there is a public in England and America which, without possessing an exact knowledge of history, heartily enjoys it and desires to be set in the way of understanding its critical processes [...]”.

⁶⁶ Neste mesmo ano George Croom Robertson deixou a direção da Mind Review iniciando-se uma nova série.

mundo medieval enquanto que Edward Freeman e John Bury ao universo da história antiga (SILVA, 2013, p. 62).

Conforme a análise quantitativa dos artigos da *English Historical Review*, as principais áreas temáticas e de estudos estavam centralizados num tripé: história política, história militar e história das religiões, respectivamente, ocupando grande parte do escopo da revista (SILVA, 2013, p. 63). As discussões em torno de tópicos de teoria e metodologia da história praticamente não foram discutidas no interior do referido periódico.

Lord Acton foi um historiador erudito com um amplo conhecimento; influenciou a primeira geração dos historiadores profissionais, foi o último representante daquela historiografia *whig*, moralizante e liberal, como também ponte e extensão dessa historiografia com a profissional. O grande entrave estava em assumir a presunção do caráter moral e *whig* o qual Acton acreditava ser fundamental à ciência da história (MALERBA, 2013; MERLO, 2012; SILVA, 2013). Enquanto que os historiadores profissionais estavam mais atentos aos parâmetros metódicos desse saber a fim de reconstruir e estabelecer os marcos da nação.

É correto dizer que em Lord Acton, o historiador *whig* alcançou sua maior expressão; e é verdade, e ao mesmo tempo não é uma mera coincidência que em seus escritos os julgamentos morais apareceram em sua forma mais incisiva e inflexível, enquanto em sua estimativa de todo o assunto, a função moral da história foi extremamente ampliada⁶⁷ (BUTTERFIELD, 1931, p. 60).

As críticas efetuadas em torno de Acton resultaram de sua pouca produtividade enquanto historiador e de seu julgamento moralizante em história – apesar de ter tido um momento episódico de desgosto com a Madre Igreja Católica, assim mesmo, guardou o ressentimento bem como a fé. De sua grande erudição restaram alguns artigos publicados em revistas especializadas como a publicação em livro de sua palestra inaugural como professor de história moderna em Cambridge em 1895: *A Lecture on the Study of History*. Acton é lembrado por ter editorado o periódico católico *The Rambler* e *Home and Foreign Review*, como também por abrir o primeiro número da *English Historical Review* – apontando o cenário e o panorama das *Escolas Históricas Alemãs* – quanto ao projeto *Cambridge Modern History* (SILVA, 2013, p. 109). De outro lado, quem iria fechar o quadro dos historiadores amadores para além dessa historiografia *whig* seria o pupilo e discípulo de Carlyle, o historiador e romancista James Froude (1828-1894). É isso que nos aponta Gooch:

Froude encerra a era dos amadores, cujos os brilhantes escritos pertecem

⁶⁷ “It might be true to say that in Lord Acton, the *whig* historian reached his highest consciousness; and it is true, and at the same time it is not a mere coincidence, that in his writings moral judgements appeared in their most renchant and uncompromising form, while in his whole estimate of the subject the moral function of history was most greatly magnified [...]”.

tanto a literatura quanto a história. [...] suas grandes cenas são iguais a de Macaulay, e Frederick Harrison o têm comparado com Livy e Froissart. Mas ele era ainda um pensador menor do que Carlyle⁶⁸ (1913, p. 339).

Diferimos ambas, de um lado, pela afirmação pronta de que “*a história é uma ciência nem mais nem menos*” frase amplamente disseminada pela historiografia profissional; de outro, pela primazia literária juntamente com a capacidade imaginativa de criar quadros históricos. A primeira assenta-se sob o estatuto do moderno método histórico, enquanto que a segunda assume a função estética da narrativa literária em sua escrita.

É em torno da Escola de Oxford que estavam os principais nomes da historiografia profissional. Gooch (1913, p. 340) afirma que “Embora os escritos de Macaulay, Carlyle e Froude estivessem vendendo em dezenas de milhares, os métodos mais precisos de trabalho começava a ser aplicado⁶⁹”. É em torno dos estudos medievais que o vigoroso método histórico assume a dianteira do processo de profissionalização – foi com o historiador e bispo de Oxford William Stubbs (1825-1901) que Gooch observa o início desse processo. Stubbs foi um dos principais responsáveis por “aclimatar ali os métodos da erudição alemã” (SILVA, 2013, p. 42). Stubbs estava no centro irradiante do idealismo britânico.

Stubbs assume a cadeira titular em história moderna na Universidade de Oxford em 1866 permanecendo no cargo até o ano de 1884, quando assume o episcopado⁷⁰ sendo substituído pelo historiador Edward Freeman (GOOCH, 1913, p. 350). Para o pupilo de Acton, em relação a Stubbs “[...] pode ser dito ter inaugurado o estudo crítico das fontes medievais na Inglaterra. Ele possuía todas as qualificações para a tarefa – habilidade paleográfica, instrução abundante e cuidadosa e uma mente jurídica”⁷¹ (GOOCH, 1913, p. 341).

Quando de sua morte, o historiador Frederick William Maitland⁷² (1850-1906) considerado um dos fundadores da moderna história jurídica inglesa, escreveu um obituário a

⁶⁸ “Froude closes the age of the amateurs, whose brilliant writings belong as much to literature as to history. [...] His great scenes are equal to Macaulay, and Frederic Harrison has compared him to Livy and Froissart. But he was even less of a thinker than Carlyle [...]”.

⁶⁹ “While the writings of Macaulay, Carlyle and Froude were selling by tens of thousands, more exact methods of work began to be applied”.

⁷⁰ “When Stubbs accepted the Bishopric of Chester in 1884, he announced in his farewell lecture that he had no intention of forsaking his old studies, and that he hoped to publish a fourth volume of the “British Councils”, complete his edition of William of Malmesbury, and perhaps attempt a sketch of the constitutional history of the Reformation. Of these plans only the second was fulfilled” (GOOCH, 1913, p. 345).

⁷¹ “[...] may be said to have inaugurated the critical study of mediaeval sources in England. He possessed every qualification for his task— palaeographic skill, abundant and accurate learning, and a judicial mind”.

⁷² “[...] Ele compara as perdas daquele ano, de Creighton e Stubbs, as perdas do ano de 1859, dos historiadores Hallam seguido por Macaulay. Maitland nos oferece um panorama da historiografia do século XIX, onde segundo sua reflexão, se algum estrangeiro perguntasse os nomes dos principais historiadores ingleses, a resposta era: Freeman, Froude, Stubbs, Creighton, Green e Seeley” (MAITLAND, 1901, p. 418 apud SILVA, 2013, p. 95).

seu respeito. Ambos foram responsáveis por estabelecer os quadros da história medieval nas universidades inglesas (SILVA, 2013, p. 95). Maitland é outro sustentáculo de que com Stubbs houve a transposição do moderno método histórico do historicismo alemão, sendo uma das principais referências a essa historiografia.

Nenhum outro britânico tem mostrado tão completamente ao mundo que todo o ofício do historiador consiste em superar a matéria-prima até o escopo da narração e generalização. Nós somos levados aos bastidores e nos é mostrado as cordas e as roldanas. Somos levados ao laboratório e nos é mostrado o material ainda não analisado, as réplicas e os tubos de ensaios; ou melhor, nos é permitido ver o crescimento orgânico da história na mente de um historiador e somos encorajados a usar o microscópio. Essa “demonstração prática”, se assim podemos chamá-la, da ciência e da arte do historiador efetivada a partir da caça inicial por manuscritos, através da filiação e agremiação, bem como, de uma crítica minuciosa, até ao conto aperfeiçoado; a eloquência e as reflexões tem sido um benefício inestimável para a causa da história na Inglaterra e é muito mais eficaz do que qualquer discurso abstrato sobre metodologia. Neste sentido, devemos olhar nos maiores [historiadores] entre os alemães para encontrar os pares do Dr. Stubbs, e devemos lembrar que os dias produtivos de um Mommsen não são interrompidas por um bispado⁷³ (MAITLAND, 1901, p. 419 apud SILVA, 2013, p. 96).

A analogia com a qual Maitland utilizou para referendar a ciência da história em Stubbs se estabelece num paralelo imediato com as ciências das matérias inanimadas, criadas, testadas e reproduzidas em laboratórios. Assim, a máxima de Bury pode ser melhor exemplificada. O que difere essa historiografia da anterior é o desejo eminente de se tornar uma ciência, “nem menos nem mais”. No entanto, há continuidade entre elas, por exemplo, a preocupação com a estética narrativa – elevada pela grandeza de historiadores como Carlyle e Macaulay – a reafirmação de temas basilares tais como, a história política e militar e história da religião. Foi isso que depreendeu Silva (2013) ao analisar o processo de profissionalização do conhecimento histórico através da *English Historical Review*.

Se de um lado, os historiadores amadores foram impactados pelo romantismo alemão do século XVIII, de outro, os historiadores profissionais estava ligados ao historicismo alemão, assentados sob o pressuposto de que a história e não mais a filosofia deveria conduzir o processo de formação (*building*). É aqui que conseguimos ver a transposição de um modelo

⁷³ “No other Englishman has so completely displayed to the world the whole business of the historian from the winning of the raw material to the narrating and generalising. We are taken behind the scenes and shown the ropes and pulleys; we are taken into the laboratory and shown the unanalysed stuff, the retorts and test tubes; or rather we are allowed to see the organic growth of history in an historian’s mind and are encouraged to use the microscope. This “practical demonstration”, if we may so call it, of the historian’s art and science from the preliminary hunt for manuscripts, through the work of collation and filiation and minute criticism, onward to the perfected tale, the eloquence and the reflexions, has been of incalculable benefit to the cause of history in England and far more effective than any abstract discourse on methodology could be. In this respect we must look to the very greatest among the Germans to find the peers of Dr. Stubbs, and we must remember that a Mommsen’s productive days are not cut short by a bishopric”.

historiográfico. Maitland endossa a dianteira dos estudos históricos na Alemanha, especificamente, no subcampo da história jurídica – embora saibamos que sua extensão abrangiu outros setores da pesquisa histórica.

Os alemães têm algumas vantagens sobre nós. Por um lado, a educação jurídica alemã tem sido boa e consequentemente, tais historiadores, sejam juristas ou não, podem usar um conjunto de termos e conceitos muito mais preciso do que aqueles que estão à nossa disposição⁷⁴ (MAITLAND, 1901, p. 423 apud SILVA, 2013, p. 97).

Samuel Rawson Gardiner (1829-1902) foi outro grande historiador responsável pelo processo de profissionalização. Após a morte de Mandell Creighton (1843-1901) historiador, professor de História Eclesiástica em Cambridge e bispo de Londres, Gardiner assume juntamente com o historiador Reginald Lane Poole (1857-1939) o processo de editoração da *English Historical Review*, permanecendo na função até a edição de Janeiro de 1901 (vol. 16) (SILVA, 2013, p. 59). Era um especialista em história moderna, especificamente, história inglesa do século XVII.

Para Gooch (1913, p. 359), Gardiner juntamente com os estudos constitucionalista de Stubbs efetuaram um deslocamento dentro do esquadro da historiografia profissional, foi colocado em questão a dinastia dos Stuarts e não mais a dos Tudors, iniciava-se a análise de um dos períodos mais “controverso e crítico” daquele momento. Em Gardiner temos a figura do historiador moderno na caça de evidências históricas – de bibliotecas aos arquivos públicos e privados.

Seu trabalho foi a primeira narrativa com base em um estudo exaustivo da vasta massa de autoridades, repousando em arquivos públicos e privados. A evidência de jornais e panfletos foram livremente usados. Memórias [...] foram tratadas como autoridades secundárias, não como primárias⁷⁵ (1913, p. 359).

Se por um lado, a historiografia amadora conquistou o público leitor inglês da era vitoriana, principalmente pela interpretação *whig* de Macaulay com narrativas históricas eloquentes e com requinte literário condicionando a opinião sobre determinados períodos da história inglesa; de outro, como nos afirma Gooch e é reiterado por Silva (2013, p. 41), foi a partir de Gardiner e do historiador alemão Ranke que os estudos sobre o século XVII inglês foram elevados para além da mera disputa entre *whigs* e *tories* que, sobretudo, centrava-se no domínio pelo poder de memória e de interpretação de parte desse passado político. A temática política permeou praticamente toda a historiografia inglesa no final do século XIX. Esse é um

⁷⁴ “The Germans have some advantages over us. For one thing, legal education has been good in Germany, and consequently the German historian, be he lawyer or no, can use a much more accurate set of terms and concepts than such as are at our disposal”.

⁷⁵ “His work was the first narrative based on an exhaustive study of the vast mass of authorities reposing in public and private archives. The evidence of newspapers and pamphlets was freely used. Memoirs [...] were treated as secondary, not as primary, authorities”.

fenômeno que pode ser verificado nas principais historiografias europeias (BENTIVOGLIO, 2011; BORGES, 2013; SILVA, 2013).

Por último, temos a figura do historiador Edward Augustus Freeman (1823-1892). Nele podemos observar a cristalização e maximização de uma história voltada totalmente ao político. Sua concepção de história se assentou totalmente neste ramo. Freeman reduziu o *campo* da história ao âmbito prático da política, sua história era

“[...] um registro dos acontecimentos políticos, ou seja, da ação do poder de decisão dos acontecimentos na esfera da guerra e do governo. Ele [Freeman] expressou essa visão de maneira concisa no ditado bem conhecido, “A história é o passado político, e a política é a história do presente” [...] (BRYCE, 1892, p. 499 apud SILVA, 2013, p. 88).

No obituário do autor escrito por James Bryce, Silva (2013, p. 88) elenca algumas das qualidades historiadora de Freeman: “amor pela verdade, pela justiça, diligência, senso comum, alcance de visão e poder na compreensão do passado”. Bruce delinea duas dessas características:

Entre os mais altos de tais méritos que o estudante profissional tem mais razões para apreciar do que a leitor geral, porque ele frequentemente discerne as causas perturbadoras que repousa em duas qualidades morais. O primeiro é zelo pela verdade, com a disposição de empreender na busca por ela, um árduo trabalho pelo qual nenhum crédito jamais será obtido. O segundo é uma visão clara de um adesão fiel aos padrões morais permanentes. Em ambos os pontos Freeman estava na linha de frente⁷⁶ (BRYCE, 1892, p. 502-503 apud SILVA, 2013, p. 88).

Desse modo, a história da historiografia inglesa do final do século XIX confirmar que os temas basilares dessa escrita assentavam-se grandemente nas instituições do Estado-Nação, devido sua supremacia diante das efemeridades do humano. Assim, as instituições como um todo foram as fontes desses historiadores profissionais, voltados para a história político-militar, das instituições religiosas, da história da jurisprudência, etc., estudos que ainda priorizavam o apego documental, dos arquivos institucionais e privados, um tipo de escrita voltada para a afirmação do Estado Moderno. Esse processo foi evidenciado também nos principais centros do pensamento histórico europeu (BENTIVOGLIO, 2011; BORGES, 2013).

Contudo, não conseguimos localizar a partir do trabalho efetuado por Silva (2013) sobre a historiografia profissional as questões de metodologia e epistemologia da história. Resta perguntar, onde estava localizado tais discussões visto que tais abordagens não foram conduzida por esses historiadores profissionais? O subtópico a seguir tentar responder essa pergunta.

2.5 – As duas faces do método histórico na filosofia inglesa: William Ritchie Sorley e

⁷⁶ “Among the highest of such merits which the professional student has even more reason to appreciate than the general reader, because he more frequently discerns the disturbing causes are two moral qualities. One is the zeal for truth, with the willingness to undertake, in a search for it, a toil by which no credit will ever be gained. The other is a clear view of and loyal adherence to the permanent moral standards. In both these points Freeman stood in the front rank”.

Henry Sidgwick.

O status de cientificidade em torno da história se estabeleceu a partir do que ficou conhecido como o *método histórico* ou *metódico-documental* – que especificamente seria o estabelecimento da crítica textual, procedimento analítico de validade e autenticidade das fontes históricas. Em outras palavras, um método “pragmático-documental ou metódico-documental”. A sistematização deste processo possibilitou que a história saísse de sua condição de menoridade diante dos demais domínios do conhecimento. Foi com o estabelecimento do *método histórico* que a história ganhou ares de cientificidade, de modo irrestrito⁷⁷.

Foi na amplitude do século XIX que, segundo Martins (2010, p. 11), “apareceram os primeiros grandes tratados do que se poderia chamar de normativismo histórico”. Neste processo, podemos elencar as figuras de Niebuhr, Mommsen e Ranke. Toda uma técnica com o trato empírico-documental já estava sendo exercida bem antes com o movimento romântico, no entanto, restou a Johann Gustav Droysen (1808-1884) sistematizar tais procedimentos em sua obra *Historik*. A princípio, o manual de Droysen “começou a circular restritamente como notas para suas aulas desde 1858” e foi apenas publicado em 1882 em Leipzig. Outra tentativa neste sentido encontra-se na obra *Introduction aux études historiques* dos historiadores francês Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos publicada em 1898. Esta última, por muito tempo levou a alcunha de ser “positivista” e metódica pela escola dos annales (BENTIVOGLIO, 2007, p. 68; BORGES, 2013).

No entanto, a sistematização dos fundamentos da pesquisa histórica, entretanto, advém de um acúmulo de técnicas que começou a se processar desde o movimento romântico alemão.

[...] o Romantismo incorporou e desenvolveu as práticas eruditas, vindas do século XVIII, de natureza heurística e crítica, ancoradas principalmente na Filologia. Não por acaso, intensificaram-se as pesquisas de fontes, a publicação de grandes corpos documentais, as edições críticas, com ênfase no material relativo às épocas mais antigas ou mais “obscuras” do passado de povos e nações, com destaque especial para os estudos linguísticos (FALCON, 2002, p. 36).

Assim, a filologia e hermenêutica firmaram-se como dois primados deste movimento cultural do historismo alemão, que emergiu desde o Romantismo. A hermenêutica moderna é elevada a este termo – em oposição a “uma arte interpretativa” – como um ramo da filosofia a

⁷⁷ “O pensamento histórico torna-se especificamente científico quando surge os princípios da metodização, quando submete a regras todas as operações da consciência histórica, cujas pretensões de validade se baseiam nos argumentos das narrativas, nas quais tais fundamentos são ampliados sistematicamente. A razão, tal como reivindicada pela história como ciência, fundamenta-se nesse princípio da metodização [...]” (RÜSEN, 2010, p. 12).

partir de Friedrich Schleiermacher (1768-1834) – um dos membros do círculo romântico. A exegese bíblica moderna foi o resultado direto dos estudos de Schleiermacher. Essas duas instâncias – ou disciplinas auxiliares – contribuíram de sobremodo ao estabelecimento do estatuto metodológico em história.

Desse modo, compreendemos que houve uma discussão profunda acerca da regulação metódica desse conhecimento ao longo de todo o século XIX, primeira na Alemanha expandindo a outros centros do pensamento histórico europeu.

Assim, o que ora será abordado no último tópico desse capítulo é a ampliação da discussão sobre o método histórico no *campo* da filosofia – isso porque tais discussões não foram encontradas na historiografia profissional. São discussões que tentam estabelecer uma ponte de diálogo, como também a de colocar em pauta a questão do conhecimento histórico; aqui também já começamos a deparar com aquilo que consideramos ser central neste trabalho: uma historiografia filosófica.

Neste momento, iremos abordar os artigos de dois filósofos ingleses e as extensões dirigidas ao *campo* da história, especificamente, em relação ao método histórico e o seu alcance no *campo* da filosofia. Nossa intenção é compreender como a abordagem filosófica tratou das questões históricas. Perceber como a filosofia inglesa do último quartel daquele século lidou com os problemas de natureza histórica. A *Mind Review* nos serviu desse modo como guia de orientação para mapear e delimitar precisamente quais escolas filosóficas estavam a discutir tais problemas. Foi na análise da fonte que conseguimos dar unidade a dimensão do nosso problema, ampliando assim nosso material documental para além da dimensão de nossa principal fonte de pesquisa.

Os textos que serão analisados levam consigo o mesmo termo: *The Historical Method*. O primeiro foi escrito pelo filósofo idealista William Ritchie Sorley (1855-1935) no livro *Essays in Philosophical Criticism* (1883). A maior parte dos filósofos que escreveram nesse livro possuía atuação na *Mind Review* o que foi de grande valia para percebermos de onde advinham as principais discussões filosóficas sobre o *campo* da história. O segundo artigo que leva o mesmo nome foi escrito pelo economista e filósofo empíricista Henry Sidgwick (1838-1900), publicado na *Mind* em 1885.

A publicação do livro acima foi sintomática para a afirmação do idealismo escocês, foi um dos primeiros esforços para a consolidação dessa corrente. Nas palavras de Metz a iniciativa de Andrew Seth foi fundante.

De suas primeiras obras as quais remontam aos anos oitenta, duas tem um significado maior do que uma simples passagem. Os *Essays in Philosophical*

Criticism editado por ele e por seu amigo Haldane, constituiu uma declaração ou plataforma comuns de novos intelectuais, até então pouco conhecidos, que aderiram ao novo movimento e representaram a primeira mobilização das forças do idealismo [...]”⁷⁸ (METZ, 1938, p. 381).

Desse modo, nestes dois artigos temos duas escolas filosóficas antagônicas: a insurgente filosofia idealista e a longa tradição da filosofia empirista. Será significativo podermos analisar a amplitude da discussão do método histórico nessas duas vertentes filosóficas. Para todos os efeitos, ficará evidente que cada escola filosófica assume uma postura sobre o que seja o estudo histórico – que naquele momento estava a se consolidar com a historiografia profissional.

Assim, patiremos das preleções metodológicas de Quentin Skinner para adentrarmos nas estruturas explicativas dos respectivos filósofos. Assim, no aparato teórico de Skinner encontramos atribuições ao pensamento de Collingwood, Austin e dos escritos do “segundo” Wittgenstein, respectivamente: “*historicismo*”, *teoria dos atos de fala e filosofia da linguagem (concepção de significado (meaning))*. Historicismo e filosofia da linguagem compõe a arquitetura teórica de Skinner (LOPES, 2011, p. 180; SILVA, 2010, p. 306-7); metodologicamente, importa-se compreender as convenções linguísticas de um determinado texto ou autor no contexto de sua manifestação, assim como sua intencionalidade e assim conceber *texto*, *autor* e *contexto*, respectivamente.

A metodologia contextualista de Skinner, parte do pressuposto de que a efetiva interpretação de um texto – ou de um ato de fala (Skinner não mensura diferenças entre o ato escrito e o ato falado, é daí que advém uma série de críticas ao seu construto teórico-metodológico) – depende de alguns requisitos. Diferentemente daquelas abordagens tradicionais (contextualista e textualista) – que ora condicionam o contexto social como única condição interpretativa; ou aquela em que reduz a interpretação do texto nos esquadros do próprio texto – Skinner indicará um contexto linguístico como parâmetro metodológico para a compreensão em história. Questiona tanto o primeiro tipo de contextualismo quanto o procedimento padrão do textualismo que consiste “em suas expressões mais caricaturais em “ler e reler” determinado texto até se chegar a uma compreensão correta de seu significado” (SILVA, 2010, p. 303). Para ele tais procedimentos metodológicos são reducionistas, dos quais classificou – parafraseando Francis Bacon – de mitologias (da doutrina, da coerência, da prolepse e do paroquialismo) (SKINNER, 1969).

⁷⁸ “Of his earliest works, which go back to the 'eighties, two have a more than passing significance. The *Essays in Philosophical Criticism*, edited by him and his friend Haldane, constituted a common declaration or platform of a number of younger men, then little known, who adhered to the new movement, and represented the first mobilization of the forces of idealism [...]”.

Deste modo, o que está inscrito nessa metodologia de Skinner que pode nos auxiliar? Sua premissa é de que a compreensão de um texto/obra ou de um determinado autor repousa no contexto imediação de sua inscrição, reivindicando assim uma perspectiva historicista: a compreensão do significado de um texto perpassa necessariamente por seu contexto histórico. Desse modo, é preciso enquadrar um texto em seu contexto histórico-linguístico, ou seja, nas “convenções sociais da linguagem”. De outro lado, para Skinner o entendimento de um dado texto “não depende estritamente da compreensão de seus significados, mas das intenções do autor no momento da escrita” (DE SOUZA, 2008, p. 07). Neste ponto, encontramos os preceitos da filosofia da linguagem expressa pelos *autos de fala* de Austin, assim como, a noção de *significado (meaning)* wittgensteiniana. A força ilocunária – “compreendida como uma força imposta pelo autor, no ato de fala, com a intenção de comunicar o significado de um enunciado” (DE SOUZA, 2008, p. 08) – aparece como um dos elementos necessários para a compreensão. Desse modo, para Skinner a compreensão do significado de um dado texto se dá através das convenções linguísticas inscritas em um determinado contexto histórico, assim como é necessário captar a intencionalidade do sujeito que escreve, ou seja, o que determinado autor estava fazendo ao escrever algo. Convenções linguísticas e intencionalidade autoral são um dos parâmetros que regem o método contextualista skinneriano.

Entretanto, foi neste segundo aspecto de seu construto que adveio “um sem número” de críticas. Skinner afirma, mesmo que pudéssemos decodificar o que uma sentença significa, ainda assim,

[...] ficaríamos sem compreender a intenção de sua força ilocucionária, e, portanto, sem um entendimento real da sentença. A questão é, em suma, que uma lacuna inevitável permaneceria: mesmo se o estudo do contexto social dos textos pudesse servir para explica-los, estes não serviria como um meio para entendê-los (SKINNER apud DE SOUZA, 2008, p. 07-8).

Seus primeiros textos metodológicos enfatizavam essa dimensão dos atos ilocucionários que foi perdendo a força argumentativa com as inúmeras críticas advindas de vários setores: dos textualistas (críticos literários de orientação derridariana), do pós-estruturalismo, tanto quanto de contextualistas como Mark Bevir (2011) (DE SOUZA, 2008; SILVA, 2009, 2010; FERES JÚNIOR, 2005). Desse modo, optaremos em restringir nossa abordagem em relação às intenções autorais oriunda da força ilocucionária, ou seja, do resgate do sentido original de um texto, da intencionalidade subjetiva do autor.

João Feres Júnior é um dos que asseverou críticas ao programa metodológico de Skinner ao mensurar que o autor sem mais problemas equivale duas instância problemáticas:

ato de fala e ato de escrita – senão diametralmente opostas, conforme nos mostrou Jacques Derrida em a *Farmácia de Platão* (2005) acerca destas antinomias dentro do pensamento grego. Feres Júnior mensura seus argumentos nessa direção:

[...] todo o edifício da metodologia skinneriana se assenta sobre um erro, qual seja, o de trabalhar com a premissa, presente em todos os seus trabalhos sobre metodologia, de que comunicação oral e comunicação textual não são significativamente diferentes, ou melhor, com a premissa de que uma teoria desenhada para a análise dos atos de fala pode ser simplesmente aplicada, sem maiores adaptações, à interpretação de textos (2005, p. 656-7).

Entretanto, ficaremos com os elementos centrais da metodologia de Skinner: as considerações a cerca do contexto da manifestação de um determinado texto, obra ou autor; levaremos em conta as convenções linguísticas, ou seja, o arcabouço, o “estoque de conceitos” disponíveis em um determinado contexto; assim como, os aspectos elementares inscritos no universo conceptual do autor – de sua concepção enquanto agente histórico inscrito em sua própria temporalidade. É desse modo que pretendemos analisar os artigos ora propostos.

Antes de tudo, o século XIX é tido como “o século da história”, e para constituir-se como um saber autônomo teve que passar pelas mãos de vários “ourives”. O conhecimento histórico abriu uma fenda no pensamento filosófico – de modo mais latente no idealismo inglês do que no empirismo – colocando como prerrogativa o aspecto temporal, ou seja, colocou na ordem do dia a historicidade das “coisas”. A herança do historicismo alemão não aconteceu somente no campo da história, a historicidade foi a pedra angular que atingiu praticamente todos os setores das ciências sociais e humanas: filosofia, direito, economia, “ciências políticas”, literatura, sociologia, etc.

Desse modo, temos com o filósofo Sidgwick – uma das figuras emblemáticas dentro da história da filosofia inglesa do século XIX – outra tentativa em discutir o método histórico mas na mesma esteira de Comte. Com a morte de John Stuart Mill, assume a dianteira do movimento num momento de plena ascensão do idealismo oxfordiano. Sua carreira começou e se fixou em torno da cidade de Cambridge, primeiro como bolsista no Trinity College em 1859, depois passou a assumir o cargo de conferencista de filosofia moral e palestrante de estudos clássicos em 1869, para então se tornar professor da mesma disciplina em 1883 na universidade de Cambridge (METZ, 1938, p. 83). De outro lado, há poucos quilômetros estavam os filósofos neohegelianos de Oxford, dos quais se erigiram como uma insurreição contra o empirismo e o positivismo inglês.

Sua obra de maior reconhecimento foi *The Methods of Ethics* publicada em 1874. Esse ano também foi emblemático ao idealismo inglês. Neste mesmo ano surgiram as

principais publicações do movimento idealista contra a tradição empirista, primeiro, com a *Introduction to Hume's Treatise on Human Nature* de Thomas Hill Gree; segundo, com *The Logic of Hegel* do filósofo William Wallace (1844-1897). A principal obra de Sidgwick emergiu num momento de grande debate filosófico⁷⁹ (METZ, 1938, p. 83). Com ela Sidgwick se afirmaria no cenário filosófico; Metz (1938, p. 84) vai dizer que ele não produziu nenhum novo sistema filosófico nem um novo método, suas formulações eram um diálogo permanente com a tradição e com “o estoque de ideias” existentes.

Sidgwick conseguiu sua reputação no *campo* filosófico inglês com sua primeira obra, seus demais trabalhos não se comparam com *The Methods of Ethics* – foram obras secundárias. O seu pensamento filosófico centrava-se num espectro amplo de questões que perpassava por “[...] problemas práticas, com os fatos morais da vida da econômica, social e política, com métodos e categorias [...]”⁸⁰ (METZ, 1938, p. 85). Seu principal objetivo em filosofia havia sido elevar a ética ao estatuto de disciplina filosófica “[...] livre da metafísica, do psicologismo, de preceitos religiosos, como também livre da retórica e de motivo de edificação”⁸¹ (METZ, 1938, p. 85). Metz assinala a discrepância entre o método filosófico de Sidgwick com o dos filósofos idealistas: “Seu método é semelhante aos das ciências especiais e é avesso ao procedimento metafísico e sintético dos pensadores oxfordianos”⁸² (METZ, 1938, p. 85).

Apesar do reconhecimento de sua primeira obra, Sidgwick enfrentou uma forte oposição dos filósofos da Universidade de Oxford.

[...] Como indicação disso, podemos referir à atitude hostil que os novos moralistas britânicos inspirados pelo idealismo alemão rapidamente adotaram em relação a Sidgwick, na sua expressão mais clara com *Ethical Studies* (1876) e em especial seu panfleto *Mr. Sidgwick's Hedonism* (1877), bem como no *Green's Prolegomena to Ethics* (1883) o qual faz de Sidgwick um frequente objeto de ataque⁸³ (METZ, 1938, p. 85).

De outro lado, temos um dos membros desse insurgente movimento filosófico. Como dito, a fisionomia institucional do idealismo britânico aconteceu em três centros hegemônicos:

⁷⁹ “[...] Sidgwick's book, which won a considerable reputation, together with his personal presence and teaching, gave to Cambridge a quickening and intensification of philosophical interest comparable with the renaissance effected in Oxford by the disciples of Kant and Hegel [...]” (METZ, 1938, p. 83-4).

⁸⁰ “[...] practical problems, with the facts of the moral, economic, social, and political life, and with the methods and categories [...]”.

⁸¹ “[...] free from metaphysical, psychological, and religious prejudices, free also from rhetoric and the motive of edification”.

⁸² “His method is akin to that of the special sciences and is the opposite of the synthetic and speculative procedure of the Oxford thinkers”.

⁸³ “[...] As an indication of this we may refer to the hostile attitude which the newer British moralists inspired by German idealism quickly adopted towards Sidgwick, and which came to clear expression in Bradley's *Ethical Studies* (1876) and in his special pamphlet *Mr. Sidgwick's Hedonism* (1877), as well as in Green's *Prolegomena to Ethics* (1883), which makes Sidgwick a frequent object of attack”.

Oxford, Glasgow e Endinburgh. Sorley pertencia ao grupo de filósofos idealistas de Endinburgh, mas passaria praticamente toda sua carreira profissional na Universidade de Cambridge. A filosofia de Sorley apesar de ter começado com um artigo sobre o método histórico permaneceria em sua maior parte pautada em discussões sobre ética, que havia sido “caracterizada e sistematizada a partir do ponto de vista idealista” (METZ, 1938, p. 393).

A formação de Sorley aconteceu tanto em Endinburgh quanto em Cambridge. Após terminar seus estudos iniciais, ganha em 1883 – ano de publicação de seu primeiro artigo – uma bolsa de estudos em uma das faculdades mais famosas da cidade de Cambridge: Trinity College. Após isso, em 1888 assume o professorado na recém-fundada Universidade de Cardiff (1883) – no País de Gales – o posto de professor de lógica e filosofia permanecendo até o ano de 1894. Naquele mesmo ano muda-se para a cidade de Aberdeen a fim de assumir o cargo de professor titular de filosofia moral, o qual ficou até o ano de 1900, quando retorna para Cambridge para assumir a vaga tão prestigiosa do filósofo empirista Henri Sidgwick (METZ, 1938, p. 393; MANDER, 2011, p. 405). Sorley permaneceria como professor de filosofia moral em Cambridge até o ano de 1933. Na década de 1930 o idealismo já era praticamente uma página virada na filosofia inglesa⁸⁴, no entanto, sua influência alcançou filósofos como Collingwood e Michael Oakeshott (1901-1990) (METZ, 1938, p. 258; MANDER, 2011, p. 530).

A principal contribuição de Sorley ao movimento idealista centra-se em torno da ética⁸⁵. Seus desenvolvimentos nesta área conforme obtido em Metz, realizou-se através da filosofia do valor, tendo como referência os filósofos alemães Kant, Lotze e Rickert. É a partir da escola filosófica de Baden e, especificamente, com a doutrina deste último filósofo que Sorley irá compor a originalidade de seu pensamento:

Mas, esta mesma linha de pensamento, de outra forma, foi pouco visitada na Grã-Bretanha, ela influenciou fortemente Sorley em outras partes do seu sistema: sua exposição da metodologia das ciências, por exemplo, foi tomada a partir de Rickert, em particular, a concepção do processo de generalização das ciências naturais e o processo de individualização das ciências históricas [...] ⁸⁶ (METZ, 1938, p. 394).

⁸⁴ “[...] This inner exhaustion has coincided with a swift succession of losses through death of its ablest leaders Bosanquet in 1923, Bradley 1924, McTaggart and Ward 1925, Haldane 1928, Pringle-Pattison 1931, Sorley 1935, Mackenzie 1936. There are few survivors of the day of greatness ; the movement has now almost entirely receded into history [...]” (METZ, 1938, p. 258).

⁸⁵ “The Ethics of Naturalism, 1885 (second edition, 1904); Recent Tendencies in Ethics, 1904; The Moral Life and Moral Worth, 1911 (fourth edition, 1930); Moral Values and the Idea of God (Gifford Lectures), 1918 (fourth edition, 1930); A History of English Philosophy, 1920; “Value and Reality”, in Contemporary British Philosophy, edited by J. H. Muirhead, second series, 1925” (METZ, 1938, p. 393).

⁸⁶ “This same line of thought, otherwise but little attended to in Britain, strongly influenced Sorley in other parts of his system: his exposition of the methodology of the sciences, for example, was taken over from Rickert, in particular the conception of the generalizing procedure of the natural sciences and the individualizing one of the historical sciences [...]”.

Desse modo, temos com Sorley e Ritchie na filosofia idealista, umas das primeiras tentativas em promover os debates em torno do conhecimento histórico. Essa transposição metodológica é um atributo do historismo alemão, é nele que se assenta boa parte do assernal teórico tanto da historiografia profissional quanto da historiografia filosófica.

Os textos tanto de Sorley (1883) quanto o de Sidgwick (1885) são representativos neste sentido. A introdução e adoção do método histórico tanto na historiografia profissional quanto na filosófica nada mais foram do que o ápice do “giro historicista” nas humanidades. Entretanto, como nos informa os referidos autores, o emprego dessa metodologia só foi aceita e disseminada a partir do tratamento mais científico do conhecimento histórico. No caso específico da filosofia, à atemporalidade das ideias filosóficas cedeu lugar à historicidade. É isso que nos informa Sorley:

Não existe nada mais característico e contundente na atual ciência e filosofia do que a amplitude do método histórico, o qual tem ocupado o lugar dos métodos de observação direta e de racionalização. [...] Este tratamento histórico das ciências tem ampliado no presente século lado a lado com o tratamento mais científico da história. A tendência no século anterior tinha sido olhar para a verdade como uma única necessidade apenas: a aplicação da razão iluminada para se descobrir e fazer da história um mero recital de visões errôneas ou de eventos sem significados. [...] E como a história tem neste modo assumido um caráter científico, seu alcance e aplicação tem sido estendido a todos os departamentos de pesquisa: as ciências se tornaram históricas⁸⁷ (SORLEY, 1883, p. 102).

O impacto do método histórico é visualizado com maior densidade na filosofia idealista do que na filosofia empirista que estava visceralmente ligada aos métodos da indução empírica e nas concepções de causa e efeito ampliado pelo espectro do positivismo de Comte. Isso ficará mais claro quando evidenciarmos o argumento de Sidgwick. Isso porque o movimento idealismo conforme nos aponta Mander (2011) esteve, sobretudo, vinculado ao pensamento de filósofos como Platão, Kant e Hegel. É neste último que se inscreve uma atitude historicista diante dos fenômenos humanos; para ele a história possui um sentido, um *télos* rumo à liberdade que só poderia ser verifica mediante uma compreensão histórica da história da humanidade. A grande maioria dos idealistas britânicos possuía uma perspectiva neo-hegelianos, o que expressa ao seu modo, uma aproximação maior com este aparato histórico do historismo alemão. Falcon aponta três momentos do historicismo no cenário

⁸⁷ “There is no more striking characteristic of recent science and philosophy than the extent to which the historical method has taken the place of the methods of direct observation and reasoning. [...] This historical treatment of the sciences has grown up in the present century side by side with the more scientific treatment of history. The tendency in the preceding century had been to look on truth as needing only the application of enlightened reason for its discovery, and to make history a mere recital of erroneous views or meaningless events. [...] And as history has in this way assumed a scientific character, its scope and application have been extended to all departments of investigation: the sciences have become historical”.

alemão do século XIX:

Em começos do século XIX, o historicismo entra assim em seu segundo momento, quando é possível distinguir pelo menos três tendências: o hegelianismo, a historiografia romântica e a “escola histórica alemã”. O idealismo objetivo de Hegel (1965) realiza, através da fenomenologia do espírito e sua dialética, a identificação entre razão e história, entre o real e o racional. A história então, como singular coletivo, nada mais é do que a sequência, no tempo, da busca de si mesmo do espírito absoluto, que se manifesta concretamente em diferentes momentos (época/nações) (FALCON, 2002, p. 34).

Assim, se de um lado, Sorley não tem dúvidas em colocar em pauta a importância dos estudos históricos em outros departamentos do conhecimento destacando a amplitude do método histórico nas humanidades, de outro, Sidgwick faz uma afirmação tímida e cautelosa a cerca da ampliação do escopo do método histórico em outros ramos do saber, estabelecendo na verdade uma ponte dialógica e crítica ao artigo de Sorley ao colocar não o método histórico no centro gravitacional da discussão, e sim, o método sociológico, comteano, positivista por excelência. A concepção deste último a cerca do método histórico está centralizado no pensamento econômico, sobretudo, na escola histórica alemã de economia.

Sidgwick abre a primeira página de seu artigo delimitando e estabelecendo uma aproximação com um dos principais representantes da velha escola histórica de economia alemã, o economista Karl G. A. Knies (1821-1898). Houve na Alemanha ao menos duas escolas históricas de economia: a velha escola histórica, representada por autores como Wilhelm Roscher (1817-1894), Karl Knies (1821-1898) e Bruno Hildebrand (1812-1878); e a nova escola histórica, liderada por Gustav von Schmoller (1838-1917) incluindo Lujo Brentano (1844-1931) e Karl Bucher (1847-1930) (MAXIMO, 2010, p. 06; BAINGO, 2009, p. 07). Para os autores citados, o historicismo economicista dessas escolas estabelece o mesmo parâmetro efetuado pelas outras escolas históricas, conforme já analisamos. Neste caso específico, o problema é descentrar a ideia de uma natureza humana fixa e imutável, contrariando assim, “a universalidade do laissez-faire” em prol dos aspectos individuais de cada nação. A noção de universalidade dos teoremas econômicos são confrontados com os fenômenos históricos específicos de cada nação. Para Wener Karl Baingo, a questão apresenta-se da seguinte maneira:

A Escola Histórica Alemã parte da crítica ao Sistema Clássico gerando uma nova doutrina político-econômica, pois considerava que havia uma diferença básica entre os fenômenos da natureza e os relativos à realidade humana. Os passos para a formação dessa Escola promovem um esquema de pensamento diferenciado ao do universalizante clássico, ou seja, na construção do método, no engajamento político e no entendimento das ações humanas (2009, p. 08).

Mário Motta de Almeida Maximo aponta para as mesmas questões referenciadas

acima.

[...] Os economistas históricos abandonam a ideia de que a natureza humana é eterna e imutável em contraposição com o ideário defendido na revolução marginalista, herança direta dos anseios por cientificidade de Mill e Ricardo. A característica desta escola de pensamento é a preocupação com a história em vez de modelos matemáticos auto-referenciais [...] (MAXIMO, 2010, p. 04)

Assim, o método histórico em economia é caracterizado por tentar explicar os eventos da vida econômica de uma nação a partir da leitura do desenvolvimento humano em suas diversas expressões (BAINGO, 2008, p. 08). Desse modo, “Os elementos da pesquisa histórica abrange significativamente todos os elementos da civilização de um povo, sendo aceito como único meio para estudar o progresso econômico de uma nação” (BELL, 1973, p. 292 apud BAINGO, 2008, p. 08).

Karl Knies foi um defensor do método histórico aos estudos de economia. Isto porque tanto as doutrinas econômicas quanto as políticas são “produtos” inscritos em sua historicidade, equivale dizer que, a universalização do *laissez-faire* e da auto regulação do mercado – quanto aos princípios que o regem – são abstratos por natureza; em contraposição se encontra os fenômenos humanos: mutáveis e em constante alteração não passíveis de ser auferidos por uma lei geral. Para Baingo:

Knies não acreditava nas generalizações serem universalmente verdadeiras ou aplicáveis em todos os lugares e tempos, sendo assim, os estudos históricos sobre as nações podem indicar regularidades e sugerir analogias na evolução social das comunidades ou nações e, conseqüentemente, orientar a ação dos governos e dos Estados [...] (2009, p. 10).

Por fim, Maximo acrescenta a seguinte prescrição:

É importante identificar o arco de pensamento que une todo o movimento intelectual referido. Apesar das inúmeras diferenças entre as chamadas escolas, os membros dessa linha de pensamento compartilham a crítica fundamental à perspectiva mecânica da vida econômica. Os economistas alemães estão preocupados em refutar a suposição clássica à cerca da natureza humana, ou seja, de que os homens são essencialmente egoístas; seja à procura do auto-interesse de que Smith nos fala ou o *homo economicus* dos manuais modernos. Isso revela uma diferença metodológica crucial. Os economistas históricos rejeitam a abstração como método, abandonam a ideia da validade universal dos teoremas econômicos (2010, p. 06).

Sidgwick parte desta discussão para abordar a questão do método histórico mas faz com o intuito de reduzir o método histórico em sociológico – positivista. Primeiramente, estabelece em seu texto o escopo de uma “neutralidade” filosófica dissipando assim o que ele aponta como uma “antítese entre o “histórico” e o “filosófico”” (1885, p. 203). Certo é que o pensamento filosófico foi impactado pelo rigor cientificista das ciências da natureza e da matéria, o que implica dizer que Sidgwick observa a filosofia neste esquadro. Ao estabelecer

o parâmetro de neutralidade filosófica para a sua abordagem, assevera – em outros termos – o que Sorley afirmou com grande veemência a cerca da amplitude do método histórico:

[...] E se aceitamos esta ou alguma definição similar de Filosofia, isto pode, eu penso, ser verdadeiramente dito que uma crença no Método Histórico é a convicção filosófica mais ampla e firmemente entretida nos dias atuais⁸⁸ (SIDGWICK, 1885, p. 203).

Os esforços filosóficos de Henry Sidgwick não estavam voltados diretamente para a história. Seus escritos mais vigorosos estavam centrados eminentemente no campo da ética.. Entretanto, como nos aponta Metz:

Embora, alguns de seus trabalhos lidem com as questões mais gerais da filosofia seu interesse está voltado quase inteiramente aos problemas práticos, com os fatos da vida moral, econômica, social e política e com os métodos e categorias, através dos quais eles deveriam ser investigados [...] ⁸⁹ (1938, p. 84-5).

Enquanto Sorley traça a amplitude do método histórico em torno das humanidades (1883, p. 102), Sidgwick levanta o princípio da dúvida cartesiana em prol de uma concepção filosófica “imparcial”. Assim, pondera com anseios que o método histórico torne-se uma metodologia universal (no sentido expostos pelos autores, de que tal método tem “invadido” vários campos do conhecimento).

[...] Do ponto de vista filosófico, a característica que mais nos preocupa na predominante crença no Método Histórico é que ele é considerado a ter, em algum sentido e em algum grau, uma aplicação universal – aquilo que seus admiradores dizem, que ele tem “invadido e transformado todos os departamentos do pensamento [...]”⁹⁰ (SIDGWICK, 1885, p. 204).

Aqui para além da preocupação de Sidgwick com a ampliação do método histórico para outros departamentos do conhecimento – porque para todos os efeitos, a metodologia expressa pela filosofia empirista estava calcada no método indutivo e nos paramentos de causalidade oriundo das ciências físico-naturais – ele remete uma crítica sutil ao texto de Sorley, que havia sido escrito dois anos antes em 1883. Na verdade o que Sidgwick fez foi uma contraposição filosófica, ou seja, se de um lado Sorley fez a “apologia” ao método histórico e sua amplitude nas humanidades, de outro, Sidgwick traz a afirmação do sociológico em detrimento do histórico o qual não é capaz de formular leis de validade universal.

Assim, podemos dizer que o idealismo britânico se aproximou mais do pensamento

⁸⁸ “[...] And, if we accept this or some similar definition of Philosophy, it may, I think, be truly said that a belief in the Historical Method is the most widely and strongly entertained philosophical conviction at the present day”.

⁸⁹ “Although some of his writings deal with the most general questions of philosophy, his interest lay almost entirely with the more practical problems, with the facts of the moral, economic, social, and political life, and with the methods and categories through which they should be investigated [...]”.

⁹⁰ “[...] From a philosophical point of view, the characteristic that concerns us most in the prevalent belief in the Historical Method is that it is held to have, in some sense and some degree, a universal application – that, as its admirers say, it has “invaded and transformed all departments of thought [...]”.

histórico – isso em relação aos filósofos neohegelianos – do que a filosofia empirista, assentada na observação, experimentação e verificação e, sobretudo, pelo primado da busca de leis gerais através do método indutivo que sem mais problemas “poderia” ser aplicados tanto ao universo dos fenômenos naturais quanto ao mundo dos eventos humanos.

A aplicação do método histórico a outros ramos do pensamento científico possui uma ressalva na concepção de Sorley, esse estudo histórico deveria ser aplicado a outros campos quando o mesmo afetasse diretamente a parte teórica da disciplina em questão. “[...] In this sense every science has or may have a history. But the historical method cannot A be spoken of as used in the science unless the theoretical part is modified by the historical”⁹¹ (SORLEY, 1883, p. 103).

Sorley valida o método histórico como algo elementar dentro do pensamento filosófico e científico e imprime uma concepção de história própria: uma ideia de desenvolvimento histórico primado pela busca das origens e pela sucessão dos eventos, neste sentido, progressista. Isto porque os métodos das ciências naturais baseado em categorias como causa e efeito, não são “suficientes quando temos que lidar com autoconsciência e seus fenômenos” (1883, p. 103).

Ao criticar o paradigma empirista fundamentado na causalidade como metodologia científica – também proposta sem nenhuma restrição aos fenômenos humanos – e seus epígonos, tais como John Stuart Mill (*System of Logic*, 1843, são seis livros ao todo, Sorley cita o II) e August Comte (*The Positive Philosophy*, 1853), Sorley aponta os limites deste modelo aos problemas inscritos nas ciências humanas. O filósofo idealista imprime aos dois à crítica que já estava sendo realizada pelo historismo alemão – com Droysen e Dilthey – acerca da distinção ontológica e epistemológico entre as “ciências do espírito” e as ciências da natureza e da matéria. Elenca dessa maneira a seguinte premissa:

[...] E se admitirmos como um fato – qualquer que seja a sua explicação – que os fenômenos sociais são afetados pelas ideias humanas, somos compelidos a colocar as ciências sociais em um nível diferente das ciências naturais. Em última instância, temos que traçar uma sequência ou uma interação de fatores os quais são estritamente observáveis e calculáveis, enquanto que no caso anterior, o fator subjetivo modifica seu meio objetivo num modo o qual não pode ser traçado pelos métodos comuns das ciências naturais. Consequentemente, a aplicação do método histórico às ciências sociais possui uma dificuldade própria e o prognóstico histórico que Comte reivindica para a sociologia pode apenas pertencer a ela em uma forma muito limitada⁹² (SORLEY, 1883, p. 103-4).

⁹¹ “[...] Neste sentido toda ciência têm ou pode ter uma história. Mas o método histórico não pode ser falado como usado na ciência ao menos que a parte teórica seja modificada pela parte histórica [...]”.

⁹² “[...] And if we admit as a fact – whatever its explanation may be – that social phenomena are affected by the

Sorley efetua a mesma crítica que fez o historicismo alemão contra as ciências naturais. Para o autor tais métodos não serviriam para analisar os fenômenos humanos. Assim, a aplicabilidade do método histórico para Sorley deveria assumir alguns requisitos com o pensamento histórico, em dois momentos: primeiro, a partir de uma perspectiva “científica” que deveria está relacionada ao tipo de evidência admitida e a natureza da disciplina em questão, por exemplo, cita o caso da aplicação do método histórico na economia política, que devido ao seu objeto poderia ser caracterizada como uma ciência histórica; a segunda, que é do interesse de Sorley resulta em pontuar a instância do método filosófico, se seria “realístico e histórico ou idealístico e especulativo” tendo como preocupação principal colocar esse método a disposição da filosofia, em outras palavras, subordiná-lo e instrumentalizá-lo à filosofia, entendida pelo autor como um conhecimento primordial e superior ao âmbito do histórico. Desse modo:

A questão aqui colocada não é, portanto, sobre a forma como estamos a definir a cerca da pesquisa dentro deste ou daquele departamento de investigação, mas quanto ao melhor método de filosofia – quer seja realístico e histórico ou idealístico e especulativo⁹³ (SORLEY, 1883, p. 104).

Desse modo, as elucubrações de Sorley visam senão sanar um problema na filosofia, qual seja, a de estabelecer um método específico para tal disciplina. Dito isso, qual é sua concepção de método histórico, tendo em vista que o mesmo é um filósofo idealista?

Sorley aponta que o método histórico pode assumir mais de uma forma dependendo do objeto da disciplina em questão. Assim, tal método, assumiria por si só uma acepção “realística e empírica”, por tratar de uma “realidade histórica” cujo sustentáculo factício assumido como evidência empírica seria feito mediante fragmentos, vestígios do passado. Este “[...] é o sentido no qual o termo é frequentemente usado quando aplicado às ciências particulares bem como à filosofia [...]”⁹⁴ (SORLEY, 1883, p. 104).

O método histórico possui duas acepções para Sorley. Primeiramente, ele se dá de maneira subsequente, ou seja, de modo linear ao longo do tempo, possui uma procesualidade própria: tem um passado, neste caso o ponto de origem e a sequência deste, um presente que

ideas of men, we are compelled to place the social sciences on a different level from the natural. In the latter we have to trace a sequence or an interaction of factors which are strictly observable and calculable, whereas in the former, the subjective factor modifies its objective environment in a way which cannot be traced by the ordinary methods of natural science. Hence the application of the historical method to the social sciences has a difficulty of its own, and the historical prediction which Comte claims for sociology can only belong to it to a very limited extent”.

⁹³ “The question here is therefore not as to the way we are to set about inquiring into this or that special department of investigation, but as to the ultimate method of philosophy – whether it is to be realistic and historical, or idealistic and speculative”.

⁹⁴ “[...] is the sense in which the term is often used when applied to the special sciences as well as to philosophy [...]”.

decorre da primeira. Em termos temporais que se dialogam mutuamente, passado e presente são duas instâncias imprescindíveis e necessárias. Só há presente, porque houve um passado, só podemos historicizar algo porque ele está inscrito temporalmente. Em segundo lugar, ele possui uma característica realista na medida em que ela tenta trazer à tona o “desenvolvimento de circunstâncias e condições externas”, contrapondo ao caráter idealista, uma vez que ele não traça as circunstâncias de pensamentos ou ideias, ou o faz por meio da anterior, inscritas em condições e circunstâncias externas.

[...] Em primeiro lugar, ele procura chegar em suas conclusões traçando uma evolução no tempo, e assim, leva o nome de “histórico” no sentido estrito do termo. Mas é também na maioria dos casos igualmente característico dele do qual é realista e não idealista: ele traça um desenvolvimento das circunstâncias e condições externas e não uma de pensamentos e ideias, ou esta última apenas por meio da anterior [...] ⁹⁵ (SORLEY, 1883, p. 105).

Desse modo, ao delimitar os esquadros do método histórico, Sorley aponta para a dimensão deste em outros departamentos do conhecimento, especificamente nas humanidades, neste caso específico, no campo da ética. Foi por isso, que Sidgwick escreveu seu texto levando o mesmo título do de Sorley: para fazer uma contraposição empirista no ramo da ética. Assim, para Sorley:

[...] Na ética ele procura mostrar como nosso atual costume moral gradualmente chegou pelo desenvolvimento das condições sociais anteriores, e como crenças morais e crenças jurídicas depois e agora tem sido formado por estes. Na jurisprudência ela expõe um processo pelo o qual as instituições jurídicas atuais foi produzidas pelo passado histórico e necessita das pessoas; na economia política, como as condições industriais do país é em cada época o resultado de estados anteriores, leis econômicas sendo mais a expressão do que condição. Através de todos essas várias fases o organismo social é representado como tendo crescido no tempo por um processo natural de evolução desde o seu início simples e rude até o seu complexo estado atual com todo o delicado ajustamento das partes que envolve o estado [...] ⁹⁶ (SORLEY, 1883, p. 105).

Sorley não apenas está preocupado com o alcance e o prestígio que o método histórico alcançou no século XIX – primeiramente na Alemanha – tanto na historiografia profissional inglesa quanto em outras extensões do conhecimento histórico. Seu interesse está

⁹⁵ “[...] In the first place, it seeks to arrive at its conclusions by tracing an evolution in time, and it thus takes the name “historical” in the strict sense. But it is also in most cases equally characteristic of it that it is realistic not idealistic: it traces a development of circumstances and external conditions, not one of thoughts or ideas, or the latter only by means of the former [...]”.

⁹⁶ “[...] In ethics it seeks to show how our present moral customs have been gradually arrived at by the development of previous social conditions, and how moral beliefs and laws then and now have been formed by these. In jurisprudence it exhibits the process by which present legal institutions have been produced by the past history and needs of the people; in political economy, how the industrial condition of the country is at each epoch the result of preceding states, economic laws being but the expression of that condition. Through all these various phases the social organism is represented as having grown up in time by a natural process of evolution from its rude and simple beginning to its present complex state, with all the delicate adjustment of parts that state involves [...]”.

na dimensão epistemológica na medida em que procura validar a extensão do método a outros campos e coloca outras indagações para efetuar o debate. Duas questões são levantadas por Sorley: uma de cunho metafísico – como o próprio autor diz, é uma questão para a “filosofia primeira” –, se o método histórico é realista?; a outra pondera se as teorias destes campos os quais estavam sendo aplicado o método histórico estavam sendo “[...] formadas a partir de uma observação da história e do progresso social e de outras condições humanas em vez de um estudo da sua posição presente? Ou seja, o método é histórico no sentido estrito do termo? [...]”⁹⁷ (SORLEY, 1883, p. 105).

A apreciação crítica do método histórico por parte de Sorley visa também elucidar problemas para a filosofia idealista, pois para todos os efeitos, os métodos empírico-indutivos e causais já não eram suficientes para a dimensão da “autoconsciência e seus problemas”, nem mesmo podia dar conta da totalidade da realidade, tão pouco das questões metafísicas e epistemológicas centrais aos filósofos desta corrente.

A amplitude dos demais métodos científicos oriundos das ciências físicas e naturais, ampliada pelo positivismo também era uma máxima ainda em processo de contestação. A dimensão do paradigma empirista alcançou até a psicologia ao ponto de começar “a ser separada da teoria do conhecimento”, ramo reivindicado pelos idealistas, assim como os problemas metafísicos. Essa separação gradativa em torno da psicologia esteve também estampada nas páginas da *Mind* tanto por filósofos empiristas quanto por psicólogos vinculados ao primeiro instituto de psicologia experimental em Leipzig, fundado por Wilhelm Wundt em 1879. A discussão do método histórico é fundante para o idealismo, uma vez que existe a possibilidade de justapor este com aquele modelo empírico-indutivista. Sorley resume a questão da seguinte maneira:

A questão da aplicabilidade do método histórico à filosofia pode ser assim dito, resolver-se na questão: de que modo a adoção do método histórico no lugar daquele [método] da observação direta ou de raciocínio altera a disputa fundamental que existe entre os sistemas filosóficos de acordo com que seus métodos sejam realista ou especulativo, ou se afeta aquela disputa em geral?⁹⁸ (1883, p. 106).

O problema do método histórico foi colocado como uma pauta para o idealismo a fim de contrapor e superar os demais métodos científicos – leia-se positivistas – não viáveis

⁹⁷ “[...] to be formed from an observation of the past history and progress of social and other human conditions rather than from a study of their present position? that is, is the method to be historical in the stricter sense of the term ? [...]”.

⁹⁸ “The question of the applicability of the historical method to philosophy may be thus said to resolve itself into the question, how the adoption of the historical method in place of that of direct observation or reasoning alters the fundamental dispute which exists between philosophic systems according as their methods are realistic or speculative, or whether it affects that dispute at all?”.

aos pressupostos do idealismo de cunho hegeliano. Sorley concebe a importância da inscrição temporal das coisas, entretanto, pontua que existe um limite da aplicabilidade deste método. É justamente a essa perspectiva que Henry Sidgwick (1885) irá se contrapor fazendo um diálogo com o artigo de Sorley (1883). Diferente deste que via uma linha divisória entre os fenômenos humanos e os naturais, Sidgwick, ao contrário, partiu de uma concepção oposta: empirista, positivista e causalística.

Sidgwick faz um caminho oposto ao de Sorley, uma crítica que descentraliza a pressuposição do método histórico em prol de um método sociológico, positivista e causal, calcado em John Stuart Mill e August Comte. Em direção oposta, Sidgwick pede permissão ao leitor para fazer uma avaliação da amplitude e do alcance do método histórico nos “principais departamentos da ciência” e “considerar rapidamente até onde é verdade que eles têm sido “invadidos” pelo Método Histórico” (SIDGWICK, 1885, p. 204-5). Uma crítica expressa ao texto de Sorley (1883, p. 102).

O autor faz um percurso diferente entre as principais “ciências” – leia-se novamente, ciências puras e exatas e da matéria, como a matemática (“as ciências do espaço, do número, da quantidade abstrata”), a física, a química (“orgânica e inorgânica”) a biologia (“zoologia e botânica”), etc., para afirmar que o método histórico não invadiu amplos campos do conhecimento científico (SIDGWICK, 1885, p. 204). O filósofo empirista parte de uma concepção positivista de ciência calcada no princípio da causalidade, da promulgação de leis gerais, instaurada pelo método indutivo, de modo a fazer uma incursão oposta à de Sorley: enquanto este aponta o alcance do método histórico nas humanidades (do qual concebe uma distinção epistêmica entre o mundo natural e dos fenômenos humanos); Sidgwick afirma o contrário, que o método histórico não tem se “instalado” nos principais ramos do pensamento “científico” (as ciências exatas e da natureza). Entretanto, uma dessas ciências tende a lucrar com o emprego do método histórico. Sidgwick irá centrar neste ponto e ponderar o que tal método tem a contribuir com essa ciência.

Ele aponta para o fato de que o campo da psicologia tende a ganhar com a introdução do aspecto histórico em sua análise. Sidgwick chama esse novo método de “psicologia histórica” ou de *psychogony* – teoria sobre o processo de desenvolvimento da mente humana. Difere-se do método da observação introspectiva. Assim, “[...] a parte mais interessante da controversa entre o método “introspectivo” e o “psychogonical” no estudo da mente tinha feito referência a esta questão da validade das crenças, comumente tomadas como primária e

indutiva”⁹⁹ (SIDGWICK, 1885, p. 211).

É, pois, a partir desse interesse em adotar o método histórico aos estudos de psicologia e do desenvolvimento das crenças que Sidgwick irá adaptá-lo a este interesse, confrontando totalmente com a análise proposta por Sorley centralizada e interessada no método histórico propriamente dito e na amplitude de sua extensão. Para elucidar essa ideia elencaremos a dimensão dada por Sidgwick em relação a sua concepção do método histórico.

Neste ponto da discussão, no entanto, torna-se necessário distinguir um significado mais estreito do termo “Método Histórico”, o qual eu tenho usado até então, no sentido mais amplo possível para incluir qualquer estudo do passado prosseguido com vistas a explicar o presente. É neste sentido mais amplo do que as pretensões filosóficas do estudo histórico que são mais óbvias e indiscretas. Mas existe um sentido mais estreito e mais comum, em harmonia com o uso mais corrente da desqualificada palavra “história”, segundo o qual o “Método Histórico” deveria implicar não um estudo de fatos gerais do passado, mas de fatos sociais do passado: e é com este significado mais estreito que se dá o entusiasmo atual para o Método Histórico, as referências atuais para suas propriedades invasivas e transformadoras são talvez mais frequentemente conectadas. Agora neste sentido mais estreito, eu poderia certamente dizer que o Método – ou como isto poderia claramente ser chamado, Sociológico – Histórico tem invadido com sucesso, durante a última geração a peculiaridade do estudo inglês o qual eu tenho chamado de *psychogony*: a investigação sobre o crescimento e desenvolvimento da mente¹⁰⁰ (SIDGWICK, 1885, p. 211).

Ademais, o método histórico de Sidgwick refere-se a um estudo de “fatos sociais” e esse não corresponde ao método que estava sendo trabalhado com grande entusiasmo no campo da ciência da história inglesa, conforme analisado. De outro lado, primeiramente nega a afirmativa de Sorley em seu texto, restringe a amplitude do método histórico apenas às ciências exatas e da natureza sem fazer nenhum esforço para conduzir a estrutura argumentativa para as demais ciências humanas, onde deveria ser aplicado o referido método. Ao seu modo, faz um deslocamento terminológico em torno do Método Histórico – termo que dá título ao seu artigo publicado na *Mind*, uma referência implícita e crítica ao texto de Sorley, do qual leva o mesmo nome – em prol de uma nova configuração em torno da

⁹⁹ “[...] the most interesting part of the controversy between the “psychogonical” and “introspective” methods of studying mind has had reference to this question of the validity of beliefs commonly taken as primary and intuitive”.

¹⁰⁰ “At this point of the discussion, however, it becomes necessary to distinguish a narrower meaning of the term “Historical Method”, which I have hitherto used in the widest possible sense, to include any study of the past pursued with a view to the explanation of the present. It is in this widest sense that the philosophical pretensions of historical study are most obvious and obtrusive. But there is a narrower and more ordinary sense, more in harmony with the current use of the word “history” unqualified, according to which “Historical Method” would imply a study not of past facts generally, but of past social facts: and it is with this narrower meaning that the current enthusiasm for the Historical Method, the current references to its invasive and transformative properties, are perhaps most frequently connected. Now in this narrower sense I should certainly say that the Historical – or, as it might for clearness be better to call it, the Sociological – Method has successfully invaded, during the last generation, the peculiarly English study which I have called *psychogony*: the inquiry into the growth and development of mind”.

sociologia, sem meio termo: positivista. Assim, a partir desse deslocamento em torno do “*fator social*” como elemento imprescindível na compreensão do desenvolvimento da mente do indivíduo e não na amplitude expressa pelo moderno conceito de história é que o autor encaminha a sua concepção de método histórico, dando uma “guinada” sociológica centrada em Comte e John Stuart Mill.

As preocupações de Henry Sidgwick não foram direcionadas para as questões da viabilidade de um método histórico, como vimos acima, mas a contraposição aos argumentos inscritos no texto de Sorley, com o objetivo de defender e expressar uma unidade formativa em torno do empirismo na ética, cujo fundamento mais atual e refinado estava posto nos filósofos citados. Outra citação é sintomática para percebermos o intento por de trás da afirmação do método sociológico – e não histórico, como o título do seu artigo faz crer.

É dessa forma (por exemplo) que Comte consegue sua generalização com os três estágios através do qual a ciência tem que passar: de acordo com ele as ciências agora claramente estabelecidas estão assim porque elas chegaram ao estágio positivo após passar pelos estágios teológicos e metafísicos; por outro lado, a política está ainda parcialmente no estágio metafísico e a ética até mesmo na teologia. Ele portanto, desenha a história a partir da simples lição de que esses estudos retrógrados deveriam seguir o curso do desenvolvimento das mais sucedidas ciências físicas e se tornar positiva em seu método¹⁰¹ (SIDGWICK, 1885, p. 216).

Em outras palavras, Sidgwick expressou a alcinha de uma geração de pensadores sobre o significado da ciência. Tudo havia de se expressar e ser compreendido através de leis gerais que seriam obtidas a partir do método indutivo, da observação empírica, da validade e teste das proposições, causa e efeito tornaram vocábulos normativos – outra concepção bem aceita era a do método dedutivo-hipotético. Sua visão, entretanto é limitada, considerando o ambiente intelectual inglês do último quartel daquele século com a historiografia profissional. Ele apresenta seu pensamento sobre o que é história da seguinte maneira:

Um positivista poderia talvez responder que a pergunta “Qual *deveria* ser o nosso fim último?” Não pode de fato ser tratada positivamente como é introduzida apenas a metafísica que Comte desejaria eliminar: mas a questão, “Qual *é* o fim ou o resultado final ao qual o desenvolvimento da sociedade está na verdade tendendo?” É uma questão de fato, e é esta que a ciência da história ou a sociologia reivindica responder [...] ¹⁰² (SIDGWICK,

¹⁰¹ “It is in this way (e.g.) that Comte obtains his generalisation as to the “three stages” through which a science has to pass: according to him the sciences now clearly established are so because they have, arrived at the positive stage, after passing through the theological and metaphysical stages; whereas politics is still partly in the metaphysical stage, and ethics even in the theological. He draws, therefore, from history the simple lesson that these backward studies should follow the course of development of the more successful physical sciences and become positive in their method”.

¹⁰² “A positivist would perhaps reply that the question “What *ought* to be our ultimate end?” cannot indeed be treated positively, as it introduces just the metaphysics that Comte wishes to eliminate: but the question “What *is* the end or ultimate result to which the development of society is actually tending?” is a question of fact, and it is this that the science of history or sociology claims to answer [...]”.

1885, p. 217).

A perspectiva de Sidgwick expressa, nesse sentido, aspectos de uma filosofia da história. Ele possui um pensamento teleológico, que tende a uma finalidade, e esse *télos* pode ser encontrado e devidamente explicitado por uma proposição do tipo geral. A ideia de progresso perpassa a sua argumentação em torno da história. Assim, o seu prognóstico é progressista, a ideia que expressa é a de que a humanidade tende para o melhor, para o progresso.

Desse modo, como nos aponta Löwith (1991), a filosofia da história do ponto de vista histórico foi gestada praticamente dentro de um horizonte judaico-cristão, ou seja, numa estrutura teológica, somente com o iluminismo tal acepção daria lugar a uma inflexão humanista. Foi com o filósofo francês Voltaire – apontado pelo autor como o “inventor” do termo – que tomamos a dimensão dessa mudança. Passa de uma postura profética para um prognóstico humano estabelecido em torno do progresso; passa de uma acepção de fé e esperança para uma secularização da expectativa de vida – o destino do humano não se assentava mais numa providência divina e escatológica, o prognóstico, a projeção daquele momento abre-se como um *horizonte de expectativa* para o futuro, para o progresso. Nesse sentido, Sidgwick se enquadra nessa segunda perspectiva de filosofia da história¹⁰³.

De outro lado, Sorley estava fazendo a crítica a essa vertente filosófica expressa por Sidgwick, discutindo e ampliando a validade do método histórico a outros ramos do pensamento. Nesse sentido, a crítica que Sidgwick faz é superficial e seu artigo se apresenta como uma defesa do pensamento sociológico positivista e do seu método em detrimento ao fomento histórico que gestou todo o século XIX – que adveio do historicismo alemão.

A análise de Sorley é mais profunda e ampla, tenta conceber a validade do método histórico em outras ciências: filosofia, direito, política, economia, religião, etc. Se Sidgwick reivindica autores como Karl Kneis da escola histórica de economia para compor e estabelecer um diálogo com Comte e Mill de modo a formular uma ideia do método histórico – sociológico na reformulação do autor – de modo a afirmar a cientificidade dos parâmetros positivos da sociologia; de outro lado, Sorley ao contrário, critica essa tradição filosófica e estabelece um diálogo maior com um dos proponentes da chamada escola histórico-jurídica: Frederich Carl von Savigny (1779-1861) para compor a discussão a cerca da validade e

¹⁰³ “[...] Os historiadores gregos escreveram uma história pragmática centrada em torno de um grande acontecimento político. Os Padres da Igreja desenvolveram a partir da profecia hebraica e da escatologia cristã uma teologia da história virada para acontecimentos supra-históricos de criação, encarnação e consumação; os modernos elaboraram uma filosofia da história secularizando os princípios teológicos e aplicando-os a um cada vez maior número de factos empíricos (LÖWITH, 1991, p. 16)”.

extensão do método histórico. Tal escola estava voltada para os “estudos clássicos”, sobre a história de Roma, em particular sobre “a história do direito e das formas jurídicas no passado”.

Em termos teóricos, Sorley explica que o método histórico no direito foi uma reação do historicismo ao pensamento iluminista expresso pela teoria da lei natural “[...] que, descendeu dos juristas romanos, o qual foi aplicado indiscriminadamente para temas jurídicos pelos teóricos do século XVIII [...]”¹⁰⁴ (SORLEY, 1883, p. 107).

Para além das considerações críticas, Sorley indica as possibilidades dessa aproximação com o método histórico. Um dos resultados imediatos da aplicação do método histórico foi estabelecer os limites da razão iluminista inscrita na afirmação de uma natureza humana universal e imutável passível de ser compreendida por meio de leis gerais das quais já haviam sido firmadas nas ciências naturais. A primeira constatação do método histórico aos estudos do direito colocou em xeque o pressuposto de que a lei começou com o contrato social.

[...] Nisto reside, em parte, a lógica da teoria de que a lei começou com o contrato, uma teoria desenvolvida por uma reflexão anti-histórica expressa por Hobbes, Locke e Rousseau. Como um relato da origem da lei essa teoria parece-nos quase ridiculamente errado [...]”¹⁰⁵ (SORLEY, 1883, p. 110).

O alcance do método histórico é exposto por Sorley da seguinte maneira:

[...] Essa lei tinha sua origem no *status* e não no *contrato* – que começou com o costume, apenas depois formuladas em comando – é uma conclusão dos juristas modernos os quais tem lançado uma nova luz sobre a história do direito [...]”¹⁰⁶ (SORLEY, 1883, p. 109).

Assim, após avaliar as dimensões do método histórico no direito, dirige sua atenção para tocar em algumas questões superficiais acerca dos estudos de economia política, psicologia, antropologia e ética. Em todas elas tentando apresentar a amplitude do método histórico. Por fim, aponta para a conclusão dessa cursão em vários campos do saber.

O exame do método histórico tem assim conduzido a conclusão de que sua aplicabilidade no entanto, ampla, é necessariamente limitada. Implica categorias das quais pode apenas traçar a manifestação histórica, deixando a investigação de sua posição lógica e natural para a teoria do conhecimento ou para a teoria da ação; e leva-se a problemas que ultrapassam o intervalo da sequência cronológica para o qual ele está restrito. No entanto, entre os dois limites, sua aplicação estende-se a todo o campo de desenvolvimento no tempo. O resultado chegou assim analisando a natureza do método histórico

¹⁰⁴ “[...] which, descending from the Roman jurists, was indiscriminately applied to legal topics by the theorists of the eighteenth century [...]”.

¹⁰⁵ “[...] Herein partly lies the rationale of the theory that law began with contract, a theory developed by the unhistorical reflection of Hobbes and Locke and Rousseau. As an account of the origin of law this theory seems to us now almost ludicrously wrong [...]”.

¹⁰⁶ “[...] That law had its origin in *status* and not in *contract* – that it began with custom only afterwards formulated into command – is a conclusion of modern jurists which has shed a new light on legal history [...]”.

também a ser confirmada a partir de outro ponto de vista. Os postulados lógicos e éticos com os quais a teoria do conhecimento e a teoria da moralidade fazem para encontra sua realização em uma experiência que está no tempo, e nossa metafísica precisa, portanto, ser complementada por um relato do processo histórico através do qual esses conceitos foram manifestados na mente humana e na sociedade [...] ¹⁰⁷ (SORLEY, 1883, p. 125).

Desse modo, percebemos que com o idealismo britânico a história ganhou um lugar de destaque, propriamente nos estudos metafísicos. Tal como Bradley, Sorley afirma que a realidade – um dos conceitos centrais do idealismo inglês – deve ser compreendida a luz do pensamento histórico, isso porque necessitamos de “um relato do processo histórico através do qual esses conceitos foram manifestados na mente humana e na sociedade”. A realidade para o idealismo deve ser compreendida a partir do conhecimento histórico.

Como apresentado, a discussão do método histórico teve um maior alcance e uma maior discussão no *campo* da filosofia do que no *campo* da história. Isso porque, a pedra angular da historiografia profissional havia se assentado no método histórico do historicismo alemão. No entanto, como apresentado, tais problemas não se efetivaram naquela historiografia. Pode ser constatado o mesmo problema acerca das questões teóricas do conhecimento histórico, que em grande medida foi também subsidiado pelo pensamento filosófico. Isso é o que pretendemos demonstrar no próximo capítulo com a historiografia filosófica.

CAPÍTULO III

¹⁰⁷ “The examination of the historical method has thus led to the conclusion that its applicability, however wide, is necessarily limited. It implies categories of which it can only trace the historical manifestation, leaving the investigation of their logical position and nature to the theory of knowledge or to the theory of action; and it leads up to problems which pass out of the range of the chronological sequence to which it is restricted. Yet, between these two limits, its application extends to the whole field of development in time. The result thus arrived at by analysing the nature of the historical method might also be confirmed from another point of view. The logical and ethical postulates with which the theory of knowledge and the theory of morality have to do find their realisation in an experience which is in time, and our metaphysics thus needs to be supplemented by an account of the historical process through which these conceptions have been manifested in the human mind and in society [...]”.

A HISTORIOGRAFIA FILOSÓFICA INGLESA E O ESTATUTO EPISTEMOLÓGICO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO

3.1 – A historiografia filosófica inglesa do último quartel do século XIX

A composição deste capítulo é um dos pontos centrais desse trabalho, pensado e concebido em relação aos demais. Desse modo, no **Capítulo I** tratamos de mapear e fazer um quadro sintético da história da filosofia inglesa através dos artigos da *Mind Review* com o intuito de identificar o *locus* do debate histórico no interior do pensamento filosófico – constatamos que esse subsídio ao conhecimento histórico adveio com maior densidade a partir do idealismo britânico com o qual dialoga esse capítulo. No **Capítulo II**, tratamos de compor um quadro sintético da historiografia vitoriana apresentando os principais historiadores e os problemas levantados pela historiografia “amadora”; enfatizamos também o projeto positivista levado a cabo por Buckle – umas das primeiras tentativas de conceber a história num esquadro cientificista; em seguida, elencamos tanto a composição da historiografia profissional erigida em torno da *English Historical Review* quanto as principais discussões acerca do método histórico promovidas pela filosofia. Tratamos de compor ambos os *campos*: filosofia e história. Esse capítulo é a síntese deles, mostraremos como a filosofia tratou de abordar alguns problemas caros ao conhecimento histórico.

O que pretendemos com esse capítulo é justamente afirmar que houve a partir do último quartel do século XIX uma movimentação oriunda da filosofia inglesa – de uma vertente filosófica em especial – acerca do conhecimento histórico, principalmente em torno de tópicos de teoria da história: método histórico, estatuto científico da história, diferenças epistemológicas entre a história e as ciências naturais, etc,. Não obstante ao fato de ter havido uma cursão positivista nos estudos históricos no cenário inglês desse mesmo período com a afirmação de autores como Buckle e Spencer, de outro, podemos visualizar que os maiores esforços em discutir os parâmetros teóricos do conhecimento histórico, sem dúvidas, advieram do idealismo britânico.

Não obstante a isso, podemos afirmar que houve de fato um “*campo compartilhado*” entre o *segundo* e o *terceiro* momento do fazer historiográfico inglês do último quartel do século XIX, ou apenas o ingresso da filosofia em alguns problemas específicos do conhecimento histórico, principalmente, àqueles de cunho metodológico e epistemológico?

De outro lado, esta historiografia profissional e científica permaneceu apenas no horizonte da facticidade e no estabelecimento dos fatos e dos eventos políticos da Nação ou erigiu em torno de si um construto teórico capaz de dar conta das fronteiras e dimensão do seu próprio ofício? Esse capítulo tentará responder tais questões.

Para compormos essa historiografia filosófica, estabeleceremos uma relação com o capítulo IV da *The Idea of History* de R. G. Collingwood – organizado e publicado por um de seus ex-alunos T. M. Knox. Essa historiografia filosófica tem como pano de fundo o processo de profissionalização do conhecimento histórico, instaurado em torno do primeiro periódico em história: *The English Historical Review* (SILVA, 2013). Nesse sentido, nosso objetivo é montar um quadro sintético com os principais filósofos idealistas que discutiram os problemas da história, para aquilo que chamamos de o terceiro momento do fazer historiográfico inglês no século XIX.

Apesar das distorções encontradas em *A Ideia de História*, fruto do processo e edição realizado por Knox a partir dos manuscritos de Collingwood, é possível tomar a organização empreendida pelo autor como um indicador do movimento histórico-filosófico que se desenvolvia em panorama britânico. Además, seguindo as ponderações de Robert Burns em *Collingwood, Bradley, and Historical Knowledge*, encontramos em Francis Hebert Bradley um dos primeiros filósofos idealistas a debater a questão do método histórico. É a partir de Bradley que conseguimos visualizar o desenvolvimento de uma historiografia filosófica.

Primeiramente, compreendemos que tal empreendimento em discutir alguns tópicos de teoria havia sido estabelecido a partir do tratamento científico da história – isso em relação ao centro do pensamento histórico europeu, ou seja, mediante o historicismo alemão. Em segundo lugar, o interesse do idealismo britânico pelo conhecimento histórico constituiu-se como uma pedra angular para o seu projeto de filosofia.

Neste sentido, tal historiografia filosófica emergiu tendo como pano de fundo um dos epígonos do idealismo britânico, o filósofo F. H. Bradley, culminando assim, numa forma mais acabada e elaborada em William Ritchie Sorley e David George Ritchie – intelectuais da filosofia idealista escocesa. Seguindo numa mesma linha temos a figura do filósofo político John Murray A. MacDonald, que ancora seus argumento nas teses de Thomas Hill Green contra a filosofia evolucionista de um lado, como também contra o positivismo de outro. No século XX, o filósofo que reabrirá toda a problemática instaurada pelo idealismo britânico acerca da história será Robin George Collingwood. Assim, tencionamos elencar a figura deste último como uma ponte que se estende entre a filosofia idealista e a teoria da história na

primeira metade do século XX. Desse modo, afirmaremos que houve no final do século XIX uma preocupação em abordar o conteúdo histórico por parte do idealismo britânico como uma premissa ontológica e epistêmica; mediante essa nova concepção de filosofia que se movimenta imprescindivelmente através do conhecimento histórico – mediante a ideia de historicidade.

Desse modo, elencamos alguns tópicos que nos ajudarão a responder e dialogar com as perguntas aqui colocadas. Na primeira sessão que abre esse capítulo procuramos elencar uma historiografia filosófica e o que ela implicou ao pensamento histórico com o intuito de destacar se houve ou não uma mediação entre essa abordagem filosófica e a historiografia profissional. Os demais tópicos são o adensamento de questões específicas desenvolvidas no interior dessa historiografia filosófica idealista. No segundo tópico (3.2) abordaremos os *Pressupostos da História Crítica* (1874) do filósofo idealista Francis Hebert Bradley num interface com a leitura que fez Collingwood em sua *Ideia de História* (1946). Assim, temos no tópico (3.3) uma discussão sobre a *Ciência da História* desenvolvida pelo filósofo político John Murray A. MacDonald, seguido do tópico (3.4) sobre a *Racionalidade da História*, escrito pelo filósofo idealista David George Ritchie – os dois artigos como veremos, apresentam uma discussão pautada pelos pressupostos da filosofia da história, marcadamente idealista. A última seção desse capítulo (3.5) resulta de uma problemática epistemológica acerca do conhecimento histórico promovido e publicado pela *Mind Review* em 1922 – fechando assim nosso recorte temporal – discutida pelos filósofos R. G. Collingwood – que para nós possibilitou no início do século XX a aproximação da filosofia idealista com a teoria da história –, A. E. Taylor e F. C. S. Schiller. A questão essencial que se coloca está para identificar em que medida tais discussões promovidas pela filosofia diálogaram ou não com a tradição da historiografia inglesa particularmente, com a historiografia profissional - responsável pela estruturação do *campo* dos estudos históricos.

3.2 – A história crítica de F. H. Bradley

Collingwood parece ser o primeiro pensador inglês no século XIX a fazer um balanço historiográfico do movimento idealista numa interface direta com o *campo* da história. Fica subentendido que o quarto capítulo de seu livro *The Idea of History*, intitulado como “*A História Científica*” não representa os intentos que estavam sendo processado no interior da historiografia profissional. Antes, resulta da exposição dos principais nomes

relacionados ao subcampo da filosofia da história.

Sua concepção de filosofia da história, assim como a de uma história científica é particular e difere tanto da definição de Voltaire quanto a de Hegel. Seu livro representa mais um esforço acerca da filosofia da história – representado principalmente pelos filósofos alemães. Na introdução, delimita sua aceção do termo.

Este livro é um ensaio sobre a filosofia da história. A expressão “filosofia da história” foi inventada no século XVIII, por Voltaire, que entendia por tal nada mais do que a *história crítica ou científica* um tipo de pensamento histórico em que o historiador resolvia por si próprio, em vez de repetir quaisquer histórias encontradas em alfarrábios. A mesma expressão foi usada por Hegel e outros escritores, em fins do século XVIII, dando-lhes eles, porém, um sentido diferente, ao considerá-la simplesmente como *história universal*. Encontra-se um terceiro emprego dessa expressão em vários positivistas do século XIX, para quem a filosofia da história era a *descoberta das leis gerais* que regem o curso dos acontecimentos que devem ser referidos pela história (COLLINGWOOD, 1989, p. 9 [grifo nosso]).

Nesta citação temos três concepções distintas acerca do termo filosofia da história: para o filósofo iluminista Voltaire era algo como uma “*história crítica ou científica*”; em Kant e Hegel – principalmente – expressava-se através de uma “*história universal*”; no positivismo, a filosofia da história assume a “*descoberta das leis gerais*” através do método indutivo concatenando e estabelecendo os fatos através do princípio de causalidade, de onde adveio a ideia também dos fenômenos humanos como coisas estáticas que se expressam através de um – fato – anterior e posterior podendo assim ser examinado de modo nomotético. Collingwood põe à luz os elementos que nortearam cada uma dessas expressões:

As tarefas atribuídas por Voltaire e Hegel à filosofia da história só podiam ser realizadas pela própria história, ao passo que os positivistas tentavam fazer da história não uma filosofia, mas uma ciência empírica como a meteorologia. Em cada um destes exemplos, há uma concepção filosófica que orienta a concepção de filosofia da história: para Voltaire, filosofia significava um pensamento crítico e independente; para Hegel significava um pensamento acerca do mundo, na sua totalidade: para o positivismo do século XIX, significava a descoberta de leis uniformes (COLLINGWOOD, 1989, p. 9-10).

Collingwood exprime uma concepção diferente de filosofia da história, seccionando os dois termos naquilo que eles se expressam. Diferentemente de Voltaire – que concebe a filosofia como “*um pensamento crítico*” – e Hegel – que a vê como “*um pensamento acerca do mundo, na sua totalidade*”. Para ele a “filosofia é reflexiva”, e por ser reflexiva ela se constitui como “um pensamento de segundo grau”, ou seja, um “pensamento acerca do pensamento” (COLLINGWOOD, 1989, p. 10). A concepção de história de Collingwood em grande medida advém dessa definição mais refinada de filosofia. E essa “ideia de história” está fundamentalmente ligada ao conceito de *re-enactment*. Segundo Pereira (2011, p. 10),

“Basicamente, o que a doutrina do re-enactment preconiza é o pensamento humano como o único objeto de estudo da História propriamente”.

A concepção de história de Collingwood está estreitamente associada ao seu conceito de filosofia, que está alinhado – não apenas – com a tradição idealista. Autores como David Holdcroft (2000) e Cristiano Arrais (2010) apontam para uma filiação baconiana na formulação da “procedência experimental” do método de *perguntas e respostas* por parte de Collingwood.

[...] faço notar a filiação baconiana deste método, na medida em que o autor indica a necessidade da realização, por parte do historiador, de uma tarefa semelhante à do cientista, qual seja, decidir o que pretende saber, formulando essa pretensão na forma de uma pergunta e descobrir os meios de obrigar a natureza a responder às mesmas (Collingwood, 2005, p. 269 apud ARRAIS, 2010, p. 37).

Desse modo, para o autor o ofício do historiador estaria em compreender a ação humana (do qual produz sentido e expressa significado dos quais compartilhamos) e um pressuposto decorrente deste, ou seja, o pensamento humano expresso na ação. Para Collingwood o historiador deveria evidenciar tanto o aspecto externo da ação humana quanto o seu aspecto interior, ou seja, o pensamento que a executa. A apreensão desses dois polos compreende a atividade do historiador. Em síntese:

[...] O historiador se movimenta em um espaço cognitivo constituído por dois elementos, a saber, o pensamento e suas expressões. As duas instâncias dão forma ao que se chama ação humana. A partir das evidências de ações humanas passadas, remotas ou mais recentes, o historiador busca reconstruir em sua própria mente o pensamento que dá origem à ação (PEREIRA, 2011, p. 10).

Dado um panorama imediato do pensamento de Collingwood é que prosseguimos no intuito de compor os desdobramentos de uma historiografia filosófica. E essa “consciência histórica” que se processa no pensamento filosófico idealista que tencionamos afirmar. Essa demanda pelo o caráter do conhecimento histórico não se expressou diretamente na filosofia empirista, ao contrário, essa desejou fazer da história uma ciência empírica, indutiva e causalística. Desse modo, equivale dizer que a história foi para século XIX o mesmo que a “revolução copernicana” foi para as ciências naturais. Tal revolução alcançou nos finais daquele século o pensamento filosófico, conforme nos aponta Collingwood:

Isto não teve importância enquanto o conhecimento histórico não se impôs à consciência dos filósofos, enfrentando particulares dificuldades e elaborando uma técnica específica para as vencer. Quando tal aconteceu, porém, como sucedeu, *grosso* modo, no século XIX, as teorias correntes do conhecimento dirigiam-se aos problemas específicos da ciência, tendo herdado uma tradição baseada no estudo da matemática e da teologia, visto que esta nova técnica histórica, crescendo por toda a parte, permanecia inaplicável. Era necessário,

portanto, um inquérito especial, cujo objectivo devia ser o estudo deste novo grupo de problemas – os problemas filosóficos criados pela existência duma investigação histórica organizada e sistematizada. Este novo inquérito podia invocar justamente o título de filosofia da história, e é para esse inquérito que este livro pretende contribuir (COLLINGWOOD, 1989, p.15).

A cristalização dessa historiografia idealista – por assim dizer – foi o resultado direto contra um tipo de pensamento “filosófico-científico” expresso pelo positivismo. Collingwood nos aponta a dimensão desse entrave entre o emergente movimento filosófico do idealismo britânico e toda uma tradição filosófica calcado no empirismo “robustecida” no século XIX pelo positivismo de August Comte.

[...] Não foi uma revolta contra a ciência, foi uma revolta contra a filosofia que afirmava ser a ciência a única espécie de conhecimento que existia ou que podia existir sempre. [...] No seu lado positivo, este novo movimento do pensamento consistiu uma tentativa (que se tornou cada vez mais evidente, à medida que o movimento progredia em direcção à maturidade) de defender a história como uma forma de conhecimento distinta das ciências da natureza e, contudo, legitimamente válida (COLLINGWOOD, 1989, p.215-6).

Com efeito, o que estava sendo gestado pelo idealismo britânico nos finais do século XIX e no início do século XX já havia sido processado desde o início do século XIX pelo historicismo alemão, a exemplo de Droysen e Dilthey. De outro lado, as principais discussões teóricas acerca da natureza e do conhecimento histórico transitaram na mente de alguns filósofos idealistas.

Ao contrário do que fizemos até agora ao abordar os dois primeiros momentos do fazer historiográfico inglês no século XIX – a historiografia “amadora” e a historiografia profissional –, Collingwood irá delinear uma *historiografia filosófica*.

Desse modo, os autores que são listados e que, por sua vez, estão inscritos nesta “*História Científica*” de Collingwood não são os mesmos daqueles analisados por nós no **Capítulo II**, correspondendo, consequentemente, ao que caracterizamos de uma historiografia profissional, científica, metódico. Está expressão de “história científica” antes, estaria mais associada à concepção tradicional de filosofia da história – *história crítica ou científica* – e não àquela historiografia profissional. Talvez essa acepção esteja mais ligada a um preconceito ou mais próximo de sua concepção de história.

Collingwood ao considerar os parâmetros teóricos do conhecimento histórico no século XIX, afirmará que houve por parte dos historiadores ingleses uma insuficiência em discutir tópicos de epistemologia – como é possível o conhecimento histórico e em quais parâmetros – e ontologia – qual a natureza do conhecimento histórico e suas fronteiras – acerca daquele novo domínio. Dessa forma, uma contribuição para aquilo que Collingwood

chama de “*história científica*” em termos de discussão teórica adveio da filosofia da história e não propriamente daquela historiografia profissional. Os fundamentos teóricos daquele saber não mobilizaram o interesse dos historiadores profissionais.

No fundamental, os historiadores ingleses do final do século XIX prosseguiram assim no caminho, sem pararem frequentemente para emitir reflexões gerais sobre o seu trabalho. Nas raras ocasiões em que o fizeram – como Freeman, por exemplo, no seu livro *The Methods of Historical Study*, Londres 1886 – ou aqui e além, em conferências, não resultou nada digno de nota (COLLINGWOOD, 1989, p. 229).

Esta constatação amarga por assim dizer, resultou numa historiografia pouco teórica e reflexiva, ao ponto de não conseguir estabelecer os princípios teóricos de seu *campo*. O que representou uma reflexão teórica frágil e pouco produtiva. O ofício daquela historiografia expressava-se por estabelecer os marcos e fatos do Estado. Esse atribuído a-teórico foi a marca da primeira geração dos historiadores profissionais vinculados à *English Historical Review* – tal *corpus* haveria de ser responsável por estabelecer os parâmetros e o estatuto teórico daquele novo domínio (SILVA, 2013).

Como expresso por Collingwood, poucas foram as contribuições teóricas deste grupo de historiadores que em grande parte estavam preocupados em estabelecer os marcos e os fatos da Nação. Foi o que depreendemos também no estudo de Silva (2013) que mapeou parte dessa produção historiográfica profissional em torno daquela revista ao longo do último quartel do século XIX, e de igual modo, constatou a mesma insuficiência teórica.

Observa-se nos artigos pesquisados no nosso recorte temporal [1886-1902], que essa produção historiográfica possuía poucas preocupações teóricas em termos de reflexão sobre o conhecimento produzido. Mesmo Freeman e John B. Bury, que mais avançaram nesse aspecto, pelo que pode ser observado em seus artigos publicados na *EHR*, pouco avançam em termos de discussão teórico-metodológica (SILVA, 2013, p. 54 [grifo nosso]).

Da mesma forma que depreendemos em Merlo (2012) que Lord Acton foi o elo de transição e de ruptura entre uma historiografia “amadora” e uma profissional científica, marcando assim o término de um tipo de escrita histórica que havia perpassado desde Carlyle, Macaulay, Hallam, entre outros, assinalada pelo diálogo com a literatura e por um tipo de história classificada por alguns críticos como uma historiografia whig (BUTTERFIELD, 1931). De outro, atribuímos à figura de Collingwood a ponte dialógica erigida entre a historiografia filosófica idealista do século XIX com aspectos teóricos do conhecimento histórico no século XX. Isso porque, alguns dos problemas levados por ele no século XX já havia sido problematizado em outros termos pelos filósofos idealistas no último quartel do século XIX. Collingwood faz justamente essa mediação entre a filosofia e a história no século XX tal qual intentaram a primeira geração dos filósofos idealistas do XIX elevando a história a um

estatuto crítico, um tipo específico de conhecimento centrado nas ações humanas passadas, diferindo-se assim do cânon científico de conhecimento: as ciências exatas e da matéria.

Neste sentido, o idealismo britânico promoveu em algum sentido o ingresso do conhecimento histórico nos assuntos filosóficos ao considerar o primado historicista de que as “coisas” se dão temporalmente no espaço; as leis universais não eram suficientes para explicar os problemas em história, a ideia de uma natureza humana imutável dava mostras de sua insuficiência, a historicidade emergiu como um paradigma filosófico em oposição àquele tipo de filosofia científico-positivista.

É a partir do filósofo idealista Francis Herbert Bradley que acompanhará um processo pela afirmação do conhecimento histórico. O ponto de acesso de Bradley aos estudos históricos inicia com a publicação de sua primeira obra: *The Presuppositions of Critical History* de 1874. Com ela visualizamos a primeira cursão da filosofia idealista no *campo* da história. Resta perguntar quais foram os pressupostos dessa história crítica estabelecida por Bradley? O que ela representou no pensamento histórico do século XIX, particularmente em relação a historiografia profissional? Estavam a dialogar entre si, os *campos* da filosofia e da história?

Conforme examinamos no capítulo anterior, no primeiro momento da historiografia amadora da primeira metade do século XIX a história ainda não era vista como uma disciplina acadêmica, e sim como um “*free emporium*” na concepção de Carlyle, por outro lado, não tivemos nada de substancial em termos de teoria da história no segundo momento do fazer historiográfico inglês com o advento da historiografia profissional (COLLINGWOOD, 1989; SILVA, 2013). O que essa historiografia filosófica ou histórico-filosófica idealista possibilitou ao conhecimento histórico?

Como aludido no **Capítulo I**, o idealismo britânico em grande parte foi praticamente “silenciado” nos grandes manuais de história da filosofia inglês do século XX. Em relação a contribuição deste movimento ao *campo* da história as discussões historiográficas ainda são parcas. Mesmo em trabalhos mais recentes sobre o idealismo britânico essa relação não é delineada (DUNHAM, GRANT & WATSON, 2011; BOUCHER & VICENT, 2012; MANDER, 2000; 2010; 2011).

Para o que tudo indica, foi o filósofo canadense Lionel Rubinoﬀ que fez uma das primeiras revisões desta obra de Bradley no século XX, republicando-a em 1968 com uma introdução crítica e comentários. Houve uma reedição de alguns de seus textos¹⁰⁸ e nesta

¹⁰⁸ BRADLEY, F. H. *Collected Essays*, vol. 1-2-, Oxford: Clarendon Press, 1935.

também foi reimprimida *The Presuppositions of Critical History*¹⁰⁹. Mesmo o trabalho de Metz (1938) que consegue preencher praticamente boa da filosofia inglesa do século XIX, apenas faz à menção a essa obra de Bradley. Rubinoff, desse modo, representa um dos esforços contemporâneos em considerar os *pressupostos* de Bradley. Em 1996, Rubinoff mensura as críticas que Collingwood lançou a esta obra de Bradley. O artigo de Burns (2006) caminha numa direção semelhante ao fazer a contraposição interna de Collingwood com os *pressupostos* de Bradley. Assim, delinea os próprios dilemas do primeiro e suas flutuações de perspectivas em relação ao pensamento de Bradley especificamente, dessa obra.

No *Dicionário de Filosofia* do filósofo espanhol José Ferrater Mora, aproximamos um pouco da dimensão do pensamento de Bradley. Mora observa alguns elementos do hegelianismo em Bradley mas, não o caracteriza com tal. Embora haja substratos daquele em sua metafísica como, por exemplo, em sua doutrina da “experiência imediata”. Assim, em contrapartida, “é possível afirmar que Bradley foi um filósofo idealista, monista e, sobretudo, antiempirista”. Foi um crítico feroz da tradição empirista, desde “Locke e Hume até John Stuart Mill e os associacionistas” – aqueles que queria reduzir a teoria do conhecimento num psicologismo empirista vulgar (MORA, 1978, p. 350).

Metz caracteriza o idealismo de Bradley como absoluto. Esse ideal absoluto encontra-se delineado em sua obra *Appearance and Reality: A Metaphysical Essays* (1893). Corresponde em tomar a realidade “como una e como absoluta”. “Trata-se de pensar o Absoluto como pensamento da realidade total e, portanto, como pensamento verdadeiro”. A metafísica na ótica de Bradley não é uma abstração, o absoluto para ele está condicionado a uma matéria, qual seja: a “experiência”. “O absoluto também não é uma coisa em si – é simplesmente a Realidade sem contradição” (MORA, 1978, p. 351).

Para Collingwood, Bradley em seu *Presuppositions*, adota um tom “positivista”. Essa característica, entretanto, havia enfraquecido nos trabalhos posteriores, dois em especial, conforme nos aponta Burns:

[...] Primeiro, os Princípios de Lógica construído em “uma lógica orientada (embora os leitores raramente reconhecem isso) em direção a epistemologia da história” e, em seguida, em Aparência e Realidade, apresentou “uma metafísica no qual a realidade foi concebida a partir de um ponto de vista radicalmente histórico” [...] ¹¹⁰ (2006, p. 179).

Neste sentido, tomamos a dimensão da leitura que fez Collingwood sobre Bradley.

¹⁰⁹ Burns aponta que o editor destes ensaios de Bradley foi editado pelo filósofo idealista Harold Henry Joachim juntamente com a irmã do autor, Marian de Glehn (BURNS, 2006, p. 184).

¹¹⁰ “[...] First, the Principles of Logic constructed “a logic orientated (though readers seldom recognize this) towards the epistemology of history” and then Appearance and Reality presented “a metaphysic in which reality was conceived from a radically historical point of view [...]”.

Assim, para ele Bradley representou uma “revolução copernicana” nos estudos históricos. Resta saber precisamente como se deu isso. O que há de substancial nos *Pressupostos da História Crítica* de Bradley ao ponto de ser elevada como tal? Collingwood para o que tudo indica foi o primeiro a lançar tal ideia e assim, condicionou certa leitura acerca daquele filósofo. Burns afirma que outras interpretações desta obra de Bradley foi grandemente influenciado pela leitura de Collingwood que num outro momento iria reconsiderar, segundo Burns, a própria dimensão e alcance da “revolução copernicana” de Bradley no âmbito da teoria da história (2006, p. 179).

Nesta obra de Bradley o grande destaque centra-se nos pressupostos metodológicos da crítica histórica. Collingwood afirmará que isso não emergiu de uma vontade própria em abordar os problemas filosóficos da história, mas de um conflito instaurado pelos pressupostos do método histórico no âmbito da crítica bíblica, discussão cara a Bradley e de outros idealistas, grandemente marcados pelo fenômeno religioso. É a partir dos desenvolvimentos estabelecido pela escola de Tübingen em autores como F. C. Bauer e David Strauss que Bradley estava a dialogar (COLLINGWOOD, 1989, p. 217). Na verdade, essa obra de Bradley foi produzida como introdução à primeira edição do livro do teólogo alemão David Strauss, *Life of Jesus* (1835). Com a introdução do método histórico-crítico nos estudos bíblicos, abriu-se um ramo totalmente novo de investigação em teologia. Bradley tinha interesses na filosofia da religião e dado isso é que ele volta seus *pressupostos* aos problemas do método histórico-crítico aplicado à teologia do novo testamento, acima de tudo, dos milagres de Jesus. A obra de Strauss afirmou-se pelo enquadramento da figura de Jesus mediante um estudo histórico. Dessa forma, o discurso das Escrituras torna-se mediante a acepção de método histórico, uma fonte histórica. Assim, colocou-se em questão a inerrância e a infalibilidade discursiva da palavra de Deus. Entendida como evidência, necessitava passar pelo crivo da crítica histórica para alcançar o status de fato histórico.

Se para nós é em Bradley que podemos visualizar uma inflexão na filosofia para o tratamento de alguns problemas do conhecimento histórico para Collingwood, ele desempenhou uma “revolução copernicana” no pensamento histórico inglês do final do século XIX – estabelecida em torno do método histórico à crítica bíblica. Como foi indicado no **Capítulo II**, o espectro do método histórico, sobretudo na Alemanha – a partir dos marcos estabelecido desde a escola romântica –, cobriu ao longo daquele século vários ramos dos estudos em humanidades: teologia, direito, filosofia, literatura, política, artes etc. A via do método usada por Bradley para estabelecer o parâmetro da “história crítica” estava

fundamentado nos pressupostos da crítica bíblica promovida pelos teólogos da escola de Tübingen.

Para Collingwood o estabelecimento da “história crítica” em Bradley abriu uma nova perspectiva para o conhecimento histórico inglês. O método histórico crítico foi a pedra angular que possibilitou a autonomia do conhecimento histórico. Se de um lado, havia sido processada uma separação radical entre história e ciência pelo historismo, de outro, a fundamentação desse método possibilitou uma racionalização de todo o processo metódico com o trato com as fontes até sua exposição narrativa (DROYSEN, 2009; BENTIVOGLIO, 2011).

Podemos então dizer que em Bradley encontramos o primeiro esforço na filosofia idealista em discutir tal problemática. Bradley ao afirmar a importância da “história crítica” o faz numa contraposição com o que ele denomina de “teoria de senso comum em história”, uma perspectiva que considerava os vestígios históricos como autoridade em si mesma, tomava a fonte como um dado pronto e não como um testemunho cheio de vicissitude e carregada de um olhar enviesado condicionante do próprio agente-autor. Essa é a principal crítica que Bradley faz: o estabelecimento criterioso de validação de uma fonte histórica.

A “história crítica” de Bradley se estabeleceu em dois pontos. Como dito, ele fará esse diálogo a partir da discussão teológica firmada em Tübingen. Tais teólogos “desejavam basear suas próprias crenças cristãs sob uma rocha sólida do fato histórico criticamente verificado” (COLLINGWOOD apud HOLDCROFT, 2000, p. 203).

Primeiro, os fatos que as fontes – neste caso as *Escrituras* – atestavam em casos envolvendo milagres não poderiam ser aceitos sob a condição de contradizer a própria ordem natural das coisas. Neste sentido, Collingwood afirmará a mesma impossibilidade:

Era um milagre, e um milagre é uma violação das leis da natureza; as leis da natureza são descobertas pela Ciência, e portanto, todo o prestígio e autoridade da Ciência é lançado de um lado, negando que a Ressurreição ocorreu¹¹¹ (apud HOLDCROFT, 2000, p. 203).

O segundo ponto, corresponde a credibilidade da fonte e das afirmações inscritas nela. Neste caso, a validade do “testemunho” ou de qualquer outro texto é colocada à prova. Num primeiro momento o historiador estabelece a crítica ao que o documento diz, neste caso, os milagres do Novo Testamento; no segundo, é posto em avaliação a credibilidade das afirmações. Como é possível afirmar que aconteceram tais e tais milagres numa dada situação, num determinado momento histórico? Neste caso, é necessário verificar se tal afirmativa foi

¹¹¹ “It was a miracle, and a miracle is a breach of the laws of nature; the laws of nature are discovered by Science, and therefore the whole prestige and authority of Science is thrown into the on the one side denying that the Resurrection took place”.

passível e/ou possível de acontecer, e assim, perscrutar o intento de tal afirmativa. Para Collingwood, os escritores do Novo Testamento eram

[...] pessoas com uma mente não científica; [...] todo mundo naquela época acreditava em milagres; e portanto, é apenas natural que suas imaginações pudesse inventar milagres como estes [os milagres de Jesus], tão honroso para a sua própria igreja, refletindo tal glória sobre o seu fundador¹¹² (apud HOLDCROFT, 2000, p. 203).

Desse modo, a história para Bradley deve ser acima de tudo crítica. É imprescindível ao historiador fazer uso dessa prerrogativa. Uma teoria do senso comum, da história de “cola e tesoura” não satisfaz os pressupostos propedêuticos desta história crítica, posteriormente elevada à condição de conhecimento científico.

Rubioff mediante a leitura que Collingwood fez de Bradley afirmará que a “revolução” assinalada reside no reconhecimento de que a verdade histórica não consiste no pareamento das crenças do historiador em conformidade com as “declarações de suas autoridades ou testemunhas”, antes resulta em um exercício crítico e auto reflexivo por parte do historiador que “realiza um julgamento no qual a evidência é mensurada pelos próprios padrões do historiador” (1996, p. 127). Assim,

Com Bradley, a história torna-se assim crítica, e o critério de crítica não é nenhum outro do que o historiador, a própria experiência do historiador do mundo no qual ele vive. O historiador crítico é aquele que deve agora assumir a responsabilidade de decidir se as pessoas cujos os testemunhos que ele está usando como evidência foram, nesta ou naquela ocasião, a julgar correta ou incorretamente. É a própria experiência do historiador e o conhecimento derivado disso que habilita o historiador decidir que tipos de coisas podem ou não acontecer [...] ¹¹³ (RUBIOFF, 1996, p. 127-8).

O parâmetro da “história crítica” de Bradley é a própria experiência do historiador a dialogar com outra experiência, outro testemunho do passado. O historiador no sentido de Bradley “é a medida de toda a escrita histórica”. Tal autonomia é reivindicada por Collingwood. Assim, o referencial é sempre o presente, o olhar lançado é do aqui-agora do historiador sobre a evidência do passado – uma “realidade histórica” que nos chega mediante vestígios e fragmentos. Para Bradley, “O historiador enquanto tal é o critério real; o critério ideal [...] é o historiador como ele deveria ser. É o historiador que é a verdade para o presente,

¹¹² “[...] not scientifically minded people; [...] everyone in those days believed in miracles; and therefore it is only natural that their imaginations should invent miracles like this, so creditable to their own Church and reflecting such glory on its founder”.

¹¹³ “With Bradley history thus becomes critical, and the criterion of criticism is none other than the historian himself, the historian’s own experience of the world in which he lives. It is the critical historian who must now assume the responsibility for deciding whether the persons whose testimony he is using as evidence were, on this or that occasion, judging correctly or incorrectly. It is the historian’s own experience, and the knowledge derived therefrom, that enables the historian to decide what kinds of things can or cannot happen [...]”.

é o historiador como ele deveria ser”¹¹⁴ (BRADLEY apud RUBINOFF, 1996, p. 128).

Assim, a “revolução copernicana” na teoria do conhecimento histórico tal qual lançada por Collingwood acerca de Bradley é reconhecida por Rubinoff. Nela visualiza duas instâncias temporais dentro da mediação entre o historiador e a fonte: primeiro, na historicidade do próprio horizonte temporal do testemunho da fonte; segundo, pelo reconhecimento do próprio *espaço de experiência* do historiador (1996, p. 128). Desse modo, o critério de verdade é o próprio horizonte experiencial do historiador. Foi o que Bradley afirmou.

Não existe uma única história que não esteja baseado, que não deriva de seu caráter individual a partir do ponto de vista do autor. Não existe uma tal coisa como uma história sem o conhecimento do que eles são, e cuja os julgamentos que possam haver, são falsos, e o escritor que conscientemente ordena e cria a partir da fundação conhecida do qual ele forma é a verdade¹¹⁵ (BRADLEY, 1968, p. 96 apud RUBINOFF, 1996, p. 129)

Para Bradley a narrativa histórica não resume em um conjunto de proposições descritivas que tende a representar o passado tal qual foi, antes, resulta de uma “[...] unidade coerente de julgamentos críticos inferenciais no qual é o historiador quem decide precisamente que imagem do passado é sustentada pela fonte”¹¹⁶ (RUBINOFF, 1996, p. 129).

Para finalizar esse prelúdio acerca da *História Crítica* de Bradley, Rubinoff lança um paralelo importante entre este filósofo e alguns dos principais tratadistas alemães em torno da metodologia da história, evidência assim a relevância e a importância dessa tentativa “metódica” lançada por um dos epígonos do idealismo britânico.

Assim, pode verdadeiramente ser argumentado que o ensaio de Bradley foi a primeira tentativa em língua inglesa de construir algo como uma crítica do julgamento histórico: um empreendimento que pode ser comparado com as realizações dos contemporâneos de Bradley, Johan Gustav Droysen e Wilhelm Dilthey, cujos trabalhos Bradley não estava familiarizado no momento em que escreveu seu ensaio¹¹⁷ (RUBINOFF, 1996, p. 129)¹¹⁸.

¹¹⁴ “The historian as he is, is the real criterion; the ideal criterion [...] is the historian as he ought to be. And the historian who is true to the presente is the historian as he ought to be”.

¹¹⁵ “There is no single history which is not so based, which does not derive its individual character from the particular standpoint of the author. There is no such thing as a history without knowing what they are, and whose prejudications it may be, are false, and the writer who consciously orders and creates from the known foundation of that which form him is the truth”.

¹¹⁶ “[...] coherent unity of critical inferential judgements in which it is the historian who decides precisely what Picture of the past is supported by the evidence”.

¹¹⁷ “It may thus truly be argued that Bradley’s essay was the first attempt in the English language to constructo something like a critique of historical judgement: an enterprise which may be compared with the accomplishments of Bradley’s contemporaries, Johan Gustav Droysen and Wilhelm Dilthey, with whose works Bradley himself was unfamiliar at the time of writing his essay”.

¹¹⁸ “In a footnote to the Preface of his essay Bradley mentions his discovery, for the first time, of Droysen’s Grundriss der Hisrorik (p. 78) but only after having completed his own essay. The comparison betewwn Bradley and the Gernan historicists is thus entirely coincidental – although all three of these thinkers owe a debt to their

Collingwood lança a mesma afirmativa sobre a iniciativa de Bradley em sua *Aula Inaugural* (1935), apontando que a filosofia da história de Bradley era algo próprio e nativo, fruto do pensamento inglês, um *homegrow* (BURNS, 2006, p. 187). Bradley como foi dito, representou um dos primeiros esforços no movimento idealista em fomentar e considerar o problema da evidência (fonte) na pesquisa histórica, produzindo algo em paralelo ao que já estava consolidado no pensamento histórico alemão desde a segunda metade do século XIX (MANDER, 2011, p. 177).

Contudo, para Rubinoof há um fio condutor estabelecido por Collingwood em relação ao pensamento de Bradley. Se de fato não temos condições de mensurar até que ponto algumas teses do idealismo britânico foram incorporados no pensamento histórico de Collingwood, de outro, é certo a influência de Bradley na formulação de sua teoria da história.

Bradley é uma das principais fontes das ideias de história no século XX cuja a expressão mais significativa, até agora, pode ser encontrada no pensamento de R. G. Collingwood. As duas ideias centrais na teoria da história de Collingwood possuem seus antecedentes em Bradley [...] Mas se a ideia de história de Collingwood é o sucessor direto das *Pressuppositions of Critical History* de Bradley; isso ainda não é uma atribuição final. Gerações estão por vir antes que todo o conteúdo ideal da teoria de Bradley seja explicada exhaustivamente¹¹⁹ (RUBINOFF, 1968, p. 51-2 apud BURNS, 2006, p. 179).

Assim, dentro da história da filosofia inglesa Bradley representou o impulso do idealismo absoluto inglês figurando nesta mesma linha ao lado de filósofos como Bernard Bosanquet e Harold H. Joachim (METZ, 1938). Ainda dentro do idealismo oxfordiano temos também dois grandes filósofos: Thomas Hill Green – e sua escola filosófica – e Edward Caird. Para além desse centro gravitacional, tivemos outros expoentes do movimento idealista tanto em Endinburgh quanto em Glasgow. Desse modo, temos como representantes dessa historiografia filosófica: Francis Herbert Bradley, William Ritchie Sorley, David George Ritchie e John Murray A. MacDonald.

3.3 – A Racionalidade da História no pensamento filosófico de David George Ritchie

David George Richie inicia a sua “carreira” filosófica com a publicação de *The*

common ancestry in Kant and Hegel. Any differences that may separate Bradley from his German contemporaries are no doubt due to the influence on Bradley of the English empiricist tradition of Hume and J. S. Mill” (RUBINOFF, 1996, p. 129).

¹¹⁹ “Bradley is one of the chief sources of the twentieth-century ideas of history, whose most significant expression thus far is to be found in the thought of R. G. Collingwood. The two central ideas in Collingwood’s theory of history both have their antecedents in Bradley [...] But if Collingwood’s *Idea of History* is the twentieth-century successor of Bradley’s *Presuppositions of Critical History*, it is not yet the final tribute. Generations are yet to come before the whole of the ideal content of Bradley’s theory has been thoroughly explicated”.

Rationality of History em 1883. Foi sua primeira publicação no campo da filosofia. Concluiu seus estudos em Endinburgh e no Balliol College em Oxford. Em 1878, torna-se pesquisador bolsista (*fellow*) do Jesus College; de 1882 à 1886 foi professor particular (Tutor) – preceptor – do Balliol. Depois desta estadia em Oxford – o centro do movimento idealista – retorna para a cidade de St. Andrew, na Escócia, para ocupar a cadeira de lógica e metafísica. Inicia suas atividades em 1894 permanecendo no cargo até o ano de sua morte em 1903 (METZ, 1938, p. 298). Publicou uma série de livros e artigos¹²⁰.

Em Ritchie observamos o objeto acabado de uma filosofia da histórica, teleológica e protestante, a expressão mais bem construída do idealismo britânico acerca do conhecimento histórico. Assim, sua concepção da racionalidade da história repousa na identificação e na compreensão da manifestação e revelação da providência divina guiando a história – enquanto processo absoluto – para um devir que emana dele e que tende para ele.

Metz ao rastrear suas filiações aponta que Ritchie primeiramente recebeu sua primeira educação filosófica das mãos de Alexander Campbell Fraser e Henry Calderwood, em Edinburgh, até que em meados da década de 1870 entra em contato com o cenário intelectual de Oxford. Apesar de ter tido uma instrução primária a partir dos pressupostos da Escola Escocesa¹²¹, fundada por Thomas Reid (1710-96) na segunda metade do século XVIII, Ritchie foi impactado pela “força gravitacional” do idealismo britânico, nas palavras de Metz, ele “foi um daqueles que atribui sua conversão ao Idealismo pelo contato pessoal com Green” (METZ, 1938, p. 298).

Naquele momento as ideias de Arnold Toynbee (1852-1883)¹²² – economista e reformador social – estava em voga, foi bastante ativo não apenas no meio acadêmico quanto fora dele, foi um socialista convicto em prol da responsabilidade social imbuído do desejo de melhoria nas condições da classe trabalhador inglesa – reduzidas à jornadas extenuantes de trabalho e com remunerações baixíssimas. Assim,

[...] Na companhia de Toynbee e Green, e principalmente através deles, que a mente de Ritchie, em semelhante com a deles em temperamento e ideias,

¹²⁰ Obras de Ritchie: *Darwinism and Politics*, 1889; *Principles of State Interference*, 1891; *Darwin and Hegel, with other Philosophical Studies*, 1893; *Natural Rights*, 1895; *Studies in Political and Social Ethics*, 1902; *Plato*, 1902. Além de uma série de artigos publicados tanto na *Mind Review* quanto na *The Philosophical Review* da Cornell University.

¹²¹ “[...] was called the Scottish in accordance with its geographical place of origin and the domicile of its leading representatives. In reference to the content of its doctrine it is usually termed 'the philosophy of common sense'. It forms a branch of the stem of British empiricism although it arose from conscious opposition to the school of empirical thought represented by Berkeley and Hume” (METZ, 1938, p. 29).

¹²² É comum a confusão que se estabeleceu sobre Arnold Toynbee, foi tio de Arnold Joseph Toynbee, “de quem herdou o nome” em homenagem ao tio que havia morrido prematuramente aos 30 anos de idade (ARRAIS, 2013, p. 279-80).

amadureceu na direção dos campos práticos de investigação, tais quais: filosofia moral, social e política, para os quais seus escritos são inteiramente dedicados. Seu primeiro objetivo foi iluminar e organizar esses campos com as categorias e princípios do novo Idealismo. Não que ele tenha negligenciado o problema de base teórica. Neste matéria ele foi um hegeliano muito mais vigoroso do que Green [...] ¹²³ (METZ, 1938, p. 298-99).

Seu idealismo – tal qual o neohegelianismo oxfordiano – se estabeleceu primeiramente em torno da Escola de Green e na figura deste, mas encaminhou seu projeto filosófico em direção ao idealismo de Hegel. Para Metz isso é um dado, para nós se apresenta como um ponto de acesso ao pensamento de Ritchie.

[...] Isso é evidente mesmo em sua primeira publicação, no qual ele assumiu o problema da “racionalidade da história”, ou a possibilidade de uma filosofia da história – um problema raramente abordado pelos ingleses – discutido inteiramente a partir de um ponto de vista estritamente hegeliano; apesar de não desenvolver o ensaio posteriormente [...] ¹²⁴ (METZ, 1938, p. 299).

Como dito, em Ritchie entramos em contato com a melhor expressão de uma filosofia da história idealista – neste caso, eminentemente neohegeliana. Também estava preocupado em “[...] esclarecer filosoficamente a relação de origem e valor do método histórico e lógico, [...] salientando que questões de fato e questões de valor deveria sempre ser mantidas de forma distintas” ¹²⁵ (METZ, 1938, p. 299). Assim:

[...] Ele considerou este princípio como de importância essencial em todo pensamento acerca da moralidade, religião, sociedade e o Estado, mas aplicou-o em sua crítica ao Evolucionismo: os evolucionistas preocupados exclusivamente com a origem de uma coisa e a sequência temporal de seu estado, estavam praticamente impotente para perceber o seu significado” ¹²⁶ (METZ, 1938, p. 299).

Um dos pontos de acesso ao idealismo britânico foi o seu projeto comum de destronar a tradicional filosofia empirista, bem como os pressupostos da filosofia naturalista-evolucionária. O primado do historicismo hegeliano se afirmou frente um pensamento jusnaturalista, indutivista e positivista. Seu idealismo estava mais vinculado ao idealismo absoluto de Bradley do que com o idealismo pessoal. Nisso reside sua perspectiva em

¹²³ “[...] In the company of Toynbee and Green, and primarily through them, Ritchie's mind, akin to theirs in temper and ideals, ripened in the direction of the more practical fields of inquiry, such as moral, social, and political philosophy, to which his writings are almost entirely devoted. His primary aim was to illuminate and organize these fields with the categories and principles of the new Idealism. Not that he neglected the problem of a theoretical basis. In this matter he was a much stricter Hegelian than Green [...]”.

¹²⁴ “[...] This is evident even in his first publication, in which he took up the problem of the “rationality of history”, or the possibility of a philosophy of history a problem rarely approached by the English and discussed it throughout from a strictly Hegelian point of view; though he never developed the essay afterwards [...]”.

¹²⁵ “[...] to clarify philosophically the relation of origin and value, of historical and logical method, [...] pointed out that questions of fact and questions of value should always be kept severely apart”.

¹²⁶ “[...] He regarded this principle as of fundamental importance in all thinking about morality, religion, society, and the State, but applied it chiefly in his criticism of Evolutionism: the Evolutionists, concerned exclusively with the origin of a thing and the temporal sequence of its states, were almost impotent to grasp its significance”.

filosofia política, assim, sua “teoria do Estado se opôs a prevalência do indivíduo”. “Para ele, o Estado é um todo orgânico, com direito a primazia sobre a sociedade e os indivíduos e de interferir intensivamente nos assuntos deste último”¹²⁷ (METZ, 1938, p. 299). Isso ficará mais claro quando adentrarmos em seu texto e apuramos sua concepção de história. Em termos políticos esteve mais próximo de uma concepção socialista do que uma acepção liberal.

[...] Em outras detalhes, ele compartilhou a forte inclinação do Socialismo de Green, fundametando-o, é claro, não em qualquer ética utilitarista mas, sobre os princípios do valor moral do homem, conduzida a partir da doutrina idealista do ser social e essa responsabilidade para com a comunidade. Sua mensagem não foi o bem-estar e felicidade, mas o temperamento social e ação social¹²⁸ (METZ, 1938, p. 299-300)

Neste artigo de Ritchie encontramos uma tentativa sistemática em colocar em pauta o conhecimento histórico. Esse processo havia sido iniciado por Bradley em 1874. Apesar de Green possuir uma relevância importante dentro do movimento idealista, suas preocupações estavam assentadas mais no campo da metafísica, da ética e da filosofia política, do que propriamente no campo da história. Sua filosofia estava mais preocupada com a obliteração dos antigos “sistemas filosóficos”, tais como o empirismo e o darwinismo¹²⁹. Neste texto, podemos encontrar algumas de suas referências na construção de sua argumentação em torno da racionalidade da história. Assim, o que Ritchie estava fazendo ao introduzir nos quadros do idealismo britânico os pressupostos da razão histórica? Qual era sua concepção de história? E qual é a importância e relevância desse conhecimento no domínio da filosofia idealista?

Diferentemente de alguns filósofos como Collingwood, Walsh e Karl Löwith, Ritchie apontará que tanto a emergência da história da filosofia – “como uma parte essencial do sistema filosófico” – quanto da filosofia da história se deveu ao pensamento grego, especialmente em Aristóteles¹³⁰ e não em Voltaire. Mensura também que desde Aristóteles até Kant as preocupações sobre a filosofia da história praticamente foram insignificantes. Entre esse período intermediário poderíamos encontrar tais questões no pensamento de Giambattista Vico, “entre os teólogos, poetas, e na literatura geral, além do que entre os filósofos”. Acima

¹²⁷ For him the State is an organic whole, entitled to primacy over society and individuals and to interfere extensively with the affairs of the later”.

¹²⁸ “[...] On other details he shared Green’s strong leaning to Socialism, grounding it, of course, not on any utilitarian ethic but on the principle of man’s moral worth, and driving it from the idealistic doctrine of the social self and this self’s responsibility to the community. His message was not welfare and happiness, but social temper and social action”.

¹²⁹ “[...] Green’s mission in the history of philosophy was primarily to clear away the old systems and prepare the ground for a new synthesis of an idealistic kind. The full fruition of his work does not appear until we come to the systems of Bradley, Bosanquet, McTaggart, and the rest” (METZ, 1938, p. 270-1).

¹³⁰ “In Aristotle we find the first attempts at a history of philosophy as an essential part of a philosophical system; and in him, too, we find some faint recognition of a philosophy of history. He gives a historical, instead of a merely logical, account of the origin of political society; and he seeks to show the inner necessity of the actual order in which the constitutions of Greece succeeded each other [...]” (RITCHIE, 1883, p. 126).

de tudo, é claro, em Hegel (RITCHIE, 1883, p. 126).

A inserção de Vico e Hegel aponta as linhas gerais de sua análise. No entanto, é no pensamento deste último que Ritchie estava interessado. Sua concepção de filosofia e história se assenta na esteira do hegelianismo. Ele reconhece na filosofia de Hegel a tentativa de “[...] recuperar para a filosofia toda a província do trabalho do espírito e que, acima de tudo ele havia se preocupado com a história em cada departamento. E se a filosofia está por ser tomada seriamente como um esforço para explicar o mundo do pensamento, a natureza e o homem, ela não deve se diminuir mediante a interpretação dos fatos da história”¹³¹ (RITCHIE, 1883, p. 126).

É por intermédio de Hegel que Ritchie recupera a centralidade do pensamento histórico para o interior do esquadro filosófico do Idealismo Britânico – a historicidade se apresenta como a chave de acesso para a interpretação filosófica. Desse modo, tais *campos* do conhecimento se complementariam mutuamente, apesar de ter pretensões distintas, possui um elo que as define: a procesualidade temporal inscrita no mundo. Enquanto a filosofia hegeliana tinha a pretensão de explicar “o pensamento, a natureza e o homem”, a história estaria assentada no estabelecimento dos fatos individuais e em sua interpretação. “Claro, como um investigador científico, o historiador tem que lidar com os fatos particulares” (RITCHIE, 1883, p. 127). São estes que irão dar inteligibilidade e sentido ao todo, é a partir das “partes” que conseguimos visualizar o “todo”. Assim, “[...] é sempre lutando para vencer mediante os detalhes particulares dos eventos passados em alguma nova ajuda para melhor compreensão de uma nação ou de um período como um todo”¹³² (RITCHIE, 1883, p. 127). Neste primeiro momento do texto de Ritchie já conseguimos observar sua filiação, sua concepção de história e de filosofia da história.

Sua filosofia da história se assenta nos pressupostos hegelianos. Para Marcondes (2001) – na esteira de Habermas –, o pensamento de Hegel se apresentou também como uma crítica à epistemologia kantiana.

Hegel pretende substituir o problema epistemológico da fundamentação do conhecimento pela auto-reflexão fenomenológica da mente, entendendo a **fenomenologia** como a “ciência dos atos da consciência”. Segunda a tradição racionalisada de Descartes e Kant, só a partir de critérios seguros sobre a validade de nossos juízos é que podemos determinar se temos certeza de nosso conhecimento mas, diz Hegel, esta crítica deve ser ela própria

¹³¹ “[...] to regain for philosophy the whole province of the work of spirit, and that, above all, he has occupied himself with history in every department. And if philosophy is to be taken seriously as an effort to explain the world of thought, nature and man, it must not shrink from the interpretation of the facts of history”.

¹³² “[...] is always struggling to win from the particular details of past events some new help for the better understanding of a nation or a period as a whole”.

conhecimento. Como podemos investigar criticamente a faculdade cognitiva anteriormente ao conhecimento? [...] A investigação da faculdade cognitiva é ela própria conhecimento, e não se pode chegar a este objetivo porque este objetivo já é pressuposto desde o início. Questiona assim a visão da filosofia crítica como propedêutica, isto é, como introdução, como preparação. A filosofia não pode ser entendida pura e simplesmente como um *órganon* que trata do instrumento do saber antes do saber [...] (MARCONDES, 2001, p. 217).

Com Hegel temos a última expressão de uma filosofia “sistemática” – filosofia como sistema. Deu ênfase para os problemas do pensamento histórico levantado por uma série de cursos ministrados quando era catedrático na Universidade de Berlim – “*Lições de história da filosofia, Lições de estética, Lições de filosofia da religião, Lições de filosofia da história*”, bem como escreve os *Princípios da filosofia do direito*” (MARCONDES, 2001, p. 216).

Em *Fenomenologia do Espírito* (1806-7) – entendida como “uma ciência da experiência da consciência” –, Hegel pretendeu analisar a “experiência que a consciência tem de si mesma”, em três momentos básicos: “1) as “realões morais”, isto é, família, ou a vida social, 2) a linguagem, ou os processos de simbolização; e 3) o trabalho, ou a maneira como o homem interage com a natureza para dela extrair seus meios de subsistência” (MARCONDES, 2001, p. 218-9). Todo esse processo é compreendido mediante uma “consciência histórica”. Desse modo, a compreensão da historicidade da consciência é imprescindível. Isso fica claro no prefácio à *Filosofia do Direito* (1821):

O que quer que aconteça, cada indivíduo é sempre filho de sua época; portanto, a filosofia é a sua época tal como apreendida pelo pensamento. É tão absurdo imaginar que a filosofia pode transcender sua realidade contemporânea quanto imaginar que um indivíduo pode superar seu tempo, saltar sobre Rodes (apud MARCONDES, 2001, p. 218).

Desse modo, a filosofia hegeliana apresenta-se como “um exame do processo de formação da consciência”, assim é a partir da “consciência crítica de nossa situação histórica” que podemos compreender o “próprio processo histórico, as “leis da história”, seu sentido e sua direção” (MARCONDES, 2001, p. 218). É mediante a historicidade da *fenomenologia do espírito* – da autocompreensão da experiência da consciência – que compreendemos todo esse processo, entendido por Hegel como algo uno, absoluto.

Assim para Ritchie o “bom historiador” ao lidar com um determinado período histórico deveria “chegar ao significado, ou o princípio subjacente, ou a “ideia” daquele período”. Enquanto os historiadores profissionais estavam preocupados em cultivar o apego documental como uma máxima histórica, a historiografia filosófica – propriamente Ritchie e MacDonald – estava fiando o subcampo da filosofia da história no cenário inglês. Assim, o “bom historiador” se imbuído desse sentido analítico possibilitaria o auxílio ao filósofo da

história, pois para todos os efeitos, a filosofia da história “procurar descobrir as “ideias” de diferentes períodos em relação mútua”, ou seja, a partir disso, seria possível estabelecer a dialética hegeliana, pela superação das contradições dos períodos históricos – partes desse processo – em busca do sentido absoluto – a liberdade humana (RITCHIE, 1883, p. 127).

Há em Ritchie uma defesa explícita do caráter científico da história, embora não seja identificada como uma das ciências naturais, ela se constitui uma ciência, propriamente, pela busca da “verdade”, diferindo-se assim da definição efetuado no início do século seguinte por Bury do qual “a história é uma ciência, nem mais nem menos”. Em Ritchie a história seria uma ciência porque prima pelo estabelecimento dos fatos em busca de uma verdade subjacente ao período investigado.

[...] Mesmo se sentimos que a história é mais um departamento da literatura do que da química, ainda consideramos o seu interesse científico, o desejo pela verdade, como o elemento mais essencial. Novamente, a história é uma ciência do tipo mais elevado. Ela não está meramente para coletar e classificar os fenômenos, mas explicá-los por suas causas. O historiador é mais do que um cronista ou um analista. No grande historiador deve estar unida a capacidade e a engenhosidade de pesquisa, uma *imaginação [histórica]* disciplinada, a qual irá levá-lo a ver os eventos em sua conexão, e a habilidade literária [narrativa] de apresentá-los de maneira correta e com vivacidade ao leitor. A ausência de qualquer uma dessas qualificações diminui os méritos de um historiador [...] ¹³³ (RITCHIE, 1883, p. 127-8([grifo nosso])).

Ritchie ao defender o pressuposto científico do conhecimento histórico, reconhece que embora muitos acreditem numa história mais próxima com a literatura do que com a química – tal qual estabelecido pelos historiadores diletantes da primeira metade do século XIX – existe o desejo de considerá-la uma ciência – alguns tais como Buckle fizeram isso mediante uma metodologia indutiva, através do princípio de causalidade. Ritchie reconhece a pretensão de uma “verdade histórica”, que em seus termos se difere da verdade das ciências indutivas e dedutivas. Apesar de mencionar que o historiador deve explicar seus fatos mediante “suas causas”, não devemos interpretar isso à luz de um pensamento indutivo-positivista. Sua pretensão como veremos mais adiante, apresenta-se contra esse tipo de pensamento.

Além disso, aponta também três atributos básicos e elementares que o pesquisador em história deveria possuir: 1) capacidade e engenhosidade de pesquisa; 2) uma imaginação

¹³³ “[...] Even if we feel that history is more a department of literature than chemistry, we yet regard the scientific interest, the desire for truth, as the most essential. Again, history is a science of the higher type. It has not merely to collect and classify phenomena, but to explain them by their causes. The historian is more than the chronicler or annalist. In the great historian must be united the capacity and industry of research, the disciplined imagination, which will lead him to see events in their connection, and the literary ability of presenting them correctly and vividly to the reader. The absence of any of these qualifications detracts from the merits of a historian [...]”.

histórica disciplinada; por fim, 3) uma habilidade literária narrativa em apresentar os fatos históricos, de maneira correta e com vivacidade aos seus leitores. Temos aqui pelo menos três indícios metódicos semelhante àqueles que encontramos na historiografia alemã, principalmente em Droysen: 1) o trato metódico com a fonte histórica; 2) o uso controlado da imaginação histórica, e, 3) a exposição narrativa dos fatos.

O grande historiador na concepção de Ritchie não deve lidar pura e simplesmente com o estabelecimento do fato, com o culto e o apago documental tal qual estava sendo estabelecido pela historiografia profissional. Antes requer que este historiador lide com “[...] alguma apreciação do mais profundo significado do tempo e dos acontecimentos com os quais ele está se ocupando, em sua relação com a história da humanidade como um todo [...]”¹³⁴ (RITCHIE, 1883, p. 128). As questões sobre temporalidade foram amplamente discutidas pelos britânicos neohegelianos no interior da *Mind Review*. É central no pensamento hegeliano a propositura temporal, principalmente para o pensamento histórico. Desse modo, estabelece a distinção entre uma ciência da história e uma filosofia da história:

[...] A filosofia da história é assim distinta de uma história como ciência. A filosofia da história deveria ser incluída num ideal de história universal; mas isto é mais ou menos o que queremos dizer do sentido comum de história¹³⁵ (RITCHIE, 1883, p. 128).

A racionalidade da história, não é equivalente a ciência histórica. Essa razão apresenta-se mediante um raciocínio filosófico, na busca de um *télos* aceitável para todo o processo histórico, distanciando assim das pretensões do historiador profissional, preocupado em assumir uma postura “eunuca” de imparcialidade e de um “realismo ingênuo” em relação ao passado. É mediante o acesso a “consciência histórica” que se abre a possibilidade de compreensão do significado e sentido de todo o curso histórico.

Retiradas as obstruções e feita a devida distinção entre a história enquanto ciência e a filosofia da história enquanto o ramo do pensamento filosófico, Ritchie começa a justificar um projeto para uma filosofia da história em solo inglês. Argumentando isso em dois pontos: 1) apesar da filosofia não está preocupada propriamente com o “prognóstico”, e sim propriamente, com “o que é ou o que foi”, ela não “deve negar o desejo de ler o futuro à luz de uma verdadeira compreensão do passado”, pois, tal intento não se apresenta “completamente como irrelevante para a filosofia da história”; 2) “a filosofia da história, não é uma ciência indutiva. É uma tentativa de construir os fenômenos da história *a priori*” (1883,

¹³⁴ “[...] some appreciation of the deeper significance of the time and events with which he is occupied, in their bearing on the history of mankind as a whole [...]”.

¹³⁵ “[...] The philosophy of history is thus distinct from history as a science. The philosophy of history would be included in an ideal universal history; but it is less and more than what we ordinarily mean by history”.

p. 128). Assim:

[...] Nenhuma pretensão pode estabelecer o filósofo para conhecer as dinastias do Egito sem estudar os hieróglifos, ou os escritores que tem estudado os hieróglifos, nem compreender a história recente de Roma melhor do que Niebuhr ou Mommsen. Ele deve aceitar os fatos como informado pelas melhores autoridades disponíveis. Eles são a “matéria” com o qual ele [o filósofo da história] deve lidar. Seu empreendimento é interpretá-los em termos de pensamento – isto é, mostra sua racionalidade, seu significado como parte de um grande processo [...] Pois quem tenta interpretar algo, assume que isto possui um significado¹³⁶ (RITCHIE, 1883, p. 128-9).

Assim, o projeto de uma filosofia da história só é possível mediante o acesso ao conhecimento histórico. É um trabalho de reflexão filosófica, de compreensão de um *télos*, de um sentido subjacente ao “todo” da trama histórica, que difere em seus termos daquele *télos* causalístico-positivista. A essa perspectiva, Ritchie irá contrapor a abordagem da filosofia da história àquela abordagem cientificista oriunda do empirismo-positivista, em duas acepções distintas, entre uma “*interpretação filosófica*” e uma “*explicação científica*”. E assim, aquele significado inicial de que os fatos em história deveriam ser explicados por uma “causa” ficará mais inteligível ao passo dessa diferenciação. Neste momento, observamos o empreendimento do historicismo alemão emergindo em sua análise histórica: compreendemos a história – neste caso, via uma filosofia da história – e explicamos a natureza.

Nesta distinção entrarão em jogo três acepções que se diferem em si, devido suas propostas e intentos: 1) a explicação científica em história, ou seja, a “história científica”; 2) a “ciência da história”; e, 3) a “filosofia da história”¹³⁷. As duas últimas estão em estreita comunhão, a pretensão de Ritchie é refutar a primeira. Resta saber o porquê, qual seu intento nisso, é acima de tudo, o que significou essa “história científica”.

Para o filósofo escocês há uma diferença crucial se processando diante de nós. Para Ritchie, a história como ciência, ou a “*ciência da história*” se difere de uma “*história científica*”, e essa, se distingue de uma “*filosofia da história*”. A primeira, apesar de estar inscrita numa zona intermediária, próxima da literatura e da arte (faz referência àquela historiografia amadora e diletante) – neste momento não tínhamos ainda um *corpus*

¹³⁶ “[...] The philosopher can make no pretence to know the Egyptian dynasties without studying the hieroglyphics, or the writers who have studied the hieroglyphics, nor to understand the early history of Rome better than Niebuhr or Mommsen. He must accept the facts as reported by the best authorities available. They are the “matter” with which he has to deal. His business is to interpret them in terms of thought — *i.e.* to show their rationality, their significance as part of that one great process which [...] For he who attempts to interpret anything assumes that it has a meaning”.

¹³⁷ Ritchie critica uma das melhores obras sobre a história da filosofia da história, do filósofo e teólogo escocês Robert Flint (1838-1910): *Philosophy of History in France and Germany* (1874). Uma obra inaugural para a época, mas que no entanto, não exerceu grande força tanto na filosofia da história quanto propriamente no campo do domínio histórico. O desapontamento de Ritchie com essa obra firma-se no fato de que Flint não teve a preocupação de fazer a distinção entre aqueles termos ora mencionados acima.

constitutivo acerca da história, tal qual observamos com a fundação do primeiro periódico de história em 1886 (*English Historical Review*) – se constituiu pela descoberta e pelo apreço à verdade. A “História é uma ciência”, nestes termos (1883, p. 127).

Uma “história científica” propriamente, se relaciona com os intentos imediatos do positivismo – no solo inglês Buckle é a melhor expressão – e da lógica indutiva. Ritchie ao não encontrar um termos mais preciso para essas distinções acaba por trazer certa confusão ao seu leitor. Portanto, o que Ritchie chama de “história científica” deve ser compreendida como sinônimo de positivismo, estabelecida pelo método indutivo. Enquanto que a “ciência da história” representa uma oposição a isso. Para ficar mais claro, apresentaremos os termos do próprio autor:

É evidente que deve ser notado que estamos usando aqui o termo “científico” num sentido estreito [ciências naturais], no qual muitos historiadores científicos, e desses o melhor, seria o primeiro a refutar. O verdadeiro espírito científico nunca se limita em si mesmo àquela visão abstrata de causalidade para o qual o lógico indutivo procurar reduzi-la. Portanto, a legítima ciência e a legítima história estão sempre se esforçando para se tornar filosófica, isto é, para escapar do formalismo abstrato do entendimento lógico¹³⁸ (RITCHIE, 1883, p. 129 [grifo nosso]).

Desse modo, as três acepções são distintas em si, entretanto, aquela vertente positivista está a ser expurgada tanto da filosofia da história de Ritchie quanto da historiografia profissional – antes quer ser chamada de metódica no trato com as fontes do que positivista. Ritchie deixa ainda mais clarividente o alvo de sua crítica e a proposta de seu trabalho:

Usando a expressão de Aristóteles, podemos dizer que a história e a sociologia científica estão ocupadas com as causas *materiais* e *eficientes* dos eventos e instituições, enquanto que o filósofo ou o historiador filosófico está ocupado com as causas *formais* e *finais* – isto é, com o espírito e o significado deles, como mostrado pelo fim que eles estão tendendo. A filosofia da história implica uma visão teológica dos fenômenos. Assim o modo filosófico de encarar a história é mais semelhante ao religioso e o artístico do que para o científico (em sentido estrito)¹³⁹ (RITCHIE, 1883, p. 129-130).

Desse modo, sua filosofia da história é mais um ataque do idealismo britânico à

¹³⁸ “Of course it must be noted that we are here using “scientific” in a narrow sense, which many scientific historians, and these the very best, would be the first to repudiate. The truly scientific spirit never does narrow itself to that abstract view of causality to which the inductive logician seeks to bind it down. True science, and therefore true history is always striving to become philosophic, *i.e.* to escape the abstract formalism of the logical understanding”.

¹³⁹ “Using Aristotelian phraseology, we may say that the scientific historian and the sociologist are occupied with the *material* and *efficient* causes of events and institutions, while the philosopher or philosophic historian is occupied with their *formal* and *final* causes – *i.e.* with the spirit and meaning of them, as shown by the end to which they are tending. The philosophy of history implies a teleological view of phenomena. Thus the philosophic way of regarding history is more akin to the religious and artistic than to the scientific (in the narrower sense)”.

tradição empirista. Ritchie além de pontuar as distinções que perpassaram o pensamento histórico de sua época, consegue apresentar algo até então novo dentro da historiografia filosófica inglesa *fin de siècle*, nem mesmo com Bradley conseguimos visualizar uma discussão tal profunda e eficiente. Essa corrente filosófica não apenas obliterou o empirismo e a filosofia naturalista-evolucionista, como também, o próprio positivismo – naquele momento bastante influente nos meios intelectuais, e que havia si difundido por filósofos como Spencer, Mill e Buckle, etc. Por fim, o texto de Ritchie segue afirmando as possibilidades dos estudos em filosofia da história, embora Metz nos recorde de que o próprio filósofo não desenvolveu essa discussão em seus trabalhos subsequentes. Assim, para os objetivos desse trabalho esse panorama da concepção do autor já nos satisfaz para reconhecermos as disposições acerca dos estudos históricos no *campo* da filosofia.

3.4 – A Ciência da História de John Murray A. MacDonad

A primeira vista, o artigo de MacDonal publicado na revista *Mind* em julho de 1885, nos lança várias indagações. A primeira delas, obviamente, é a própria ideia que o autor traz consigo acerca de uma ciência da história e o que essa afirmação acarreta. O título *A Ciência da História* nos apresenta como uma contraposição lógica do que seja, ou do que se entenda por uma ciência da história, neste sentido, é uma resposta ao que é *História*, além do mais, do que é *Ciência*. Depreendido as linhas principais da concepção do autor, resta também lançar uma pergunta mais geral a cerca daquele mesmo contexto de profissionalização do conhecimento histórico, instituído a partir das ampliações de cátedras em história e da afirmação do estatuto metodológico desta saber, assim, qual era a ideia de ciência da história consubstanciada no interior da historiografia profissional? Podemos compreender que houve uma reverberação destas discussões ao ponto de influir nas discussões filosóficas, ou estamos diante de um hiato, de um fosso entre esses dois *campos* do conhecimento?

Para um dos representantes dessa historiografia moderna, “a história é simplesmente uma ciência, nem menos nem mais”. O que essa afirmação significa? Estamos a equivaler dois opostos, ou a submeter a história num esquadro estreito daquela ideia de ciência jusnaturalista e positivista? Bury tem dúvidas quanto a isso, Collingwood não, irá dizer que tal afirmativa guarda em si duas concepções: a primeira diferencia a história das ciências naturais numa acepção ontológica, são coisas distintas em si mesmas – a primeira trata daquilo que é individual, único, particular tendo uma historicidade própria, enquanto que a

segunda trabalha com o geral, com pressupostos atemporais a partir de pressuposições universais, tanto indutiva como dedutivamente; a segunda, obscura e estática, a partir de numa acepção epistemológica que eleva ao parâmetro de “ciência”, ambos os saberes, de modo a equipará-los, resta saber como: mediante os pressupostos do positivismo ou a partir daquela radicalização efetuada pelo historicismo alemão entre ciências do espírito e ciências da natureza, entre ciência ideográfica e ciência nomotética?

A ciência da história na concepção de MacDonald ganha outras projeções e se estabelece num paralelo imediato com os elementos fundacionais da filosofia da história. W. H. Walsh (1967) faz menção que tal ramo de estudo nas ilhas Britânicas não teve a mesma proporção do que o debate instaurado na Alemanha. A explicação de Walsh resulta em afirmar que isso foi devido ao próprio desenvolvimento da filosofia ocidental moderna, do “extraordinário progresso feito pela física matemática em fins do século XVI e princípios do XVII e sua ligação com as ciências naturais” caracterizado e distinguido em duas escolas: “os que ressaltaram o aspecto matemático da física, e os que deram ênfase à sua base na observação e sua dependência das experiências como o aspecto mais importante” (1967, p. 11-2).

Enquanto havia uma aceitação geral acerca de uma filosofia das ciências físicas estabelecida por um grupo razoável de problemas quanto aos “métodos e pressupostos dessas ciências, ou ainda, sobre a natureza e condições do próprio conhecimento científico”, de outro, havia uma “desconfiança geral” em equivaler um campo de estudo como a filosofia da história (WALSH, 1967, p. 11). Isto já no século XX. Isso porque, para todos os efeitos “A filosofia da história, tal como concebida tradicionalmente, era sem dúvida um assunto metafísico, o que podemos perceber examinando rapidamente sua evolução” (WALSH, 1967, p. 13). Para Walsh essa “filosofia especulativa da história” não teve êxito naquele “ambiente intelectual” totalmente hostil onde a maioria “eram unânimes em afirmar que, metafísica e teologia à parte, a física e a matemática eram as únicas depositárias do conhecimento genuíno” (1967, p. 12).

Assim, podemos afirmar que o artigo de MacDonald é mais um esforço em torno da filosofia da história. Podemos apontar que sua abordagem é canalizada por uma filosofia especulativa da história, caracterizada por “um tratamento especulativo de todo o curso da história, com o qual se esperava revelar seu segredo, de uma vez por todas” (WALSH, 1967, p. 14). Ou seja, esse tipo de abordagem em história se estabelecia a partir da “descoberta do significado e propósito de todo o processo histórico” (1967, p. 25-6). Isso ficará claro nas

linhas gerais do texto de MacDonald que agora passamos a considerar.

Este único artigo de MacDonald publicado no interior da revista *Mind* nos apresenta como algum tipo de provocação filosófica. Ao longo dos trinta e seis números publicados no referido periódico até o ano de 1884 não havíamos encontrado nada, absolutamente nada de substancial acerca do conhecimento histórico, ou daquilo que procurávamos: uma historiografia filosófica. Foi a partir do ano de 1885 com a publicação do artigo de MacDonald que se abriu uma pequena fenda na tessitura filosófica instaurada no interior naquele periódico. Foi ele que inaugurou a discussão acerca da filosofia da história na *Mind Review*.

Da primeira obra de Bradley (1874) passando pelos os artigos de Sorley e Ritchie (1883) ao artigo de MacDonald publicado na *Mind Review* (1885); não encontramos nada de tão substancial sobre a discussão filosófica acerca do conhecimento histórico. Ora, cabe perguntar por que tal discussão foi canalizada de modo mais contundente pelos filósofos idealistas e não pelos empiristas? A resposta ao que parece, centra-se num parâmetro epistemológico que concebe natureza e história de forma bem diferentes. Assim, a filosofia da história de MacDonald centra-se num postulado teológico metafísico.

MacDonald abre o seu texto e no primeiro parágrafo lança uma crítica contumaz a ideia de *progresso*. Que ideia é essa? Uma *ideia-unidade à la* Lovejoy, ou um conceito, e que como tal guarda em si um polissemia própria – historicamente construída? De onde adveio a crítica àquele tipo de “pensamento dominante” cuja a ideia norteadora centrava-se no futuro, num lugar hipoteticamente melhor do qual caminhávamos para ele, para o melhoramento da espécie humana, das *commodities* tecnológicas, etc? Essas perguntas nos ajudarão a pensar melhor os pensamentos de MacDonald e identificar a força argumentativa de sua crítica e de onde ela advém.

Conseguimos visualizar pelo menos três momentos no texto de MacDonald. O primeiro, constitui-se a partir da crítica do autor dirigida a ideia de progresso e do poder que tal ideia obteve no cenário intelectual inglês do oitocentos – no pensamento europeu de modo geral. O segundo momento, é o desdobramento da crítica do primeiro, dirigidas àqueles que cultuavam a ideia do progresso, da evolução do gênero humano; no cenário inglês estava sendo conduzido por Darwin e Spencer. Constitui-se como uma crítica feroz a um tipo de filosofia evolucionista, do qual MacDonald não exime de pontuar que uma “Ciência da História” como tal não seria possível nestes esquadros conduzido por um cenário positivista. Por fim, o autor reivindica e traz para a sua argumentação alguns dos pressupostos de um dos

epígonos do movimento idealista, o filósofo Thomas Hill Green, para assim, contrapor aquele tipo de filosofia.

Para MacDonald, a ideia de *progresso*¹⁴⁰ constitui-se como um “pensamento dominante” de onde a ciência estabeleceu o seu pedestal. Neste mesmo parágrafo o autor direcionada a força crítica de seu argumento não apenas ao pensamento filosófico sob o rótulo de positivismo cujo lema “a ordem, o progresso e o amor” era a máxima lançada, mas também aquela historiografia de igual modo influenciada por ela. Neste sentido, a humanidade tenderia para o melhoramento e a história poderia nos fornecer excelentes indícios disso, assim, os fatos em história seriam construídos a partir dessa lógica de modo a demonstrar isso como um princípio orientador. Foi representante dessa historiografia, na Inglaterra Thomas Buckle, na França Hippolyte Taine e Ernest Renan.

MacDonald faz a crítica da ideia de progresso num momento especificamente histórico, numa ocasião em que tal ideia já estava caindo em descrédito. É uma afirmativa comum para alguns autores de que tal “declínio” ficou mais evidente nos finais do século XIX e que sucumbiu de modo contundente na primeira metade do século XX com as duas grandes Guerras Mundiais. Nosso autor integra uma crítica a mais a tal ideia que serviu de parâmetro para o pensamento europeu marcando assim uma época: da razão iluminista. Desse modo, MacDonald mensura as fraturas e as insuficiências no interior desse “conceito-orientador”:

The idea of Progress is the ruling thought of the modern world. There is no earnest thinker who is not influenced by it. It is the principle by which historians seek to systematise the facts with which they deal. It is the very backbone of science. It exercises a marked influence on practical politics. It penetrates every branch of general literature. It has even, of late years, begun to influence the thinking of theologians¹⁴¹ (MACDONALD, 1885, p. 363).

Karl Löwith em *O Sentido da História* acrescenta que o historiador inglês “John B. Bury, no estudo sobre *The Idea of Progress*, demonstrou de que forma surgiu esta ideia no

¹⁴⁰ “But this term “Progress” without further qualification, is a vague and misleading term, and one which has had a baleful influence on politics on the Continent, and which has been the occasion of much indecision in the conduct of affairs here in England. This arises from the fact that the term “Progress” unless strictly defined, means nothing more than change. It is without scope or goal, and has no standard by which to estimate change. The improved, more perfect state of things, towards which it professedly tends, is altogether undetermined. Is it possible to state what it is that constitutes this progressive life-what its end and aim is? Can we determine the whence and the whither of this great struggling human life whose deeds constitute what is called History?” (MACDONALD, 1885, p. 363).

¹⁴¹ “Mas este termo “Progresso”, sem mais qualificação é um termo vago e enganoso no qual tem tido uma influência preserva sobre as políticas do Continente, no qual tem sido a ocasião de muita indecisão na conduta dos ofícios aqui na Inglaterra. Origina-se para o fato que o termo “Progresso” não está estritamente definido, significando nenhuma coisa mais do que mudança. Isto é, sem objetivo ou extensão e não tem um padrão pelo qual estima-se a mudança. O melhorado, o mais perfeito estado de coisas tende em direção para o qual é professada e completamente indeterminado. É isso possível, afirmar que ele [o progresso] constitui esta vida progressiva – que seu fim e objetivo existe? Podemos determinar de onde e para onde este grande esforço da vida humana de quem as ações constitui o que é chamado de História? [...] **[grifo nosso]**”.

século XVII e evoluiu para uma opinião corrente. A crença num progresso imanente e indefinido substitui cada vez mais a crença na providência transcendente de Deus” (1977, p. 67). Para Bury foi “Apenas na altura em que os homens se sentiram independentes da providência é que puderam organizar uma teoria do progresso” (apud LÖWITH, 1977, p. 67).

É evidente que alguns pensadores ainda mantiveram no interior de suas análises esses elementos providenciais como é o caso de Hegel apontado por Löwith e que pode ser estendido à abordagem de MacDonald.

A fórmula de Hegel para produzir o princípio religioso “sob a forma de razão humana e liberdade secular” não é exclusivamente sua. É o princípio comum a todas filosofias da história do Iluminismo. O que distingue Hegel de todos os seus antecessores e dos seus sucessores radicais é o facto de ter restringido a visão otimista do Iluminismo, reinterpretando mais uma vez a tradição teológica de acordo com a qual o tempo já se encontra preenchido. A sua aplicação do princípio racional do progresso não é revolucionário mas conservadora (1985, p. 67).

É no desdobramento da crise do conceito de progresso que MacDonald está a indagar. Após alguns apontamentos feitos pelo autor acerca desse conceito entramos no segundo momento de seu texto. Neste ponto, ficará expresso o inquérito do autor acerca de um tipo de pensamento que leva em seu bojo o paradigma das ciências naturais para o interior das ciências humanas. Na verdade, foi uma reação contra um tipo de filosofia da natureza que no cenário inglês estava sendo dominada pelo evolucionismo. Assim, o que MacDonald faz é justamente encaminhar severas críticas a esta teoria de vida evolucionista. Especialmente em dois autores: Charles Darwin (1809-1882) e Hebert Spencer (1820-1903). O segundo, de modo mais enfático. O ponto inicial para o desdobramento desta discussão repousa sobre a crítica feita por MacDonald à teoria da vida de ambos os autores supracitados. Desse modo, de um lado, questiona o princípio de *evolução* e da *seleção natural*; doutro o princípio de *necessidade e mudança*.

Dado isso, e após levado a cabo a crítica à ideia de progresso MacDonald avança e formula suas críticas a teoria de vida que estavam em voga e que havia sido promulgada tanto por Darwin quanto por Spencer. Assim o tipo de problema em questão em Darwin para o autor repousa em atribuir o início da vida em princípios puramente causais que independem da consciência humana, ou seja, um processo pelo qual o homem não possuía autonomia. MacDonald aponta que este “princípio formativo” de Darwin não se deu por intermédio de princípios causais, mas pela ação direta do Criador. Entretanto, dado esse “axioma inicial” sua teoria poderia assegurar os passos subsequentes nos graus mais complexos da evolução (MACDONALD, 1885, p. 363-4). MacDonald aponta que a ideia de evolução em Darwin é

aplicado as espécies – que segue das etapas mais primitivas às formas mais elevadas – no nível biológico associando a termos causais com a noção de progresso, ou seja, progressivamente o gênero humano tende a superar as próprias intempéries e as limitações impostas pela natureza. Para ele a teoria declarada não possui uma explicação contundente acerca da origem da vida nem um propósito subjacente e inteligente a determinar o processo de evolução, ou seja, seu processo poderia ter seguido um curso diferente do apresentado: temporalidade linear, progressiva e evolutiva¹⁴². Assim conclui seu argumento acerca de Darwin:

[...] Se isto não fosse assim, se fosse um processo predeterminado o qual alcançou seu estágio final de realização na consciência, então o homem, como o topo absoluto da estrutura da vida seria apto para determinar não meramente o curso da vida, mas seu objetivo e seu significado. [...] Mas de acordo com a teoria não é assim. A origem da vida é desconhecida, seu curso incerto e seu fim perdido no interminável futuro¹⁴³.

A importância de negar essa teoria de vida (o qual para ele, Spencer é o desdobramento mais efetivo desse pensamento no campo dos estudos humanos e sociais) se faz necessária, pois, para MacDonald se assumirmos essa premissa como verdadeira, uma “Ciência da História” em qualquer sentido se torna impossível¹⁴⁴. Sua ideia acerca da cientificidade da história, repousa numa contraposição a esse tipo de teoria da vida, mas que no entanto, não fica claro em suas ideias e nem é problematizado pelo autor. Posteriormente como se verá, sua concepção irá ao encontro da filosofia idealista, tendo como centralidade o conceito de *consciência*. Mas antes deste ponto, endereça questionamentos a cerca da submissão da vida humana segunda as leis extraídas das ciências naturais, e em especial, para duas ideias centrais no pensamento de Spencer, a saber: *necessidade e mudança*.

A regulação da vida humana na teoria de Spencer caminha em direção as ciências naturais com tom positivista como nos sugere MacDonald: reconhecimento de leis universais

¹⁴² “[...] The attempt to account for the first form of life, on what are called physical principles, has failed. Darwin stated his belief that this primitive form was due, not to physical causes, but to the direct action of the Creator. Given, however, the simplest form of life, he held that science could account for all subsequent, more complex grades, without recourse to the idea of the special action of the Creator. He believed also that as the earliest forms of life have disappeared, and given place to other and higher forms, so, by a similar process of modification, those species of animal and plant life now existing will, in the far-off future, have given place to new and dominant species, that man, for example, will, in some immeasurably distant period, have disappeared from the face of the earth, and have been replaced by some species possessing higher corporeal and mental endowments. The conditions which determine the progress are purely casual ones [...]” (MACDONALD, 1885, p. 363-4).

¹⁴³ “[...] If it were not so, if the process were a predetermined one which reached its final stage of realisation in consciousness, then man, as the absolute summit of the life-structure, would be able to determine not merely the course of life but its aim, its essential meaning. [...] But according to the theory this is not so. The origin of life is unknown, its course uncertain, and its end lost in the interminable future”.

¹⁴⁴ “If this view of life be a true one, then a Science of History, in any true sense of the term, is impossible” (MACDONALD, 1885, p. 364).

e imutáveis, regulação da vida humana mediante a tais leis, interpretações dos fenômenos naturais aplicados a sociedade, etc. Assim, denota que “[...] segundo a teoria, as leis as quais regulam a vida humana em sociedade e o Estado foi sempre determinado pela interpretação dado aos fenômenos naturais [...]”¹⁴⁵ (MACDONALD, 1885, p. 365). Desse modo, aponta que “[...] O então falado progresso é um ajuste meramente formal da vida humana para a inexplicável necessidade; o progresso não em direção a uma totalidade, uma vida completa, cujo o fim é realizar-se não simplesmente como sombra da necessidade mas como sua pressuposição e substância [...]”¹⁴⁶ (1885, p. 365-6).

MacDonald após direcionar suas inquições ao pensamento de Darwin e Spencer se aproxima das teses de um dos epígonos do idealismo britânico Thomas Hill Green¹⁴⁷ para colocar os problemas da “consciência” em todo o processo da evolução. Pois para ele assumir que “as leis as quais agora regulam a vida no mundo são as leis as quais tem feito este mundo o que é” não lhe apraz como satisfatória, por entender que neste processo o homem havia consciência – característica que o diferencia das outras vidas animais, princípio que não havia sido considerado por Darwin e Spencer.

Feitas essas considerações, o autor direciona seus argumentos para apontar o aspecto da consciência humana subjacente ao processo em três momentos: 1) as características da consciência humana e sua distinção da vida animal; 2) os meios pelos quais a vida consciente percebe seu fim; por fim, 3) a forma no qual a perfeita vida consciente expressa em si. É dentro destas dimensões que ele nos apresenta sua filosofia da história, assim:

O destino do homem, [...] está para perceber sua própria liberdade, sua liberdade espiritual, aquela liberdade a qual floresce de um conhecimento do sistema o qual ele não é somente a mais elevada expressão, mas também o próprio processo da natureza, a absoluta substância: a perceber o seu vazio, sua inutilidade, como um mero indivíduo, mas seu valor infinito essencial efetua-se quando ele percebe sua unidade com o objetivo universal, feito com a vontade de Deus. Este é o destino que é lentamente realizado no curso

¹⁴⁵ “[...] according to the theory, the laws which regulate human life in society and the state have always been determined by the interpretation given to natural phenomena [...]”.

¹⁴⁶ “The so-called progress is a merely formal adjustment of human life to inexplicable necessity; not progress towards a fuller, completer life, whose end is to realise itself not imerely as the shadow of the necessary but -as its substanlce and presupposition [...]”.

¹⁴⁷ Em especial três textos do prof. Green publicados na *Contemporary Review* em 1877-8 intitulados respectivamente: Mr Herbert Spencer and Mr G. H. Lewes's: Theirs application of the doctrine of evolution to thought I, December of 1877, p. 25-53; Mr G. H. Lewes's: Theirs application of the doctrine of evolution to thought II. March of 1878, p. 745-769; Mr G. H. Lewes's account of experience. July, of 1878, p. 751-772. Aqui reside o substrato da crítica da filosofia idealista à filosofia evolucionista bem como a refutação do positivismo. Para Metz, Green inaugural um momento fecundo: “[...] It was with Green, and not before him, that German Idealism really began its mission on Anglo-Saxon soil only through him did it win a second and abiding home in the country whose philosophy had hitherto closed itself most firmly against foreign influences and followed with extreme consistency the paths of a long native tradition [...]” (1938, p. 268).

da história¹⁴⁸ (MACDONALD, 1885, p. 370).

Aqui conseguimos delinear com mais nitidez os elementos essenciais de sua filosofia especulativa da história. O seu pensamento parte de uma ideia de totalidade “cósmica”, entre o indivíduo e um ser transcendente externo a natureza. O objetivo do curso da história repousa no reconhecimento desse ser individual com uma vontade superior metafísica, argumentando que o significado e o sentido da história residem neste destino manifesto, “lentamente realizado no curso da história”. Em alguns pontos conseguimos vincular seu pensamento com algumas ideias principais da filosofia da história de Hegel como, por exemplo, a ideia de liberdade, além é claro, de seu posicionamento religioso.

Em Hegel podemos notar a sistematização do historicismo, ao conceber “que cada época histórica apresenta um padrão único” e que assim, “dá o sentido de evolução ao processo histórico geral” (MANIERI, 2013, p. 123). Se de um lado, a ideia de liberdade é fundamental em seus escritos sobre filosofia da história, de outro, a ideia de progresso também é lançado como pedra angular, embora, diferenciando tanto do positivismo de Comte como da aceção em Marx. Desse modo, para Dagmar Manieri “A dialética de Hegel é circular e não abarca a noção de criação”, há uma ideia de potência, de algo essencial inscrito tanto na natureza quanto no homem, ou seja, “já contém em si tudo aquilo que irá desenvolver. Não há nada de novo; pelo contrário, o que se manifesta já estava lá no início, em potência. Neste sentido, no processo (dialético) não há mudanças, mas desenvolvimento” (MANIERI, 2013, p. 124).

Outro ponto de acesso de Hegel e que podemos vincular com o pensamento de MacDonald diz respeito ao que na historiografia alemão é comum entendido por Espírito. Para Manieri:

Hegel o dota de certa inquietude. Em seu movimento (que é o próprio movimento da história) há um processo de desdobramento. No final, o Espírito conquista uma unidade que ele denomina de “saber absoluto”. É que para além da realização humana, (o reconhecimento, a consciência da liberdade) o movimento histórico representa a própria realização do Espírito (2013, p. 125).

Metz (1938) apontará que a influência do pensamento de Hegel no cenário intelectual britânico efetivou-se primeira na filosofia idealista passando também pelo pensamento teológico – estabelecido como o fundamento lógico para contrapor-se ao

¹⁴⁸ “The destiny of man, [...] is to realise his own freedom, his spiritual freedom, that freedom which springs from a knowledge of the system of which he is not only the highest expression but also, from the very nature of the process, the absolute substance: to realise his emptiness, his worthlessness, as a mere individual, but his essential infinite worth when he realises his oneness with the universal aim, with God made manifest. It is this destiny that is slowly accomplished in the course of history”.

“naturalismo, materialismo e o darwinismo”¹⁴⁹. O pensamento de MacDonald caminha em duas direções: primeiro, pela influência do idealismo de Green; segundo, pelos seus pressupostos teológicos. Neste sentido, sua noção de “liberdade” é encaminhada como uma matéria de fé.

Para Hegel, o movimento da história geral só pode ser concebido mediante a “autoatividade do Espírito”. “Portanto, tudo o que se passa no mundo histórico – a família, a religião e o Estado, etc. – é entendido nesse horizonte de autorealização do Espírito”. Em Hegel, ela assume uma “forma de atividade para a consciência”. O movimento é interno, nunca externo (natureza, universo), tal qual na “prática científica tradicional”; o resultado é o “enriquecimento da consciência” – do homem e do mundo histórico que o cerca, ou seja, uma “consciência histórica” (MANIERI, 2013, p. 126).

Neste sentido, nunca há um modelo de verdade absoluta que se processa pela faculdade do juízo crítico; “tudo aquilo que ocorre na história se justifica como uma “etapa”. Daí porque a tarefa da filosofia da história é demonstrar esse sentido do “espírito de uma época” e o grau de sua “determinabilidade”” (MANIERI, 2013, p. 127-8). Neste sentido, a história da humanidade é apreendida mediante “a evolução da consciência da liberdade”. Assim, é mediante esse conceito que Hegel – em *A razão na história* – compreende todo o movimento da história.

Os Orientais não sabem que o Espírito – o Homem como tal é livre. E, como não o sabem, não são livres. [...] A consciência de liberdade surge primeiro entre os gregos e, portanto, eles eram livres. Mas eles, como também os romanos, apenas sabiam que alguns são livres – não o homem em si. Só os povos germânicos, através da cristandade, é que vieram a compreender que o homem é livre e que a liberdade de espírito é a própria essência da natureza humana (HEGEL, 2001, p. 64-5 apud MANIERI, 2013, p. 131).

Para além da problemática cristalizada por uma visão eurocêntrica, em Hegel visualizamos um processo pela afirmação e “autonomia da história como uma verdade ontológica”. Assim, a essência do Espírito em Hegel é consubstanciada através do “conceito de liberdade”, na ausência desse conceito “perdemos o fundamento do processo de desenvolvimento, seu sentido e significado” (MANIERI, 2013, p. 132-3).

De outro lado, uma mesma crítica já havia sido efetuada pelo historicismo e é retomado por Hegel mediante a diferenciação entre matéria e espírito ou entre ciências da natureza e ciências do espírito (ciências nomotéticas e ideográficas) – que também havia sido acompanhado pelo idealismo britânico. Assim, Hegel em *Lectures on the Philosophy of*

¹⁴⁹ “This coupling of philosophy with religion was of the greatest importance in the reception of Hegel into England. Hegel's philosophy only attracted because it could be harnessed to the theological chariot, and led into the field against Naturalism, Materialism, and Darwinism [...]” (METZ, 1938, p. 268).

history, apresenta o núcleo essencial que compõe sua filosofia da história:

Resulta da filosofia especulativa ser a liberdade a única verdade do Espírito. A matéria possui gravidade em virtude de sua tendência para um ponto central. É essencialmente composta, consistindo de partes que se excluem mutuamente. Busca sua unidade e, portanto evidencia-se como autodestrutiva, como inclinada para o seu oposto. Se pudesse atingi-lo, deixaria de ser matéria, teria parecido. Luta pela realização de sua ideia, pois na unidade existe idealmente. [...] O Espírito, pelo contrário, pode ser definido como aquilo que tem o centro em si mesmo. Não tem uma unidade fora de si mesmo, mas já o encontrou, ele existe nele, e com ele próprio. A matéria tem sua essência fora de si mesma. O Espírito é a existência autocontida. Ora, isso é exatamente a liberdade (apud WALSH, 1967, p. 135-6).

Assim, podemos visualizar a filiação das ideias de MacDonald dentro do movimento idealista, em dois momentos: de um lado, uma paridade com o pensamento de Hegel em relação à sua filosofia da história; de outro lado, a partir da filosofia de Green tenta problematizar a questão da consciência como um meio para refutar as teses do evolucionismo.

Para além desta característica, MacDonald vincula os elementos de sua filosofia da história com um fundo eminentemente religioso e político. Respectivamente: protestante e liberal. Desse modo, a natureza da vontade de Deus é chamada pelo autor de liberdade. Para obter essa liberdade é necessário “[...] perceber a unidade do divino e do humano [que] é o objeto da ação do mundo, aquela a qual da continuidade a vida do homem aquilo é o que faz a Ciência da História possível”¹⁵⁰ (1885, p. 370). MacDonald aponta a importância da ação do mundo como um propósito divino com o homem, como um agente histórico, seu objetivo seria a manutenção da vida humana para este reconhecimento. Assim, adentramos no segundo ponto tratado por ele, ou seja, os meios pelos quais a vida consciente percebe seu fim. O fim, ou o sentido do propósito divino no mundo é o aperfeiçoamento da vida do homem, a ideia de progresso é substituída¹⁵¹, e este aperfeiçoamento é a harmonia e o reconhecimento deste processo divino pelo homem, que segundo o autor só foi possível através da introdução do Cristianismo, o que possibilitou acessar esse processo geral e universal. Desse modo, para ele

¹⁵⁰ “[...] to realise the unity of the divine and human, is the object of the world's action, that which gives continuity to the life of man, and that which makes a Science of History possible”.

¹⁵¹ MacDonald começa seu texto e a primeira coisa que ele faz é criticar a ideia de progresso que estava vinculada naquele momento com os pressupostos da filosofia natural-evolucionista, ao negar isso ele avança para uma concepção mais pondera e nos propõe a pensar num processo contínuo da “consciência” humana; não progressivamente como uma marcha da humanidade para um futuro melhor e sim mediante uma negociação constante de aperfeiçoamento e harmonia do gênero humano com esse propósito e designo divino. Diferentemente de uma realização transcendental ele nos oferece uma realização desse princípio divino e absoluto na ideia de liberdade efetuada numa outra ideia, a ideia de Estado “como uma ideia divina”. Uma solução transcendente é alijada em prol de um posicionamento imanente pertencente ao gênero humano, assim é: uma relação de mediação entre essa vontade divina com o gênero humano. Essa ideia pressupõe que a história seja um grande livro escrito cujo o final já foi dado e já sabe-se: é a reconciliação do transcendente como imanente, teleologicamente, o final é o advento de Cristo.

“a vida humana não é meramente aquele ajuste natural para as condições gerais da vida, o qual é conduzido na frase “a sobrevivência do mais apto”; mas aquele ajuste o qual através da consciência se adapta para o fim”¹⁵² (1885, p. 372).

O último ponto a destacar diz respeito a realização da “vontade divina” em convergência com a consciência do homem com este propósito e desígnio transcendente. A materialização, a realidade deste processo – a união da vontade divina com a vontade humana – se consubstanciaria na mais elevada expressão: o *Estado*¹⁵³. Assim, para MacDonald “O Estado é a ideia divina que existe na terra. Temos, portanto, nela o objeto da história na mais definitiva forma [...] no qual a liberdade adquire real existência”¹⁵⁴ (MACDONALD, 1885, p. 373). Este seria o *locus* comum desta junção, o âmbito no qual a liberdade se realizaria¹⁵⁵. Mesmo no “campo” da filosofia da história o Estado ainda é a premissa e a instituição frugal desses estudos. No campo da história isso foi um lugar comum, as instituições – Igreja, Estado, etc. – pelo seu caráter duradouro e quiçá “perene” em relação ao horizonte humano se apresentaram como a chave interpretativa da história, de onde emanava a fonte dos estudos históricos – propriamente para àquela historiografia do século XIX. Assim, conclui-se que a institucionalidade das coisas e a fundação do Moderno Estado Nação na Europa emergiu como uma máxima sem precedentes para esses eruditos.

Aproximamos então da última consideração efetuada por MacDonald que tangencia a ideia de Estado como a efetividade desse processo de reconhecimento do homem com essa vontade “divina”, e a faz em dois momentos. Primeiro, a ideia de liberdade como o objetivo absoluto e final para onde tudo tende, ou seja, essa marchar da humanidade não é uma via progressiva da “sobrevivência do mais apto” e sim um caminhar para a realização dessa liberdade num aperfeiçoamento e em plena interação com a vontade divina. Segundo, os meios para realizar essa liberdade, “ou seja, o lado subjetivo da vontade e do conhecimento

¹⁵² “[...] human life is not merely that natural adjustment to the conditions of general life. which is conveyed in the phrase "Survival of the Fittest"; but is that adjustment which through consciousness adapts, itself to the end”.

¹⁵³ “[...] The State then, with its laws and institutions, its government and morality, is that form of reality in which the individual has and enjoys his freedom. It is the actually existing realised moral life; for it is the unity of the universal essential will with that of the individual. The individual, living in this unity, has a moral life, possesses a value, that consists in this substantiality alone. It is the very object of the State that what is essential, what is in harmony with the great purpose of the world, in the practical activity of men, should be duly recognised, that it should have a manifest existence and be able to maintain its position [...]” (MACDONALD, 1885, p. 373).

¹⁵⁴ “[...] The State is the divine idea as it exists on earth. We have in it, therefore, the object of history in a more definite shape than before: that in which freedom obtains real existence [...]”.

¹⁵⁵ “The State then is the manifestation of human will and its freedom. It is to the State therefore that change in the aspect of history indissolubly attaches itself; and the successive stages by which spiritual freedom, the end, is realised, manifest themselves in history as distinct political principles, distinct forms of State-life” (MACDONALD, 1885, p. 373-4).

com sua vida, movimento e atividade”¹⁵⁶ (MACDONALD, 1885, p. 374). Para o autor só é possível mediante a ideia de Estado, ideia essa como um atributo divino instaurado na terra¹⁵⁷.

Assim, o que fica subentendido a nós é que a sua ideia de uma “Ciência da História”, corresponde na verdade a um tipo de filosofia especulativa da história cujo princípio orientador seria o da realização da liberdade. A história neste sentido seria a história da liberdade humana, na qual teria sua expressão e realização na “ideia divina” de Estado. O Estado e a Religião são as duas principais instituições formativas do gênero humano para o reconhecimento dessa vontade transcendente.

A ideia que perpassa esse pensamento assume um “destino manifesto” para o curso dos acontecimentos no mundo, a história desse mundo tende para o reconhecimento da criatura com o seu criador, da imanência com a transcendência, da matéria com a substância, cujo o epicentro encontra-se no Estado Nação. Entretanto, para MacDonald esse processo de reconhecimento só é compreendido mediante uma consciência histórica. Isso é importantíssimo, pois nos possibilita auferir o quanto o pensamento histórico teve importância na filosofia idealista inglesa no final do oitocentos¹⁵⁸. Essa “ideia divina” está aí para que o gênero humano reconheça o desígnio superior de um ente abstrato a realizar-se por meio de uma “efetiva” liberdade. Desse modo, a religião possui um papel primordial dentro dessa estrutura de pensamento, uma vez que ela que é responsável por “formar a característica distinta de um povo”¹⁵⁹. MacDonald entende que a partir da oficialização do “cristianismo” no século IV com Constantino em Roma abriu-se a possibilidade desse reconhecimento do desígnio divino.

O pensamento político de MacDonald apresenta-se a partir de uma perspectiva

¹⁵⁶ “[...] *i.e.*, the subjective side of knowledge and will with its life, movement and activity”.

¹⁵⁷ “[...] We then recognised the State as the moral whole and reality of freedom, and consequently as the objective unity of these two elements. The State is, therefore, the basis and centre of the other and concrete elements of the life of a people, of Art, of Law, of Morals, of Religion, of Science. All the activity of Spirit has only this object, the becoming conscious of this union, *i.e.*, of its own freedom. Among the forms of this conscious union, Religion occupies the highest place. Religion is, in a special sense, that form in which man expresses his oneness with God; but all manifestations of life, in so far as they are realisations of freedom, also show forth this unity [...]” (MACDONALD, 1885, p. 374).

¹⁵⁸ “[...] This harmony each people is destined to accomplish for itself; but its accomplishment is at the same time its dissolution as a historical people, and the rise of a new religion, another world-historical people, another epoch of universal history. This transition and connexion leads us to the idea and connexion of the whole, the idea of the world's history as such. To comprehend the thought involved in this transition, the study of history itself is necessary [...]” (MACDONALD, 1885, p. 376).

¹⁵⁹ “[...] Each people that is forming itself into a State does so on the basis of religion, on the basis of its own conception of the relation between the world and the divine, between the life of the individual and that universal life, which is its presupposition and aim. It is its religion that forms the distinctive characteristic of a people. It is this alone which takes the lead in all the deeds and tendencies of that people, and which is occupied in realising itself, in making its real life correspond with its idea of the divine [...]” (MACDONALD, 1885, p. 375-6).

liberal-protestante. Em outros termos, assume no final de seu artigo um objetivo ético para esse devir constante. É interessante mencionar o fato de que foi nesta mesma via que Bradley entrou na discussão sobre a história em seus *Pressupostos da História Crítica*.

[...] Enriquecido por esse espírito – o resultado final da tarefa da nação – o indivíduo assume uma ideia de superioridade, de criticidade com relação as leis e instituições, pelo o qual o empenho nacional tem sido guiado; e o interesse privado torna-se predominante. Para que um verdadeiro interesse universal possa novamente emergir, um princípio de uma nova ordem, um novo espírito nacional deve apresentar-se. Essa é a alma, a consideração fundamental na compreensão da história científica [...] ¹⁶⁰ [...] (MACDONALD, 1885, p. 376).

O parágrafo final de seu texto resume sua filosofia especulativa da história, mediada num acordo ético-metafísico. Desse modo, a chave de sua interpretação acerca do processo histórico se dá mediante o auto reconhecimento histórico e consciente do gênero humano com essa vontade “divina” para onde tudo emana e flui.

A conclusão de toda a discussão é esta, que a História do objetivo do Mundo tem como finalidade a realização de uma completa harmonia entre o homem e Deus, a realização, através de um processo doloroso de auto conflito e de auto conquista daquela liberdade que é o mesmo em espírito como o amor ensinado por Cristo, a realização de um Estado no qual o interesse de cada um será o interesse de todos e o interesse de todos o interesse de cada um; e é à luz desse objetivo que todo o progresso na história deve ser interpretado. O verdadeiro crédulo crer na realização plena de um Reino de Cristo nesta terra e não limita sua visão ao futuro, mas reconhece o desenvolvimento no passado e o valor essencial do presente ¹⁶¹ (MACDONALD, 1885, p. 376).

3.5 – A questão do estatuto científico do conhecimento histórico: R. G Collingwood, E. Taylor e F. C. S. Schiller

Os artigos que compõe a última sessão dessa dissertação foram frutos de um simpósio temático promovido pela *Mind Association* juntamente com a *Aristotelian Society* de Manchester, que ocorreu nos dias quatorze e dezesseis de Julho de 1922, sendo publicada em

¹⁶⁰ “[...] Enriched by this spirit – the final result of the labours of the nation – the individual assumes an attitude of superiority, of criticism, towards the laws and institutions by which the national endeavours had been guided; and private interest becomes predominant. In order that a truly universal interest may again arise, a principle of a new order, a new national spirit, must show itself. This is the soul, the essential consideration in the scientific comprehension of History”.

¹⁶¹ “The conclusion of the whole matter is this, that the History of the World aims at the realisation of a complete harmony between man and God, the realisation, through a painful process of self-conflict and self-conquest, of that freedom, which is the same in spirit as the love taught by Christ, the realisation of a State in which the interest of each will be the interest of all, and the interest of all the interest of each; and it is in the light of this aim that all progress in history must be interpreted. The true believer in the ultimate complete realisation of a kingdom of Christ on this earth does not confine his vision to the future, but recognises the development in the past and the essential worth of the present”.

forma de artigo na *Mind Review* em Outubro daquele mesmo ano¹⁶². Participaram dessa seção os filósofos Robin R. Collingwood, Alfred Edward Taylor (1869-1945) e Ferdinand Canning Scott Schiller (1864-1937). Os três intelectuais tangenciaram uma discussão em torno de um problema epistemológico caro ao pensamento histórico, a saber: História e Ciência são diferentes formas de conhecimento? É sob um inquérito no campo da teoria do conhecimento que todos estão a dialogar, evidentemente, irão responder a esse questionamento de modo distinto, a partir de suas próprias pressuposições filosóficas.

Como ficará evidente ao longo desse texto, cada artigo traz em si a expressão e o posicionamento filosófico de cada autor. Collingwood aborda essa questão a partir do campo da epistemologia, Taylor faz a contraposição da argumentação de Collingwood a partir do ramo da lógica, numa tentativa de síntese de ambos, Schiller – que foi um crítico ferrenho do idealismo absoluto de Bradley – direciona sua análise a partir dos pressupostos do pragmatismo. Isso fica evidente na própria fala deste último quando o mesmo faz uma menção à dialética hegeliana. Desse modo, enquanto Collingwood representava a *Tese* do problema, Taylor desenvolve a *Antítese*, enquanto que Schiller ficaria com a difícil tarefa de estabelecer a mediação dos dois processos numa *Síntese*¹⁶³.

Sob os autores, podemos dizer que, apenas Collingwood tinha um contato mais próximo com o *campo* do conhecimento histórico. Isso porque, conforme nos aponta Arrais (2013, p. 309), a partir de 1913 – ano em que traduziu e publicou a obra de Benedetto Croce, *The Philosophy of Giambattista Vico* – Collingwood começa a ter contato com a filosofia continental, propriamente, com idealismo italiano, em Vico e em Croce (PEREIRA, 2011). Essa relação será frutífera ao pensamento histórico do autor. Na década seguinte, Collingwood publicará dois artigos que versavam estritamente sobre alguns tópicos de epistemologia: em 1922 inaugura essa discussão com o artigo publicado na *Mind* – o qual iremos analisar –; e em 1928, quando publica *The Limits of Historical Knowledge*, na Revista de Estudos Filosóficos. Essas são os dois principais artigos teóricos que Collingwood direcionou ao pensamento histórico na década de 1920. Outra contribuição ao campo da história iria acontecer somente com a publicação póstuma de *A Ideia de História* em 1946.

Seu primeiro trabalho publicado no campo da filosofia foi *Religion and Philosophy*, de 1916; seguido pela obra *Speculum Mentis*, de 1924; no ano seguinte apareceu *Outlines of a*

¹⁶² COLLINGWOOD, R. G., TAYLOR, A. E., SCHILLER, F. C. S. Are History and Science Different Kinds of Knowledge? *Mind*, New Series, Vol. 31, No. 124 (Oct., 1922), pp. 443-466.

¹⁶³ “The theory of the three-member Symposium is supposed to be that the first string develops his Thesis, the second harps upon the Antithesis, while upon the third performer devolves the onerous duty of finding (if he can) the Higher Synthesis which resolves their discords [...]” (SCHILLER, 1922, p. 459).

Philosophy of Art, fechando assim suas publicações na década de 1920. Na década de 1930, Collingwood ingressará em outras questões, o que demonstra a seu modo sua versatilidade filosófica. Neste período irá dedicar-se ao campo da arqueologia da Roma Britânica, dos quais emergiram trabalhos como: *The Archaeology of Roman Britain* (1930), *Roman Britain and the English Settlements* (1936), e uma colaboração com J. M. Myres em *Economic Survey of Ancient Rome* (1937). Collingwood trabalhou em mais de uma frente. Nesta mesma década publicou: *An Essay on Philosophical Method* (1933), *The Principles of Art* (1938) e *An Autobiography* (1939). Na década de 1940 foram publicados *An Essay on Metaphysics* (1940) e *The New Leviathan* (1942). Outros livros foram postumamente publicados a partir de suas conferências e manuscritos, tais como: *The Idea of Nature* (1945), *The Idea of History* (1946), *Essays in Political Philosophy* (1989), *The Principles of History* (1999), e *The Philosophy of Enchantment* (2005) (ARRAIS, 2013, p. 309-10; PEREIRA, 2011).

Taylor direcionou suas investigações filosóficas especificamente no campo da metafísica, filosofia da religião e filosofia moral¹⁶⁴. Sua carreira profissional esteve em grande parte vinculada na resolução dos problemas desta última¹⁶⁵. Metz (1938) aponta e o coloca entre os teístas e filósofos da religião do idealismo britânico. A pesar de notar algumas contraposições em seu pensamento com relação à Green e sua escola, Taylor foi fortemente influenciado pelo pensamento filosófico de Francis Herbert Bradley. O cenário do movimento idealista em Oxford foi um dos mais vigorosos – juntamente com Glasgow e Endinburgh –, e sobretudo, estavam centrados em figuras como Thomas Hill Green e Bradley. Assim, podemos dizer que a formação acadêmica de Taylor em grande parte foi capitaneada pela efervescência idealista, sobretudo, aquela de caráter hegeliano¹⁶⁶.

¹⁶⁴ *The Problem of Conduct: A Study in the Phenomenology of Ethics*, 1901; *Elements of Metaphysics*, 1903; *Thomas Hobbes*, 1908; *Plato*, 1908; *Epicurus*, 1911; *Varia Socratica*, 1911; publicou uma série de artigos para a Enciclopédia da Religião e Ética de Hastings (“Continuity”, “Dreams and Sleep”, “Identity”, “Theism”) entre os anos de 1911-21; *Platonism and Its Influence*, 1924; *Plato: The Man and His Work*; *David Hume and the Miraculous*, 1927; *A Commentary on Plato’s ‘Timaeus’*, 1927; *Plato and the Authorship of the Epinomis*, 1929; *Socrates*, 1932; *Philosophical Studies*, 1934; *The Christian Hope of Immortality*, 1938; *Does God Exist?*, 1945 (METZ, 1938, p. 412).

¹⁶⁵ “Taylor began his career with a prize fellowship at Merton College, Oxford in 1891. He then served as an assistant lecturer in Greek and philosophy at the University of Manchester (1896–1903), as Frothingham Professor of at McGill University, Montreal (1903–1908) and as a professor of moral philosophy at the University of St Andrews (1908–1924). He ended his career with a professorship of moral philosophy at the University of Edinburgh, from which he retired in 1941, though he continued to do the work of the chair until 1944”. Ver verbete *Alfred Edward Taylor* em The Gifford Lectures. Disponível: <<http://www.giffordlectures.org/lecturers/alfred-edward-taylor>> Acesso: 26/07/2015.

¹⁶⁶ “Taylor received his philosophical education when Oxford was in the grip of the Hegelianizing movement. The first and strongest influence over him came from Bradley. As a Fellow of the same college, he was one of the very few who had the good fortune to come into personal contact with the recluse, and was able through almost daily intercourse to share Bradley’s thoughts at the time when Bradley was wrestling with his metaphysic [...]” (METZ, 1938, p. 412-3).

Metz caracteriza que a extensão do pensamento de Taylor esteve grandemente vinculado ao idealismo britânico, embora reconheça uma mudança de posicionamento em seus trabalhos tardios. De qualquer modo, a influência de Bradley na construção de seu edifício filosófico foi sem dúvida imprescindível¹⁶⁷. Taylor também possuía um vasto conhecimento sobre a cultura e filosofia grega, foi um especialista em Platão. Além disso, pensava e detinha um enorme conhecimento da história da filosofia.

A principal controversa de Taylor com a faceta neohegeliana do movimento idealista se deveu no campo da ética e neste sentido, apresentou-se como uma oposição ao pensamento de Green. Assim, a primeira contraposição efetuada por ele, corresponde em separar os estudos em ética do sistema filosófico geral, e assim, trata-lo de um modo “puramente empírico”. Diferentemente do *Prolegomena to Ethics* (1884) de Green, caracterizado por um tratamento fortemente metafísico, Taylor irá negar esse princípio por um historicismo baseado na experiência, de onde emanariam as volições éticas. Ou seja, a “realidade histórica” constitui-se como o elemento frugal para se compreender os princípios éticos. Assim, para Taylor:

A Ética é tão independente da especulação metafísica em seus princípios e métodos como qualquer um das chamadas “ciências naturais”; sua base real deve ser procurada não nas teorias filosóficas a cerca da natureza do Absoluto ou da conclusão definitiva do universo, mas em fatos empíricos da vida humana, assim como eles são revelados a nós em nossa experiência cotidiana concreta¹⁶⁸ (apud METZ, 1938, p. 415).

A sua concepção de ética antes é uma matéria “positiva e empírica” do que uma “ciência especulativa”, intimamente relacionada à psicologia, antropologia, sociologia e disciplinas similares, e “[...] tem a tarefa de descrever fenômenos morais como nós os encontramos no passado e no presente como fatos da experiência, estabelecidos em um contexto concreto de situações e condições”¹⁶⁹ (METZ, 1938, p. 415). Metz apontou dois momentos do pensamento ético de Taylor: o primeiro mediado por um psicologismo, relativismo e ceticismo; a segunda fase apresenta-se numa relação estreita com a teologia, atravessado por um extenso estudo do pensamento medieval com a filosofia da antiguidade

¹⁶⁷ “At a much later time, when he had moved far from his early position, he gratefully recorded that the influence of Bradley, “exercised in many ways, must count for the most potent to which my own thinking has been subjected and the most beneficial” (apud METZ, 1938, p. 413).

¹⁶⁸ “Ethics is as independent of metaphysical speculation for its principles and methods as any of the so-called “natural sciences”; its real basis must be sought not in philosophical theories about the nature of the Absolute or the ultimate constitution of the universe, but in the empirical facts of human life as they are revealed to us in our concrete everyday experience”.

¹⁶⁹ “[...] has the task of describing moral phenomena as we find them in the past and the present, as facts of experience set in a concrete context of situations and conditions”.

clássica, entre outras influências modernas¹⁷⁰. Para ele esse novo posicionamento é “melhor descrito como teísmo ético”. Desse modo:

O pensamento ético de Taylor, passa assim, dois estágios totalmente independentes: o primeiro, realístico e empírico, dialético e cético, não sistemático e hostil a qualquer sistema metafísico; o segundo, inteiramente diferente, o enraizamento ético em um sistema de teísmo metafísico, torna-o totalmente subserviente a este¹⁷¹ (METZ, 1938, p. 422).

Apesar de ter direcionado seus estudos em grande parte aos problemas éticos e por ter lecionado na maior parte de sua vida sobre os problemas da filosofia moral, entretanto, o ponto de acesso de Taylor na elaboração de uma resposta a um problema de teoria do conhecimento se deu dentro do campo da lógica. Desse modo, temos em Collingwood uma abordagem epistemológica, em Taylor uma resposta lógica, e em Schiller – como veremos agora – uma defesa do posicionamento pragmático na resolução daquele problema – a saber, se a História e Ciência são diferentes formas de conhecimento.

Assim, Ferdinand Canning Scott Schiller apresenta um ponto de inflexão a partir de sua perspectiva do pragmatismo¹⁷². Tal vertente emergiu na filosofia estadunidense, inicialmente com Charles Sanders Peirce (1839-1914) e William James (1842-1910)¹⁷³. No cenário inglês seu maior representante foi Schiller, juntamente com Henry Sturt, George Stout (o segundo editor da *Mind*) e Hastings Rashdall (METZ, 1938, p. 447). O primeiro manifesto do grupo emergiu com a publicação do livro *Personal Idealism* em 1902, oriundo da reunião de uma série de artigos ensaísticos organizados e publicado por Sturt¹⁷⁴. Esse foi o trabalho e o empenho de alguns intelectuais poucos conhecidos da Universidade de Oxford que em 1898 havia formado a “*Oxford Philosophical Society*” (1938, p. 448).

¹⁷⁰ “Among the moderns he has moved nearer to Galileo, Descartes, Hobbes, Leibniz, and Reid, and among his contemporaries has made fruitful contacts with Alexander, Varisco, Ward, Royce, Bergson and Whitehead. And he has become indebted in certain important respects to the writings of von Hugel and Webb on the philosophy of religion, and to E. R. Sevan's book *Hellenism and Christianity*” (METZ, 1938, p. 420).

¹⁷¹ “Taylor's ethical thought thus passes through two entirely unrelated stages: the first realistic and empirical, dialectical and sceptical, unsystematic and inimical to any metaphysical system; the second, utterly different, rooting ethics in a system of metaphysical theism and making it wholly subservient to this”.

¹⁷² “Na Inglaterra F. C. S. Schiller (1864-1937) desenvolveu uma versão do pragmatismo a que chamou “humanismo”. Schiller era formado pelo Balliol College, em Oxford, e por algum tempo lecionou na Universidade de Cornell, em New York, onde encontrou James, antes de regressar como professor associado deo Corpus Christi College. Era caso ímpar em Oxford, já que nos últimos anos do século XIX os departamentos na maior parte das universidades do Reino Unido eram dominados por uma versão britânica do idealismo hegeliano” (KENNY, 2009, p. 66).

¹⁷³ “Contudo, se o pragmatismo era em Peirce uma teoria do significado, o de James era uma teoria da verdade, e se o pragmatismo de Peirce era interpressoaal e objetivo o de James era individualista e subjetivo. Por essa razão Peirce desvinculou-se da teoria de James e mudou o nome da sua própria para “pragmaticismo” (KENNY, 2009, p. 64).

¹⁷⁴ Segue a estrutura da antologia: “*Error*”, de G. F. Stout; “*Axioms as Postulates*”, de F. C. S. Schiller; “*The Problem of Freedom in Its Relations to Psychology*”, de Boyce Gibson; “*The Limits of Evolutions*”, de G. E. Underhill; “*Origin and Validity*”, de R. R. Marrett; “*Art and Personality*”, de Henry Sturt; “*The Future of Ethics*”, de F. W. Bussell; e, “*Personality, Humans and Divine*”, de Hastings Rashdall.

Metz aponta que tal grupo não se constituiu como uma “escola filosófica” propriamente dita – estabeleceu-se em torno de alguns princípios orientadores. Assim, “They were united only in a common tendency of thought and action, manifesting only one positive purpose, the development and vindication of the principle of personality on the basis of experience and with an idealist view of the world”¹⁷⁵ (METZ, 1938, p. 448). Apesar de emergido num cenário fortemente neohegeliano com os idealistas de Oxford, o pragmatismo – mas propriamente o “humanismo” de Schiller – firmou-se por fazer oposição justamente ao Idealismo Absoluto em prol de um “*Personal Idealism*”.

A crítica ao Idealismo Absoluto se deu em duas vias. Primeiro, devido o fato dessa vertente criticar a experiência humana a partir de uma perspectiva externa; segundo, um preconceito por parte da mesma na compreensão do lado volitivo da natureza humana (METZ, 1938, p. 449). Assim, podemos afirmar que a efervescência do Idealismo efetuou-se de modo afirmativo ao longo do último quartel do século XIX, após isso, duas correntes filosóficas iriam fazer frete a esse projeto filosófico já nas primeiras décadas do XX, a saber: o neorrealismo (posteriormente, denominada de filosofia analítica) e o pragmatismo.

Para Metz a “ascensão e queda” do pragmatismo girou em torno e sob a figura e o trabalho de Schiller (1998, p. 454)¹⁷⁶. Igualmente a Taylor, a formação acadêmica de Schiller em Oxford foi fortemente marcada pela filosofia idealista. Inicia seus estudos “imediatamente após a morte de Green”, num momento em que o “Hegelianismo estava em ascensão”. Entretanto, diferentemente da grande maioria entusiasmada com o Idealismo, Schiller optou por uma via oposta. Apesar de estar nessa atmosfera intelectual conduzida em Oxford por Green (seus pupilos) e Bradley, Schiller abriu um flanco de resistência. Na sua primeira obra, *Riddles of the Sphinx: A Study in the Philosophy of Evolution*, de 1891 – escrito por um “Troglodita” – a crítica ao idealismo adveio e emergiu de um *locus* em que o próprio idealismo estava a criticar, ou seja: a filosofia naturalista-evolucionista. Para Metz essa obra representou o período pré-pragmático de Schiller (1998, p. 454).

Sua filiação filosófica se assentou na tradição clássica, não em Platão e Aristóteles, mas, em Protágoras, considerava-se um “neo-protagoriano” (METZ, 1998, p. 473). Contra um

¹⁷⁵ “Eles estavam unidos apenas em uma tendência comum de pensamento e ação, manifestando somente um propósito positivo, o desenvolvimento e a defesa do princípio da personalidade com base na experiência e com uma visão idealista de mundo”.

¹⁷⁶ *Axioms as Postulates*, 1902 (artigo manifesto de Schiller reunido no livro *Personal Idealism*); *Humanism: philosophical essays*, 1903; *Studies in Humanism*, 1907; *Plato or Protagoras?* 1908; *Formal Logic*, 1912; *Problems of Belief*, 1924; “*Why Humanism?*”, 1924 (artigo publicado no livro *Filosofia Contemporânea Britânica*); *Tantalus, or the Future of Man*, 1924; *Eugenics and Politics*, 1926; *Cassandra, or the Future of the British Empire*, 1926; *Logic for Use: an introduction to the voluntarist theory of knowledge*, 1929; *Social Decay and Eugenical Reform*, 1932; *Must Philosophers Disagree? and other Essays in Popular Philosophy*, 1934.

pensamento metafísico que elidia o homem de seu próprio ofício filosófico é que Schiller estava a elevar a máxima de Protágoras, a de que “o homem é a medida de todas as coisas”. É nele e a partir dele que devemos compreender uma “realidade” subjacente. Assim, o seu humanismo pragmático repousa num perspectivismo imanente: subjetivista e relativista.

O “pragmatico-humanismo” de Schiller teve duas influências adicionais: primeiro, um contato próximo com o pragmatismo americano, especialmente em William James – com quem estabeleceria uma duradoura amizade pessoal; em segundo lugar, com os desenvolvimentos da psicologia que nas décadas de 1880/90 substituiu “uma concepção voluntarista e teológica da vida mental” por uma perspectiva “associacionista-mecanicista” e pelo estabelecimento de “visões intelectualistas”. Segundo Metz, “This movement, which began in Germany under the leadership of Wundt, found in Anglo-Saxon lands its chief exponent in the psychological researches of Ward, Stout, and also of James”¹⁷⁷ (1998, p. 457). Além disso, Metz aponta que Schiller foi fortemente influenciado pelo pensamento de Ward, não apenas em sua perspectiva psicológica, mas, em seu projeto filosófico como um todo. Assim, o pragmatismo inglês encontrou sua pedra angular no campo da lógica, no qual faria uma oposição tanto à lógica formal quanto ao idealismo absoluto.

O ataque do pragmatismo inglês à lógica formal é uma reivindicação da inserção do homem neste processo. Se de um lado, o pressuposto da verdade lógica se assentava em proposições abstratas e gerais de validade “eterna” – estreitamente vinculada a ser a epistemologia das ciências naturais –; de outro, a lógica pragmática centra-se o homem neste processo até então abstrato e matemático.

Isto significa que a lógica dever ser limitada estreitamente às ciências humanas (antropologia, sociologia, biologia, etc.), e acima de tudo à psicologia. A lógica Pragmática é, portanto, consciente e enfaticamente psicológica, e declara expressamente que a lógica pura é impraticável¹⁷⁸ (METZ, 1938, p. 460).

Assim, o pressuposto básico da lógica pragmática afirma-se em negar qualquer pretensão de verdade que não esteja condicionado a “valores pragmáticos”. Esse último num sentido de valoração mediante a experiência humana. “Assim, chegamos à vinculação bem conhecida da verdade com utilidade, e da famosa fórmula da utilidade (ou serventia ou aplicabilidade) das verdades”¹⁷⁹ (METZ, 1938, p. 463). O conceito de verdade do

¹⁷⁷ “Esse movimento que começou na Alemanha sob a liderança de Wundt, encontrou no horizonte Anglo-Saxão seus principais expoentes nas pesquisas psicológicas de Ward, Stout e também de James”.

¹⁷⁸ “This means that logic must be bound very closely to the human sciences (anthropology, sociology, biology, etc.), and above all to psychology. Pragmatist logic is, therefore, consciously and emphatically psychological, and declares expressly that pure logic is impracticable”.

¹⁷⁹ “Thus we come to the well-known connection of truth with utility, and to the famous formula of the utility (or

pragmatismo “é individualístico” e está “baseado sob a opinião social”. Isso porque, a realidade para o pragmatismo é aquela que experimentamos e lidamos quotidianamente, histórica por assim dizer, condicionada num horizonte imediato da experiência humana. Apesar de estar assentado sob esse conceito, afasta-se totalmente da epistemologia do empirismo, estando mais próxima do idealismo de Kant e Fichte (METZ, 1938, p. 469).

Desse modo, como foi demonstrado, a formação e o interesse dos três participantes daquele simpósio temático são diferentes. Taylor e Schiller tiveram sua formação nos esquadro do florescimento do idealismo oxfordiano, em Green e Bradley, enquanto que a formação filosófica de Collingwood se deveu num momento de declínio desta vertente nos idos das décadas de 1910/20. Apesar de não ter tido um contato direto com as principais forças de tal movimento, Collingwood representou um esforço tardio no século XX em considerar aquela vertente nos estudos históricos – principalmente em Bradley (BURNS, 2006; PEREIRA, 2011).

Dado isso, demonstraremos a estrutura argumentativa versada pelos três filósofos naquele simpósio de 1922, respectivamente, nesta ordem: Collingwood, Taylor e Schiller. Assim, concentraremos a disposição dos problemas encontrados nos três artigos de forma dialógica, intercalando-os, promovendo assim, uma interação discursiva entre eles.

Collingwood abre seu artigo questionando se a partir do campo da epistemologia ou da lógica poderíamos fazer uma distinção entre aqueles dois tipos de pensamento: o científico e o histórico (COLLINGWOOD, 1922, p. 443). Ele apresenta o início dessa discussão dentro da tradição da filosofia clássica, perpassando de modo tangencial em Platão eclodindo no pensamento de Aristóteles em sua famosa obra, *Poética*. Nela abriu-se uma fenda dentro da história do pensamento filosófico entre os estudos humanísticos; a poesia foi elevada a uma estatuto “científico” – diga-se, um raciocínio abstrato e universal – e a história “rebaixada” a tipo de pensamento que lidava com as eventualidades fenomenológicas de uma determinada “realidade histórica”, ou seja, com as efemeridades da vida humana. Assim, Aristóteles efetuou uma distinção epistemológica cara ao pensamento histórico que só iria ser resolvida de modo efetivo, a partir do historicismo alemão. A máxima lançada colocava todo e qualquer raciocínio geral e universal como científico, enquanto que todo o raciocínio que lidava com o particular foi relativizado como um conhecimento a-científico.

É justamente na fenda aberta pela *Poética* de Aristóteles que Collingwood pretende retirar o conhecimento histórico de sua condição “subalterna”, e assim, resolver um problema

filosófico colocado no século I a. C. Collingwood não parte da distinção efetuada pelo historicismo alemão, a pensar de ter tido contato com a obra de Kant, foram as influências de outro idealismo que desempenhou um papel fundante em seu pensamento histórico. Dilthey é quem promove a distinção epistemológica frugal entre ambos os domínios, entre as *ciências da natureza* e as *ciências do espírito*.

O que fica subentendido é que a estrutura explicativa do artigo de Collingwood visa senão lançar um ataque ao positivismo e para aquela partícula que o promoveu no cenário inglês, ou seja, o empirismo. Fez isso colocando em discussão os pressupostos que balizaram o que seria ou não um conhecimento científico. Aristóteles serve assim de pano de fundo à crítica dirigida aquela filosofia que se promulgava científica. É isso que também foi depreendido no trabalho de Pereira (2011) acerca de Collingwood: uma guinada contra o positivismo, restabelecendo a crítica promovida pelo idealismo ao longo do último quartel do século XIX.

Collingwood começa a refinar sua crítica a tal problemática. Aponta que deveríamos evitar dois caminhos para abordar essa questão. O primeiro deles seria partindo do campo da metafísica, que implicaria numa definição entre aquelas duas categorias dualistas: o particular e o universal. Abandonando uma prerrogativa metafísica, poderíamos até adotar uma perspectiva partindo do conceito de experiência, que segundo Collingwood seria “claramente suficiente para mostrar a instabilidade de tal dualismo” (COLLINGWOOD, 1922, p. 444). Collingwood aposta em outra via menos “destrutiva”.

O raciocínio filosófico de Collingwood é histórico, ou seja, ele processa a discussão nas linhas gerais da história da filosofia. Assim, ele mensura críticas ao pensamento clássico, em Platão e Aristóteles como também ao neopositivista de sua época. Assim, é no pensamento clássico que Collingwood reconhece a filiação da metodologia científica do positivismo a qual deseja criticar. É o que depreendemos em sua análise:

No pensamento grego, a ciência, ou o conhecimento do universal, é um tipo de conhecimento autêntico e a história, ou conhecimento do particular, é tão somente um semiconhecimento. Para Platão, o particular está a meio caminho entre a existência e a não existência, e, portanto, a melhor possibilidade de cognição do mesmo situa-se na fronteira entre o conhecimento e a ignorância. O particular não é conhecimento: é mera opinião. Para Aristóteles, a qualificação da poesia como mais científica do que a história dá a entender que a poesia (e, portanto, *a fortiori* a ciência) está mais próxima de satisfazer o ideal de conhecimento do que propõe a história. Esse ponto de vista tornou-se tradicional e desenvolveu-se de forma curiosa no século XIX (COLLINGWOOD, 2013, p. 319-20).

A propositura do empreendimento lançado por Collingwood contra o positivismo reside neste artigo, é a partir das formulações lançadas aqui e em seu texto de 1928 que

começamos a delinear suas preocupações no campo da teoria do conhecimento histórico, mas tarde, desembocando nos escritos póstumos da *Ideia de História*. E é mediante a forma no qual isso se deveu que apontamos uma filiação junto a tradição da filosofia idealista inglesa. Para todos os efeitos, tanto na Alemanha quanto na Grã-Bretanha, o Idealismo fez frete aos postulados axiomáticos das ciências da natureza, no século XIX, o alvo do idealismo britânico sem dúvidas foi tanto o empirismo quanto o positivismo.

Era comum nesse período propor que a história deveria ser elevada à categoria de uma ciência: o que significava dizer que até aquele momento a história não era uma ciência, visto que só reconhecia o particular, mas que agora aquela imperfeição teria sido removida e, após um longo aprendizado dedicado à fórmula baconiana de coletar os fatos, a história seria promovida à tarefa de elaborar leis gerais, e assim, converteria-se em uma ciência, apta a tomar seu lugar entre as outras ciências como a química e a mecânica. Essa proposta redimiu a história de seu rebaixamento à posição de ciência subalterna, tornando-se parte do programa comum do empirismo e positivismo do século XIX, e a ciência em que ela estava para ser convertida foi alternadamente intitulada de Antropologia, Economia, Ciências Políticas e Sociais, Filosofia da História e Sociologia (COLLINGWOOD, 2013, p. 320).

É frente a esse tipo de pensamento que reduz a história a um tipo de ciência positiva mediante a promulgação de leis gerais que Collingwood se opôs. Nesta passagem reside grande parte de seu empreendimento crítico desenvolvido posteriormente no campo da teoria do conhecimento histórico. Com intuito de sanar essa celeuma instaurada pelo positivismo comteano é que Collingwood ingressa na seara do pensamento histórico.

Reconhece por outro lado, que a tendência da última geração da filosofia europeia – neste sentido, uma referência explícita ao idealismo como um todo – foi combater esse tipo de pensamento¹⁸⁰. São dois os problemas encontrados nesta filosofia: o rebaixamento da ciência a uma forma falsa de conhecimento e o estabelecimento da “verdadeira forma na história” – que a partir de uma catalogação minuciosa dos fatos históricos de forma indutiva fosse possível auferir proposições do tipo geral, tal qual, por exemplo, ‘toda revolução segue-se de uma reação ou contrarrevolução’, o que garante dessa forma a uniformidade e regularidade dos fatos históricos que na verdade, são em última instância únicos por excelência, irrepetíveis.

Isso porque houve no interior desse movimento a ampliação do conhecimento histórico, e uma mudança brusca na concepção metafísica de realidade. Assim, a realidade entendida como “processo, movimento, mudança”, deu lugar para uma realidade histórica, e

¹⁸⁰ “[...] The chief feature of European philosophy in the last generation has been that movement of reaction from nineteenth-century positivism which has tended to degrade science into a false form of knowledge and to find the true form in history [...]” (COLLINGWOOD, 1922, p. 445).

ocorreu a partir do campo da epistemologia, segundo Collingwood¹⁸¹.

A partir desse momento entramos no segundo tópico do texto de Collingwood onde ele procurar resolver tal problemática partindo de uma análise da procesualidade lógica do pensamento científico, procurando assim compreender a forma de pensamento instrumentalizada nessas operações cognitivas.

Collingwood começa por analisar a estrutura do pensamento científico. Assim, disseminado no senso comum, “o trabalho do cientista tem como objetivo produzir generalizações” (COLLINGWOOD, 1922, p. 445). É isso que comumente foi entendido e explicitado pelo positivismo, que ciência se constitui mediante o estabelecimento de leis gerais, obtidas tanto indutiva quanto dedutivamente. Para fazer a contraposição lógica a esse tipo de pensamento vulgar, Collingwood estabeleceu um paralelo imediato com a geologia para chegar a conclusão de que nem todas as ciências – comumente entendidas naquele cenário – tinham por objetivo raciocinar de maneira generalizante e universalista – como se isso fosse um axioma, sinônimo de um conhecimento “puro” e “verdadeiro”.

As ciências naturais assumem e interpretam os “fatos concretos à luz de seus conceitos gerais”, ou seja, a finalidade do pensamento científico está para produzir afirmações gerais com pretensões de universalidade. Dito isso, a geologia como propõe Collingwood também se caracteriza por ser uma ciência, entretanto, “não está preocupada em deduzir ou reafirmar verdades universais”. Assim, seria absurdo e irracional compreender como científico apenas aquele tipo de raciocínio universalista. Ao ponderar tal crítica, Collingwood ensaia um processo epistêmico e hermenêutico:

Interpretação não é o emprego de um instrumento previamente construído (conceito) sobre um material isoladamente determinado (o fato). Nem o conceito nem o fato podem ser “apropriados”, exceto na presença um do outro (*pensamento e objeto de estudos*, respectivamente). Apropriar-se ou pensar um conceito é interpretar um fato em seus termos: se apropriar ou estudar um fato é interpretá-lo em termos conceituais (COLLINGWOOD, 2013, p.322).

A fim de asseverar as contradições instauradas neste tipo de pensamento, Collingwood afirma que “O objeto que o cientista conhece não é “universal”, mas sempre um fato particular, um fato que, se não fosse pela existência de sua atividade generalizadora, seria vazia e sem sentido” (COLLINGWOOD, 2013, p. 322). Em seguida, fará uma distinção ainda mais tênue. Collingwood partindo de uma distinção usualmente feita entre “o termo particular

¹⁸¹ “The metaphysical notion of reality as process, movement, change, or becoming has had its reverse (perhaps really its obverse) side in an epistemology which places history at the centre of knowledge. In this, implicitly if not explicitly, the schools of Mach, of Bergson, of James, and of Croce agree” (COLLINGWOOD, 1922, p. 445).

e o termo individual: o primeiro como uma mera abstração e o segundo como um fato concreto”, fará uma oposição àquele tipo de dualismo abstrato (o particular e o universal) dizendo que há “somente conhecimento do individual” (COLLINGWOOD, 2013, p. 323). Assim, para Collingwood, “O objetivo do cientista não é, então, “conhecer o universal”, mas conhecer o individual, interpretar intuições com conceitos ou produzir conceitos por meio de intuições [...]” (COLLINGWOOD, 2013, p. 324).

De outro lado, no pensamento histórico ocorre o mesmo, afirmará Collingwood. O historiador parte da análise do dado individual e não procura fazer afirmações gerais a partir dos dados apreendidos das fontes. Ao aprofundar neste argumento Collingwood expressa sua concepção de história: “seu trabalho é a interpretação do fato individual, a reconstrução da narrativa histórica” (COLLINGWOOD, 2013, p. 325).

Esses dois princípios se manteria em seu arcabouço teórico em história. Primeiro, concebe a unicidade dos eventos e fatos em história – as ações humanas passadas que constitui o material da pesquisa histórica não possui regularidades cíclicas tal qual há na natureza. Em segundo lugar, a “reconstrução da narrativa histórica”. É sob este princípio que Collingwood posteriormente desenvolveria tanto sua concepção de imaginação histórica estabelecida mediante um processo de inferência – demonstrando sua filiação as ideias de Bradley – quanto o seu conceito de *re-enactment* – “re-constituição, re-construção, re-pensar o pensamento” (ARRAIS, 2010, p. 38).

É com o idealismo de Bradley que Collingwood está a dialogar. Burns aponta que algumas das ideias deste já estavam inscritas nos *Pressupostos da História Crítica* de Bradley. Essa influência ficará mais clara a partir da dimensão da imaginação histórica de Collingwood. Assim, para Bradley a “reconstrução” dos fatos históricos aconteceria mediante um processo de inferência – depois do processo de crítica das evidências da fonte. Esse processo que Bradley chama de “re-criação inferencial” – responsável por preencher as lacunas da evidência histórica – é uma atribuição da crítica histórica que se estabelece para além do fato da “remoção do erro”, contribuindo também para “quando possível restaurar a verdade”. A imaginação histórica de Collingwood é a recriação inferencial de Bradley (apud BURNS, 2006, p. 188).

Levando adiante a distinção estabelecida, Collingwood afirmará que diferentemente do pensamento científico, o conhecimento histórico não tem por pretensão elevar os fatos obtidos das fontes ao estatuto de uma lei geral, pelo contrário:

A história, entretanto, não subordina a determinação dos fatos à elaboração de leis gerais com bases nos mesmos; ideia essa que era parte e conjunto da

falácia indutiva. Isso criou no interior do positivismo novas formas de pensamento generalizador, subordinados ao seu supremo fim, a determinação ou interpretação do fato individual (COLLINGWOOD, 2013, p. 325).

Por fim, no último tópico de seu texto Collingwood afirmará que “em termos epistemológicos” a análise científica é “idêntica à análise histórica”. Para ele, o motivo dessa “ilusão” repousou num “fato histórico simples, o fato de que a ciência se tornou objeto de reflexão filosófica muito antes da história” (COLLINGWOOD, 2013, p. 326). No século XIX, isso se deveu pela “falta de equilíbrio entre a epistemologia da ciência e da história”. Essa conclusão também é levantada por Isaiah Berlin. Para ele, a discrepância e a problemática instaurada entre as ciências naturais e as ciências do espírito constituíram-se como um problema ao longo da história da filosofia, isso porque deram mais atenção “à lógica de algumas ciências naturais como a física matemática” e assim, negligenciaram “a lógica da história e dos outros estudos do homem” (BERLIM, 1998, p. 64). Para Collingwood:

[...] O resultado foi que na teoria da ciência a atenção sempre em sido dirigida para os conceitos ou princípios de interpretação, consoante ao trabalho contínuo de desenvolvimento do pensamento, ao passo que a teoria da história tem-se contentado com o acompanhamento do produto final do pensamento, com a narrativa histórica completamente estabelecida. Essa é a raiz de todas as alegadas diferenças entre história e ciência [...] (COLLINGWOOD, 2013, p. 326).

Collingwood consegue identificar o âmago da celeuma com clareza. Sua afirmativa pode ser relacionada com o trabalho de Silva (2013) que constatou a insuficiência teórica da historiografia profissional em torno da *English Historical Review*. Assim, sua análise é a mais significativa dentre os estudos filosóficos sobre o conhecimento histórico, isso em relação aos artigos classificados a partir da *Mind Review* (1876-1922). Mediante o quadro estabelecido por nós acerca da história da filosofia entre o último quartel do século XIX e das duas primeiras do século XX a partir da classificação dos artigos da *Mind Review*, podemos apontar que pelo menos nesta esfera ensaística do artigo – se assim compreendemos o periódico como outro suporte passível do rastreamento dos problemas filosóficos instaurados em um determinado momento histórico – as discussões sobre o campo da história foram insignificantes.

Taylor acredita que ambos os conhecimentos são distintos, e nos dirá a sua razão. Sua abordagem parte dos pressupostos da lógica formal, entendida por ele como teoria do conhecimento científico. Apesar de reconhecer a particularidade daqueles campos investigativos, Taylor admite que o real problema não reside naquela distinção estabelecida por Collingwood, de que a ciência lida com o “universal” e a história com o “individual”.

Embora reconheça de certa forma isso, argumentará que:

Isto é, sem dúvidas, verdade, mas não é tudo; um opositor hábil poderia estabelecer uma hipótese plausível pela recusa daquela distinção, argumentado que as verdades universais da ciência mantêm a verdade dos eventos individuais, e que os indivíduos que constituem a forma do objeto da história são apenas conhecidos a nós como objetos com este ou aquele complexo de atributos “universais”¹⁸² (TAYLOR, 1922, p. 451-2).

Apesar de reconhecer as propriedades que separam essas duas áreas do conhecimento humano, Taylor irá insistir na distinção dos mesmos, como dito, a partir da lógica – entendida por ele como a epistemologia do conhecimento científico. A afirmativa acima lançada a cerca do conhecimento histórico, corresponde com aquela tentativa positivista em subordinar os fenômenos ocorridos na história em forma de leis gerais.

Para ele, a ciência “[...]nunca afirma e jamais tenta afirmar qualquer coisa, mas busca estabelecer uma implicação lógico-formal entre uma proposição o qual clama por uma conclusão demonstrada e um grupo de outras proposições que reivindica a premissa da conclusão”¹⁸³ (TAYLOR, 1922, p. 452). Desse modo, estabelece que:

[...] O trabalho científico é feito quando tem sido mostrado que um certo número pequenos de postulados, todos afirmados explicitamente ou assumidos tacitamente sem a prova, conforme Euclides, implica como uma consequência lógica o teorema de Pitágoras, e que se qualquer componente do grupo de postulados fossem omitidos não haveria qualquer implicação [...]”¹⁸⁴ (TAYLOR, 1922, p. 452).

O argumento de Taylor se desenrola dentro do esquadro da lógica. Diferentemente do estabelecido por Collingwood acerca daquele dualismo filosófico, este está a colocar a questão num outro patamar. Para contrapor ambos os domínios, Taylor lançará um postulado comum no raciocínio lógico, a saber, o critério da verdade lógica.

Assim, de modo semelhante à Collingwood, Taylor também concordará que o estabelecimento de algo como um conhecimento científico perpassou ao longo do pensamento ocidental de modo a buscar afirmações gerais de caráter sempiterno¹⁸⁵. Ele vê que tal ideia emerge assumidamente como a máxima científica a ser seguida. Isso porque, apesar de tal conhecimento lidar diretamente com o fato individual – tal qual apontado por Collingwood –

¹⁸² “This is, no doubt, true, but if it were all, a clever disputer could make out a plausible case for neglecting the distinction by arguing that the universal truths of science hold true of individual cases, and that the individuals whose doings form the subject of history are only known to us as objects with this or that complex of “universal” attributes”.

¹⁸³ “[...] never affirms and never attempts to affirm anything but a formal logical implication between a proposition which it calls a demonstrated conclusion and a group of other propositions which it calls the premisses for the conclusion [...]”.

¹⁸⁴ “[...] The scientific work is done when it has been shown that a certain small group of postulates, all explicitly asserted or tacitly assumed without proof by Euclid, imply as a logical consequence the theorem of Pythagoras, and that if any member of this group of postulates were omitted there would be no such implication [...]”.

¹⁸⁵ “[...] The plain fact is that what the great representatives of the scientific ideal have always been interested in is viewing things, as one of the greatest wrote, *sub specie quadam aeternitatis* [...]” (TAYLOR, 1922, p. 454).

e a partir daí disso generalizar, de outro, ele possui um caráter atemporal o que caracteriza a sua pretensão por universalidade. Assim, diferentemente da história que se constitui de modo temporal, ciências como a matemática raciocina tanto de modo abstrato e universal quanto de forma atemporal. Taylor na esteira da máxima lançada anteriormente, afirmará seu conceito de “ciência”:

[...] Eles estão apenas interessados em seu caráter temporal na medida em que isso pode ser considerado com um indício ao seu caráter eterno; eles podem ter que seguir, em alguns casos, o caráter temporal em suas premissas; seus objetivos estão a excluí-lo, se eles podem, a partir de suas conclusões, e é isto a real razão para o método “hipotético-dedutivo” que todas as ciências fazem bem em seguir [...] ¹⁸⁶ (TAYLOR, 1922, p. 454).

De outro modo, assumirá também que nem todo nosso conhecimento se confina e se assenta naquela máxima “confirmada pela *species quaedam aeternitatis*”. Fará isso para inserir o conhecimento histórico numa categoria subcientífica, pois para todos os efeitos, a história se processa temporalmente, enquanto que os postulados científicos são intemporais. A história por possuir a qualidade daquilo que é temporal assume na concepção de Taylor a imagem do seu inverso, ou seja, é apresentado como um subdomínio “acientífico”.

[...] nós estamos também interessado no temporal enquanto temporal, e podemos conhecer muito sobre ele; mesmo se você recusar a chamar esse conhecimento de ciência – como acho que deveria –, isto é “conhecimento” e o é apenas porque preocupamos com a informação que existe com um estudo substantivo da história [...] ¹⁸⁷ (TAYLOR, 1922, p. 454).

Portanto, chegamos nas linhas gerais de seu pensamento. Para Taylor o conhecimento científico se expressa pelo método lógico “hipotético-dedutivo”, enquanto que o conhecimento histórico raciocina a partir de outro cânone metodológico. Assim, a história não poderia ser científica como qualquer outra disciplina que leva esse nome, pois seus fatos não são reconstruídos mediante a instrumentalização dos métodos lógicos: indutiva e dedutivamente.

O entrave estabelecido no texto de Taylor efetua-se pela adoção de um conceito de ciência estreitamente vinculado a filosofia moderna, não em Bacon, e sim em Descartes, como se verá. De outro lado, sua concepção de história se assenta numa denominação bastante comum e amplamente divulgada no pensamento histórico europeu, de que os eventos em história não se repetem, são únicos por assim dizer.

¹⁸⁶ “[...] They are only interested in their temporal character so far as this can be regarded as a clue to their eternal character; they may have to allow, in some cases, for the temporal in their premisses; their aim is to exclude it, if they can, from their conclusions, and this is the real reason for the “hypothetical-deductive” method which all science does its best to follow [...]”.

¹⁸⁷ “[...] we are also interested in the temporal as temporal, and we can know a great deal about it; even if you decline to call this knowledge science, as I think you ought, it is “information” and it is just because we care about information that there is a substantive study of history [...]”.

[...] o objetivo da história é, no fundo, bastante diferente daquela do estudante de política e sociologia. [...] seu real interesse é com a história, uma história dos fatos humanos individuais ou da sociedade, os quais ele não esperar voltar a ocorrer, e não irão, pelo menos em sua qualidade de historiador, considera como “casos” ou “instâncias” de uma lei de tendência [...] ¹⁸⁸ (TAYLOR, 1922, p. 444-5).

A estrutura argumentativa de Taylor na esfera da história deixa a desejar, de outro, seu tratamento em torno do científico é bem mais delineado. Se no segundo caso, observamos uma filiação ao pensamento de Descartes, no caso da história, seu diálogo efetivará a partir do ramo da filosofia da religião, valendo assim de algumas das ideias do filósofo austríaco Friederich von Hügel (1852-1925) – apesar de reconhecer que a discussão levantada pela obra de Hügel (*Preliminaries to Religious Belief*) não tangenciava a discussão proposta por aquele simpósio. Isso demonstra que suas referências a cerca deste domínio, encontra-se fora do *campo* da história.

Taylor assume uma ideia de ciência baseado num raciocínio matemático-lógico. Neste sentido, um “postulado” significa “*qualquer* proposição não demonstrada usada como uma premissa final na ciência” empregada num “sentido matemático e não no sentido de alguns filósofos”. Portanto, para Taylor, “a ciência, própria e corretamente segue a esteira de Descartes em insistir que seus postulados devem transmitir ideias “claras e distintas”” (TAYLOR, 1922, p. 456). Para ser mais explícito:

[...] Do homem da ciência pedimos nada a mais do que “explicar” o curso das coisas para nós, torna-lo suave e fácil a ser tomado como um todo, mostrando como tudo segue por dedução lógica a partir de alguns princípios simples tomados em conjunto com um número comparativamente pequeno de observações, próximas da realidade como um “comando” [...] ¹⁸⁹ (1922, p. 457).

De outro lado, a ideia de história que perpassa o pensamento de Taylor, limita-se à última operação historiográfica dentro da pesquisa em história, ou seja: o processo da exposição narrativa. No pensamento de Taylor, devemos esperar que o “[...] great historian not merely to “explain” events to us but to make us “understand” the doers of historical deeds. He must bring it home to us with conviction what manner of men they were, who were doing, and what they believed themselves to be doing. Now this is where “Science” inevitably falls

¹⁸⁸ “[...] The historian’s aim is at bottom quite different from that of the student of Politics or sociology. [...] his real interest is with the story, a story of the deeds of individual men or individual societies which he does not expect to recur and does not, at least in his quality of historian, regard as “cases” or “instances” of a law of tendency [...]”.

¹⁸⁹ “[...] Of the man of science we ask no more than that he should “explain” the course of things to us, make it smooth and easily to be taken in as a whole, by showing how it all follows by logical deduction from a few simple unproved principles taken in conjunction with a comparatively few close observations of actual fact as a “control” [...]”.

short”¹⁹⁰ (1922, p. 457-8). Sua concepção de história está relacionada com os aspectos imediatos de sua filosofia moral, prima pela busca do significado da ação humana, o seu sentido.

A verdade ou a “compreensão” no pensamento histórico de Taylor só é possível mediante uma exposição narrativa capaz de nos mostrar um quadro significativo do passado, permitindo assim, “como Adam Smith teria dito, “acompanhar” tudo o que eles disseram e fizeram” (1922, p. 458). É essa capacidade de nos fazer “seguir” e compreender determinados tipos de fatos e ações humanas que Taylor acredita ser o grande mérito e atributo de um historiador.

[...] Sustento que este é o poder de “seguir junto” com o autor em uma cena histórica, fazendo seus leitores “acompanhar” junto a ele a narrativa, o qual pode ser inteiramente requerido na análise mais sutil de situações ou da elaboração de teorias políticas, esse é o dom do grande historiador. E isto, não é uma dádiva que pode ser obtida por qualquer devoção ao “método científico”¹⁹¹ (TAYLOR, 1922, p. 458).

Nesta passagem, compreendemos a sua concepção de história. Desse modo, o campo de investigações do domínio histórico se resumiria na exposição da reconstrução da narrativa histórica. O que de outro modo, não é verdade. A narrativa histórica constitui-se como a última operação dentro da pesquisa histórica (RÜSEN, 2010). E é por compreender a história somente nesta dimensão e por desconhecer as outras operações inscritas nesse processo é que Taylor reduz o pensamento histórico a meros alfarrábios, um conhecimento que nada tem de “científico”, é um saber meramente narrativo, e a grande “máxima” lançada e fazer o leitor “acompanhar” e compreender essas ações humanas passadas.

Como afirmado, o pensamento de Taylor em ciência está relacionado ao axioma da lógica; em relação ao *campo* histórico seu pensamento está associado com os pressupostos da filosofia moral. No caso da história, o grande preceito é compreender a “intencionalidade” da ação humana no passado, ou seja, ““entender” o autor atrás do ato”, esse é o êxito “que marca o grande historiador” (TAYLOR, 1922, p. 459). Assim, no último parágrafo de seu texto, Taylor tentar atenuar esse posicionamento.

Não quero dizer, é claro, que o grande historiador é um romancista com outro nome. Eu não deveria questionar qualquer pessoa a cerca do brilhante

¹⁹⁰ “[...] grande historiador não “explique” meramente os eventos à nós, mas nos faça “enterder” os atores das ações históricas. Ele deve trazê-los à nós com a convicção de que tipo de homens eles eram, o que eles estavam fazendo, e no que eles acreditavam estar fazendo. Agora, este é o lugar onde a “ciência” inevitavelmente fica aquém”.

¹⁹¹ “[...] I maintain that it is this power of “going along” with the actor in an historical scene and making his readers “go along” with him, which may be wholly wanting in the subtlest analyst of situations or deviser of political theories, that is the supreme gift of the really great historian. And it is not a gift which can be got by any devotion to “scientific method””.

romance de Froude, “A História da Inglaterra” ou o romance não menos brilhante de Macaulay como obras-primas tipicamente históricas. O historiador trabalha sobre um controle a partir do qual o romancista está livre. Ele está numa condição de liberdade de “ver” seus personagens primeiro, e então, molda o curso de suas ações para corresponder à sua visão. O historiador, diferentemente, tem que começar pelo “documento”, sobre a complicada teia de eventos, e em seguida, adivinhar os atores. É o mesmo processo, numa escala maior e aplicado ao passado [...] ¹⁹² (TAYLOR, 1922, p. 458-9).

É na capacidade de compor quadros para nossa imaginação e assim possibilitar o acompanhamento da narrativa histórica que Taylor acredita ser o mérito de um grande historiador. Macaulay como trabalhado por nós representou o que havia de mais sofisticado na estética narrativa na historiografia “amadora” juntamente com Carlyle. Sua concepção de história dialoga com essa tradição historiográfica. Isso fica claro quando ele estabelece um paralelo com a historiografia profissional, entre Lord Acton – como último representante daquela historiografia “amadora” – e Robert Seeley – um dos responsáveis pela profissionalização do conhecimento histórico inglês (SILVA, 2013, p. 40).

[...] Devo confessar que Lord Acton parece a mim ter entendido o que está propriamente a ser esperado de um historiador melhor do que Seeley e seus seguidores, que parecem pensar que, quando o trabalho fornecido à Ciência Política com matérias para sua fórmula tem finalizado, nada mais é deixado para o historiador a não ser, compor “Contos de um Avô” ¹⁹³ (TAYLOR, 1922, p. 459).

Taylor encontra-se no limiar daquela historiografia “amadora”. A sua aproximação à Lord Acton reforça o caráter – da filosofia – moral em considerar os estudos históricos. Assim, Taylor assume que a compreensão histórica de Acton – e ele é um dos elos de transição do primeiro ao segundo momento do fazer historiográfico inglês – tem uma postura compreensiva maior do que àquela promovida por Seeley – imbuído do moderno método histórico.

Temos, portanto, Collingwood partindo de uma discussão no campo da epistemologia e Taylor que estruturou sua argumentação a partir da lógica formal. Resta agora, apresentarmos o caminho ora desenvolvido por Schiller, que em seu turno, encerra a discussão daquele simpósio filosófico.

¹⁹² “I do not mean, of course, that a great historian is a brilliant novelist under another name. I should not ask anyone to regard the very brilliant novel called “Froude’s History of England” or the hardly less brilliant novel of Macaulay as typical historical masterpieces. The historian works under a control from which the novelist is free. The novelist is at liberty to “see” his characters first and then shape the course of their doings to correspond to his vision. The historian has to start by “documenting” himself about the complicated web of events and then to divine the actors. It is the same process, on a larger scale and applied to the past [...]”.

¹⁹³ “[...] I must confess that Lord Acton seems to me to have understood what is properly to be expected of an historian better than Seeley and his followers, who seem to think that when the work of providing Political Science with materials for its formula has once been done, nothing much is left for the historian but to compose “Tales of a Grandfather””.

O direcionamento que Schiller forneceu para a discussão centra-se num horizonte pragmático. Caberia a Schiller estabelecer uma síntese daquela problemática, no entanto, ele acredita ser “um empreendimento árduo”, mas fácil seria promover “um duelo triangular” entre seus partícipes do que conduzir uma análise via dialética hegeliana (SCHILLER, 1922, p. 459). É isso que faz – tal como os demais – assume sua postura filosófica na “resolução” daquela problemática, entretanto, fará isso dialogando tanto com Collingwood quanto com Taylor.

Schiller começa por apresentar os problemas enfrentados pelos dois filósofos anteriores. Em Taylor, há o objetivo de considerar a questão apenas de modo unilateral, e assim, desconsidera o tratamento histórico como uma forma de ciência, tal qual sua concepção de ciência, ou seja, baseada no racionalismo de Descartes¹⁹⁴. De outro lado, Schiller se identifica com as questões colocadas por Collingwood, embora reconheça que ambos não estavam familiarizados com o pragmatismo. Desse modo:

[...] Com a atitude de Collingwood, de fato, encontro a mim mesmo num cordial acordo em que posso aceitar todas as suas afirmações, embora reconheça que algumas delas possam provar enganosas ao menos que elas sejam salvaguardadas e complementada por extensões e corolários que ele não menciona. O interessante trabalho de Taylor eu já não conseguiria engolir de modo integral: partes dele, penso, deveriam ser rejeitadas definitivamente. Mas minhas razões para fazê-lo são tão simples que elas não poderiam servir a qualquer debate muito extenso [...] ¹⁹⁵ (SCHILLER, 1922, p. 460).

Como apresentado, Taylor não detinha um conhecimento aguçado do domínio histórico, é visível e Schiller mensura isso. É pelos entraves constituídos no interior daquele embate que Schiller acredita não ser possível direcionar sua argumentação de modo dialético. Assim, encaminhará o encadeamento de suas ideias tangenciando somente alguns pontos do texto de Collingwood e de Taylor¹⁹⁶.

Dito isso, partirá de um “truísmo” inicial para assim colocar suas questões “pragmáticas”:

[...] Nossa questão obviamente implica que, se são ou não idênticos Ciência e História, eles não são totalmente diferentes, mas relevantes um para o outro e para a natureza do conhecimento. Pois se eles não fossem diferentes eles não poderiam ser distinguidos; enquanto que se eles fossem totalmente diferentes, eles não poderiam ser comparados e assim nenhuma questão poderia surgir quanto a diferença precisa entre o nosso processo cognitivo na

¹⁹⁴ “[...] Prof. Taylor wishes us to legitimate the practice, and consciously to aim at independent treatment, that is, to disregard the history of the debate” (SCHILLER, 1922, p. 460).

¹⁹⁵ “...”,

¹⁹⁶ “[...] at any rate I will endeavour to develop our question independently and shall only refer incidentally to the points where my predecessors’ treatment seems to me to require comment” (SCHILLER, 1922, p. 461).

Ciência e na História¹⁹⁷ (SCHILLER, 1922, p. 461).

Desse modo, sua justificativa desloca-se do âmbito do significado dos temas em prol de uma abordagem “utilitária” que busca compreender o interesse pelo o qual determinado objeto de investigação foi elevado a objeto de conhecimento. Neste sentido, a finalidade de um grupo de estudos deveria passar pelo crivo da “importância” pragmática.

[...] Em outras palavras, no intuito de realmente entender a natureza e a função da Ciência e da História devemos descobrir porque elas tornaram-se objetos de interesse humano e para quais fins elas executam, e então, definí-las adequadamente. Se elas servem a vários propósitos e possuem vários fins, será necessário avaliar esses fins, e decidir quais deles é o mais elevado e mais digno, e que realmente justifique o interesse tomado no objeto [...]¹⁹⁸ (SCHILLER, 1922, p. 461).

É mediante esse raciocínio “pragmático” que Schiller conduzirá sua análise. Assim, assenta-se sob um fundamento moral, entre aquilo que tem ou não um valor prático, ou seja, qual fim apresenta-se como o mais justificável. Tomado neste sentido, “O caso da Ciência e da História parece similar” (SCHILLER, 1922, p. 461). Prosseguindo nessa linha, Schiller indagará a função que esses conhecimentos produzem na vida humana, o que fazemos com esse conhecimento e quais fins eles nos servem. Na ciência essa finalizada é um dado, um senso comum que tem orientado o pensamento ocidental desde a filosofia moderna até o Iluminismo, conforme saliente Schiller.

Agora no caso da Ciência a resposta a esta questão tornou-se bastante óbvia. As características essenciais do conhecimento científico, as quais a distingue das pseudociências: adivinhação, suposição, metafísica, freseologia, o disparate; são *previsão* e *controle*. É por meio disso que prevemos o futuro e calculamos a distância, isso orienta nossa ação adequadamente. Ela é o conhecimento que é poder, e que coopera para o nosso desejo de poder. É o conhecimento que amplia nosso poder para além do presente, no futuro, que prevê as consequências de nossas atividades e nos habilita a prever o que acontecerá depois [...]¹⁹⁹ (1922, p. 462).

Apesar de concordar com esse tipo de pensamento científico – Iluminista e positivista –, Schiller acredita que a ciência por si só não consegue nos fornecer a

¹⁹⁷ “[...] Our question obviously implies that, whether or not Science and History are identical, they are not wholly different, but relevant to each other and to the nature of knowledge. For if they were not different, they would not be distinguished; while if they were utterly different, they could not be compared, and so no question could arise as to the precise difference between our cognitive procedure in Science and in History”.

¹⁹⁸ “[...] In other words, in order really to understand the nature and function of Science and of History, we must discover why they become objects of human interest and to what ends they minister, and then define them accordingly. If they serve a number of purposes and have several ends it will be necessary to evaluate these ends, and to decide which of them is the highest and worthiest, and really justifies the interest taken in the object [...]”.

¹⁹⁹ “Now in the case of Science the answer to this question has become pretty obvious. The essential characteristics of scientific knowledge, which distinguish it from pseudo-science, divination, guesswork, metaphysics, verbiage, and nonsense, are *prediction* and *control*. It is that whereby we foresee the future and calculate the distant, and guide our action accordingly. It is the knowledge which is power, and which ministers to our desire for power. It is the knowledge which extends our power beyond the present into the future, which forecasts the consequences of our activities and enables us to foresee what will happen next [...]”.

compreensão precisa da realidade presente, isso porque para conhecê-la é preciso racionalizar tanto do aqui agora com fins e prospecções futuras quanto a partir de um estudo passado, retroalimentada no tempo presente. A “realidade” para Schiller não é compreendida como uma instância metafísica, ela é imanente – em seu “humanismo pragmático” “o homem é a medida de todas as coisas” inclusive, dele mesmo. E é aqui que o conhecimento histórico se difere entre outros pontos da concepção de ciência tradicional, ou seja, o homem é o “sujeito” e o “objeto” de seu próprio estudo investigativo.

Neste caso, a ciência tem a função de nos orientar no tempo presente – mediante a *previsão* e o *controle* – enquanto que a história não é pensada nesta mesma instância. Na concepção de Schiller ela nos serve apenas para compreender uma dada realidade. Assim, se quisermos “compreender a realidade e tratá-la corretamente, devemos ampliar nosso conhecimento sobre o passado, e considera-lo como um produto de um tempo” (SCHILLER, 1922, p. 462). Aqui, como na concepção do idealismo de Bradley a realidade é tomada a partir de um ponto de vista puramente histórico.

Schiller acredita que tanto a história quanto a ciência tem por objetivo nos orientar no tempo presente ao “controlar uma realidade”. Desse modo, a pergunta que deveria ser respondida pelo conhecimento histórico é saber “como é que a realidade veio a ser o que ela é” (SCHILLER, 1922, p. 462). Embora seja uma pergunta metafísica, Schiller acredita que da mesma forma que a ciência nos guia ao controlar e prever, a história também teria a mesma capacidade, só que de maneira distinta. Assim, a ciência natural é considerada pela sua capacidade de previsão, enquanto que no caso dos estudos históricos, seria um recurso de retrovisão – “o colmatar das lacunas existentes no passado, para as quais não existem testemunhos directos, com o auxílio da extrapolação operada de acordo com as normas ou as leis relevantes” (BERLIN, 1998, p. 71). Conforme Isaiah Berlin esse mesmo método conjectural “é empregado na arqueologia e na paleontologia, em que existem enormes lacunas de conhecimentos e onde não há um caminho melhor – mais fidedigno – para a verdade factual, na ausência de provas factuais concretas” [...] (BERLIN, 1998, p. 71). Para Schiller, a ciência tem um valor de prova maior do que o conhecimento histórico.

[...] Sua província é o passado; seu propósito é revelá-lo, regastá-lo do esquecimento, relacioná-lo com o presente, a fim de que possamos ter o poder sobre as coisas que vieram a partir do conhecimento de seu passado. Segue-se que a partir dessa definição que o prognóstico não é o primeiro ofício da História; isso é deixado para a Ciência, que não está, portanto, restringida ao futuro; a Ciência calcula o passado bem como o futuro, embora no último caso, com o auxílio da História. O objetivo final de ambas, portanto, é cooperar para nossa necessidade de controlar uma realidade que

nos aniquila se não o fizermos²⁰⁰ (SCHILLER, 1922, p. 462).

Embora os objetivos sejam os mesmos, as operações nelas efetuadas são distintas. Assim, discorda apenas da definição de ciência “pura” proposta por Taylor como uma fórmula de validade atemporal. Para ele seria necessário levar em consideração o aspecto temporal, e não assumir uma noção de verdade eterna peremptoriamente (1922, p. 463). Neste sentido, Schiller na esteira de Collingwood repudia a noção de que a ciência lida apenas com generalização e que não tem nenhuma preocupação com o particular.

Na sequência argumentará que sim, “existe diferenças entre a Ciência e a História, e elas não deveriam ser negligenciadas”, mas em que isso reside? No fato de que a ciência consegue testar suas hipóteses ao passo que a história não, isso decorre e é próprio de cada objeto de estudo. Para Schiller estão “no mesmo barco, apesar deles não remarem para o mesmo lado”. Faz críticas a ambas. No caso da ciência, em relação a sua capacidade de previsão: “o fato que fica é que nossa ciência não pode determinar totalmente o futuro” (1922, p. 464). No caso da história, devido o seu caráter lacunar.

O passado no qual cremos e aquele registrado pelo historiador, *não* é objeto de uma certeza, de um conhecimento determinado e definido. É sempre incompleto, duvidoso e indeterminado. Sua história é somente uma reconstrução hipotética, muitas vezes, altamente imaginativa, a partir de material absolutamente inadequado. Quanto mais o caráter lógico da evidência histórica é examinado, tanto mais insatisfeito parece. Está cheia de preconceitos, insensatez, erro, discrepância e contradição [...] ²⁰¹ (SCHILLER, 1922, p. 465).

Diferentemente da ciência – que tem a possibilidade de testar suas hipóteses –, a história pelo caráter de seu objeto não lhe é facultado executar a mesma função. O material do qual se dispõe o historiador é um fragmento de algo que não existe mais: o passado não pode ser testado, é uma instância onde só se é possível acessar mediante indícios. Na esteira desse pensamento, Schiller lançará uma afirmativa errônea ao apontar que não “há” critérios de acesso a “verdade” no domínio do conhecimento histórico.

Em relação a narrativa história esse problema do critério de “verdade” não pode ser alcançado tal qual as ciências naturais. A preocupação de Schiller reside no fato de que em história não temos critérios capaz de afirmar qual narrativa, por exemplo, poderia ser a mais

²⁰⁰ “[...] Its province is the past; its purpose to reveal it, to redeem it from oblivion, to relate it to the present, in order that we may have the power over things that comes from knowledge of their past. It follows from this definition that prophecy is not the primary business of History; it leaves this to Science, which is not, however, restricted to the future; Science can calculate the past as well as the future, though only with the aid of History. The ultimate aim of both, however, is to minister to our need of controlling a reality that kills us if we don’t”.

²⁰¹ “The past in which we believe, and which we believe our histories to record, is *not* the object of an assured, determinate and definitive knowledge. It is always incomplete, dubious, undetermined. Its history is only a hypothetical reconstruction, often highly imaginative, out of utterly inadequate material. The more the logical character of historical evidence is examined, the more unsatisfactory it seems. It is full of bias, folly, error, discrepancy and contradiction [...]”.

verdadeira.

[...] Qual delas deveríamos escolher como a história “verdadeira” a nos levar ao passado como ele “realmente aconteceu”? Não podemos saber. Na verdade, escolhemos a história ao qual parece a nós a mais promissora e agradável; escolhemos com o carácter, inteligência, conhecimento e preconceito a história que temos [...] ²⁰² (SCHILLER, 1922, p. 465).

O critério para a validação das afirmações em história já era senso comum desde as últimas três décadas do século XIX com o estabelecimento da história profissional-científica. Assentava-se no método histórico crítico – essa foi a grande conquista da história frente os demais campos do conhecimento. Foi tal critério que possibilitou a história sair de sua condição de tutela e alcançar sua autonomia enquanto um *campo* distinto de conhecimento. Contudo, Schiller finaliza apontando que a ciência possui uma vantagem em relação ao domínio da história, qual seja, a de que nela é possível fazer testes e verificar a validade de suas hipóteses; o que na história seria impossível (1922, p. 466).

Assim, o que fizemos neste capítulo foi afirmar que houve no final do século XIX inglês uma movimentação a partir do *campo* da filosofia *em direção* aos problemas do conhecimento histórico, caracterizado por nós como historiografia filosófica. Naquele século levado a cabo por filósofos como Bradley, Sorley, Ritchie e MacDonald. No século XX, a figura de Collingwood pode ser aclopada no rol destes filósofos que direcionaram suas elucubrações ao campo da história partindo de uma chave de leitura idealista.

As discussões filosóficas identificadas por nós sobre a história tanto no interior da *Mind* quanto fora dela foram dispostas neste trabalho em dois tópicos estruturantes: metodológica e epistemologicamente. No primeiro, abordamos os artigos de Sidgwick e Sorley, no segundo, analisamos os artigos de Ritchie, MacDonald, Collingwood, Taylor e Schiller.

Desse modo, constatamos que em Sorley e Sidgwick há um forte atrito em relação ao método histórico. Para o primeiro, há um reconhecimento da importância e validade desse método tanto na história – foi mediante isso que ela se tornou um conhecimento autônomo – quanto em outros campos do saber; Sidgwick ao contrário, tenta reduzir a história ao esquadro positivista de Comte. Nos artigos de Ritchie e MacDonald a argumentação é conduzida a partir da filosofia da história. Os artigos de Collingwood, Taylor e Schiller versaram sobre o estatuto epistemológico da história – de modo próprio e idiossincrático.

²⁰² “[...] Which of them shall we choose as the “true” history, to lead us to the past as it “really was” and changes not? We do not know. We cannot know. Actually, we choose the history which seems to us most promising and congenial; we choose with the character, the intelligence, the knowledge, the prejudices, the history, we have [...]”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao perfazermos esse trabalho, constatamos que a *Mind Review* figurou ao seu modo como objeto e fonte de nossa pesquisa. Foi a partir dessa revista que nos possibilitou entrar em contato imediato com o *campo* filosófico inglês do final do século XIX. Mediante isso, foi possível estabelecer um objeto mais preciso que possibilitasse auferir a partir de uma análise qualitativa dos artigos – ao longo de quase cinquenta anos de filosofia – as principais abordagens que tratavam acerca dos problemas do conhecimento histórico. Nosso objetivo estava para identificar quais filósofos e de quais vertentes filosóficas eram tais autores a se enveredar no “Free Emporium” do campo da história – naquele momento objeto de reflexão de várias disciplinas.

Para efetivar esse objetivo, primeiramente analisamos qualitativamente os artigos da revista a partir da abordagem metodológica realizada por Bentivoglio (2011) acerca do primeiro periódico de história na Alemanha: *Historische Zeitschrift*. Nesta esteira, após computar e compor esse quadro dos principais problemas da história da filosofia via periódico, tratamos de colocar esse suporte como algo eminente dentro da construção do *campo* filosófico inglês no final do século XIX; para isso utilizamos do aporte teórico de Pierre Bourdieu (1983). Desse modo, conseguimos identificar tanto a composição do *campo* filosófico quanto a consubstanciação do *campo* histórico inglês no final do século XIX. A constatação ao qual chegamos é que estamos diante de um período profícuo de afirmação de vários *campos* de conhecimento como de trânsito de ideias – pelo menos entre as principais potências.

Assim, procedemos primeiramente em compor outro quadro da história da filosofia inglesa a partir da revista *Mind*. Essa abordagem qualitativa dos artigos nos permitiu identificar qual *locus* estava as principais discussões sobre os tópicos de metodologia e epistemologia da história – naquele momento compreendida pela historiografia “amadora” e pela emergente historiografia profissional. Para nossa surpresa havia poucas discussões sobre aquilo que estávamos preocupados em mapear: uma historiografia filosófica. No entanto, se de um lado, havia uma insuficiência em termos quantitativos, de outro, a *Mind* nos possibilitou encontrar onde estavam tais discussões; parte dela também estava fora do escopo do referido periódico, o que justificou a inserção de outros dois artigos publicados no livro *Essays in Philosophical Criticism* (1883).

Concomitantemente, procedemos em compor tanto o *campo* filosófico a partir da

Mind quanto o *campo* histórico inglês com o intuito de perceber suas nuances, entre a historiografia profissional e a historiografia filosófica. Desse modo, foi possível verificar que as discussões sobre os tópicos mencionados não se efetivaram nem no primeiro, nem no segundo momento do fazer historiográfico inglês do final do século XIX e sim, na historiografia filosófica – embora a seu modo como delimitado no **Capítulo III**.

A caracterização desse terceiro momento do fazer historiográfico inglês corresponde justamente em distinguir algumas posturas no que se refere à escrita da história. Por exemplo, na historiografia diletante encontramos uma escrita da história em estreita e frutífera relação com a literatura através de historiadores como Carlyle e Macaulay. Dentro dessa mesma dimensão, apresentamos umas das primeiras propostas em tornar a história um conhecimento “científico” mediante as teses do positivismo de Comte, promulgada pelo historiador Henry Thomas Buckle. De modo paralelo, observamos o surgimento de uma historiografia profissional em torno do periódico *The English Historical Review*. Tal revista foi mapeada pelo estudo de Silva (2013), que tratou de evidenciar os principais historiadores profissionais e os problemas instaurados nessa historiografia. Apesar de residir sobre uma continuidade, tais vertentes divergem quanto ao estatuto metodológico e epistêmico deste saber: para os “amadores” a história não teria a pretensão de ser uma ciência – positiva tal qual Buckle –; para os profissionais, a história seria “uma ciência, nem mais nem menos”.

Diferentemente de ambas, a abordagem da historiografia filosófica deu maior ênfase aos aspectos metodológicos e teóricos do conhecimento histórico. Assinalamos também que esta abordagem aconteceu de modo mais contundente a partir da filosofia idealista, estabelecendo-se a partir tanto da ampliação do espectro do historicismo no cenário historiográfico inglês quanto de uma oposição ferrenha ao positivismo incorporado e subsidiado pelo empirismo moderno. Portanto, como foi dito, houve uma maior preocupação dessa vertente em discutir a dimensão e ampliação do estatuto científico da história, que de modo quase irrestrito alcançou vários domínios das humanidades: filosofia, política, direito, religião, literatura, artes, etc.

Contudo, tal constatação endossa nossa hipótese de que foi a partir da historiografia filosófica que se houve uma maior discussão dos problemas do conhecimento histórico. Em relação aos dois momentos anteriores desse mesmo fazer historiográfico percebe-se que, não houve a mesma amplitude em abordar tópicos de teoria isso porque, conforme depreendemos a partir de Silva (2013) isso pode estar relacionado com uma espécie de convenção profissional por parte daqueles historiadores. Tal ausência não só refletiu a pouca densidade

teórica como também uma aversão ao pensamento especulativo, sobretudo, acerca dos pressupostos da filosofia da história oriunda dos filósofos idealistas.

FONTES

BRYCE, James. Prefatory Note. **The English Historical Review**, v. 1, 1886. p. 1-6.

COLLINGWOOD, R. G.; TAYLOR, A. E.; SCHILLER, F. C. S. Are History and Science Different Kinds of Knowledge? **Mind New Series**, v. 31, N. 124, 1922. p. 443-466.

MACDONALD, J. A. Murray. The Science of History. **Mind Quartely Review of Psychology and Phisolophy**. Londres e Edinburgh, vol. 10, n. 39, 1885. p. 363-376.

PASSMORE. J. A. G. F. Stout's Editorship of Mind (1892-1920). **Mind, New Series**, Londres, v. 85, n. 337, 1976. p. 17-36.

QUINTON, Anthony. George Croom Robertson: Editor 1876-1891. **Mind, New Series**, Londres and Edinburgh, v. 85, n. 337, 1976. p. 6-16.

RITCHIE, David George. The Rationaly of History. In ____.: **Essays in Philosophical Criticism**. SETH, Andrew; HALDANE, R. B. (Orgs.). Londres: Longmans, Green, and CO, 1883. p. 126-158.

ROBERTSON, George Croom. Prefatory Words. **Mind Quartely Review of Psychology and Phisolophy**, Londres e Edinburgh, v. 1, n. 1, 1876. p. 1-6.

SIDGWICK, Henry. The Historical Method. **Mind Quartely Review of Psychology and Phisolophy**, Londres, v. 11, n. 42, 1885. p. 203-219.

SORLEY, W. R. The Method Historical. In ____.: **Essays in Philosophical Criticism**. SETH, Andrew; HALDANE, R. B. (Orgs.). Londres: Longmans, Green, and CO, 1883. p. 102-125.

_____. Fifty Years of "Mind". **Mind, New Series**, Londres e Edinburgh, v. 35, n. 140, 1926. p. 409-418.

STOUT, George Frederick. Prefatory Remarks. **Mind, New Series**, Londres e Edinburgh, v. 1, n. 1, 1892. p. 1-2.

BIBLIOGRAFIA

ARRAIS, Cristiano P. A filosofia da história de R. G. Collingwood: duas contribuições. *Dimensões Revista de História (UFES)*, v. 24, p. 43-64, 2010.

_____. Robin George Collingwood. MALERBA, Jurandir. (org.). **Lições da história: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX**. Rio de Janeiro/Porto Alegre: EdPucrs/Editora FGV, 2013.

ARAÚJO, Valdei. Henry Thomas Buckle (1822-1862). In: _____. MARTINS, Estevão C. de Rezende. (org.). **A História Pensada: Teoria e Método na Historiografia Européia do Século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010.

BAINGO, Wener Karl. Escola Histórica Alemã e o Pensamento Lisitiano Protecionista do século XIX: ambiguidades ao Laissez-Faire inglês ou virtudes nacionais de EUA e Alemanha?

Cadernos de Economia, Chapecó, v. 13, n. 24, p. 7-18, 2009.

BARROS, José D'Assunção. História das ideias: Em Torno de um Domínio Historiográfico. **Locus revista de história**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 199-209, 2007.

_____. Os Primeiros Paradigmas: positivismo e historicismo. In: _____. **Teoria da História II**, Petrópolis: Vozes, 2011.

BENTIVOGLIO, Júlio. História e Hermenêutica: a compreensão como um fundamento do método histórico – percursos em Droysen, Dilthey, Langlois e Seignobos. **Opsis**, v. 7, n. 9, p. 67-80, 2007.

_____. Introdução. In: DROYSEN, Johann Gustav. Manual de teoria da história. Trad. Bentivoglio, Júlio; BALDUS, Sara. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

_____. História e narrativa na historiografia alemã do século XIX. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 17, n. 32, p. 185-218, dez. 2010.

_____. “A Historische Zeitschrift e a historiografia alemã do século XIX”. **Revista História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 6, p. 81-101, 2011.

BEVIR, Mark. Significado e Intenção: Uma Defesa do Individualismo Procedimental. In: PAREDES, Marçal de Menezes, ARMANI, Carlos Henrique, AREND, Hugo (Org.). **História das ideias**: proposições, debates e perspectivas. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2011, p. 14-41.

BORGES, Clayton Ferreira e Ferreira. Revue Historique e Revue de Synthèse Historique: o caso A. D. Xénopol. 2013. 166f. Dissertação (mestrado em História) Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiás. 2013.

BOUCHER, David, VINCENT, Andrew. **British Idealism and Political Theory**. Endinburgh: Endinburgh University Press. 2000.

BOURDIE, Pierre. **Algumas Propriedades dos Campos**. In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 89-94.

BUCKLE, Henry Thomas. Introdução Geral à História da civilização na Inglaterra. In: _____. MARTINS, Estevão C. de Rezende. (org.). **A História Pensada**: Teoria e Método na Historiografia Européia do Século XIX. São Paulo: Contexto, 2010. p. 226-246.

BURNS, Robert M. Collingwood, Bradley, and Historical Knowledge. **History and Theory**, v. 45, n. 2, pp. 178-203, 2006.

BUTTERFIELD, H. “The whig interpretation of history”. Disponível em: [http://www.jbstart.nl/EBooks/Engelstalig/3Downloads3/B/B/Butterfield,%20Herbert/Butterfield%20\(Herbert\)%20The%20Whig%20Interpretation%20of%20History.pdf](http://www.jbstart.nl/EBooks/Engelstalig/3Downloads3/B/B/Butterfield,%20Herbert/Butterfield%20(Herbert)%20The%20Whig%20Interpretation%20of%20History.pdf). Acesso em 08 jun. 2013.

CARLYLE, Thomas. Sobre a História. In: _____. MALERBA, Jurandir. (org.). **Lições de História**: o caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro/Porto Alegre: EdUPUCRS/Editora FGV, 2010. p. 196-210.

_____. Sobre a História; Sobre a história, outra vez. In: _____. (org.). MARTINS, Estevão de Rezende **A História Pensada**: Teoria e Método na Historiografia Europeia do Século XIX. São Paulo: Contexto, 2010.

COLLINGWOOD, Robin George. *A Ideia de História*. 7. ed. Trad. Alberto Freire. Lisboa: Presença, 1989.

CREMONEZI, André Roberto. O conceito de Compreensão Investigativa na História de Johann Gustav Droysen. **Philosophica**, n. 7, p. 77-92, 2006.

DA MATA, Sérgio. Leopold Von Ranke (1795-1886). In: _____. MARTINS, Estevão de Rezende. (org.) **A História Pensada: Teoria e Método na Historiografia Européia do Século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010.

DOSSE, François. História e historiadores no século XIX. In: _____. MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de História: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro/Porto Alegre: EdPucrs/Editora FGV, 2010.

DROYSEN, Johann Gustav. *Manual de Teoria da História*. Trad. BENTIVOGLIO, Júlio; BALDUS, Sara. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. Historicismo: antigas e novas questões. **História Revista**, v. 07, n. 1/2, p. 23-54, 2002.

DUNHAM, Jeremy.; GRANT, Iain Hamilton.; WATSON, Sean. *Idealismo: the history of a philosophy*. Ithaca: McGill-Queen's University Press, 2011.

FALCON, Francisco José Calazans. Historicismo: antigas e novas questões. **História Revista**, v. 07, n. 1/2, 2002, p. 23-54.

FERES JR, João. De Cambridge ao Mundo, Historicamente: Revendo a Contribuição Metodológica de Quentin Skinner. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 655-680, 2005.

GARDINER, Patrick. **Teorias da História**. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, 4ª edição, 1995.

GONÇALVES, Sérgio Campos. Thomas Babington Macaulay. In: _____. MALERBA, Jurandir. (org.). **Lições de História: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro/Porto Alegre: EdPucrs/Editora FGV, 2010.

GOOCH, George Peabody. **History and Historian in the Nineteenth Century**. Londres/Nova York: Logmans, Green, And CO. 1913.

HARTOG, François. **Regime de Historicidade**. Disponível em: <[http://pos-historia.historia.ufg.br/uploads/113/original_Fran%C3%A7ois_Hartog__Regime_de_Historicidade_\(1\).pdf](http://pos-historia.historia.ufg.br/uploads/113/original_Fran%C3%A7ois_Hartog__Regime_de_Historicidade_(1).pdf)> Acessado em: 09/10/2013.

HOLDCROFT, David. *Collingwood: The Idea of History, the History, and the Philosophy of History*. In: _____. MANDER, W. J. (org.). *Anglo-American Idealism, 1865-1927*. London: Grennwood Press, 2000.

JANN, Rosemary. **The art and science of Victorian History**. Ohio State Universaty Press, 1985.

KENNY, Anthony. *Uma Nova História da Filosofia Ocidental*. Volume IV: filosofia no mundo moderno. São Paulo: Edições Loyola. 2009.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos**.

Rio de Janeiro: Contraponto-Ed. PUC-Rio, 2006.

LOPES, Hober Alves. Mind Review e Seus Desdobramentos na História: John Murray Archibald Macdonald e as Reflexões Sobre a “Ciência da História” (1885). **Revista de Teoria da História**, vol. 11, n. 01, pp. 258-280, 2014.

LOPES, Renato. Thomas Carlyle (1795-1881). In: _____. (org.). MARTINS, Estevão de Rezende **A História Pensada: Teoria e Método na Historiografia Européia do Século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010.

LÖWITH, Karl. O Sentido da História. Lisboa: Editora 70, 1991.

MACAULAY, Thomas Babington. História. In: _____. MALERBA, Jurandir. (org.). **Lições de História: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro/Porto Alegre: EdPucrs/Editora FGV, 2010. p. 216-248.

MALERBA, Jurandir. (org.). Introdução. In: _____. **Lições de História: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro/Porto Alegre: EdPucrs/Editora FGV, 2010.

_____. Lord Acton. In: _____. **Lições de História: o caminho da ciência no longo século XIX**. Rio de Janeiro/Porto Alegre: EdPucrs/Editora FGV, 2010. p. 261-286.

_____. (org.). **Lições da história: da história científica à crítica da razão metódica no limiar do século XX**. Rio de Janeiro/Porto Alegre: EdPucrs/Editora FGV, 2013.

MANDER, W. J. Anglo-American Idealism, 1865-1927. London: Greenwood Press, 2000.

_____. **British Idealism: A History**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

MANIERI, Dagmar. Teoria da História: a gênese dos conceitos. Petrópolis: Vozes, 2013.

MARCONDES, Danilo. Iniciação à História da Filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. (org.). **A História Pensada: Teoria e Método na Historiografia Européia do Século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. Introdução: o renascimento da história como ciência. In: _____. (org.) **A História Pensada: Teoria e Método na Historiografia Européia do Século XIX**. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. Filosofia Analítica da História. In: Maria Cecília Maringoni de Carvalho. (Org.). **Paradigmas Filosóficos da Atualidade**. Campinas: Papyrus, 1989, p. 83-95.

MAXIMO, Mário Motta de Almeida. **A Guerra dos Métodos: a visão da Escola Histórica Alemã**. Disponível: <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1274906263_ARQUIVO_AGuerra dosMetodos,AvisaodaEscolaHistoricaAlema_MarioMaximo.pdf> Acesso: 30/04/2015.

MERLO, Hugo Ricardo. O Atual e o Inatual em Lord Acton. In: 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas, 2012, Mariana - MG. Caderno de resumos & Anais do 6º. Seminário Brasileiro de História da Historiografia O giro-linguístico e a historiografia: balanço e perspectivas. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. p. 1-11.

METZ, Rudolf. **A Hundred Years of British philosophy**. Trad. J. W. Harvey *et al.* Londres: George Allen & Unwin Ltd. 1938.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de Filosofia**. Lisboa: Dom Quixote, 1978.

PEREIRA, Gustavo Freitas. **A Teoria da História de R. G. Collingwood**: Formação, Recepção e Principais Argumentos. 2011. 175 f. Tese (doutorado em História) Faculdade de História, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

RANKE, Leopold von. O conceito de história universal. In: _____. MARTINS, Estevão C. de Rezende. (org.). **A História Pensada**: Teoria e Método na Historiografia Européia do Século XIX. São Paulo: Contexto, 2010.

REIS, José Carlos. A especificidade lógica da história. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 27, n. 27, p. 48-73, 2002.

ROCKMORE, Tom. **Hegel, Idealism, and Analytic Philosophy**. United States: Yale University Press. 2005.

RUBINOFF, Lionel. The Autonomy of History: Collingwood's critique of F. H. Bradley's Copernican Revolution in Historical Knowledge. In: _____. ARMOUR, Leslei, BRADLEY, James (org.). **Philosophy After F. H. Bradley**. Bristol: Thoemmes Press, 1996. p. 127-146.

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado**. Brasília: EdUnB, 2010.

SILVA, Leonardo de Jesus. **Historiografia inglesa em revista**: a English Historical Review e a história pensada no século XIX. 2013. 133f. Dissertação (mestrado em História) Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiás. 2013.

SILVA, Ricardo. O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 2, p. 299-335, 2010.

_____. História Intelectual e Teoria Política. **Revista de Sociologia e Política**, v. 17, n. 34, p. 301-318, 2009.

SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. **History and Theory**, n. 8 (1) p. 3-53.

DE SOUZA, Vanderlei Sebastião. Autor, texto e contexto: a história intelectual e o "contextualismo linguístico" na perspectiva de Quentin Skinner. **Fênix**, v. 05, n. 4, p. 1-19, 2008.

WASLSH, W.H. **Introdução à Filosofia da História**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

WHELING, Arno. **A invenção da história**: estudos sobre o historicismo. Rio de Janeiro: UFG; Niterói: UFF, 1994.